

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Programa de Pós-Graduação em Administração

Mestrado

Júlio César Paes Silva

**SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL:
uma análise da alocação dos recursos públicos do município de
Porto Firme – MG, nas dimensões do Índice Mineiro de
Responsabilidade Social (IMRS)**

Belo Horizonte
2020

Júlio César Paes Silva

SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL:

uma análise da alocação dos recursos públicos do município de Porto Firme – MG, nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração, do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Rodrigues Cunha

Área de concentração: Organização e Estratégia

Linha de pesquisa: Estratégia, Inovação e Competitividade

Belo Horizonte
2020

SILVA, Júlio Cesar Paes

S586s

Sustentabilidade municipal: uma análise da alocação dos recursos públicos do município de Porto Firme/MG, nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade social - IMRS. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2020.

211p.

Orientador: Dr. Gustavo Rodrigues Cunha

Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Administração. Centro Universitário Unihorizontes.

1. Sustentabilidade municipal - índice mineiro 2. Responsabilidade social I. Júlio Cesar Paes Silva II. Centro Universitário Unihorizontes Programa de Mestrado em Administração. III. Título.

CDD: 658.15

Ficha elaborada pela Bibliotecária do Centro Universitário Unihorizontes.

- Viviane Pereira CRB6 1663 -



Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda.
Centro Universitário Unihorizontes
Mestrado Acadêmico em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a) Senhor(a) **JULIO CESAR PAES SILVA**, REGISTRO Nº. 690. No dia 11 de dezembro de 2020, às 14:00 horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado "**SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL: uma análise da alocação dos recursos públicos do município de Porto Firme - MG, nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)**", requisito parcial para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estratégia, Inovação e Competitividade**. Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **Prof. Dr. Gustavo Rodrigues Cunha** após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(à) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final: **APROVADO**. O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2020



Prof. Dr. Gustavo Rodrigues Cunha
Centro Universitário Unihorizontes



Prof.ª Dr.ª Helena Belintani Shigaki
Centro Universitário Unihorizontes



Prof. Dr. Luiz Claudio de Lima
FUMEC

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada
SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL: uma análise da alocação dos recursos públicos do município de Porto Firme – MG, nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)

apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico Centro Unihorizontes

como requisito parcial para obtenção do título de

MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO

de autoria de

JÚLIO CÉSAR PAES SILVA

contendo 211 páginas

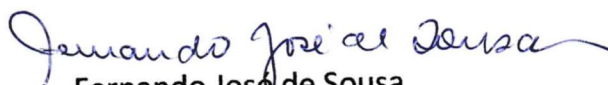
sob orientação de

Prof. Dr. GUSTAVO RODRIGUES CUNHA

ITENS DA REVISÃO:

- Correção gramatical
- Inteligibilidade do texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2020



Fernando José de Sousa

REVISOR

Registro: 20710, Livro LR-36 – Decreto nº 5786/2006, Processo 2758814/2014
Licenciado em LETRAS
Centro Universitário de Belo Horizonte
UNI-BH

REVISADO

À minha esposa Magda, pela compreensão e cumplicidade. Aos meus filhos, Gabriel e Júlia, fontes de inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sem o qual não encontro caminhos para quaisquer realizações.

Aos meus pais, Geraldo Batista (*in memorian*) e Terezinha Paes (*in memorian*), pela minha formação e pela transmissão de valores que levarei por toda minha vida. Aos demais familiares pelo incentivo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gustavo Rodrigues Cunha, por apontar o Norte quando estava perdido, pela paciência, confiança e segurança nos momentos cruciais.

À Prefeitura Municipal de Porto Firme, pelo apoio incondicional e atenção dada a esta pesquisa.

Aos secretários municipais e demais servidores das secretarias de: Saúde; Educação; Meio Ambiente e Agricultura; Esporte, Cultura e Lazer. Também aos servidores do CRAS, Destacamento Policial e, em especial, ao setor de Contabilidade e Tesouraria, pela cooperação e compromisso no levantamento dos dados.

Aos demais professores e funcionários do Centro Universitário Unihorizontes pela boa convivência e por acreditarem e incentivarem a construção desta dissertação.

Aos colegas de curso que, com descontração, minimizam os momentos tensos e nos ajudam a caminhar e, em especial, à colega Cláudia Kümmel, pela companhia nas viagens e pelo apoio no decorrer do curso.

Por fim, a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

*Buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e
todas as outras coisas vos serão acrescentadas.*

Mateus 6:33

RESUMO

O surto emancipacionista pelo qual passou o Brasil ao longo do século XX, notadamente na segunda metade, trouxe discussões sobre ser ou não sustentável a criação de pequenos municípios. Numa visão econômica, para os desfavoráveis, a emancipação gera municípios insustentáveis, gerando tão somente aumento das despesas com as administrações públicas municipais nos poderes executivo e legislativo. Para os favoráveis é uma forma, uma oportunidade de atender as reivindicações dos distritos muitas vezes abandonados pela sede. As vantagens e desvantagens podem estar expressas em indicadores socioeconômicos e demográficos. O presente estudo teve por objetivo analisar e descrever a configuração da sustentabilidade do município de Porto Firme – MG, com base na alocação dos recursos públicos nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade social – IMRS, considerando as perspectivas social, ambiental e econômico-financeira. Na pesquisa quantitativa, utilizou-se como fontes secundárias os dados coletados na Prefeitura Municipal de Porto Firme – MG, bem como a base de dados do IMRS da Fundação João Pinheiro (FJP) e as bases do Tribunal de Contas de Estado de MG (TCE-MG) e do Atlas de Desenvolvimento Humano. Na pesquisa qualitativa, como fontes primárias, foram realizadas entrevistas estruturadas com os gestores municipais em suas respectivas áreas de atuação. Para diagnosticar a situação da sustentabilidade do município realizou-se a correlação entre as rubricas da estrutura orçamentária do município, as dimensões do IMRS e as perspectivas de sustentabilidade na trilogia social, ambiental e econômico-financeira (*Triple Bottom Line* - Tripé da Sustentabilidade). Os recursos metodológicos utilizados foram a Análise Comparativa de Dados, mais conhecida como *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) e a Análise de Conteúdo. Procedeu-se assim a verificação e descrição das alocações dos recursos públicos nas dimensões do IMRS por biênio e um triênio, no período de 2007 a 2019, nas três perspectivas, assim como a identificação dos pontos fortes e fracos da gestão municipal. Foi traçado um panorama da arrecadação e aplicação dos recursos no período, bem como foi apresentado um comparativo entre três indicadores sociais (IMRS, IEGM, IDHM) de Porto Firme com cinco cidades limítrofes. Por fim, analisando o conteúdo das entrevistas realizadas com os gestores municipais, foi possível chegar ao resultado. Observou-se que a situação da arrecadação municipal demonstrou grande dependência da transferência de recursos da União e do Estado, sendo que esta é a realidade enfrentada pela maioria dos pequenos municípios no país, assim como a necessidade de intensificar a atenção voltada para previsão e planejamento, visando aperfeiçoar as alocações de recursos no caminho do desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Sustentabilidade municipal. Indicadores sociais. IMRS. Município de pequeno porte. Perspectiva social. Perspectiva ambiental. Perspectiva econômico-financeira. *Triple Bottom Line*.

ABSTRACT

The emancipationist breakout from which Brazil went through throughout the 20th Century, mostly during the second half, has brought discussions regarding whether the creation of small towns is sustainable or not. Economically speaking, for the ones against that, the emancipation generates unsustainable towns, generating nothing but the increase of the expenses with municipal public administrations on the executive and legislative powers. For the ones in favor, it is a way, an opportunity to fulfill the demands from the districts which are very often abandoned by head office. The advantages and disadvantages may be expressed via socio-economic and demographic indicators. The present study aims to analyze and describe the configuration of the sustainability of the municipality of Porto Firme – in the estate of Minas Gerais, Brazil, based on the allocation of public resources in the dimensions of the Índice Mineiro de Responsabilidade Social (Minas Gerais Index of Social Responsibility) – IMRS, taking into consideration the social, environmental and economic-financial perspectives. In the quantitative research, secondary sources collected from the Porto Firme City Hall as well as IMRS data base from the Fundação João Pinheiro (João Pinheiro Foundation) (FJP) and the bases from the Court of Auditors from the State of Minas Gerais (TCE-MG) and the Human Development Atlas were used. In the qualitative research, with primary sources, interviews structured by the municipal managers in their respective areas of operations were carried out. In order to diagnose the sustainability situation in the municipality, the correlation among the headings of the municipality budget, the IMRS dimensions and the sustainability perspectives in the social, environmental and economic-financial trilogy was also carried out (*Triple Bottom Line* – Sustainability triple). The methodological resources that were used were the Comparative Data Analysis, better known as *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) and the Content Analysis. Then the verification and description of the allocations of public resources in the IMRS dimensions by biennium and triennium, during the period from 2007 to 2019, in the three perspectives took place followed by the identification of the strong and weak points of the city management. An overview of the revenue and application of the resources during the period was outlined together with a comparative between of the three social indicators, that is, IMRS, IEGM and IDHM from Porto Firme with five nearby towns. Finally, after analyzing the content of the interviews carried out with the city managers, a result was reached. One observed that the situation regarding city revenue showed a great dependency on the transference of resources from the Union and the State, which is exactly the reality that most of the small towns in the country must face together with the necessity of intensifying the attention focusing on the projection and planning, aiming to improve the allocations of resources on the way towards sustainable development.

Keywords: Municipal sustainability. Social indicators. IMRS. Small town. Social perspective. Environmental perspective. Economic and financial perspective. *Triple Bottom Line*.

RESUMEN

La oleada emancipacionista atravesada por Brasil a lo largo del siglo XX, notadamente en la segunda mitad, ha provocado debate sobre si la creación de municipios es sostenible o no. Desde el punto de vista económico, para los desfavorables, la emancipación conlleva consigo municipios insostenibles, desembocando en un aumento de gastos con las administraciones públicas municipales para los poderes ejecutivo y legislativo. Para los favorables, es un camino, una oportunidad para atender a las demandas de los distritos que en muchos casos son abandonadas por la sede. Las ventajas y desventajas se pueden expresar en indicadores socioeconómicos y demográficos. El presente estudio ha tenido por objetivo analizar y describir la configuración de sostenibilidad del municipio de Porto Firme – MG, a partir de la asignación de recursos públicos en las dimensiones del Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, considerando las perspectiva social, ambiental y económico-financiera. En la investigación cuantitativa, se han utilizado como fuentes secundarias los datos recogidos en la Alcaldía Municipal de Porto Firme – MG, así también la base de datos IMRS de la Fundação João Pinheiro (FJP), las bases de datos del Tribunal de Contas de Estado de MG (TCE-MG) y del Atlas de Desenvolvimento Humano. En la investigación cualitativa, como fuentes primarias, se realizaron entrevistas estructuradas con los administradores municipales en sus respectivas áreas de especialización. Para diagnosticar la situación de la sostenibilidad del municipio, se realizó una correlación entre los rubros de la estructura presupuestaria del municipio, las dimensiones del IMRS y las perspectivas de sostenibilidad en la trilogía social, ambiental y económico-financiera (*Triple Bottom Line* – Trípode de la sostenibilidad). Los recursos metodológicos utilizados han sido el Análisis Comparativo de Datos, mejor conocido como *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) y el Análisis de Contenido. Así, se ha procedido a la verificación y descripción de las asignaciones de recursos públicos en las dimensiones del IMRS por bienio y un trienio, en el período de 2007 a 2019, desde las tres perspectivas, así también como la identificación de las fortalezas y debilidades de la gestión municipal. Se ha elaborado un panorama de la recolección y aplicación de recursos en el período, así como una comparación entre tres indicadores sociales (IMRS, IEGM, MHDI) de Porto Firme con cinco ciudades limítrofes. Por fin, analizando el contenido de las entrevistas realizadas a los gestores municipales, se ha podido llegar al resultado. Se ha observado que la situación de la recaudación municipal ha demostrado gran dependencia de la transferencia de recursos de la União y del Estado, y esta es la realidad que enfrentan la mayoría de los pequeños municipios del país, así como la necesidad de intensificar la atención con enfoque en la previsión y planificación, con el objetivo de perfeccionar la asignación de recursos en vías del desarrollo sostenible.

Palabras claves: Sostenibilidad municipal. Indicadores sociales. IMRS. Pequeños municipios. Perspectiva social. Perspectiva ambiental. Perspectiva económico-financiera. *Triple Bottom Line*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dimensões do IMRS	34
Figura 2 – Modelo cíclico do processo de política pública	51
Figura 3 – Mapa de Porto Firme e suas adjacências.	71
Gráfico 1 – Estrutura da População de Porto Firme por idade e sexo - ano 2000	69
Gráfico 2 – Estrutura da População de Porto Firme por idade e sexo – ano 2010....	69
Gráfico 3 – Rubricas da perspectiva social no biênio 2007/2008.....	80
Gráfico 4 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2007/2008.....	81
Gráfico 5 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2007/2008	82
Gráfico 6 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2007/2008.....	83
Gráfico 7 – Rubricas da perspectiva social no biênio 2009/2010.....	85
Gráfico 8 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2009/2010.....	86
Gráfico 9 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2009/2010	87
Gráfico 10 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2009/2010	88
Gráfico 11 – Rubricas da perspectiva social no biênio 2011/2012.....	90
Gráfico 12 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2011/2012.....	91
Gráfico 13 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2011/2012 ...	92
Gráfico 14 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2011/2012	93
Gráfico 15 – Rubricas da perspectiva social no biênio 2013/2014	95
Gráfico 16 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2013/2014.....	96
Gráfico 17 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2013/2014 ...	97
Gráfico 18 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2013/2014	98
Gráfico 19 – Rubricas da perspectiva social no triênio 2015/2016/2017	100
Gráfico 20 – Rubricas da perspectiva ambiental no triênio 2015/2016/2017	101
Gráfico 21 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no triênio 2015/2016/2017	102
Gráfico 22 – Arrecadação municipal e subsídios no triênio 2015/2016/2017	104
Gráfico 23 – Rubricas da perspectiva social no biênio 2018/2019.....	106
Gráfico 24 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2018/2019.....	107
Gráfico 25 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2018/2019 .	108
Gráfico 26 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2018/2019	109
Gráfico 27 – Evolução das três perspectivas de 2007/2019	111
Gráfico 28 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva social de 2007/2019	112

Gráfico 29 – Evolução de serviços prestados na saúde de 2007/2019.....	113
Gráfico 30 – Evolução do número de alunos matriculados de 2007/2019	114
Gráfico 31 – Evolução do número de eventos de defesa civil registrados de 2007/2019	115
Gráfico 32 – Evolução do número de atendimentos do Bolsa Família e CRAS de 2007/2019	116
Gráfico 33 – IDEB no ensino fundamental de Porto Firme de 2005/2017	125
Gráfico 34 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva ambiental de 2007/2019	139
Gráfico 35 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva ambiental de 2007/2019	140
Gráfico 36 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva econômico-financeira de 2007/2019.....	145
Gráfico 37 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva econômico-financeira de 2007/2019.....	146
Gráfico 38 – Evolução das receitas e repasses de recursos de 2007/2019.....	159
Gráfico 39 – Evolução da receita própria de 2007/2019	160
Gráfico 40 – Evolução do repasse a Câmara Municipal de 2007/2019.....	161
Gráfico 41 – Evolução dos subsídios concedidos a entidades do terceiro setor de 2007/2019	162
Gráfico 42 – Comparativo do IMRS.....	168
Gráfico 43 – Comparativo do IDHM	174
Quadro 1 – Estudos sobre o IMRS – saúde.....	36
Quadro 2 – Estudos sobre o IMRS – educação	37
Quadro 3 – Estudos sobre o IMRS – segurança pública.....	39
Quadro 4 – Estudos sobre o IMRS – vulnerabilidade social	40
Quadro 5 – Estudos sobre o IMRS – saneamento e meio ambiente.....	43
Quadro 6 – Inserção de Porto Firme nas regionalizações do estado.....	70
Quadro 7 – Correlação entre estrutura orçamentária municipal, dimensões do IMRS e perspectivas de sustentabilidade	77
Quadro 8 – Existência de disposição e destinação adequada do lixo	143
Quadro 9 – Pontos fortes e fracos do município de Porto Firme – MG.....	155
Quadro 10 – Comparativo do IEGM.....	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação dos setores no valor adicionado – Porto Firme – 2016	73
Tabela 2 – Percentual dos ocupados por setor de atividade – Porto Firme	74
Tabela 3 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2007/2008	79
Tabela 4 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2007/2008	83
Tabela 5 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2009/2010	84
Tabela 6 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2009/2010	88
Tabela 7 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2011/2012	89
Tabela 8 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2011/2012	92
Tabela 9 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2013/2014	94
Tabela 10 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2013/2014	97
Tabela 11 – Alocação dos recursos municipais no triênio 2015/2016/2017	99
Tabela 12 – Arrecadação municipal e subsídios no triênio 2015/2016/2017	103
Tabela 13 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2018/2019	105
Tabela 14 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2018/2019	108
Tabela 15 – Comparativo do IMRS	167
Tabela 16 – Comparativo do IDHM	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACQ – Análise Comparativa Qualitativa
- AFM/AFE – Apoio Financeiro aos Municípios, Estados e Distrito Federal
- ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
- BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- BF – Bolsa Família
- BO – Boletim de Ocorrência
- BOS – Boletim de Ocorrência Simplificado
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CIDE-Combustíveis – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
- CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
- CGU – Controladoria Geral da União
- CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CF – Constituição Federal
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
- CRAS – Centros de Referência da Assistência Social
- DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
- DSP – Indicador de Desempenho Agregado
- EC – Emenda Constitucional
- EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
- FEX – Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações
- FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
- FPEX – Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDF – Índice do Desenvolvimento Familiar
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDTE – Índice de Desenvolvimento Tributário e econômico
ESF – Estratégia de Saúde da Família
IDCRAS – Indicador de Desenv. de Centros de Referência na Assistência Social
IDEB – Índice de desenvolvimento da Educação Básica
IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal
IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFRS – International Financial Reporting Standards
IMRS – Índice Mineiro de Responsabilidade Social
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IQE – Índice de Qualidade da Educação
IR – Imposto de Renda
ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI – Imposto sobre a transmissão de bens imóveis
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
FJP – Fundação João Pinheiro
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOM – Lei Orgânica Municipal
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
LRH – Lei Robin Hood
LTA – Leishmaniose Tegumentar Americana
NFE – nota fiscal eletrônica
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PCCV – Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos
PDR – Plano Diretor de Regionalização
PFVS – Projeto Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde
PIB-M – Produto Interno Bruto Municipal
PLS – Mínimos Quadrados Parciais

PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
PMPF – Prefeitura Municipal de Porto Firme
PNAB – Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)
PNI – Programa Nacional de Imunização
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RAT – Relatório de Atividades Técnicas
RB – Receita Bruta
RCL – Receita Corrente Líquida
RCLpc – Receita Corrente Líquida per capita
REDS – Registro de Eventos de Defesa Civil
RP – Receita Própria
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SEE-MG – Secretaria de Estado de Educação
SINAN – Sistema Nacional de Agravos de Notificação
SPELL – Scientific Periodicals Electronic Library
STN – Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
SUS – Sistema Único do Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
VAF – Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Problema de pesquisa	21
1.2	Objetivos	22
1.2.1	Objetivo geral	22
1.2.2	Objetivos específicos	22
1.3	Justificativas.....	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1	Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.....	25
2.2	Sustentabilidade municipal.....	27
2.3	Indicadores de sustentabilidade.....	30
2.3.1	Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS).....	33
2.3.1.1	Perspectiva social.....	34
2.3.1.2	Perspectiva ambiental	42
2.3.1.3	Perspectiva econômico-financeira	44
2.4	Políticas públicas	47
2.4.1	Ciclo das políticas públicas	50
2.5	Transferências constitucionais.....	54
2.6	A qualidade do gasto público	56
2.6.1	O Planejamento na administração pública	59
2.6.2	Instrumentos de planejamento da administração pública.....	60
3	METODOLOGIA	63
3.1	Tipo, abordagem e método de pesquisa.....	63
3.2	Unidade de análise e unidade de observação	64
3.3	Técnica de coleta de dados.....	64
3.4	Técnicas de análise e tratamento dos dados	66
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO.....	68
4.1	Perfil do município de Porto Firme.....	68
4.1.1	Renda e emprego	71

5	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	75
5.1	Correlação entre a estrutura orçamentária municipal, as dimensões do IMRS e as perspectivas de sustentabilidade.....	75
5.1.1	Alocação de recursos públicos nas dimensões do IMRS	78
5.1.1.1	Alocação dos recursos no biênio 2007/2008	79
5.1.1.1.1	Arrecadação municipal e subsídios	82
5.1.1.2	Alocação dos recursos no biênio 2009/2010	84
5.1.1.2.1	Arrecadação municipal e subsídios	87
5.1.1.3	Alocação dos recursos no biênio 2011/2012	89
5.1.1.3.1	Arrecadação municipal e subsídios	92
5.1.1.4	Alocação dos recursos no biênio 2013/2014	94
5.1.1.4.1	Arrecadação municipal e subsídios	97
5.1.1.5	Alocação dos recursos Triênio 2015/2016/2017	99
5.1.1.5.1	Arrecadação municipal e subsídios	103
5.1.1.6	Alocação dos recursos no biênio 2018/2019	104
5.1.1.6.1	Arrecadação municipal e subsídios	108
5.2	Panorama da evolução das alocações de recursos de 2007 a 2019	110
5.2.1	Perspectiva social	111
5.2.1.1	Pontos fortes e fracos da gestão municipal na perspectiva social	117
5.2.2	Perspectiva ambiental	139
5.2.2.1	Pontos fortes e fracos da gestão municipal na perspectiva ambiental	140
5.2.3	Perspectiva econômico-financeira	144
5.2.3.1	Pontos fortes e fracos da gestão municipal na perspectiva econômico-financeira	147
5.3	Panorama da Arrecadação municipal e subsídios de 2007 a 2019	158
5.4	Comparativo dos indicadores de sustentabilidade entre os municípios limítrofes	165
5.4.1	Comparativo do IMRS entre os municípios limítrofes	166
5.4.2	Comparativo do IEGM entre os municípios limítrofes	170
5.4.3	Comparativo do IDHM entre os municípios limítrofes	172
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177

REFERÊNCIAS.....	181
APÊNDICES	194
ANEXOS	201

1 INTRODUÇÃO

A história recente revela que o Brasil passou por um processo de divisão político-administrativa, materializada pela fragmentação de sua malha municipal. A criação de um município, se inviável, significa a criação de uma cidade também inviável ou não sustentável. Não há como separar a parte do todo, uma vez que todos os defeitos de origem são exacerbados e concentrados nas cidades, sobretudo se considerarmos que a maior parte da população brasileira vive nos centros urbanos, sedes dos municípios (CARVALHO, 2002).

As cidades, num processo evolutivo rumo ao desenvolvimento equilibrado e saudável, exigem da gestão municipal um foco especial nas áreas social, ambiental e econômico-financeira, na busca por resultados positivos e constantes (SARUBBI; MORAES, 2018). Para tanto, diversas são as ferramentas utilizadas no contexto da gestão municipal, cuja finalidade é realizar avaliações e minorar os impactos buscando o desenvolvimento sustentável. Torna-se, portanto, necessário gerar conhecimento e difundir informações, além de avaliar o desempenho das cidades rumo à sustentabilidade (SOUZA *et al.*, 2009).

Sustentabilidade Municipal é definida quanto à capacidade de um município de prover, buscar por melhorias em diversas áreas, diminuir a degradação pela ação humana. Busca a redução da desigualdade e exclusão social e propicia medidas essenciais para o bem-estar da população, tais como: saúde, educação, segurança pública, saneamento básico e meio ambiente dentre outras e a criação de políticas públicas para enfrentar os desafios da atualidade e futuros (BRAGA, 2004; GUIMARÃES NETO; CUNHA, 2018). Para tanto, há a necessidade da sustentabilidade fiscal. O município deve possuir o equilíbrio entre as suas receitas e despesas, na busca de seu desenvolvimento (GUIMARÃES NETO; CUNHA, 2018).

O desenvolvimento pode ser conceituado como um processo de enriquecimento dos países e de seus habitantes, relacionado à ascensão no aspecto social, político e sustentável. Desenvolvimento garante lucro e investimento, mas nem sempre garante igualdade para uma população ou nação (CLEMENTE, 2000; KIRST; LANG, 2019).

Por sua vez, crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva de uma economia, resultado do aumento de recursos financeiros, e mesmo que aconteça concomitantemente, deve-se distinguir os dois termos, pois eles não estão atrelados ou relacionados (ESCÓSSIA, 2009).

Desta forma, o fortalecimento dos processos de gestão dos municípios é fundamental para resgatar e manter a qualidade de vida das cidades, bem como de seus habitantes, preservando as condições de sustentabilidade. Ao mesmo tempo permite seu desenvolvimento, o que torna imprescindível a existência de ferramentas capazes de auxiliar os gestores na incorporação de práticas do desenvolvimento sustentável na sociedade (LOPES, 2016; GONZÁLEZ-GARCIA *et al.*, 2019).

Neste sentido, uma das maneiras de verificação da eficiência sobre as políticas e ações de um município se baseia no desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade, com abrangência nas áreas social, ambiental e econômico-financeira. Estes indicadores permitem analisar as possíveis falhas e sugerir melhorias e auxiliar na tomada de decisões por parte do poder público, assim como na formulação de políticas públicas. É um importante instrumento para o planejamento da gestão municipal (SARUBBI; MORAES, 2018).

Para Gavira, Moraes e Dadario (2017), os indicadores municipais permitem uma melhor aplicação da legislação, melhoria da informação por meio do incremento da base de conhecimentos, melhores investimentos para a política pública e integração com políticas de outras áreas. Assim, evidencia-se a relevância do uso de indicadores de sustentabilidade como instrumentos do planejamento e gestão, seja pela sua capacidade de transmissão de informações, seja pelo seu poder de influência em políticas públicas.

Devido à existência de peculiaridades entre municípios de uma mesma região e entre regiões de um mesmo estado, políticas públicas devem ser formuladas considerando essas características, visando a redução de disparidades. É importante frisar que os gestores públicos devem ter conhecimento das variáveis socioeconômicas da região de atuação em uma mesma unidade territorial, o que se dá, geralmente, pela análise de indicadores de sustentabilidade (SIQUEIRA, 2016).

1.1 Problema de pesquisa

Nesse aspecto, tais indicadores possibilitam reconhecer se ocorreram avanços e melhorias na administração pública, assim como identificar a necessidade de mudanças durante a gestão da coisa pública. Assim sendo, demonstram a importância desses instrumentos (SANTOS; FERREIRA, 2017). Para o conhecimento das características socioeconômicas ou desenvolvimento socioeconômico dos municípios são utilizados indicadores socioeconômicos, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Produto Interno Bruto Municipal (PIB-M) e, no caso do Estado de Minas Gerais, o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), (FJP, 2019).

No município em estudo, procura-se analisar se os gastos/investimentos alocados em sua estrutura orçamentária, no período de 2007 a 2019, fizeram com que a administração pública alcançasse avanços e melhorias que apontam para a sustentabilidade nas perspectivas social, ambiental e econômico-financeira, utilizando como parâmetro o IMRS. Tal índice se apresenta como uma importante ferramenta de avaliação do desenvolvimento dos municípios mineiros.

No que se refere às suas dimensões, salienta-se que, ao longo dos anos, algumas foram acrescentadas e outras sofreram mudanças. Cabe esclarecer que o IMRS é uma média ponderada dos índices de cada dimensão. Em sua última edição, publicada em 2019, abrangendo dados de 2015, 2016 e 2017, contempla as seguintes dimensões: saúde; educação; segurança pública; vulnerabilidade social; meio ambiente, saneamento e habitação; cultura, esporte e lazer (FJP, 2019).

Diante do contexto apresentado, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: **Como se configura a sustentabilidade do município de Porto Firme – MG, tendo como base a análise da alocação dos recursos públicos nas dimensões do índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS?**

1.2 Objetivos

Com o intuito de responder ao problema de pesquisa, apresentam-se o objetivo geral e os objetivos específicos do presente estudo.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar e descrever a configuração da sustentabilidade do município de Porto Firme – MG, com base na alocação dos recursos públicos nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade social – IMRS, considerando as perspectivas social, ambiental e econômico-financeira.

1.2.2 Objetivos específicos

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- a) Diagnosticar a situação da sustentabilidade do município de Porto Firme – MG, via análise dos instrumentos de planejamento, execução orçamentária e relatórios das prestações de contas;
- b) Analisar e descrever as alocações dos recursos do município de Porto Firme – MG nas dimensões do IMRS dentro das perspectivas social, ambiental e econômico-financeira, no período de 2007 a 2019;
- c) Identificar os pontos fortes e fracos da gestão municipal no mesmo período;
- d) Comparar indicadores de sustentabilidade de Porto Firme com os municípios limítrofes;
- e) Analisar e descrever a percepção dos gestores municipais de Porto Firme sobre a sustentabilidade municipal na sua referida área de atuação.

1.3 Justificativas

Os indicadores sociais vêm sendo utilizados pela literatura com o intuito de respaldar as políticas públicas e o planejamento governamental, cuja finalidade é ampliar o

conhecimento e fomentar discussões sobre o desenvolvimento humano, social, ambiental (JANNUZZI, 2009; OLIVEIRA, 2013).

Com a descentralização da administração pública no Brasil, o repasse de deveres e obrigações dos níveis mais altos de governo (Federal), para níveis mais baixos (Estados e Municípios), faz com que o papel da administração pública municipal se torne imprescindível para o bom funcionamento do mecanismo e possibilita a otimização e o nível de aproveitamento dos recursos públicos destinados à municipalidade (RIBEIRO, 2009). Nesse sentido, este estudo se justifica nos âmbitos acadêmico, institucional e social.

No âmbito acadêmico, realizou-se uma pesquisa, tomando como espaço a base de dados de teses e dissertações da Capes e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), assim como os bancos de dados dos principais periódicos nacionais, como da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e *Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL)*, nos anais dos congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e, para expansão da busca, realizou-se pesquisa no *Google Acadêmico*, nos meses de setembro a dezembro de 2019, por meio das palavras-chave “IMRS” e suas respectivas dimensões (saúde, educação, segurança pública, vulnerabilidade social, meio ambiente, saneamento e habitação e cultura, esporte e lazer) utilizadas concomitantemente.

Do resultado encontrado na pesquisa, destacaram-se 39 estudos, sendo 16 compostos por teses e dissertações e 23 de periódicos e anais de congressos. Os estudos revelaram, em suas respectivas dimensões, as mais variadas abordagens, por meio do IMRS, utilizado em sua maioria como dados secundários, seja como base única de pesquisa ou em conjunto com outros indicadores.

Desta forma, o indicador de sustentabilidade municipal objeto deste estudo, embora já tenha sido contemplado pela literatura, evolui, à medida que utiliza um período de estudo relativamente longo (2007 a 2019). Sua contribuição para a academia consiste em ampliar as discussões sobre as políticas públicas municipais com base nas receitas e despesas, visando o alcance do desenvolvimento sustentável baseado na alocação de recursos públicos nas dimensões do IMRS.

Quanto ao ponto de vista institucional, ao analisar a sustentabilidade municipal do município de Porto Firme, o caráter investigativo deste trabalho trará luz a uma melhor interpretação do indicador de sustentabilidade para verificação das ações da administração pública voltadas para o tema. Para Rodrigues, Moreira e Colares (2016) os gestores municipais precisam dispor de instrumentos de gestão e medição para formular e implementar políticas públicas que orientem o desenvolvimento econômico e social. Assim, poderão ser tomadas decisões que aperfeiçoem a alocação dos recursos públicos.

A centralidade atribuída à ordem pública foi acompanhada por alterações a esta dinâmica. A importância assumida pela política pública tem exigido não só estudos, mas pesquisas que apoiam a formulação, implementação e avaliação dos investimentos (FARAH, 2016).

No prisma social, por meio da leitura do indicador socioeconômico IMRS, os gestores têm subsídios para avaliar as dificuldades de cada município em áreas como Saúde, Educação, Infraestrutura, Assistência Social, Saneamento Básico e Renda, e, assim, elaborar proposições para a melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, o trabalho se justifica, uma vez que a sociedade deve ser sempre a principal beneficiária de todas as ações da administração pública visando o seu bem-estar, pilar básico da sustentabilidade municipal.

Este estudo está estruturado em seis seções considerando esta introdução. Na seção dois, encontra-se o referencial teórico. Na seção três, descrevem-se os procedimentos metodológicos. Na seção quatro, contextualiza-se o cenário. A seção cinco, apresenta a descrição e análise dos resultados. Na seção seis, faz-se as considerações finais seguidas das referências bibliográficas, apêndices e anexo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta a revisão da literatura sobre a temática em estudo. Por sua relevância, foram abordados os seguintes tópicos: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; sustentabilidade municipal; indicadores de sustentabilidade; Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) nas perspectivas social, ambiental e econômico-financeira. Aborda as políticas públicas e o ciclo das políticas públicas; transferências constitucionais; a qualidade do gasto público com as subseções planejamento na Administração Pública e instrumentos de planejamento da Administração Pública.

2.1 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Sustentabilidade, por ser um construto denso, não é fácil de definir. Essa falta de precisão de conceito evidencia a ausência de um quadro de referência teórico capaz de relacionar, sistematicamente, as diferentes contribuições dos recursos e campos de conhecimentos específicos (RATTNER, 1999; CUNHA, 2018).

No entanto, segundo Fenker e Ferreira (2011), a economia desenvolveu o conceito de sustentabilidade denominado *Triple Bottom Line* ou Tripé da Sustentabilidade. Abrange as perspectivas social, ambiental e econômico-financeira, de tal forma que essas três áreas possam interagir. A proposta é que se atinja a maximização das necessidades de cada uma delas: máximo lucro e retorno social, ambiental e econômico.

O Desenvolvimento Sustentável, sendo um meio através do qual pretendemos chegar à Sustentabilidade, no conceito genérico, envolve “atender às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” referido em (CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU). Este conceito surgiu em 1987 com o relatório “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), da Organização das Nações Unidas (ONU). Também conhecido como Relatório Brundtland, elaborado pela CMMAD em 1987, menciona a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável

e os padrões de produção e consumo. Esse modelo sugere uma conciliação entre crescimento econômico com as questões ambientais e sociais (CMMAD, 1991).

Segundo Ferreira (2013), apesar da utilização constante do conceito de 1987 com o relatório “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*) pelas instituições e da frequência com que é citado e difundido na literatura, não existe definição consensual entre os autores, sobretudo se entendido como um modelo alternativo de desenvolvimento, exatamente por ser vago, impreciso e complexo.

Nesse sentido, desponta a necessidade de um desenvolvimento sustentável, contrapondo o desenvolvimento atual baseado no lucro, privilegiando uma minoria da sociedade. Para Vinha (2003) o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu, no início da década de 1970, com o nome de eco desenvolvimento num contexto de controvérsias sobre as relações entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, intensificado pela publicação do Clube de Roma que pregava o crescimento zero como forma de evitar uma catástrofe ambiental. Emerge em um contexto por meio do reconhecimento de que o progresso tecnológico relativiza os limites ambientais, mas não os elimina, e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente, para eliminar a pobreza e a desigualdade social.

Já Kerk e Manuel (2008) consideram que uma sociedade sustentável é aquela na qual cada ser humano pode se desenvolver de maneira saudável, tais como: ter educação adequada; viver em ambiente limpo; numa sociedade equilibrada e segura; utilizar recursos não renováveis de forma consciente visando às gerações futuras, e, assim, contribuir para um mundo sustentável.

Para González-Garcia *et al.* (2019), as cidades são densas redes de intercâmbio de investimentos, informações, bens e pessoas, além de centros de inovação e gestão do conhecimento. Em uma estrutura tão complexa de habitação, inter-relações sociais e econômicas, as cidades se tornam grandes consumidoras de recursos e produtoras de degradação ambiental. Portanto, para preservar recursos e garantir serviços sociais e o bem-estar dos cidadãos, são necessárias ações de planejamento e políticas que contribuam para alcançar um crescimento sustentável.

2.2 Sustentabilidade municipal

Para Heinke (1997) a definição de desenvolvimento sustentável de Brundtland de 1987, também pode ser aplicada no contexto da administração pública. De acordo com essa filosofia, as decisões dos gestores públicos sobre o uso dos recursos existentes devem garantir eficiência econômica, equidade social e equilíbrio ecológico. No entanto, para o autor, a busca pelo desenvolvimento municipal sustentável pode se tornar complexa porque, embora o desenvolvimento urbano sustentável seja fortemente defendido por ambientalistas e administradores, a história do crescimento urbano mostrou um cenário conflitante.

O Brasil, segundo Nunes, Garcia e Ferreira (2018) passou por vários surtos emancipacionistas ao longo do século XX. A Constituição de 1946 abriu caminhos para essa emancipação e a Constituição de 1967, durante o regime militar passou a restringir a criação de novos municípios e estabeleceu critérios para evitar os excessos advindos da Constituição de 1946.

No entanto, a Constituição de 1988 concedeu aos municípios o *status* de ente federativo, dando-lhes autonomia tanto na esfera política como administrativa. Ademais, assegurou aos municípios a transferência de impostos do governo federal e estadual. Resultou novamente num aumento de 4.491 para 5.561 municípios no país na década de 1990. Porém, com a Emenda Constitucional Nº 15 de 1996, limitou a emancipação dos distritos, com novas regras constitucionais (NUNES; GARCIA; FERREIRA, 2018).

Com isso, conforme Gomes e MacDowell (2000), muitas consequências ocorreram devido às emancipações distritais, resultando em inúmeros pequenos municípios, a maioria com poucos recursos, dependendo exclusivamente do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com baixos indicadores e insustentáveis do ponto de vista socioeconômico.

Segundo Camagni, Capello e Nijkamp (1998), a sustentabilidade urbana pode ser especificamente interpretada como um processo de integração sinérgica e interação de sistemas econômicos, sociais e ambientais, para que o nível de bem-estar dos

moradores urbanos não seja prejudicado. A sustentabilidade se preocupa principalmente com a questão ambiental nos debates iniciais devido ao esgotamento de combustíveis fósseis, poluição ambiental e aquecimento global. No entanto, é insuficiente para alcançar a sustentabilidade apenas em termos de meio ambiente. As questões econômica e social também são importantes para o crescimento contínuo das civilizações (HONG *et al.*, 2019).

Um dos instrumentos instituído para a busca da sustentabilidade foi a criação do Estatuto da Cidade, pela Lei n.º 10.257 de 2001, que instituiu processos de gestão democrática e participativa na cidade. Possibilita aos cidadãos participarem da formulação, execução e acompanhamento de programas, planos e projetos de desenvolvimento do município. Sendo urbano o mundo atual, a maior parcela de seus habitantes vive nas cidades. Ao município cabe a adoção de medidas para favorecer o seu desenvolvimento territorial, com sustentabilidade social, cultural, econômica, política, ambiental e institucional. É de responsabilidade municipal garantir o direito à saúde, moradia, educação, aos serviços e equipamentos urbanos, ao transporte público, ao saneamento básico, cultura e lazer a todos que vivem no município (OLIVEIRA, 2001).

Na visão de Braga (2004), um município é considerado sustentável à medida que é capaz de manter ou melhorar as condições de seu sistema ambiental, limitar e mitigar o impacto de ações humanas. Deve reduzir desigualdades sociais, prover os habitantes de condições básicas de qualidade de vida e, ainda, construir pactos e políticas que permitam enfrentar desafios presentes e futuros.

Para Souza (2008), as cidades retratam a forma de intervenção humana sobre o meio ambiente causando um importante impacto no sistema natural e conseqüentemente ameaçando a disponibilidade e a qualidade dos recursos ambientais. Por representarem centros de concentração populacional e de atividade econômica, as cidades apresentam elevada atividade produtiva e níveis de consumo, o que demanda a entrada de energia e matérias-primas. Por conseqüência, há um aumento na geração de resíduos e poluição. Assim, entende-se que as cidades representam um grande desafio para a conservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável (SARUBBI; MORAES, 2018).

Este modelo de cidade tende a se tornar mais sustentável, procurando o equilíbrio do desenvolvimento e a conservação do meio ambiente, da igualdade social em oposição ao foco estritamente econômico (FONSECA, 2010; SARUBBI; MORAES, 2018). Essa tendência pode ser compreendida como resposta às pressões e acordos internacionais voltados ao desenvolvimento sustentável, cidades sustentáveis e aos planos e estratégias nacionais para sustentabilidade, aliados às pressões da própria sociedade civil e organizações não governamentais. As mudanças em busca da sustentabilidade nas cidades envolvem metas, tais como: redução da produção de resíduos; redução da poluição; utilização de energias renováveis; alterações nos padrões de consumo; educação ambiental; redução das desigualdades sociais, entre outras (MALHEIROS; PHILIPPI JR; COUTINHO, 2008; MIGATTA; MORAES, 2013).

Os municípios desempenham um papel importante na promoção do desenvolvimento sustentável em nível local. No entanto, enfrentam desafios significativos na integração abrangente de aspectos de sustentabilidade em ações administrativas. Contudo, além de outros atores relevantes da sociedade civil, empresas da economia local e organizações não governamentais, os municípios desempenham um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável. São instituições-chave responsáveis pela prestação de serviços públicos e, portanto, têm efeitos substanciais na qualidade de vida e no meio ambiente nas localidades, direta e indiretamente. (KIRST; LANG, 2019).

Rosa, Lunkes e Saviatto (2019) analisaram o efeito do uso de recursos públicos e treinamento para o desenvolvimento sustentável nos 5.569 municípios brasileiros em 2017, por meio do censo do IBGE e analisados na perspectiva de modelagem de equações estruturais com PLS (Mínimos Quadrados Parciais). Os resultados mostram que os recursos municipais têm um impacto positivo no desenvolvimento sustentável. Municípios cujos funcionários efetivos participam socialmente de fóruns e comitês de ambiente de trabalho, com recursos financeiros específicos para a sustentabilidade, apresentam melhor desempenho econômico, social e ambiental.

2.3 Indicadores de sustentabilidade

Segundo Lopes (2016), uma das questões preponderantes discutida no ambiente acadêmico e governamental é a preocupação com a sustentabilidade em cidades, municípios e países. Acentuam-se problemas sociais, ambientais, políticos e econômicos incompatíveis com os conceitos estabelecidos pelo desenvolvimento sustentável. Em decorrência, os indicadores de sustentabilidade tais como: serviços de saneamento, segurança pública, educação, saúde, mobilidade e acessibilidade, dentre outros, se tornam ferramentas úteis para compreender os processos relacionados a este modelo de desenvolvimento, contribuindo para o planejamento e gestão de ações sustentáveis entre os atores correspondentes.

Como o conceito de sustentabilidade é definido abstratamente, é comum usar uma estrutura de avaliação que busca alcançar um parâmetro por meio de sistema de indicadores. Desta forma, consolida os objetivos das políticas públicas relacionadas à temática como ferramenta de tomada de decisão, além de avaliar e gerenciar o *status* real da sustentabilidade nas cidades (VALENTIN; SPANGENBERG, 2000). No entanto, existem muitas questões na definição, seleção, medição e avaliação ou monitoramento da sustentabilidade, a fim de desenvolver um sistema de indicadores (LÜTZKENDORF; BALOUKTSI, 2017).

De acordo com Hammond *et al.* (1995), os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a determinada meta, mas são recursos que deixam tendências mais perceptíveis ou fenômenos que não são facilmente detectáveis. Furtado (2002) entende que os indicadores são determinados como representações numéricas de características, aspectos ou atributos previamente definidos como importantes ferramentas para a viabilização de um projeto ou ação.

Segundo Bellen (2005), projetos ou ações possuem metas preestabelecidas nas quais o uso de indicadores é fundamental para o monitoramento do alcance das mesmas ou para uma avaliação geral. Em outros casos se prestam para subsidiar atividades de planejamento público e decisões políticas em diferentes esferas e dimensões da realidade, sem necessariamente ter a existência de metas predefinidas. Assim, um conjunto de indicadores informa algo sobre um aspecto da realidade social, ou sobre

mudanças que estão se processando na mesma, permitindo um aprofundamento nos determinantes dos diferentes fenômenos envolvidos (JANNUZZI, 2009).

Para Cardoso (1998, p. 44) “a construção dos indicadores dependerá, assim, do uso específico a que devam servir, ou seja, devem se adequar àquilo que pretendem medir”. Essa definição do padrão dos indicadores é o primeiro momento para sua construção. Para que o desenvolvimento possa ser planejado de maneira eficiente é preciso que ele seja mensurado, ou seja, que tenha ferramentas que apontem aos agentes públicos se as políticas públicas e ações adotadas permitem conduzir o município, região ou estado rumo ao desenvolvimento sustentável (NEUHAUS, 2016).

Florissi (2009) acredita que, apesar de serem diversos os indicadores, pode-se assumir que eles estabelecem um padrão, seja para a avaliação do estado da realidade, através de diagnóstico ou monitoramento que subsidie estratégias e prioridades, seja para a avaliação do desempenho de políticas e programas. Tais indicadores medem o alcance dos objetivos (eficácia), o uso dos recursos (eficiência) e as mudanças operadas (impacto). Para a autora, essa definição do padrão dos indicadores é o primeiro momento para sua construção.

A ideia de desenvolver indicadores para avaliar a sustentabilidade surgiu na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente – Rio 92, conforme registrado no capítulo 40 da Agenda 21:

Os indicadores comumente utilizados, como o produto nacional bruto (PNB) ou as medições das correntes individuais de contaminação ou de recursos, não dão indicações precisas de sustentabilidade. Os métodos de avaliação da interação entre diversos parâmetros setoriais do meio ambiente e o desenvolvimento são imperfeitos ou se aplicam deficientemente. É preciso elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para adotar decisões em todos os níveis, e que contribuam a uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados do meio ambiente e do desenvolvimento” (UNITED NATIONS, 1992).

De acordo com Florissi (2009), a proposta era definir padrões sustentáveis de desenvolvimento que considerassem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais. Para atingir esse objetivo tornou-se necessário elaborar indicadores que mensurassem e avaliassem o sistema em estudo, considerando todos esses aspectos.

No Brasil, para o conhecimento das características socioeconômicas ou desenvolvimento socioeconômico municipal, são utilizados indicadores socioeconômicos dos municípios, com seus respectivos órgãos, tais como: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); Produto Interno Bruto Municipal (PIB-M); Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM); Índice Geral da Qualidade da Educação (IQE); Índice do Desenvolvimento Familiar (IDF); Índice de Desenvolvimento Tributário e econômico (IDTE), o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS); e, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG); Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN); *International Financial Reporting Standards* (IFRS); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Braga (2004) salientou que, devido à variedade e complexidade das variáveis envolvidas, é impossível identificar o grau de sustentabilidade de um país, estado ou município, tendo como referência poucas variáveis de observação. Medir a sustentabilidade requer a agregação de muitas informações multidisciplinares e de diversas áreas do conhecimento. O autor acrescenta que, deve-se disponibilizar a informação de forma clara e lógica à sociedade, sendo este o grande desafio: a possibilidade da criação de indicadores capazes de comunicar realidades complexas de forma sintética.

Para Rodrigues, Moreira e Colares (2016), os indicadores de sustentabilidade são instrumentos de gestão e medição que incorporam as dimensões de educação, saúde, emprego e renda do desenvolvimento humano. Auxiliam os gestores municipais na tomada de decisões com finalidade de aperfeiçoar a melhor alocação de recursos públicos. No entanto, os indicadores de sustentabilidade vêm sendo discutidos nas últimas duas décadas em termos de papel, desempenho, limitações e uso, liderados por várias organizações internacionais, institutos de pesquisa e universidades (HOLDEN, 2006). Por meio da interpretação desses indicadores, pode-se avaliar a situação de cada município em áreas temáticas, e, assim, fazer proposições para a

melhoria da qualidade de vida da população, sendo o indicador IMRS o objeto deste estudo.

2.3.1 Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)

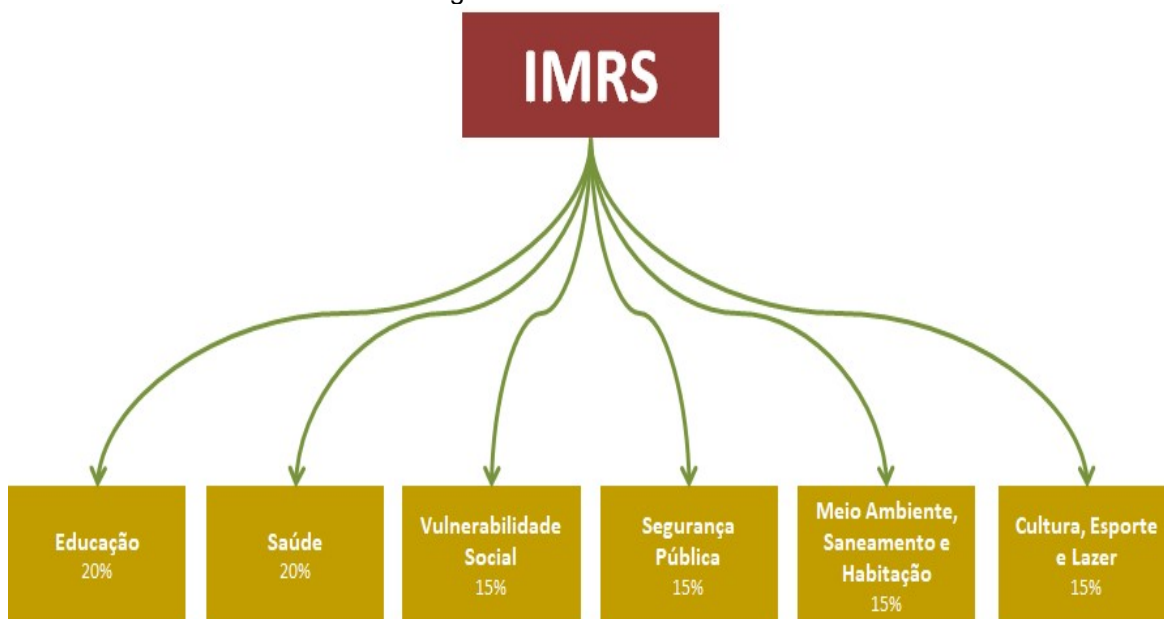
O IMRS foi criado pela Lei 14.172, de 15/01/2002, com alteração realizada pela Lei 15.011, de 15/01/2004, que atribuiu à Fundação João Pinheiro (FJP) a responsabilidade pela sua elaboração. Tem por objetivo retratar o grau de desenvolvimento dos municípios e regiões de Minas Gerais, avaliando, qualitativamente, aspectos relacionados à sociedade, economia, infraestrutura, serviços públicos, instrumentos de governança, dentre outras características pertinentes à responsabilidade social dos três níveis de governo: municipal, estadual e federal. Disponibiliza aos governantes mineiros subsídios para o planejamento de políticas públicas e a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos (FJP, 2019).

Para tanto, são coletados dados que retratam as prioridades de políticas e programas públicos, permitindo avaliar a situação dos municípios e contemplando as dimensões saúde, educação, segurança pública, vulnerabilidade social, meio ambiente, saneamento e habitação, cultura, esporte e lazer. Cada dimensão é subdividida em indicadores que, após serem transformados em índices, são agregados de modo a compor o índice da sua respectiva dimensão. Desta forma o IMRS é a média ponderada dos índices de cada dimensão, cuja caracterização varia de 0 a 1 (FJP, 2019).

Na composição dos indicadores do IMRS, a partir dos 700 itens que compõem toda sua base de dados, 44 foram selecionados para a versão do IMRS 2016, publicado em 2019, contemplando os anos de 2015, 2016 e 2017. De acordo com a FJP (2019), a seleção se orientou por incluir em cada uma das dimensões abordadas, indicadores que retratassem três aspectos, tais como: a situação, o esforço das políticas públicas para atuar frente à situação observada e as características da gestão municipal.

A FIG 1 mostra a composição do IMRS com todas as suas dimensões.

Figura 1 – Dimensões do IMRS



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2019.

Diante da complexa realidade a ser retratada por índices e indicadores sociais, toma-se o município enquanto um espaço privilegiado para se investigar políticas públicas, compreendendo-o enquanto território vivo, delimitado e socialmente construído, onde a atual descentralização administrativa e tributária demanda e disponibiliza constantes informações pertinentes a indicadores sociodemográficos, como demonstra a composição do IMRS (JUNQUEIRA, 2004).

2.3.1.1 Perspectiva social

A perspectiva social para este estudo possui abrangência do IMRS nas dimensões saúde, educação, segurança pública, vulnerabilidade social, cultura, esporte e lazer, conforme descrito abaixo:

a) Saúde – a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 196, preconiza que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Para os brasileiros, uma boa saúde implica em

melhores condições de vida e do bem-estar, além de afetar a produtividade e a renda das pessoas.

Os indicadores são os meios para estabelecer o alcance dos objetivos das organizações na área de saúde. Donabedian (1993) indica sete atributos como pilares de qualidade em saúde: 1 – eficácia: a capacidade do cuidado, assumindo a forma mais perfeita de contribuir para a melhoria das condições de saúde; 2 – efetividade: o quanto que melhorias possíveis nas condições de saúde são de fato obtidas; 3 – eficiência: capacidade de obter a maior melhoria possível nas condições de saúde ao menor custo possível; 4 – otimização: a mais favorável relação entre custos e benefícios; 5 – aceitabilidade: conformidade com as preferências do paciente no que concerne à acessibilidade, relação médico-paciente, as amenidades e o custo do cuidado prestado; 6 – legitimidade: conformidade com preferências sociais em relação ao mencionado anteriormente; 7 – equidade: igualdade na distribuição do cuidado e de seus efeitos sobre a saúde.

Em relação ao IMRS, a base de dados construída para essa dimensão incorpora indicadores organizados segundo três áreas temáticas: estado de saúde; acesso e utilização dos serviços de saúde, subdividida em atenção primária e atendimento médico-hospitalar; e gestão. Dos indicadores de saúde existentes na plataforma do IMRS, oito foram selecionados para compor o subíndice da saúde do IMRS (IMRS-saúde). Esses indicadores buscam retratar as condições em que a população se encontra, no município, num dado momento, em termos dos objetivos a serem alcançados pelas políticas de saúde (FJP, 2019). Alguns estudos, dentre os 39 destacados na revisão de literatura, utilizam a dimensão saúde do IMRS (TEMPONI, 2015; MAGALHÃES, 2015; ASSIS, 2017; LEAL, 2017; ROZA *et al.*, 2018; TEMPONI *et al.*; 2018), descritos no Quadro 1.

O Quadro 1 retrata estudos que utilizam indicadores do IMRS como critério para avaliação da qualidade da assistência à saúde de uma população, seja em termos de procedimentos específicos ou de uma rede de serviços.

Quadro 1 – Estudos sobre o IMRS – saúde.

Autor	Objetivo	Técnica
Temponi (2015)	Avaliar a distribuição epidemiológica de casos de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) no Estado de Minas Gerais no período entre 2007 a 2013.	Estatística descritiva.
Magalhães (2015)	Analisar a incidência de casos notificados de AIDS nos municípios mineiros de 2000 a 2010, e investigar a associação com variáveis demográficas, sociais e econômicas, entre elas a cobertura do Bolsa-Família.	Estatística descritiva e o modelo de regressão Bayesiano.
Assis (2017)	Analisar a implantação do Projeto Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde (PFVS) de Minas Gerais (MG).	Estatística descritiva.
Leal (2017)	Tem por objetivo a atenção integral como forma de garantir uma saúde com qualidade.	Estatística descritiva.
Roza <i>et al.</i> (2018)	Estudar a relação entre as taxas de gravidez na adolescência e o IMRS.	A análise estatística baseou-se no modelo de regressão Bayesiano.
Temponi <i>et al.</i> (2018)	Explicar a associação dos fatores socioambientais e dos grandes usos da terra com a ocorrência de casos de leishmaniose tegumentar americana (LTA) nos circuitos espaciais de produção, no Estado de Minas Gerais.	Estatística descritiva.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

b) Educação – a dimensão Educação na avaliação da responsabilidade social advém dos impactos da melhoria das condições educacionais sobre as outras dimensões, como o favorecimento das perspectivas de incremento de renda, do desenvolvimento cultural, a preservação ambiental e a queda na violência e na criminalidade. A base de dados construída para essa dimensão incorpora indicadores organizados segundo os temas: escolaridade da população; acesso e fluxo ao sistema de ensino e qualidade da educação.

E para avaliar esse desempenho dos órgãos do setor público, Dall’Olio (2018) afirma que os indicadores de efetividade contribuem para melhorar os resultados da administração pública, a partir das auditorias que possibilitam a correção da ação pública oportunamente. Nesse aspecto, dentre as principais áreas de atuação do serviço público para promoção do bem-estar social está a educação, que se configura como direito social fundamental e cláusula pétrea inserida na Constituição Federal de 1988.

Para a construção do subíndice da dimensão Educação do IMRS foram selecionados um total de nove indicadores desta base e procurou-se com eles retratar a situação educacional no município por meio do grau de escolaridade da população, do acesso ao sistema educacional, do fluxo dos alunos entre os anos escolares e da qualidade da educação básica (FJP, 2019). Alguns estudos utilizaram a dimensão educação do IMRS, conforme Quadro 2, (PAULA *et al.*, 2015; BERNARDO *et al.*, 2015; NASCIMENTO; COSTA; OLHER, 2015; SANTOS; GOMES; ERVILHA, 2015; OLHER, 2018; CORREIO; CORREIO, 2019; RESENDE, 2019).

Quadro 2 – Estudos sobre o IMRS – educação

Autor	Objetivo	Técnica
Paula <i>et al.</i> (2015)	Avaliar quais são os fatores determinantes da variação da qualidade no provimento de educação pública, tomando como referência o estudo dos municípios mineiros.	Estatística descritiva e análises de correlação e de regressão linear múltipla.
Bernardo <i>et al.</i> (2015)	Analisar se os recursos aplicados nas atividades de educação influenciam o nível de qualidade do ensino nos municípios que compõem a mesorregião da Zona da Mata, no Estado de Minas Gerais	Estatística descritiva e Regressão Linear Múltipla.
Nascimento, Costa e Olher (2015)	Analisar a eficiência na alocação dos gastos públicos nos 142 municípios da Zona da Mata mineira.	Estatística descritiva e Análise Envoltória de Dados (DEA).
Santos, Gomes e Ervilha (2015)	Avaliar o desempenho do governo na primeira fase do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).	Estatística descritiva e Análise Envoltória de Dados (DEA).
Olher (2018)	Avaliar a situação das famílias dos municípios da Zona da Mata Mineira por meio da elaboração e análise do Índice do Desenvolvimento Familiar (IDF) e analisar a relação entre a aplicação dos recursos públicos destinados à educação.	Estatística descritiva.
Correio e Correio (2019)	Analisar como os recursos públicos aplicados nas atividades de educação influenciam o nível de qualidade do ensino nos municípios mineiros.	Estatística descritiva.
Resende (2019)	Avaliar o nível de eficiência dos gastos públicos com educação nos municípios da microrregião de Juiz de Fora/MG	Estatística descritiva e Análise Envoltória de Dados (DEA).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Nesse aspecto, a qualidade do gasto público vem sendo objeto de pesquisas há algum tempo na propositura de modelos e indicadores que discorrem sobre a gestão pública, com a finalidade de melhorar o controle de recursos, a avaliação do desempenho e

da eficiência em busca da alocação eficiente de recursos públicos e prestação de contas para a sociedade.

c) Segurança Pública – para Costa e Lima (2014, p. 482), é uma expressão que carece de definição precisa, tratando-se de um conceito que se constrói empiricamente, a partir da forma como os diversos entes federados e distintas organizações "atuam direta ou indiretamente na busca de soluções para problemas relacionados à manutenção da ordem, controle da criminalidade e prevenção de violências".

O crescimento populacional, a maior concentração urbana e a reconfiguração das relações sociais resultaram em pequenos e positivos avanços para a qualidade de vida no Brasil. Entretanto, trouxeram consigo uma série de efeitos indesejados e externalidades negativas, que se configuram como um constante desafio para a administração pública, frente às distintas necessidades da sociedade que demanda dos entes governamentais serviços públicos de qualidade na área da segurança pública (ANJOS *et al.*, 2019). Nery *et al.* (2014) constataram, por meio de indicadores, que as alterações demográficas são capazes de influenciar a dinâmica da violência e a tendência de aumento nas taxas de homicídios.

O índice da dimensão, IMRS-Segurança Pública da FJP (2019), procurou captar os problemas de criminalidade no âmbito local, os recursos disponíveis para a administração da criminalidade e, ainda, como as instâncias municipais têm se envolvido com essas políticas. Na composição do índice foram selecionados os seguintes indicadores: homicídios intencionais registrados pelas organizações policiais, crimes violentos contra o patrimônio registrados pelas organizações policiais, quantidade de habitantes por policial militar e percentual do orçamento municipal gasto em segurança pública (FJP, 2019). Alguns estudos utilizaram a dimensão segurança pública do IMRS, conforme Quadro 3, (ERVILHA *et al.*, 2015; RIBEIRO; BASTOS, 2016; ANJOS; VIEIRA; ALMEIDA, 2017; ALBUQUERQUE; KARRUZ, 2018; SIQUEIRA; NUNES; JACOB, 2018; ANJOS *et al.*, 2019).

Quadro 3 – Estudos sobre o IMRS – segurança pública

Autor	Objetivo	Técnica
Ervilha <i>et al.</i> (2015)	Analisar os índices de eficiência dos gastos com segurança pública nos municípios mineiros.	Estatística descritiva e Análise Envolvória de Dados (DEA).
Ribeiro e Bastos (2016)	Compreender em que medida as taxas de crimes e seus registros são afetados pela disponibilidade de recursos e serviços de segurança pública e justiça criminal.	Estatística descritiva.
Anjos, Vieira e Almeida (2017)	Identificar quais são os fatores determinantes que explicam o nível de segurança pública no Estado de Minas Gerais.	Estatística descritiva e regressão múltipla linear.
Albuquerque e Karruz (2018)	Analisar as transferências voluntárias de Minas Gerais para ações em segurança pública nos municípios mineiros.	Estatística descritiva.
Siqueira, Nunes e Jacob (2018)	Analisar os homicídios ocorridos em Viçosa-MG entre os anos 2000 à 2015 e compreender quais foram os fatores da criminalidade.	Estatística descritiva.
Anjos <i>et al.</i> (2019)	Investigar a posse de armas de fogo e as condições socioeconômicas, demográficas, infra estruturais explicam a incidência de homicídios nos municípios de Minas Gerais nos anos de 2011, 2012 e 2013.	Estatística descritiva e o modelo de regressão com dados em painel dinâmico.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Diante dos estudos apresentados, percebe-se que diversos fatores propulsionam a incidência dos homicídios, o que reflete a necessidade de desenvolver pesquisas que busquem compreender tais relações e a melhor alocação de recursos públicos na área de segurança pública.

d) Vulnerabilidade Social – a Política de Assistência Social engloba os conceitos de vulnerabilidade definida como ampla acrescida da intersubjetividade estabelecida pelas relações (afetivas, culturais, raciais, de gênero, econômicas, dentre outras), vinculados à estrutura social e os direitos da cidadania. Tal política tem por propósito responder à demandas de prevenção e proteção de indivíduos, grupos e/ou famílias, quanto aos agravos, riscos ou danos relacionados à condições ou situações específicas, à sobrevivência e, ou, à cidadania (FJP, 2019).

Para Santos e Ferreira (2017) a análise do bem-estar do indivíduo se tornou uma medida comparável entre os países com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e também pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para a compreensão da realidade dos municípios. Segundo os autores, a proposta do

IDHM retrata o reconhecimento da heterogeneidade do país e a necessidade de fazer a distinção das especificidades locais para subsidiar a formulação de políticas públicas, como critério de local, o município, menor unidade político administrativa do país.

A caracterização desse cenário está expressa na base de dados do IMRS por um conjunto de indicadores da dimensão Assistência Social, cuja organização considerou as seguintes subdimensões: situação de vulnerabilidade, atendimento, institucionalização, recursos humanos e gastos (FJP, 2019). A seguir, são apresentados alguns estudos (Quadro 4) que utilizaram a dimensão vulnerabilidade social do IMRS (SANTOS, 2015; MATTA *et al.*, 2016; CRUZ, 2016; SANTOS; FERREIRA, 2017; GOMES, 2018).

Quadro 4 – Estudos sobre o IMRS – vulnerabilidade social

Autor	Objetivo	Técnica
Santos (2015)	Comparar a realidade socioeconômica dos pequenos municípios mineiros na perspectiva da abordagem do desenvolvimento humano local de 2000 e 2010.	Estatística descritiva e análises de <i>cluster</i> e de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários.
Matta <i>et al.</i> (2016)	Verificar quais fatores influenciam no desenvolvimento humano municipal e, por consequência, na qualidade de vida da população.	Estatística descritiva e técnicas de regressão e <i>cluster</i> .
Cruz (2016)	Analisar se a Lei Robin Hood influenciou no desenvolvimento dos municípios do Vale do Jequitinhonha.	Estatística descritiva, regressão linear múltipla, o método <i>backward</i> .
Santos e Ferreira (2017)	Comparar a realidade socioeconômica dos pequenos municípios mineiros na perspectiva da abordagem do desenvolvimento humano local de 2000 e 2010.	Estatística descritiva, análise de cluster e de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários.
Gomes (2018)	Avaliar o desenvolvimento dos indicadores socioeconômicos IMRS, IRFS, IDH-M e PIB-M, e a relação destes com os critérios de repasse do ICMS da Lei Robin Hood (LRH).	Estatística descritiva, método <i>kmeans</i> , modelo de regressão, método <i>backward</i> , além do MMQ.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Os estudos do Quadro 4 procuraram identificar condições de vulnerabilidade social em diferentes recortes utilizando o IMRS.

e) Cultura, Esporte e Lazer – A cultura é conceituada como toda e qualquer criação simbólica ou manifestação humana e sua inter-relação com o ambiente que integra um amplo sistema de significações, ou seja, além das edificações, obras,

objetos e documentos, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, bem como as criações científicas, artísticas e tecnológicas dos diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira. Já em relação ao esporte, a CF 1988 definiu como dever de o Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais e reconheceu o esporte como um direito de todos. Assim, o lazer entrou no rol dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988 no seu artigo sexto (BRASIL, 1988).

A dimensão do IMRS – Cultura, Esporte e Lazer possui os seguintes indicadores: existência de bibliotecas, pluralidade de equipamentos culturais (exceto bibliotecas), pluralidade de grupos artísticos e culturais, existência de banda de música, pontuação pela gestão e preservação do patrimônio cultural, pontuação pela execução de programas esportivos, percentual de alunos em escolas que possuem quadras esportivas (FJP, 2019). A seguir são apresentados estudos referentes à esta dimensão.

Segundo Nunes e Oliveira (2015), no decorrer da década de 1990 foram criados no Brasil mais de mil municípios. Em Minas Gerais o número foi superior a cem e, no Vale do Jequitinhonha, foram vinte e quatro. O objetivo deste estudo foi avaliar os possíveis benefícios advindos com as emancipações distritais ocorridas na década de 1990 e como elas contribuíram para promover a melhoria do bem-estar social dos cidadãos do Vale do Jequitinhonha. Observaram que, a partir daquela década, os municípios recém-criados apresentaram maior evolução nos indicadores de bem-estar social que as demais categorias. Para tanto, foi elaborado o índice sintético “de Bem-estar Social”, construído com base nos dados do IMRS e IDH do PNUD, no período de 2000 a 2010. O resultado mostrou que os indicadores sintéticos praticamente se equalizaram, o que demonstra ter ocorrido uma redução das desigualdades sociais entre os municípios do Vale do Jequitinhonha. As dimensões sociais que mais contribuíram para o desenvolvimento social dos novos municípios foram a cultura, o lazer, a assistência social e a educação.

Azara, Pessanha e Barbosa Neto (2017) avaliaram o nível de eficiência técnica do gasto público dos municípios da microrregião de Varginha-MG. A metodologia utilizada foi a análise de fronteira estocástica e as variáveis de análise foram: Indicador de Desempenho Agregado (DSP) das áreas de Educação e Cultura, Gasto público

em Educação e Cultura e a proporção destes gastos com relação ao gasto total dos municípios, número de habitantes, PIB *per capita*, taxa de urbanização e gastos com pessoal. A partir das análises realizadas, observou-se que os valores dos DSP's de cada município não se distanciam da média da microrregião. O modelo mostrou que a variável representativa do gasto absoluto e do PIB influencia negativamente o DSP. Entretanto, as variáveis ditas populacionais, o número de habitantes e a taxa de urbanização dos municípios, apresentaram um resultado diretamente proporcional. Os resultados demonstram que os gastos dos municípios não necessariamente estão indo para obtenção dos melhores resultados, ou seja, não há aplicação de maneira eficiente.

Costa *et al.* (2019) avaliaram por meio da Análise Envoltória de Dados e suas extensões, dois modelos sobre a eficiência dos gastos com difusão cultural em reduzir criminalidade e em proporcionar maior nível educacional nos municípios mineiros. Os resultados revelaram que, em média, municípios que despendem mais com difusão cultural tendem a apresentar maior eficiência em ambos os casos, reforçando a necessidade de intensificar os investimentos em políticas culturais em consonância com políticas educacionais e de segurança pública.

2.3.1.2 Perspectiva ambiental

A perspectiva ambiental para este estudo possui abrangência na dimensão do IMRS meio ambiente, saneamento e habitação, conjuntamente. O saneamento básico é um dos componentes elementares da saúde ambiental e seu caráter essencial é reconhecido antes mesmo da Revolução Industrial, quando as iniciativas de saneamento foram identificadas como instrumental importante para a prevenção de problemas com a saúde humana. Em relação ao meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas, ocorrida em Estocolmo, em 1972, definiu meio ambiente como conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas. A forma como o município se relaciona com o meio ambiente, com seus recursos naturais é muito importante para as condições de vida presentes e, sobretudo, para um desenvolvimento sustentável (HELLER, 1998).

Magalhães, Walkim e Gomes (2019) salientam que, a partir da década de 1990, o mundo despertou para os problemas socioambientais decorrentes das atividades econômicas. Inúmeros reflexos negativos provenientes do crescimento socioeconômico desordenado afloraram e a sociedade percebeu que deveria reverter este quadro. Então, surgiu a necessidade de se buscar novas fontes alternativas de combustíveis, preservação dos rios de água doce, entre outros desafios para os pesquisadores, juntando esforços em encontrar uma forma de minimizar os problemas ambientais e proporcionar à sociedade uma melhora na qualidade de vida.

Siqueira *et al.* (2018) consideram os serviços de saneamento básico como de primeira necessidade para promover a saúde pública. A prevenção de muitas doenças, como esquistossomose, febre amarela, febre paratifoide, amebíase, ancilostomíase, ascaridíase, cisticercose, cólera, estão condicionadas à disponibilidade de água em quantidade e qualidade necessárias. O mesmo pode ser observado com relação a inexistência ou pouca efetividade nos serviços de esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e de drenagem urbana.

A dimensão saneamento básico e habitação foi tratada em conjunto com a dimensão meio ambiente para compor o subíndice IMRS – meio ambiente, saneamento e habitação (FJP, 2019). O Quadro 5 trata de estudos sobre a dimensão saneamento e meio ambiente do IMRS (CONRADO, 2015; FERREIRA, 2015; SIQUEIRA, 2016; SGARBI, 2016; GUIMARÃES NETO, 2018; SIQUEIRA *et al.*, 2018; MAGALHÃES; WAKIM; GOMES, 2019).

Quadro 5 – Estudos sobre o IMRS – saneamento e meio ambiente

(continua)

Autor	Objetivo	Técnica
Conrado (2015)	Diagnosticar e interpretar as ações realizadas no campo socioambiental de uma destacada empresa florestal brasileira, qual seja, a Celulose Nipo-Brasileira S/A (CENIBRA).	Estatística descritiva.
Ferreira (2015)	Analisar o relacionamento entre o nível de desenvolvimento municipal e os <i>royalties</i> recebidos pela exploração mineral nos municípios.	Estatística descritiva e coeficientes de correlação de Pearson e de Spearman.
Siqueira (2016)	Analisar a promoção da universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado de Minas Gerais em 2004 a 2014.	Estatística descritiva.

Quadro 5 – Estudos sobre o IMRS – saneamento e meio ambiente

(conclusão)

Autor	Objetivo	Técnica
Sgarbi (2016)	Analisar a evolução da distribuição do ICMS Ecológico e seu impacto no PIB per capita e no IMRS.	Estatística descritiva, e os métodos foram análise de <i>cluster</i> , correlação e regressão.
Guimarães Neto (2018)	Identificar o grau de dependência econômica dos municípios mineiros em relação às empresas mineradoras instaladas em seu território.	Estatística descritiva, análise de <i>cluster</i> , análise de correlação e análise de regressão.
Sgarbi <i>et al.</i> (2018)	Analisar a evolução da distribuição do ICMS Ecológico e seu impacto no PIB per capita e no IMRS.	Estatística descritiva, e os métodos foram análise de <i>cluster</i> , correlação e regressão.
Siqueira <i>et al.</i> (2018)	Analisar as correlações existentes entre eficiência na alocação de recursos públicos em saneamento básico e saúde, educação, renda e taxa de urbanização nos municípios mineiros.	Estatística descritiva, e métodos da Análise Envoltória de Dados e Correlação Ro de Spearman.
Magalhães, Wakim e Gomes (2019)	Identificar os fatores que determinam a eficiência dos municípios mineiros, nas áreas de meio ambiente, habitação e saneamento.	Estatística descritiva e <i>Data Envelopment Analysis</i> .

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O Quadro 5 apresenta síntese de estudos em busca pela qualidade social, econômica e ambiental, por meio de ações e avaliações de indicadores em programas que proporcionam avaliação da eficiência, da eficácia, da efetividade, cuja finalidade é o bem-estar social e qualidade de vida para os cidadãos.

2.3.1.3 Perspectiva econômico-financeira

Segundo Costa *et al* (2015), a provisão de bens e serviços à população torna-se relevante à medida que se analisa a eficiência da gestão dos recursos públicos na esfera dos gastos governamentais. Para Draibe (2006), a política social se caracteriza como premissa para o desenvolvimento econômico, uma vez que proporciona bem-estar e melhora na qualidade de vida dos cidadãos.

Segundo Draibe (2006), a concepção de condução do crescimento econômico em paralelo com desenvolvimento social, que caracteriza o Estado de Bem-Estar Social, detém forte impacto na formulação de políticas públicas que visam e garantem este

conceito de gestão. A partir deste princípio central abre-se um leque para diversas abordagens de formulação de políticas públicas, ou seja, políticas macroeconômicas que visam à garantia do emprego e da renda, juntamente com as políticas sociais direcionadas à educação, mecanismos de distribuição de renda, dentre outros.

Para Sen (2000), o Estado de Bem-Estar Social e o desenvolvimento podem caminhar lado a lado com benefícios mútuos, pois o Estado é essencial para o desenvolvimento de um país, sendo o agente econômico que vai garantir a condição de cidadão para todos, proporcionando liberdades necessárias ao bem-estar social. Para o autor, desenvolvimento vai além de crescimento econômico e riqueza. Engloba também a distribuição de renda, a qualidade de vida e a liberdade da população.

Colman e Nixon (1985) entendem que o desenvolvimento é o aperfeiçoamento de aspectos desejáveis por uma sociedade. Porém, nem sempre há assentimento sobre quais perspectivas seriam essas, levando à conclusão de que os desejos e necessidades de uma população envolvem certo juízo de valor. Souza (1999) afirma que:

Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade (SOUZA, 1999, p. 7).

Nesse sentido, alguns estudos vêm sendo realizados visando o desenvolvimento econômico sustentável utilizando indicadores sociais aliados aos fatores econômicos e financeiros (FONSECA, 2010; FERREIRA, 2015; GOMES, 2018; GUIMARÃES NETO; CUNHA, 2018)

Fonseca (2010) construiu um índice de sustentabilidade de municípios brasileiros sob os aspectos social, econômico, ambiental e institucional. Ao longo da pesquisa, foram criados quatro índices sintéticos setoriais – social, econômico, ambiental e institucional – que medem o desempenho municipal nas quatro dimensões mencionadas. Um quinto índice sintético, denominado índice de sustentabilidade, agrupou esses quatro índices setoriais, proporcionando uma visão geral sobre a

medição da sustentabilidade dos municípios brasileiros. Os índices foram criados para oito municípios selecionados – Barreirinha (AM); Anapu, Faro, Novo Progresso, Rurópolis e São Félix do Xingu (PA); e Matupá e Nova Mutum (MT) -, com o apoio do programa *Dashboard of Sustainability* (Painel da Sustentabilidade). Concluiu-se pela necessidade de aprimoramento de indicadores em nível municipal, em especial no que se refere às dimensões ambiental e institucional. No que se refere ao programa *Dashboard of Sustainability*, foi constatado que, a despeito da contribuição para análise dos dados e para compreensão da realidade, ele ainda demanda melhoramentos no tocante à interface com programas de edição de texto.

Ferreira (2015) analisou espacialmente a atividade mineradora na região do Quadrilátero Ferrífero – MG, nos anos de 2000 e 2010. Foram realizados os cálculos de algumas Medidas de Localização e empregou as variáveis: Valor Adicionado Fiscal – VAF e Ocupados por Setor e realizou análise comparativa do IMRS e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM dos municípios, nos anos de 2004 e 2010, por meio dos coeficientes de correlação de Pearson e de Spearman. Para o autor a distribuição da atividade e padrões espaciais que contribuíssem para o entendimento da dinâmica econômica da região, constatando-se que a atividade ainda permanece concentrada em determinados municípios, tornando-os mais desenvolvidos que os demais da região.

Gomes (2018) avaliou o desenvolvimento dos indicadores socioeconômicos IMRS, IRFS, IDH-M e PIB-M e a relação destes com os critérios de repasse do ICMS da Lei *Robin Hood* (LRH) no período de 2002 a 2015. Utilizou-se o método *Kmeans*, e submetendo-os a análises baseadas no teste de *Kruskal-Wallis* e correção de *Bonferroni*. Também foi estudada a relação entre os repasses oriundos da LRH e os indicadores socioeconômicos, com objetivo de obter um modelo de regressão, utilizando a correlação de Spearman e o método *backward*, além do MMQ e a aplicação de variáveis *dummy*. A pesquisa apontou para crescimento médio dos indicadores, porém sem redução significativa na distribuição de renda e que esse crescimento aparentou não possuir relação com a LRH, denotando influência de outros motivos, como mudanças na gestão política e aumento de recursos oriundos de outras fontes.

Guimarães Neto e Cunha (2018) investigaram o grau de dependência econômica dos municípios do Estado de Minas Gerais em relação às empresas mineradoras instaladas em seus territórios, por meio da análise do relacionamento entre o nível de desenvolvimento municipal e os *royalties* recebidos pela exploração mineral nos municípios. Realizaram o estudo descritivo e explicativo com a base de dados do IDHM, IMRS, IDTE e IQG de Educação, Tesouro Nacional (Arrecadação e Royalties) e do PIB-M e População. Foram analisados 619 municípios, selecionados por serem aqueles que receberam *royalties* efetivamente de mineradoras. Os métodos utilizados foram análise de *cluster*, de correlação e de regressão. Observou-se que existe um viés entre o nível de dependência entre os *royalties* e o índice de desenvolvimento dos municípios analisados.

Entretanto, esse estudo ressalta que municípios muito dependentes de *royalties* nem sempre apresentam os melhores resultados socioeconômicos entre os demais municípios mineiros. Sobre a sustentabilidade econômica foram detectados municípios em que as receitas e as despesas não possuem uma relação de equilíbrio de longo prazo, constatando que os *royalties* não estão sendo aplicados em projetos que estimulem a diversificação econômica dos municípios. Observou-se dessa forma que, à medida que a arrecadação total aumenta o IDHM, o PIB-M e o IDTE do município também aumentam. Já para o IMRS e o Índice de Qualidade Geral de Educação, verificou-se que os *royalties* não são capazes de explicar sua variação.

Observa-se conforme estudos citados acima, a utilização dos indicadores do IMRS para análise e correção de sustentabilidade municipal aliados ao fator econômico-financeiro, objeto deste estudo.

2.4 Políticas públicas

As políticas públicas se apresentam como um programa de uma autoridade provida de poder público e de legitimidade institucional num setor da sociedade ou em um espaço geográfico (MENY; THOENIG, 1992).

As políticas públicas se destinam a promover a coletividade com o máximo de eficiência dos bens e serviços, que são dever do Estado e direito do cidadão. Assim,

as políticas públicas podem ser consideradas iniciativas governamentais para suprir uma demanda da sociedade (FERNANDEZ, 1996).

Grau (2003) tem uma definição mais democrática de política pública. Segundo ele, abrange todas as formas de intervenção de poder público na vida social.

As Políticas Públicas compreendem uma relação de ações e procedimentos que buscam a resolução de problemas ligados à recursos e bens públicos, sendo as pessoas envolvidas nesse processo denominadas atores (MATIAS-PEREIRA, 2007).

São vários os conceitos e definições de políticas públicas e inúmeras abordagens conceituais. Mas, de forma geral, de acordo com Souza (2006, p. 25), “guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos”. A autora acredita que:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como ‘o que o governo escolhe fazer ou não fazer’. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 69-70).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação e, ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, pg. 24).

Frey (2000), ao analisar o debate conceitual do campo da análise das políticas públicas, apresenta três dimensões para se diferenciar das expressões utilizadas na língua inglesa. A primeira delas constitui a dimensão institucional, chamada de “*polity*” que se refere à ordem do sistema político, à estrutura institucional. A segunda dimensão, chamada de “*politics*”, apresenta o processo político, de caráter conflituoso e que diz respeito à distribuição das decisões políticas. Por fim, a terceira dimensão,

chamada de “*policy*”, refere-se aos conteúdos concretos da política, aos programas e projetos oriundos das decisões políticas (FREY, 2000, p. 227)

Entretanto, Souza (2006) ao apresentar a ontologia das políticas públicas atribui à análise de políticas públicas duas distintas perspectivas. A primeira, de origem europeia, é caracterizada pelo estudo das políticas públicas preocupadas em analisar o Estado e suas Instituições. A segunda, mais difundida e sistematizada, representa a perspectiva teórica dos EUA, país que constituiu o estudo como disciplina acadêmica, cujo foco se concentra na observação do comportamento dos governos. Tal inclinação metodológica norte-americana regeu-se pela criação e consolidação dos estudos em políticas públicas em democracias estáveis, pois “aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2007, p. 67).

Para Secchi (2015), uma Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público orientado à atividade ou passividade de alguém. A Política Pública possui dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública, ou seja, a motivação para o estabelecimento de ações para tratamento ou para resolução de um problema; e o problema público, definido como a diferença entre uma situação atual vivida (*status quo*) e uma situação ideal possível à realidade coletiva.

A partir das definições sobre ‘política pública’ delineadas percebe-se que, até então, o governo atua como ator principal para consecução das finalidades de uma sociedade justa e igualitária e, para tanto, a política pública desempenha papel central na vida das pessoas. É um fator primordial para contribuir com o bem-estar da sociedade. Portanto, parte-se do pressuposto que as políticas públicas são formuladas para propiciar melhores condições de bem-estar à população. A sociedade, enquanto fim da política pública, possui papel substancial em seu processo de definição, elaboração, implementação e avaliação (SCOTTA, 2018), assim denominado ciclo de políticas públicas, que será descrito a seguir.

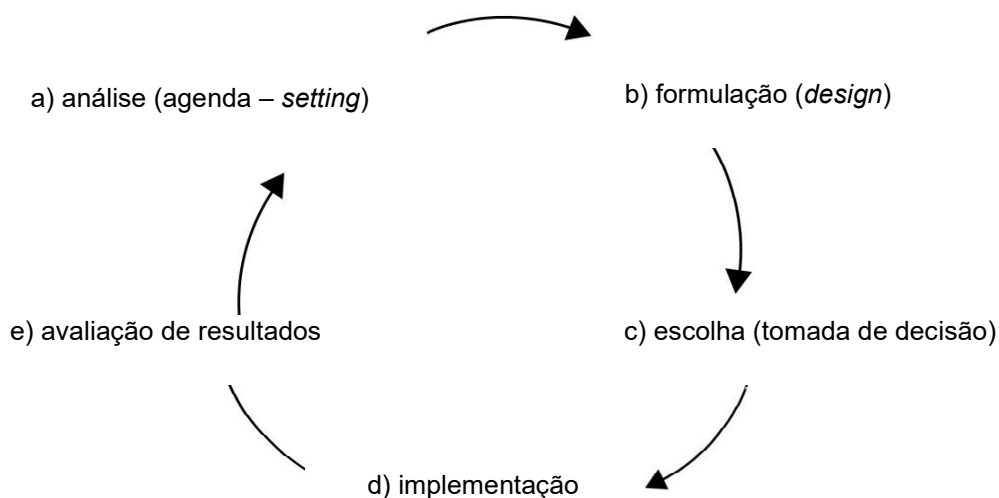
2.4.1 Ciclo das políticas públicas

O ciclo de políticas públicas possui várias abordagens. Ainda no século passado, Lasswell (1956) a utilizou como forma ideal de planejamento racional para organizar e sistematizar a discussão em torno da avaliação de políticas. Para Stone (1988), a teoria do ciclo das políticas públicas [*policy cycle*] tenta esclarecer a relação entre o ambiente social, político e econômico com as ações governamentais. Para Fisher e Forestier (1993), essas ações partem de um conjunto de pressupostos que determinam as atribuições de responsabilidades técnicas, a seleção dos assuntos relevantes que entraram na agenda, as ações a serem implementadas, a análise da relevância e a determinação do público-alvo.

O modelo teórico adotado neste estudo é o ciclo de uma política pública de Jann e Wegrich (2007), dividido em cinco etapas: análise (*agenda-setting*); formulação (*design*); escolha (tomada de decisão); implementação; e avaliação de resultados. Para os autores, esta análise de política pública por etapas ou fases criou diferentes linhas de pesquisa que enfatizam determinada fase do ciclo. Além disso, o processo de políticas públicas não segue essa sequência distinta e está frequentemente ligado e envolvido em um processo contínuo.

Apesar das limitações do modelo, a FIG. 2 ilustra as cinco etapas do processo de políticas públicas propostas por Jann e Wegrich (2007).

Figura 2 – Modelo cíclico do processo de política pública



Fonte: JANN e WEGRICH, 2007

- a) A primeira fase denominada análise (*agenda-setting*) é a formação da agenda, ou seja, um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Para começar a elaboração de uma política, é preciso decidir o que é prioritário para o poder público. A fase da agenda caracteriza-se pelo planejamento, que consiste em perceber os problemas que merecem maior atenção. Essa percepção precisa ser consistente com o cenário real em que a população se encontra. São analisados nessa fase: a existência de dados que mostram a condição de determinada situação, a emergência e os recursos disponíveis (SECCHI, 2013).
- b) A segunda fase corresponde a etapa de formulação (*design*). Este é o momento de apresentar as soluções para um problema dado como importante no que tange às políticas públicas já definidas na agenda, com a definição dos objetivos e as devidas ações a serem tomadas. Neste processo são avaliadas as principais alternativas como forma de resolver ou mitigar o problema. O estabelecimento de objetivos é o momento em que os políticos, analistas de políticas públicas e demais atores envolvidos no processo resumem o que esperam ser os resultados da política pública. A fase de formulação é composta pela análise e seleção das políticas a serem adotadas (MENY; THOENIG, 1992; SECCHI, 2013).

- c) A terceira fase é caracterizada pela escolha e a tomada de decisão. Representa o momento em que o interesse dos atores é equacionado e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas. Para Secchi (2013), existem três formas de entender a dinâmica da escolha das alternativas de solução para problemas públicos: os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm à procura de soluções, buscam escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez, sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério para a tomada da decisão; os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às suas soluções, sendo eventos simultâneos que ocorrem em um processo de comparações sucessivas; e os tomadores de decisão têm soluções em mãos e buscam problemas de maneira que sua proposta se transforme em política pública.
- d) A quarta fase inicia o momento da implementação, ou seja, a execução ou o cumprimento de uma política por parte das instituições e organizações responsáveis, podendo tais órgãos ser do setor público ou não, “mas o fato de tal política ter sido formulada não é condição para ser executada, podendo ser alterada ou até descartada” (JANN; WEGRICH, 2007, p. 51). Meny e Thoenig (1992) entendem que a implementação é a fase de uma política pública durante a qual se geram atos e efeitos a partir de um marco normativo de intenções, de textos ou de discursos. É o conjunto de ações que pretendem transformar as intenções em resultados observáveis.
- e) A quinta fase se refere à avaliação dos resultados. Para Jann e Wegrich (2007), a fase de avaliação das políticas públicas é a parte do processo em que é verificado se os resultados pretendidos foram alcançados. A avaliação se inicia com a observação do objetivo pretendido pela ação governamental e com os impactos causados pela adoção dessa política. Portanto, a avaliação não deve ser associada somente como o término do processo, mas como um ato contínuo, tanto nas fases iniciais quanto nas intermediárias, utilizando os *inputs* gerados por aqueles que foram afetados, ou que fizeram parte de qualquer uma das etapas. Deve também ser associada à eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas adotadas.

O ciclo é um esquema de visualização e interpretação, que organiza as ações de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Pode-se dizer que o ciclo é uma abordagem para o estudo das políticas públicas. Identifica fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de uma política, sendo que o modelo do ciclo das políticas públicas é uma concepção abstrata do processo político. Embora não corresponda exatamente ao que acontece na prática, funciona como um recurso de análise das políticas públicas. Por isso é denominado de “modelo heurístico” (RUA, 2014).

Na perspectiva utilizada neste estudo de políticas públicas é primordial apresentar a diferença existente entre a dimensão da avaliação de política pública e da dimensão da análise de política pública.

A avaliação das políticas públicas tem a finalidade de avaliar o alcance dos objetivos e dos resultados gerados num determinado plano, programa ou projeto de Política Pública. Quanto à análise de política pública, essa abrange outros aspectos além da avaliação, o que não a exclui, mas dimensiona a avaliação como a última etapa do ciclo que abrange a formulação, execução, implementação e a própria avaliação de determinada política pública (CAVALCANTI, 2007).

A tendência teórica dominante em relação à “avaliação das políticas públicas era aquela com um caráter racionalista, neutro e técnico que determina o sucesso ou insucesso dos esforços enviados pelo governo para resolver os problemas políticos” (FRONZA; NOGUEIRA, 2015, p. 106). E por outro lado, havia uma escassez de análises de políticas públicas que estivessem acompanhando o desenvolvimento das políticas de bem-estar.

A análise de política pública contempla quatro operações que condicionam as relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade tais como: descrição do conteúdo da política; análise do impacto das forças econômicas e forças políticas; investigação sobre o efeito dos vários arranjos institucionais e processos políticos; avaliação das consequências das políticas públicas na sociedade em termos de efeitos esperados ou inesperados e seus respectivos impactos (CAVALCANTI, 2007).

Entretanto, Arretche (2004) e Secchi (2015) ressaltam sobre a dificuldade de se estabelecer um consenso entre os pesquisadores sobre a diferença entre os dois termos, não só teórica, como metodologicamente. Esta ambiguidade se reflete na escassez de pesquisas sobre política pública.

O cenário adotado neste trabalho será o enfoque de uma análise de política pública cuja atividade e métodos de pesquisa estão preocupados em analisar e descrever a configuração da sustentabilidade do município de Porto Firme – MG, com base na alocação dos recursos públicos nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade social – IMRS, considerando as perspectivas social, ambiental e econômico-financeira.

2.5 Transferências constitucionais

A reforma constitucional de 1988 proporcionou a descentralização fiscal, quando estados e municípios foram dotados de maior autonomia política, legislativa e financeira, com ampliação de atribuições e responsabilidades. No que tange à autonomia financeira, a atribuição de competências tributárias distintas a estes entes tornou-os relativamente independentes, considerando a arrecadação proveniente de fontes próprias (NUNES; GARCIA; FERREIRA, 2018).

A Constituição, por sua vez, assegurou a capacidade tributária parcial aos entes federativos, em especial aos municípios, uma vez que, além de participação nas receitas tributárias da União e do Estado em que se inserem, existe a alternativa de geração de receitas próprias (CORBARI, 2008; BERNARDI, 2012). A descentralização parcial no Brasil visou, entre outras medidas, maior distribuição de recursos entre os entes federativos, porém não garantiu uma melhoria nos níveis de desigualdade entre os Estados e municípios do país (COSTA et al., 2012).

Com isso, a realidade vivenciada pelos municípios é adversa. Constata-se na maioria dos municípios baixo esforço fiscal, o que implica a insuficiência de receitas para o cumprimento de suas funções e competências básicas. Tal fato gera dependência e consequente aumento das transferências intergovernamentais (LEROY *et al.*, 2017).

Este cenário é vivenciado em todas as nações, onde o nível de arrecadação é maior no nível mais amplo e menor nos níveis locais, fato que torna necessária a transferência de recursos da instância central aos governos subnacionais. Estas transferências, além de corrigir o desequilíbrio vertical na Federação, ou seja, as diferenças entre atribuições e receitas nos diferentes níveis de governo, representam uma oportunidade de atenuar as disparidades regionais, uma vez que o território de uma nação raramente é homogêneo do ponto de vista econômico e social (BAIÃO; CUNHA; SOUZA, 2017).

Os municípios detêm a competência para instituir tributos incidentes sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), a transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) e sobre a prestação de serviços de qualquer natureza (ISS), bem como taxas e contribuições de sua responsabilidade, além das transferências intergovernamentais (BRASIL, 1988).

As relações institucionais entre a união, estados e municípios são complexas. A liberação de verbas para a execução orçamentária de projetos de infraestrutura tais como: educação, saúde, desenvolvimento social, habitação, dentre outros exemplos, deriva do Poder Federal. Os municípios têm um baixo poder de arrecadação tributária e, por isso, devem recorrer constantemente à esfera federal para suprir seus déficits orçamentários e garantir a execução de projetos de melhoria da administração pública em nível municipal, sendo o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) um difusor dessa mecânica de repasses (ARRETCHE, 2012; KERBAUY, 2014).

O FPM é um mecanismo de repasse de verbas públicas da União e tem como finalidade essencial atender às necessidades e complementação orçamentarias dos municípios. Essa transferência de recursos possui caráter redistributivo vinculado aos repasses oriundos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo a Controladoria Geral da União (CGU), possui caráter incondicional, obrigatório e sem contrapartida para os municípios, sendo o FPM direito irrevogável e intransferível para a manutenção do equilíbrio das contas públicas ao longo do ano.

O objetivo do repasse é promover o equilíbrio socioeconômico e amenizar as desigualdades regionais entre os entes federativos. Além do FPM, dentre as principais formas de transferências de recursos, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE; o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados – FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF; o Apoio Financeiro aos Municípios, Estados e Distrito Federal – AFM/AFE; o Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações – FEX; o Imposto sobre Produtos Industrializados Exportação – IPI-Exp; o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE-Combustíveis; o Imposto Sobre Operações Financeiras Ouro – IOF – Ouro; a LC 87/96 (Lei Kandir) e os Royalties (BRASIL, 2016).

Entretanto, essas transferências constitucionais de acordo com a EC nº 29/2000, regulamentada em 2012 pela Lei Complementar 141, define que os municípios devem alocar no mínimo 15% de suas receitas de impostos e transferências de impostos nas ações de saúde. Da mesma forma, os gastos com a educação, de acordo com o artigo 212 da CF, os municípios devem aplicar, anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de impostos e de transferências de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

2.6 A qualidade do gasto público

A literatura vem estudando os efeitos de um aumento nas receitas dos municípios brasileiros em resultados políticos e econômicos (GADENNE, 2012; BROLLO *et al.*, 2013; CORBI *et al.*, 2014; ALONSO, 2014; MONTEIRO, 2015; LOURENÇO *et al.*, 2017; SANTOS, 2019)

Gadene (2012) analisou as variações das receitas, tributárias e não tributárias, recebidas pelos municípios, com a finalidade de investigar a destinação do orçamento público e os impactos no orçamento dos municípios do Brasil em função das receitas próprias e das transferências do Governo Federal. Brollo *et al.* (2013) abordam o

impacto das receitas adicionais na gestão governamental passível de corrupção e na qualidade dos políticos.

Corbi *et al.* (2014) avaliaram o impacto das transferências de receitas aos municípios em relação aos gastos com mão de obra municipal nas gestões dos prefeitos. Eles analisaram as faixas de transferência, de acordo com a população de cada município, e também concentraram suas análises nas quebras de cada faixa. Os autores concluíram que os efeitos das transferências são maiores em municípios menores e pertencentes à região sudeste.

Alonso (2014), discorre sobre o modelo de gestão onde predomina o controle de recursos e não o desempenho e a eficiência, afirmando que a alocação eficiente de recursos pode ser feita por meio de ações e indicadores com a finalidade de melhorar o desempenho do governo, com a adoção de sistema de custos.

Monteiro (2015) analisou a relação entre gasto público em educação e desempenho educacional. Encontrou-se que aumentos da despesa municipal em educação estão associados a aumentos da escolaridade da população jovem, mas não há indicações de que os municípios brasileiros que mais investiram no setor melhoraram relativamente à qualidade do ensino. Identificou-se o impacto do aumento de despesas no setor, avaliando o desempenho educacional dos municípios produtores de petróleo beneficiados com aumentos de receitas de *royalties*. Esses municípios promoveram um aumento de despesas com educação 14% maior que os municípios costeiros vizinhos, mas não evidenciou reflexos no aprendizado dos alunos.

Lourenço *et al.* (2017) analisaram a eficiência técnica dos 250 maiores municípios brasileiros em termos de alunos matriculados no Ensino Fundamental, considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sob a contrapartida de despesas liquidadas, gastos médios por alunos e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nas dimensões educação e renda. Analisando o grupo composto pelos 15 municípios com pior desempenho de eficiência técnica, notou-se que, seria necessário um incremento médio na nota média do IDEB na ordem de 90% para estes serem elevados ao grupo dos municípios considerados eficientes. Os autores concluíram pela iminente necessidade de melhorar a qualidade do gasto

público com ensino fundamental nos municípios contemplados na análise, buscando maior observância do Princípio da Eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Santos (2019) investigou a expansão do programa de concessão de rodovias do Estado de São Paulo, que gera, de forma exógena, aumento nas receitas municipais via arrecadação de ISS. Utilizou-se a metodologia de diferenças em diferenças, analisou-se o impacto da variação exógena do aumento das receitas nos municípios sobre a qualidade dos gastos com educação e saúde, medida pela infraestrutura educacional e pelo número de médicos. O resultado mostrou que os municípios isolados que recebem a receita inesperada proveniente do ISS sobre as tarifas dos pedágios apresentaram aumento na quantidade de médicos, o que pode indicar melhor nível de atendimento à saúde local. Em relação à infraestrutura educacional, identificou-se piora neste indicador, o que pode refletir em salas com maior densidade de alunos. Por outro lado, mantiveram a qualidade das escolas, que foi medida pela análise do primeiro componente principal, criado por meio da combinação das variáveis do censo escolar.

Nesse sentido, para Garcia (2015), os entes federativos são cobrados cada vez mais pela sociedade por melhoria dos serviços públicos, investimento na economia, e garantia de seus direitos e responsabilidades nos gastos públicos. O ajuste fiscal é apresentado como uma alternativa, tendo como objetivo conter a expansão do gasto público e incentivar o crescimento econômico. Entretanto, a redução dos recursos disponíveis nesse caso ressalta a importância de priorizar a qualidade do gasto, a fim de que os seus resultados sejam maximizados (BENÍCIO; RODOPOULOS; BARDELLA, 2015).

Em consonância com essa preocupação com o crescimento acelerado dos gastos públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal buscou criar normas que limitam a despesa com pessoal e o endividamento. A lei não só prevê metas fiscais anuais e de provisão das despesas correntes, como também estabelece mecanismos para que seja feito o controle da qualidade dos gastos públicos. A relação Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida se tornou um foco da gestão fiscal do Estado, a fim de que o custo do funcionalismo não fosse responsável pela inviabilização das políticas públicas (PAIVA, 2006).

2.6.1 O Planejamento na administração pública

Duarte (2011, p. 26) definiu o planejamento como “o conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo”. Desta forma o planejamento leva em consideração as tendências e também as propensões naturais que podem levar ao seu pleno desenvolvimento. Ademais, o ato de planejar estabelece as regras de ocupação de solo, define as principais estratégias e políticas do município e explicita as restrições, as proibições e as limitações que deverão ser observadas para manter e aumentar a qualidade de vida para seus municípios (REZENDE; CASTOR, 2006).

Em toda boa administração o ato de planejar as ações é importante para se obter os melhores resultados. Na administração pública esta prática é ainda mais evidente, uma vez que os recursos são oriundos da população. Assim, utilizar bem as ferramentas de planejamento e executar as ações conforme seus preceitos é de fundamental importância para se obter os resultados esperados. Para Bernardi (2012) planejar não é um ato casual, mas algo pensado, refletido, um procedimento constante que possui regras e normas a serem seguidas para se chegar ao objetivo desejado. Um exemplo disso é o que acontece na administração pública, pois a mesma deve seguir diversos trâmites burocráticos e legislações específicas.

Um exemplo dessa especificidade é a descentralização fiscal que elevou, a partir da Constituição Federal de 1988, os municípios à categoria de entes federativos, trazendo, segundo Corbari (2008), consequências para o planejamento e o equilíbrio fiscal, com reflexo direto sobre as receitas e despesas dos entes federados. Quanto à receita, o autor salienta os efeitos que as transferências intergovernamentais exercem no desempenho fiscal dos municípios. Apesar de apresentar efeito positivo sobre os desequilíbrios fiscais entre as regiões, essas exercem efeito negativo sobre o desempenho fiscal dos governos receptores, causando a redução no seu esforço fiscal e expandindo os gastos.

Em relação às despesas, o problema se concentra em torno da ausência de definição clara das competências e atribuições de cada governo, uma vez que a

descentralização das responsabilidades públicas não acompanha o processo de descentralização dos recursos. As demandas sociais aumentaram e há escassez de recursos de determinados bens e serviços advindos do governo federal, fazendo com que os governos estaduais e municipais sejam obrigados a assumir essas responsabilidades aumentando seus gastos (CORBARI, 2008).

Para Costa (2008) a descentralização fiscal pode gerar ineficiência nas diferentes esferas governamentais devido à má distribuição dos recursos, concentração de renda em determinadas áreas, desequilíbrios regionais, dentre outros. O atual sistema de transferências no Brasil tem como característica o fluxo vertical de recursos para baixo, ou seja, o governo federal faz transferências para estados e municípios, e os estados por sua vez transferem recursos aos seus municípios. Para Tristão (2003) essas transferências são relevantes devido aos desequilíbrios financeiros entre receitas e despesas, consequência dos diferentes graus de desenvolvimento econômico entre as regiões do país e aspectos geográficos naturais que beneficiam determinadas localidades em detrimento de outras.

A partir desse contexto, o cenário brasileiro foi marcado por uma trajetória crescente de dívidas, maior pressão sobre os gastos públicos e de responsabilidade na gestão fiscal. Dentre as medidas de ajuste estrutural adotada pelo governo destaca-se a Lei Complementar nº 101, promulgada em 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta lei visa disciplinar a gestão das finanças públicas em todos os seus níveis de governo, estabelecendo limites para gastos com pessoal, renúncias de receitas, para seguridade social e outras (SANTANA, 2017).

2.6.2 Instrumentos de planejamento da administração pública

Para nortear os atos administrativos e garantir a boa aplicação e eficácia dos recursos públicos, os gestores têm à sua disposição ferramentas de planejamento e execução de seus programas de governo. O arcabouço legal, como disposto na Constituição Federal de 1988, que determina em seu artigo 165 e 166, o Plano Plurianual (PPA), junto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), compõe a tríade orçamentária, base do sistema de planejamento orçamentário. Cada

instrumento possui um papel definido pela Constituição Federal, com a respectiva adaptação em cada Lei Orgânica Municipal (LOM).

O PPA, de acordo Catapan, Bernandoni e Cruz (2013, p. 55), “tem como objetivo principal estabelecer metas de continuidade de programas e projetos de longo prazo, evidenciando novas expectativas de desenvolvimento”. Este alinha as metas do Poder Executivo para os seus mandatos e tem seu início e término no primeiro ano do Executivo, sendo elaborado a cada quatro anos. Para os autores constitui uma peça formal da administração pública, representando a tradução do plano de governo em programas e ações que atendem aos anseios da sociedade, em conformidade com os princípios da eficiência, eficácia, efetividade e equidade. Sendo assim, tudo o que será realizado durante o tempo de mandato do Executivo, deverá estar presente no PPA.

A LDO é considerada inovação no sistema orçamentário brasileiro. Ela dita as regras para o equilíbrio entre receitas e despesas para cada ano, além de dar mais transparência ao processo orçamentário, ampliando-se até mesmo a participação do Poder Legislativo no disciplinamento e na fiscalização das finanças públicas. Além disso, a LDO é considerada um elo entre o PPA e a LOA, uma vez que nela devem constar as metas e as prioridades para o exercício financeiro a serem planejadas anualmente pelo Poder Executivo e aprovadas pela Câmara Municipal. A LDO orienta a elaboração da LOA e as disposições sobre alteração na legislação tributária (CATAPAN; BERNANDONI; CRUZ, 2013).

A LOA se constitui através de uma proposta orçamentária anual, que apresenta, em termos monetários, as receitas e as despesas que o governo pretende realizar no período de um exercício financeiro, sendo responsabilidade do Poder Executivo sua elaboração e aprovação pelo Poder Legislativo. A LOA disciplina todas as ações do governo e nenhuma despesa pública que não esteja nela enquadrada pode ser executada (CATAPAN; BERNANDONI; CRUZ, 2013).

Segundo os autores, além dos três instrumentos mencionado acima, tem-se o Plano Diretor, que se constitui no principal instrumento de planejamento sustentável de municípios, contribuindo para a formação de diretrizes para expansão urbana e

desenvolvimento nas mais diversas áreas, visando o interesse da coletividade. Assim, é através dele que as normas para utilização dos instrumentos como o PPA, a LOA e a LDO são inseridos no planejamento municipal, possibilitando que estes sejam utilizados.

A forma de manter os gastos públicos sobre controle, ao mesmo tempo em que se destina mais recursos para programas eficientes de governo, repousa na atenção na formulação e avaliação das políticas públicas e na análise da qualidade do gasto, ambas altamente correlacionadas. Assim, é notório o fato de que os gestores públicos necessitam de informações para a tomada de decisão, sendo os indicadores do IMRS, objeto deste estudo, uma dessas ferramentas.

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico está estruturado em: tipo, abordagem e método de pesquisa, unidade de análise e unidade de observação, técnica de coleta de dados e, por fim, técnicas de análise e tratamento de dados.

3.1 Tipo, abordagem e método de pesquisa

Farias Filho e Arruda Filho (2013) delineiam a tipologia ou classificação da pesquisa, sendo apresentadas as formas de classificação de uma pesquisa, quanto à sua finalidade, objetivo, natureza, procedimento técnico e dados.

Esta pesquisa é caracterizada como do tipo documental, descritiva e explicativa. Para Sá-Silva (2009), a pesquisa documental é um procedimento que utiliza métodos e técnicas para a apreensão, a compreensão e a análise de documentos dos mais variados tipos, recorrendo a materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Caso em que provêm de fontes primárias necessitando cuidado na análise, pois não possuem ainda qualquer tratamento científico. Ou, ainda, podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, caso em que são tratados como fontes secundárias (GIL, 2009).

Na visão de Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa que apresenta um relato detalhado de um fenômeno social. Envolve sua configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos. Segundo Gil (2009), tem o objetivo de descrever as características do objeto de estudo através da observação e do levantamento de dados. Na pesquisa explicativa, segundo Collis e Hussey (2005), o pesquisador explica e justifica como os fatos ocorrem nos eventos analisados.

Já a abordagem do problema possui caráter quantitativo e qualitativo. A pesquisa quantitativa busca compreender os fenômenos por meio da coleta de dados históricos registrados, bem como compreende quantitativamente os fenômenos para, em seguida, classificá-los e compará-los. Na descrição quantitativa, a procura é pela

predominância, incidência, tamanho e pelos atributos mensuráveis de um fenômeno (LÚCIA DA SILVA; MENEZES, 2005). Quanto à pesquisa qualitativa procura observar, registrar, analisar, correlacionar e descrever os fenômenos (CERVO; BERVIAN, 2004). Deve haver uma preocupação com a identificação e descrição das dimensões, extensões, variações, importância e significado dos fenômenos (LÚCIA DA SILVA; MENEZES, 2005).

Considera-se, quanto ao método, um estudo de caso, visto que abrange abordagens específicas de coletas e análise de dados, estudando um caso específico. Os estudos de caso têm várias aplicações. Assim é apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado (YIN, 2005).

3.2 Unidade de análise e unidade de observação

A unidade de análise em questão é a Prefeitura Municipal de Porto Firme, Estado de Minas Gerais, – MG, tendo como unidade de observação os instrumentos de planejamento e execução orçamentários (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos programas), bem como as prestações de contas anuais analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de MG e aprovadas pela Câmara Municipal.

3.3 Técnica de coleta de dados

Quanto à procedência, consideram-se os dados primários, as entrevistas com roteiro estruturado realizadas com os gestores municipais, dentre aqueles que atuam em secretarias ou setores administrativos nas áreas social, ambiental e econômico-financeira, visto que a pesquisa tem como base os dados coletados da fonte com trabalho de campo, documentos originais, entre outros (YIN, 2005).

Como fontes secundárias, foram coletadas informações junto à base de dados e dos arquivos físicos da Prefeitura Municipal de Porto Firme – MG, da base da Fundação João Pinheiro, referente ao IMRS do município de Porto Firme, além dos dados do IMRS dos municípios limítrofes. Foram utilizadas, ainda, a base de dados do Tribunal

de Contas de Minas Gerais (TCE-MG), para conhecimento e utilização do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), e a base do Atlas de Desenvolvimento Humano, responsável pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), estes últimos utilizados neste estudo apenas com finalidade comparativa.

Na abordagem quantitativa, os dados foram coletados utilizando-se os documentos fornecidos pela Unidade de Análise relativos à arrecadação e à alocação dos recursos municipais, por meio da visita “*in loco*” na sede da Prefeitura Municipal de Porto Firme – MG, de onde foram extraídos os dados desta fonte secundária fazendo, se necessário, a retirada dos documentos para análise documental fora da sede. Foram coletados, ainda, dados do município nas bases das outras fontes secundárias citadas no parágrafo anterior.

Segundo Gil (2009), a pesquisa documental é desenvolvida a partir de materiais já elaborados e que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar documentos que não receberam um tratamento analítico (documentos oficiais, gravações, contratos etc.), analisa também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, dentre outras.

Segundo Fachin (2006), a pesquisa documental, além da fase da coleta de dados, abrange também os métodos e técnicas para facilitar a busca e identificação das informações.

A partir da análise documental dos dados extraídos das fontes secundárias, realizou-se a análise comparativa dos dados, ou seja, das alocações, dos indicadores e seus respectivos índices. O período de investigação compreendeu os anos de 2007 a 2019. O ano inicial seria 2002, em consonância com a primeira edição do IMRS, no entanto, foi deslocado para 2007 em função da disponibilização dos dados pela Prefeitura Municipal, uma vez que anterior a isso a busca nos arquivos físicos se tornaria inviável.

Na abordagem qualitativa, como fonte primária, a coleta se realizou pelas entrevistas

com roteiro estruturado para verificação da percepção dos gestores municipais sobre a sustentabilidade municipal em suas respectivas áreas de atuação. Foram realizadas sete entrevistas estruturadas, considerando as perspectivas social, ambiental e econômico-financeira. Para Vergara (2007), a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente por meio da etapa quantitativa. Assim, nas entrevistas estruturadas o entrevistador introduz o tema da pesquisa, pedindo que o sujeito fale um pouco sobre ele. O roteiro de questões foi definido de acordo com os resultados evidenciados pela etapa quantitativa de pesquisa e se encontra no Apêndice B.

As entrevistas foram gravadas, com a autorização dos participantes por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) conforme Apêndice A, que foram informados sobre a natureza do estudo. Foram garantidos, a pedido dos entrevistados, a privacidade e o anonimato. Dessa forma, cada gestor foi denominado conforme a pasta de atuação, a saber: Gestor da Saúde (GS); Gestor da Educação (GE); Gestor da Segurança Pública (GSP); Gestor da Vulnerabilidade Social (GVS); Gestor da Cultura, Esporte e Lazer (GCEL); Gestor Ambiental (GA); e, Gestor Econômico e Financeiro (GEF). Após a aplicação das entrevistas, realizou-se a transcrição fiel das respostas.

3.4 Técnicas de análise e tratamento dos dados

Na abordagem quantitativa, foram analisadas as rubricas que contemplam a trilogia social, ambiental e econômico-financeira (*Triple Bottom Line*). A perspectiva social foi representada pelas rubricas orçamentárias que contemplam gastos ou investimentos nas dimensões do IMRS saúde, educação, segurança pública, vulnerabilidade, cultura, esporte e lazer. A perspectiva ambiental foi representada pelas rubricas que contemplam gastos ou investimentos na dimensão do IMRS meio ambiente, saneamento e habitação. Por fim, na perspectiva econômico-financeira foram utilizadas as rubricas que contemplam gastos ou investimentos que não entraram nas dimensões anteriores do IMRS, por não fazerem parte atualmente da base do índice, quais sejam: as despesas da Câmara Municipal de Porto Firme, verbas de gabinete; assessoria, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e Secretaria de Obras.

Desta forma serão abrangidas todas as variáveis de receitas e despesas do município, sendo todas as informações extraídas dos instrumentos de planejamento e execução orçamentários do município (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos programas), bem como das prestações de contas já analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG e aprovadas pela Câmara Municipal. Assim, de posse dos dados resultantes da pesquisa documental, foi possível realizar as análises comparativas propostas juntamente com os indicadores do IMRS, disponíveis no *site* da Fundação João Pinheiro.

Na abordagem qualitativa, foi elaborada a Análise de Conteúdo dos dados identificados por meio das entrevistas realizadas em confrontação com os dados elucidados na pesquisa quantitativa. Portanto, os achados na pesquisa quantitativa foram aprofundados na pesquisa qualitativa, possibilitando maior compreensão do caso em estudo.

Utilizou-se a Análise Qualitativa Comparativa, mais conhecida como *Qualitative Comparative Analysis* (QCA). Trata-se de um recurso metodológico utilizado para analisar casos de forma comparada, sem perder de vista seus aspectos qualitativos, onde a busca não é pela generalização estatística, mas pela generalização no tempo e espaço. Assim, atribui-se que a AQC visa combinar alguns dos pontos fortes dos métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa (ALVES; GONÇALVES, 2017).

Entre os principais pontos abordados neste estudo estão o diagnóstico e a análise comparativa de metodologias de indicadores utilizados atualmente como instrumentos que auxiliam na gestão municipal, e como sua aplicação auxilia e incentiva o desenvolvimento e as boas práticas nos municípios, visando a formação de cidades e, ou, sociedades sustentáveis. Assim, esta pesquisa faz uma análise da alocação dos recursos públicos municipais e dos indicadores de sustentabilidade do município de Porto Firme – MG, no período de 2007 a 2019, em contrapartida à Receita Corrente Líquida – RCL municipal.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO

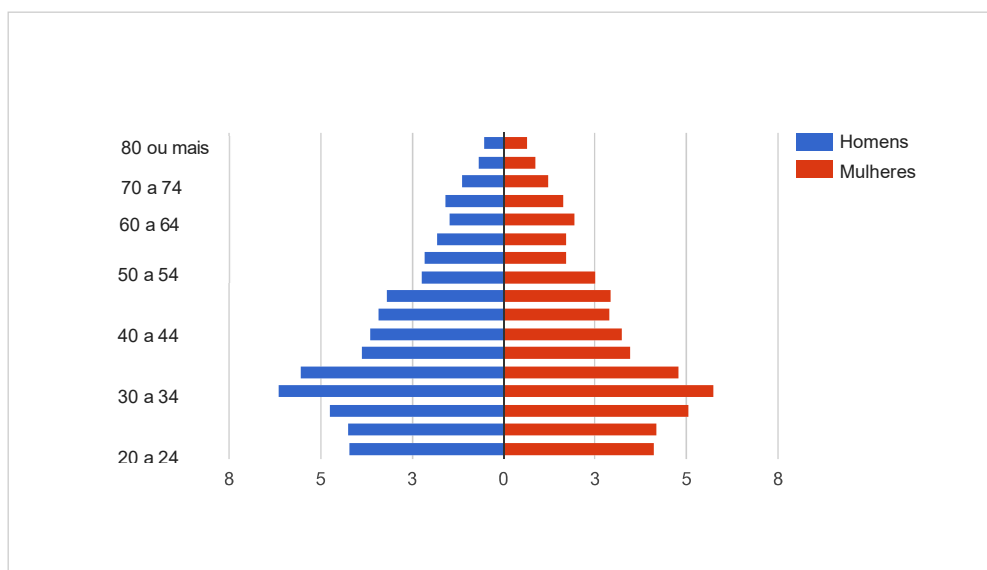
Esta seção descreve o ambiente em que a pesquisa foi desenvolvida. Para tanto, foi realizado um breve histórico do surgimento do município de Porto Firme – MG, seguido da descrição dos órgãos e departamentos da Prefeitura Municipal, local onde foi efetuada a coleta dos dados, e, por fim, informações atualizadas sobre sua regionalização dentro da estrutura administrativa do Estado de Minas Gerais e o panorama do município de acordo com os dados do IBGE (2019).

Recorrendo à história, no final do século XVII, quando desbravadores chamados bandeirantes, liderados pelo desbravador João Siqueira Afonso, oriundos de São Paulo, à cata do ouro, descendo o rio Guarapiranga, desde a região de Vila do Carmo e Vila Rica (hoje Mariana e Ouro Preto), estabeleceram-se às margens direita do Rio, construindo habitações toscas e improvisadas denominadas pelos aborígenes (índios Carijós ou Botocudos) de Tapera. O nome do povoado foi conservado até o ano de 1864, ligado à comarca de Ponte Nova – MG quando, por força da Lei de nº 1.198 de 09/08/1864, foi desmembrado e, como Distrito, foi transferido para a comarca de Piranga – MG onde mais tarde, por força da Lei nº 2.402, de 06/11/1877, recebeu o nome de Porto Seguro. Permaneceu assim até a década de cinquenta, do século XX, quando se emancipou, por força da Lei nº 1.039, de 12/12/1953, com o nome de Porto Firme (para distinguir de Porto Seguro no Estado da Bahia), limitando-se geograficamente com as cidades de Viçosa, Piranga, Guaraciaba, Paula Cândido e Presidente Bernardes (JOAQUIM QUINTÃO DE OLIVEIRA, Cônego, 2001).

4.1 Perfil do município de Porto Firme

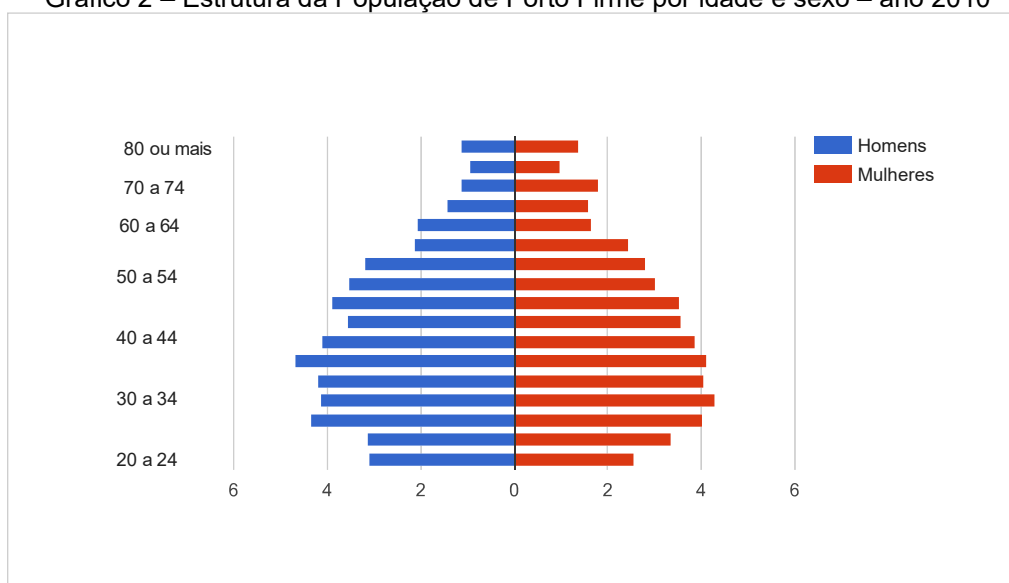
Porto Firme, classificado como município de pequeno porte da Zona da Mata Mineira, cuja população estimada de 11.279 habitantes, área de 284,777 km² e densidade demográfica 36,58 hab./km² (IBGE, 2019). A taxa média anual de crescimento populacional no período de 2010 a 2017 foi de 0,964%. Utilizando os dados dos censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010, a composição populacional de Porto Firme e a sua dinâmica de crescimento por sexo e idade são apresentados nos GRÁF. 1 e GRÁF. 2.

Gráfico 1 – Estrutura da População de Porto Firme por idade e sexo - ano 2000



Fonte: FJP, 2019.

Gráfico 2 – Estrutura da População de Porto Firme por idade e sexo – ano 2010



Fonte: FJP, 2019.

Observa-se nos GRÁF. 1 e GRÁF. 2 as mudanças ocorridas na composição da população segundo sexo e idade comparando as pirâmides etárias de 2000 e 2010. Percebe-se um cenário marcado pela queda da população jovem e aumento da população mais velha explicitando uma transição demográfica populacional. Esta transição traz questões a serem consideradas no desenho das políticas públicas, ou seja, o envelhecimento populacional. Este desenho reporta as demandas diferenciadas nos serviços de educação, saúde, assistência social, para as quais o poder público deve se preparar.

Cabe destacar ainda que o município possui um saldo migratório positivo, significando que, comparando o senso de 2000 e 2010, recebeu mais pessoas do que expulsou, gerando assim uma Taxa Líquida de Migração de 3,15 em 2010, mostrando o quanto a população do município cresceu devido ao processo migratório (FJP, 2019).

Quanto à abrangência do município na regionalização do Estado de Minas Gerais temos que: As regionalizações são formas de agrupamentos dos municípios do estado criadas para fins de planejamento (estadual ou nacional) ou de gestão setorial (como da saúde, da educação, do meio ambiente, da segurança pública, da justiça e da assistência social e Sebrae). Ao longo do tempo, em Minas Gerais os governos estaduais adotaram diferentes regionalizações. Instâncias administrativas do governo também as adotam para atender diretamente ao exercício de suas atividades, tornando-se necessário apresentar o município e a sua inserção no contexto regionalizado, no qual o município necessita de outras instâncias para efetuar suas atividades político-administrativas. O Quadro 6 apresenta sua inserção nas regionalizações do estado.

Quadro 6 – Inserção de Porto Firme nas regionalizações do estado

Pertence a:	de:
Microrregião	Viçosa
Mesorregião	Zona da Mata
Região Imediata	Viçosa
Região Intermediária	Juiz de Fora
Região de Planejamento	Mata
Territórios de Desenvolvimento	Caparaó
Região ampliada de Saúde (Macrorregião)	Leste do Sul (Ponte Nova)
Região da Saúde (Microrregião)	Viçosa
Polo Regional da Secretaria de Educação	Zona da Mata
Superintendência Regional de Ensino	Ponte Nova
Superintendência Regional da Fazenda	Juiz de Fora
Unidade Regional Colegiada	Zona da Mata
Bacia Hidrográfica	Bacia Hidrográfica do Rio Doce
Administração Fazendária	Viçosa
Comarca	Piranga
Região Integrada de Segurança Pública	13ª RISP
Batalhão	31º BPM
Delegacia	2ª DRPC (Conselheiro Lafaiete)
Regional da SEDESE	São João del Rei

Fonte: FJP, 2019.

A FIG. 3 mostra um recorte do mapa contendo o município de Porto Firme e suas cidades adjacentes.

Figura 3 – Mapa de Porto Firme e suas adjacências.



Fonte: FJP, 2019.

Em complementação aos dados demográficos do município de Porto Firme, será apresentado um panorama da situação de renda e emprego do município.

4.1.1 Renda e emprego

Esta subseção traça um panorama sobre a situação de Porto Firme quanto à situação de renda, emprego, economia e setor produtivo. Os indicadores utilizados para verificar a situação do município abarcam três temas correlacionados: renda das pessoas, emprego, renda e estrutura do setor produtivo.

- a) Renda das Pessoas: Analisando os dados do período censitário de 2000 e 2010, a renda per capita de Porto Firme cresceu a uma taxa média anual de 5,28%, atingindo, nesse último ano, R\$ 577,75 (a preços de dezembro de 2017).

O nível de pobreza no município decorre da renda per capita e do grau de desigualdade de renda entre seus habitantes. Em 2010, os 10% mais ricos detinham 35,33% da renda total e os 60% mais pobres ficavam com apenas 28,20% dela.

Considerando-se pobre a pessoa cuja renda domiciliar per capita mensal é inferior a R\$ 220,70 (a preços de dezembro de 2017), a proporção de pobres na população de Porto Firme passou de 45,81% em 2000 para 23,30% em 2010, ou seja, melhorou o

nível de pobreza do município.

Alguns indicadores explicam em parte a situação e a evolução da renda per capita, da desigualdade e da pobreza no município. Um deles são as transferências de recursos de programas governamentais a famílias de baixa renda, especificamente o Bolsa Família (BF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em 2010, 1209 famílias de Porto Firme eram beneficiárias do BF e recebiam, em média, R\$ 154,66 por mês; em 2017, eram 2.168 famílias beneficiárias, recebendo, em média, R\$ 249,47 por mês. Quanto ao BPC, em 2010, entre idosos e deficientes, existem 85 habitantes do município, com um valor médio de R\$ 802,17; em 2017, eram 168 os beneficiários desse programa, recebendo, em média, R\$ 942,89 por mês.

- b) Emprego: Os indicadores relacionados ao mercado de trabalho mostram a evolução da renda per capita, da desigualdade de renda e da pobreza no município, tais como: a taxa de atividade, a taxa de desemprego, o rendimento médio dos ocupados e sua desigualdade, o grau de formalização do emprego, o peso dos setores de atividade.

A taxa de atividade da população adulta (18 anos ou mais) em Porto Firme, aumentou de 57,02% em 2000 para 59,21% em 2010, ao passo que a taxa de desocupação nessa mesma faixa etária passou de 6,97% para 5,60%. Já o rendimento médio dos ocupados de 18 anos ou mais cresceu 1,25%, ao ano entre 2000 e 2010, atingindo R\$ 792,35 por mês. Por sua vez, o aumento da taxa de atividade e queda na taxa de desemprego significam maior utilização da força de trabalho e contribuem, portanto, para o crescimento da renda per capita do município. Quanto ao grau de formalização dos ocupados de 18 anos ou mais de idade do município passou de 25,73% em 2000 para 36,88% em 2010.

No entanto, os indicadores de mercado de trabalho só estão disponíveis nos anos censitários. Para os anos intercensitários e pós-2010, pode-se verificar apenas o comportamento do setor formal, a partir de indicadores construídos com as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Desta forma, a taxa de emprego no setor formal em Porto Firme passou de 5,70%

em 2000 para 9,40% em 2010 e para 8,10% em 2017, ao passo que o rendimento médio dos ocupados no setor formal passou de R\$1.982,66 em 2000 para R\$1.270,37 em 2010 e para R\$1.427,03 em 2017.

- c) Renda e estrutura do setor produtivo: A renda per capita das famílias depende em maior ou menor grau do PIB per capita do município, que, por sua vez, depende da estrutura do setor produtivo, ou seja, da composição setorial da produção e da ocupação.

Cabe ressaltar que o PIB per capita corresponde ao valor do produto interno bruto (PIB) dividido pela população total. O PIB corresponde ao somatório do total do valor adicionado pelos setores produtivos e o valor líquido dos impostos (ou seja, subtraídos os subsídios). Ao reportar-se no período de 2002 a 2016, o PIB per capita de Porto Firme passou de R\$ 5.270,26 para R\$ 7.923,58 (valor de referência de dezembro de 2017).

A TAB. 1 apresenta a participação dos setores agropecuário, industrial e de serviços (esse último subdividido em administração pública e outros serviços) no total do valor adicionado no município em 2016.

Tabela 1 – Participação dos setores no valor adicionado – Porto Firme – 2016

Setores	% do valor adicionado total
Agropecuária	17,30
Indústria	8,90
Serviços	73,70
Administração Pública	44,90
Outros Serviços	28,8

Fonte: FJP/IMRS, 2019.

Quanto à distribuição dos ocupados de 18 anos ou mais de idade de acordo com o Censo de 2010 e, por outro, abarcando apenas o mercado formal de trabalho, a distribuição das ocupações no ano de 2017, de acordo com as informações da RAIS, são apresentadas na TAB. 2 na composição setorial de ocupação.

Tabela 2 – Percentual dos ocupados por setor de atividade – Porto Firme

Setores	% dos ocupados de 18 anos ou mais de idade (Censo-2010)	% das ocupações formais (RAIS- 2017)
Agropecuária	46,90	11,6
Indústria de transformação	4,07	2,3
Indústria da construção	7,77	8,7
Extração mineral	0,44	1,7
Comércio	10,38	26,9

Fonte: FJP/IMRS, 2019.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, procede-se à descrição e análise dos resultados, tendo em vista o objetivo geral do estudo que consiste em analisar e descrever a configuração da sustentabilidade do município de Porto Firme – MG, com base na alocação dos recursos públicos nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, considerando as perspectivas social, ambiental e econômico-financeira.

Por meio da análise comparativa dos dados, delimitou-se mais especificamente em diagnosticar a situação da sustentabilidade do município de Porto Firme, via análise dos instrumentos de planejamento, execução orçamentária e relatórios das prestações de contas; analisar as alocações dos recursos do município de Porto Firme – MG nas dimensões do IMRS dentro das perspectivas social, ambiental e econômico-financeira no período de 2007 a 2019; identificar os pontos fortes e fracos da gestão municipal no mesmo período; comparar indicadores de sustentabilidade de Porto Firme com os municípios limítrofes e analisar e descrever a percepção dos gestores municipais de Porto Firme sobre a sustentabilidade municipal na sua referida área de atuação.

5.1 Correlação entre a estrutura orçamentária municipal, as dimensões do IMRS e as perspectivas de sustentabilidade

Cabe ressaltar que a contabilidade municipal passou por diversas alterações em seus procedimentos orçamentários. Anteriormente, esse ramo da contabilidade estava voltado basicamente para a geração de informações de natureza orçamentária, como o conhecimento dos valores aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA), com estimativa de arrecadação (receitas previstas) e gastos autorizados (despesas fixadas) e o monitoramento da execução desses valores, tais como: efetiva arrecadação (receita arrecadada), compromissos já firmados pelo Município (despesa empenhada e liquidada) e pagamentos efetuados (despesa paga) (CNM, 2017).

A partir dessas informações, o prefeito, secretários e demais gestores públicos tinham conhecimento sobre as despesas que poderiam realizar e quanto de crédito

(orçamento) ainda havia disponível para que novas despesas fossem efetuadas. Além de observar os Princípios da Administração Pública, mais especificamente o Princípio da Legalidade preconizado na Constituição Federal, segundo o qual ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (BRASIL, 1988).

A partir do ano 2000 com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os gestores municipais tiveram que se preocupar com outras diretrizes como o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas orçamentárias; a obediência aos limites e condições para a renúncia de receita; a obediência aos limites com gastos de pessoal; a obediência aos limites de endividamento; a necessidade de cobertura financeira para as despesas inscritas em restos a pagar, entre outros. Esta lei visa disciplinar a gestão das finanças públicas em todos os seus níveis de governo, estabelecendo limites (SANTANA, 2017).

A LRF buscou criar normas que limitassem a despesa com pessoal e o endividamento devido ao crescimento acelerado dos gastos públicos. Esta lei prevê metas fiscais anuais e de provisão das despesas correntes além de estabelecer mecanismos para que seja feito o controle da qualidade dos gastos públicos. Assim, a relação de gastos públicos com pessoal e a receita líquida se torna o foco, a fim de evitar a inviabilidade das políticas públicas (PAIVA, 2006).

Da mesma forma, em busca de geração de informações mais completas e confiáveis, alinhados aos padrões internacionais de contabilidade, em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) iniciaram um processo de mudança para que fossem incorporados procedimentos contábeis nas contas públicas, permitindo maior transparência e visibilidade para tomada de decisões por parte dos gestores.

Nesta seção, foi promovido o alinhamento das alocações de recursos, que foram devidamente classificadas nas rubricas ou contas contábeis que compõem a estrutura orçamentária do município (plano de contas), com as dimensões do IMRS e com as perspectivas de sustentabilidade. Para tanto, foi desenvolvida por este estudo, via

análise dos instrumentos de planejamento e execução orçamentária bem como dos relatórios das prestações de contas, a seguinte correlação, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Correlação entre estrutura orçamentária municipal, dimensões do IMRS e perspectivas de sustentabilidade

CORRELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO (PLANO DE CONTAS) – DIMENSÕES DO IMRS – PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE		
Estrutura Orçamentária da PMPF (grandes grupos)	Dimensões do IMRS	Perspectivas de Sustentabilidade
01 – Câmara Municipal de Porto Firme	Econômico-Financeira	Econômico-Financeira
02 – Prefeitura Municipal de Porto Firme	Econômico-Financeira	Econômico-Financeira
02.01 – Gabinete	Econômico-Financeira	Econômico-Financeira
02.02 – Assessoria	Econômico-Financeira	Econômico-Financeira
02.03 – Secretaria de Administração	Econômico-Financeira	Econômico-Financeira
02.03.01 – Convênio com a Polícia Militar	Segurança Pública	Social
02.03.02 – Convênio com a Polícia Civil	Segurança Pública	Social
02.04 – Secretaria de Finanças	Econômico-Financeira	Econômico-Financeira
02.05 – Secretaria de Educação	Educação	Social
02.06 – Sec. Cult. Esp., Lazer e Turismo	Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Social
02.07 – Sec. Meio Ambiente e Agricultura	Saneamento Meio Ambiente e Habitação	Ambiental
02.08 – Secretaria Municipal de Saúde	Saúde	Social
02.09 – Secretaria de Obras	Econômico-Financeira	Econômico-Financeira
02.10 – Secretaria de Assistência Social	Vulnerabilidade Social	Social
02.11 – Fundo Municipal de Assist. Social	Vulnerabilidade Social	Social
02.12 – Fundo Municipal de Saúde	Saúde	Social

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A primeira coluna do Quadro 7 refere-se à estrutura orçamentária (Plano de Contas) da Prefeitura Municipal de Porto Firme (PMPF), onde as rubricas com as destinações das dotações orçamentárias, já empenhadas, liquidadas e pagas, foram agrupadas nos grandes grupos de contas (secretarias e programas de governo), que se encontram detalhadas no ANEXO 1.

A segunda coluna contempla as dimensões do IMRS utilizadas como parâmetro deste estudo, tais como: a saúde; a educação; a segurança pública; a vulnerabilidade social; o meio ambiente, saneamento e habitação; a cultura, esporte e lazer; além da dimensão econômico-financeira.

A terceira coluna se reporta às perspectivas de sustentabilidade segundo conceito econômico denominado *Triple Bottom Line* ou Tripé da Sustentabilidade, que abrange as áreas social, ambiental e econômico-financeira. A partir da alocação dos recursos públicos municipais será feita a análise da configuração da sustentabilidade, contemplando a trilogia apresentada. Assim, reforçando o que foi dito no capítulo metodológico, a perspectiva social está representada pelas rubricas classificadas na estrutura orçamentária alinhadas com as seguintes dimensões do IMRS: saúde, educação, segurança pública, vulnerabilidade, cultura, esporte e lazer. A perspectiva ambiental está representada pelas rubricas classificadas na estrutura orçamentária alinhadas com a seguinte dimensão do IMRS: meio ambiente saneamento e habitação.

Quanto à perspectiva econômico-financeira serão utilizadas as rubricas classificadas na estrutura orçamentária (plano de contas) que não entraram nas dimensões anteriores, por não fazerem parte atualmente da base do índice, quais sejam: as despesas da Câmara Municipal de Porto Firme, verbas de gabinete; assessoria, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e Secretaria de Obras. Desta forma, serão abrangidas todas as variáveis de receitas e despesas do município.

Cabe destacar que a despesa com pessoal ou recursos humanos foi inserida dentro do seu respectivo grande grupo da estrutura orçamentária (Plano de Contas) da PMPF pelo local, programa ou secretaria de atuação do servidor.

5.1.1 Alocação de recursos públicos nas dimensões do IMRS

Nesta seção, para fazer a análise comparativa dos dados em alinhamento com a periodicidade do cálculo do IMRS, analisa-se e descreve-se as alocações dos recursos públicos nas dimensões do IMRS e o perfil da arrecadação municipal por biênios (2007/2008; 2009/2010; 2011/2012; 2013/2014; 2018/2019) e um triênio (2015/2016/2017). Salienta-se que para o biênio 2018/2019 o IMRS foi estimado com base na média histórica, uma vez que sua divulgação ainda não ocorreu.

5.1.1.1 Alocação dos recursos no biênio 2007/2008

Esta subseção analisa a alocação de recursos no município de Porto Firme compreendida no biênio 2007/2008, conforme correlação estabelecida no Quadro 7, sendo 0,558 o IMRS calculado no período. Abaixo serão discriminadas as alocações dos recursos na suas respectivas dimensões, além de apresentar a sua avaliação vertical e horizontal do biênio. Cabe ressaltar que a avaliação vertical (AV) representa o valor percentual, destinado a sua respectiva dimensão, calculado sobre a receita corrente líquida (RCL) do exercício. A avaliação horizontal (AH) representa a diferença percentual da alocação de recursos, destinado à cada dimensão, referente ao ano anterior (valores absolutos). Neste caso, a diferença pode ser positiva, quando os investimentos são em percentuais maiores do que o anterior, ou negativa, quando os investimentos são em percentuais menores.

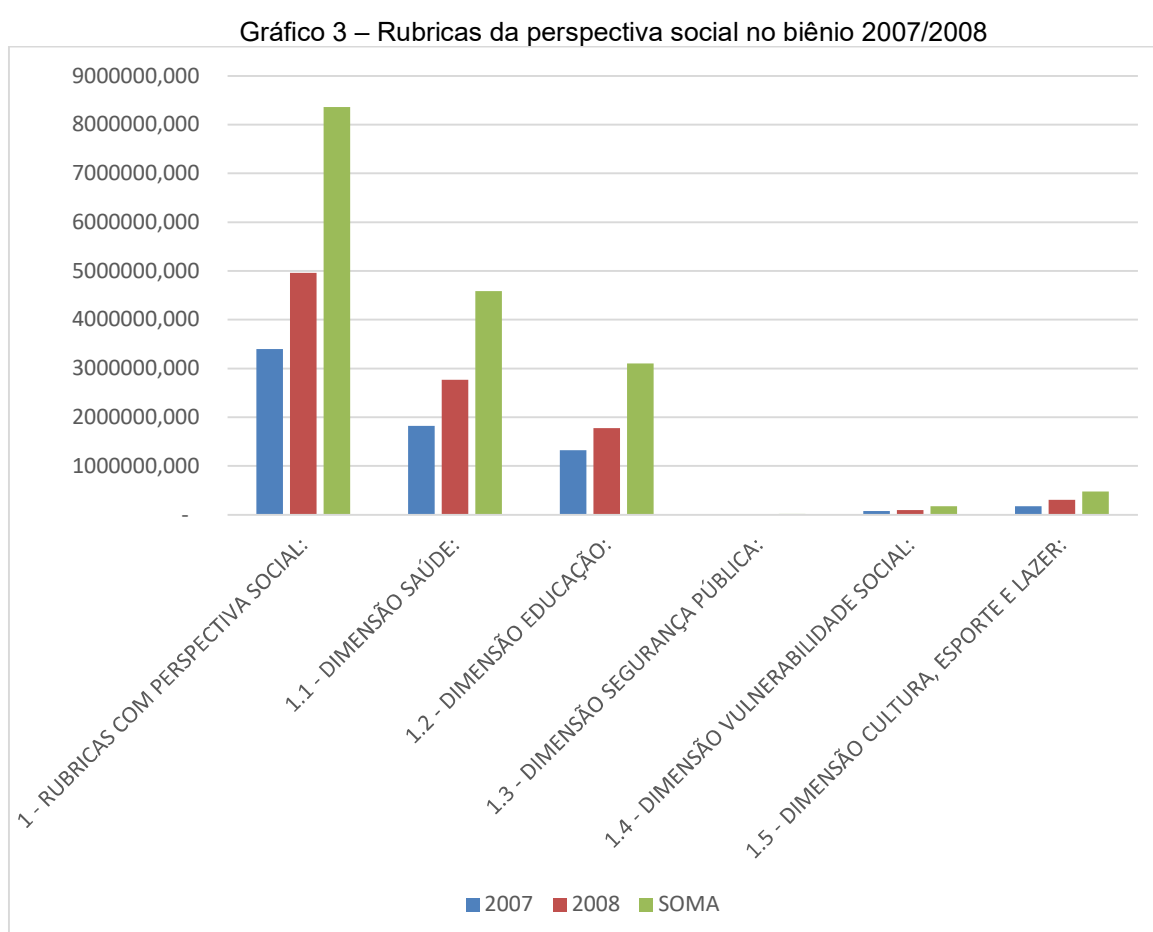
A TAB. 3 discrimina as alocações dos recursos em suas respectivas dimensões, além de apresentar sua avaliação vertical e horizontal do período.

Tabela 3 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2007/2008

ALOCAÇÃO DE REC. NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS	2007	AV	2008	AV	AH	SOMA	AV
1 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA SOCIAL:	3.400.948,72	57,83%	4.959.376,74	60,24%	45,82%	8.360.325,46	59,23%
1.1 - DIMENSÃO SAÚDE:	1.820.271,26	30,95%	2.766.450,59	33,60%	51,98%	4.586.721,85	32,50%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão saúde	1.820.271,26		2.766.450,59			4.586.721,85	
1.2 - DIMENSÃO EDUCAÇÃO:	1.324.524,57	22,52%	1.776.714,84	21,58%	34,14%	3.101.239,41	21,97%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão educação	1.324.524,57		1.776.714,84			3.101.239,41	
1.3 - DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA:	6.646,94	0,11%	12.662,70	0,15%	90,50%	19.309,64	0,14%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão segurança pública	6.646,94		12.662,70			19.309,64	
1.4 - DIMENSÃO VULNERABILIDADE SOCIAL:	75.188,93	1,28%	99.057,94	1,20%	31,75%	174.246,87	1,23%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão vulnerabilidade social	75.188,93		99.057,94			174.246,87	
1.5 - DIMENSÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER:	174.317,02	2,96%	304.490,67	3,70%	74,68%	478.807,69	3,39%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão cultura, esporte e lazer	174.317,02		304.490,67			478.807,69	
2 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA AMBIENTAL:	257.023,17	4,37%	343.114,91	4,17%	33,50%	600.138,08	4,25%
2.1 - DIMENSÃO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE:	257.023,17		343.114,91			600.138,08	
Gastos/invest. nas diversas rubricas da dimensão saneamento básico e meio ambiente	257.023,17		343.114,91			600.138,08	
3 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA:	2.223.438,90	37,80%	2.930.365,87	35,59%	31,79%	5.153.804,77	36,51%
3.1 - DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	2.223.438,90		2.930.365,87			5.153.804,77	
Gastos/investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras	2.223.438,90		2.930.365,87			5.153.804,77	
TOTAL DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS	5.881.410,79	100,00%	8.232.857,52	100,00%	39,98%	14.114.268,31	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Na perspectiva social, ao reportarmos à TAB. 3, observa-se um gasto/investimento no percentual de 57,83% da RCL do exercício de 2007 e 60,24% da RCL em 2008 (AV). Em valores absolutos (AH), percebe-se um aumento significativo na alocação dos recursos no ano de 2008, comparado com 2007, da ordem de 45,82%, puxados pelo aumento de alocações em todas as dimensões do IMRS: saúde (51,98%), educação (34,14%), segurança pública (90,50%), vulnerabilidade social (31,75%) e cultura, esporte e lazer (74,68%). O GRÁF. 3 a seguir ilustra as alocações de recursos no biênio na perspectiva social.



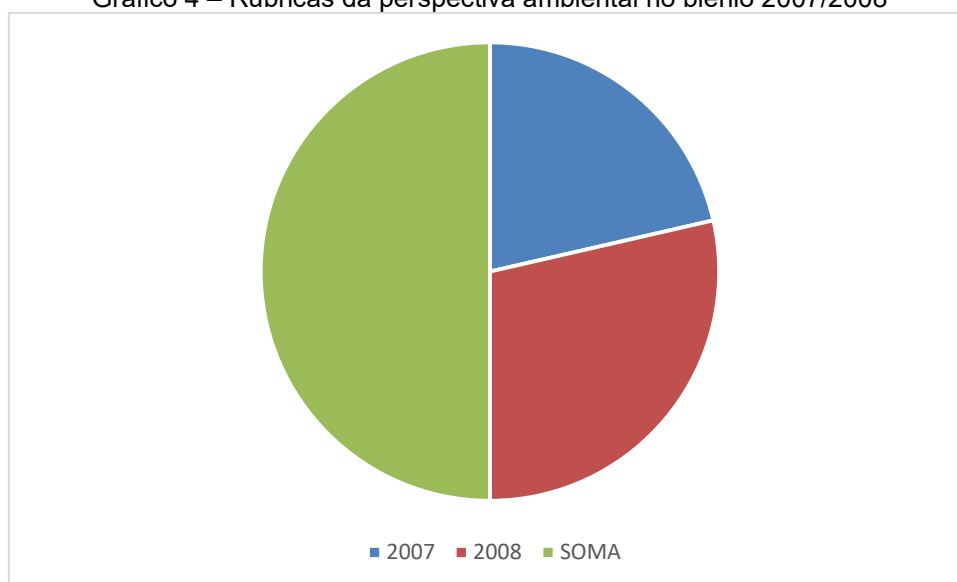
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao analisarmos o Gráfico 3 percebe-se, no somatório dos gastos com a perspectiva social nos anos de 2007 e 2008, o valor de R\$ 8.360.325,46 o que corresponde a um percentual de 59,23% do total da RCL do biênio. Assim, os dados coletados revelam que as políticas e programas de governo foram prioritárias nas dimensões do IMRS que contemplam esta perspectiva.

A política social se caracteriza como premissa para o desenvolvimento econômico, bem-estar e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos (DRAIBE, 2006).

Na perspectiva ambiental, ao reportarmos à TAB. 3, observa-se um gasto/investimento no percentual de 4,37% da RCL em 2007 e 4,17% da RCL em 2008 (AV). Em valores absolutos (AH), nota-se um aumento também significativo na alocação dos recursos no ano de 2008, comparado com 2007, da ordem de 33,50%, porém inferior aos aplicados na perspectiva social do mesmo período. O Gráfico 4 a seguir mostra as alocações de recursos no biênio na perspectiva ambiental.

Gráfico 4 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2007/2008



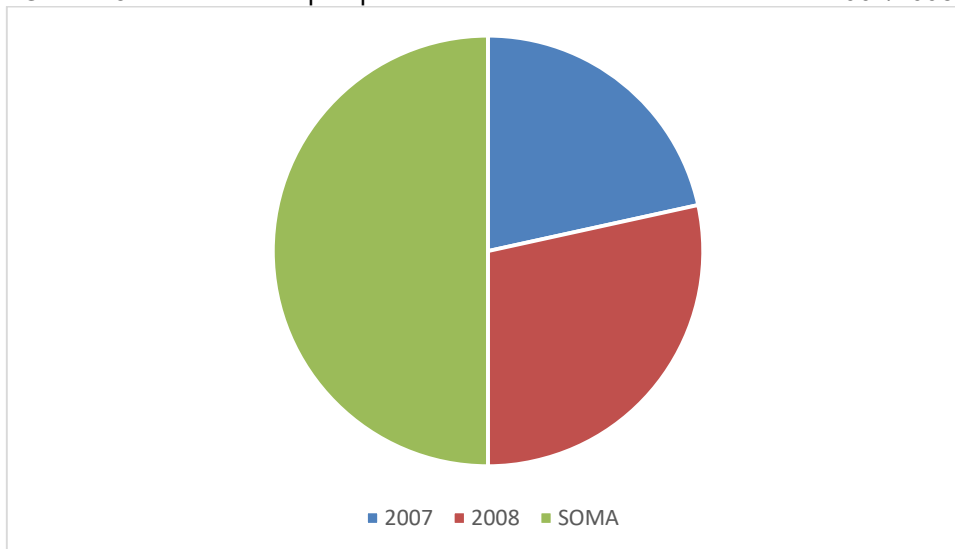
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao analisarmos o Gráfico 4 percebe-se, no somatório dos gastos com a perspectiva ambiental, nos anos de 2007 e 2008, uma alocação de R\$ 600.138,08, correspondente a um percentual de 4,25% do total da RCL do biênio. Assim, os dados coletados revelam que as políticas e programas de governo deram menos prioridade na dimensão do IMRS que contempla esta perspectiva.

Quanto à perspectiva econômico-financeira, ao analisarmos a TAB. 3, verificamos que em 2007 foram gastos/investidos 37,80% da RCL e em 2008 35,59% da RCL (AV). Em valores absolutos (AH), houve uma diminuição na alocação dos recursos no ano

de 2008, comparado com 2007, da ordem de 31,79%. O Gráfico 5, a seguir, mostra as alocações de recursos no biênio, na perspectiva econômico-financeira.

Gráfico 5 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2007/2008



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A partir do Gráfico 5 percebe-se, no somatório dos gastos com a perspectiva econômico-financeira no biênio 2007/2008, uma alocação de R\$ 5.153.804,77 o que equivale a um percentual de 36,51% da RCL, sendo superado somente pela perspectiva social, mostrando que não foram priorizados os gastos na infraestrutura do município e custeio da máquina pública.

5.1.1.1.1 Arrecadação municipal e subsídios

Os dados da arrecadação municipal foram agrupados em receita bruta, ou seja, o total arrecadado pela prefeitura, a receita corrente líquida (receita bruta menos deduções), a receita própria, o repasse para a Câmara Municipal e os subsídios concedidos a entidades do terceiro setor. Cabe ressaltar que, no presente estudo, todos os percentuais são baseados na receita corrente líquida do município, por representar a disponibilidade real da Prefeitura. A TAB. 4 nos mostra como ficou a arrecadação municipal, os repasses e subsídios concedidos no biênio 2007/2008.

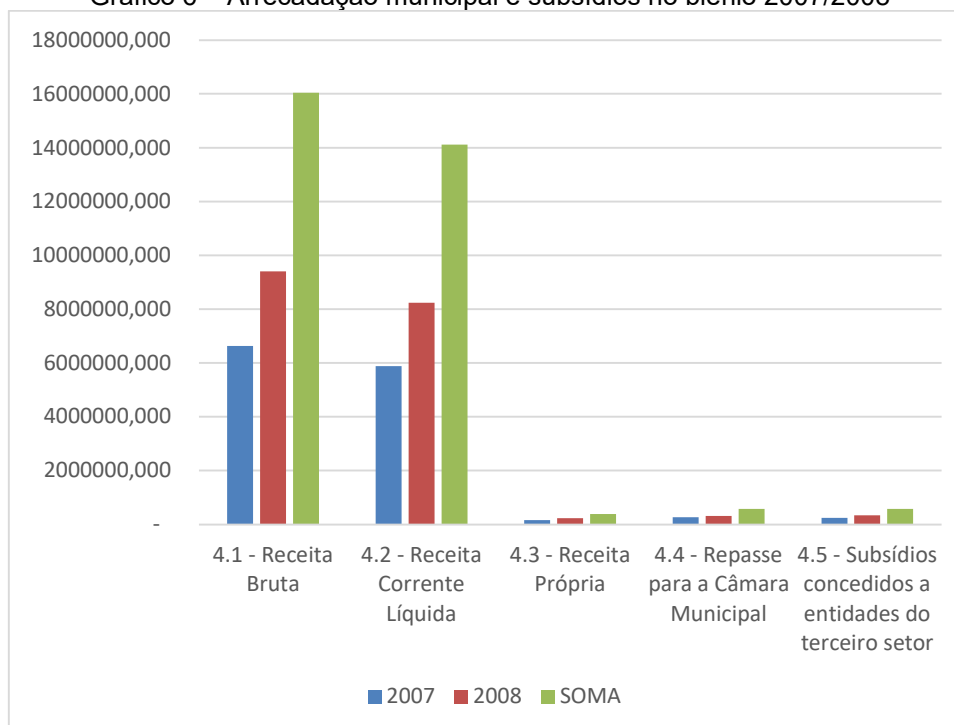
Tabela 4 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2007/2008

4 - DADOS DA ARRECAÇÃO MUNICIPAL E SUBSÍDIOS:	2007	AV	2008	AV	AH	SOMA	AV
4.1 - Receita Bruta - RB	6.631.791,96	100,00%	9.404.598,96	100,00%	41,81%	16.036.390,92	100,00%
4.2 - Receita Corrente Líquida - RCL	5.881.410,79	88,69%	8.232.857,52	87,54%	39,98%	14.114.268,31	88,01%
4.3 - Receita Própria - RP	157.472,70	2,68%	227.252,48	2,76%	44,31%	384.725,18	2,73%
4.4 - Repasse para a Câmara Municipal	262.366,28	4,46%	314.865,58	3,82%	20,01%	577.231,86	4,09%
4.5 - Subsídios concedidos a entidades do terceiro setor	237.355,53	4,04%	331.888,00	4,03%	39,83%	569.243,53	4,03%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao analisarmos a TAB. 4, percebe-se, um aumento da receita bruta (RB), em valores absolutos, da ordem de 41,815% em 2008, comparado com 2007. Já a RCL sofreu uma queda percentual de 1,15% em relação a RB, em 2007 representava 88,69% e em 2008 representava 87,54%. Porém em valores absolutos a RCL também aumentou, significativamente, em 39,98%, o que possibilitou o aumento de alocações na perspectiva social no período. A receita própria, os repasses para a Câmara Municipal e os subsídios concedidos ao terceiro setor, também acompanharam o aumento alcançando os percentuais de 44,31%, 20,01% e 39,83% respectivamente. O GRÁF. 6 mostra esta evolução por ano e no somatório do biênio.

Gráfico 6 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2007/2008



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se pelo GRÁF. 6 que o município apresenta forte grau de dependência das receitas advindas dos repasses da União e do Estado, pois a sua receita própria representa 2,73% da RCL do biênio.

A autonomia financeira e a atribuição de competências tributárias distintas aos entes federados tornam-se relativamente independentes, quando se considera a arrecadação proveniente de fontes próprias (NUNES; GARCIA; FERREIRA, 2018).

5.1.1.2 Alocação dos recursos no biênio 2009/2010

Esta subseção analisa a alocação de recursos no município de Porto Firme compreendida no biênio 2009/2010, conforme correlação estabelecida no Quadro 7, sendo 0,654 o IMRS calculado no período. A TAB. 5 discrimina as alocações dos recursos na suas respectivas dimensões, além de apresentar sua avaliação vertical e horizontal do período.

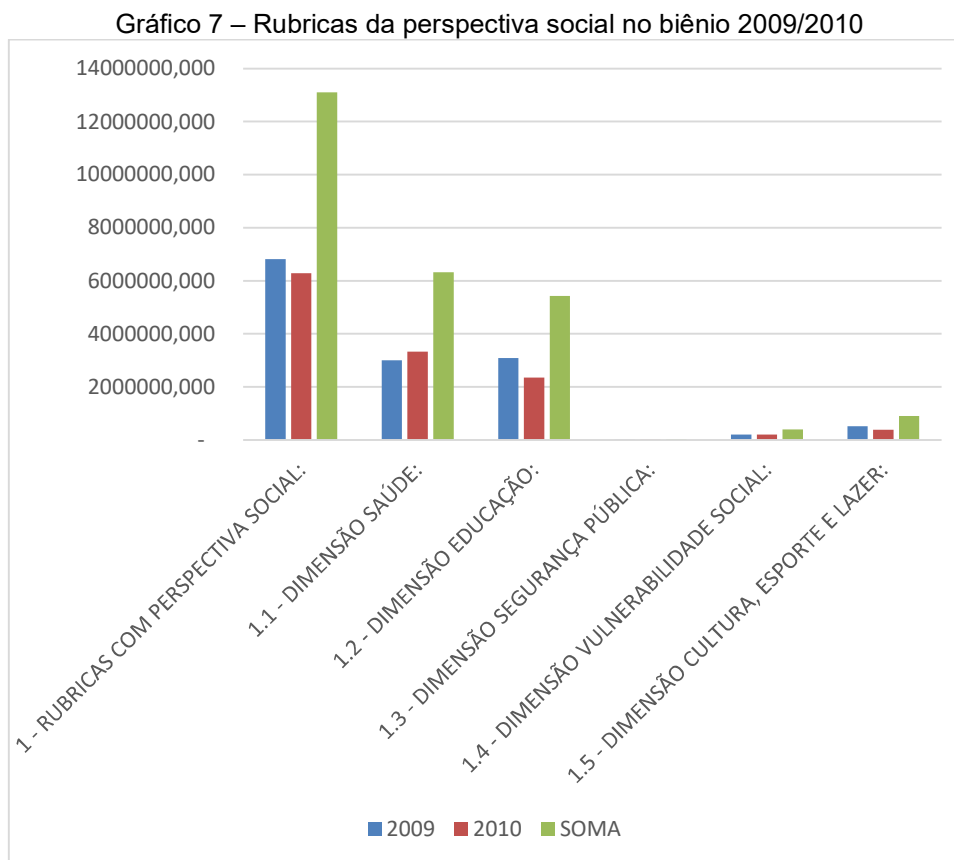
Tabela 5 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2009/2010

ALOCACÇÃO DE REC. NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS	2009	AV	2010	AV	AH	SOMA	AV
1 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA SOCIAL:	6.818.720,21	67,27%	6.282.347,83	62,46%	-7,87%	13.101.068,04	64,87%
1.1 - DIMENSÃO SAÚDE:	3.000.530,93	29,60%	3.326.214,42	33,07%	10,85%	6.326.745,35	31,33%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão saúde	3.000.530,93		3.326.214,42			6.326.745,35	
1.2 - DIMENSÃO EDUCAÇÃO:	3.081.925,41	30,41%	2.348.041,41	23,34%	23,81%	5.429.966,82	26,89%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão educação	3.081.925,41		2.348.041,41			5.429.966,82	
1.3 - DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA:	15.623,14	0,15%	19.776,80	0,20%	26,59%	35.399,94	0,18%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão segurança pública	15.623,14		19.776,80			35.399,94	
1.4 - DIMENSÃO VULNERABILIDADE SOCIAL:	198.496,73	1,96%	203.291,62	2,02%	2,42%	401.788,35	1,99%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão vulnerabilidade social	198.496,73		203.291,62			401.788,35	
1.5 - DIMENSÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER:	522.144,00	5,15%	385.023,58	3,83%	26,26%	907.167,58	4,49%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão cultura, esporte e lazer	522.144,00		385.023,58			907.167,58	
2 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA AMBIENTAL:	341.845,50	3,37%	453.638,48	4,51%	32,70%	795.483,98	3,94%
2.1 - DIMENSÃO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE:	341.845,50		453.638,48			795.483,98	
Gastos/invest. nas diversas rubricas da dimensão saneamento básico e meio ambiente	341.845,50		453.638,48			795.483,98	
3 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA:	2.975.410,80	29,35%	3.322.924,26	33,03%	11,68%	6.298.335,06	31,19%
3.1 - DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	2.975.410,80		3.322.924,26			6.298.335,06	
Gastos/investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras	2.975.410,80		3.322.924,26			6.298.335,06	
TOTAL DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS	10.135.976,51	100,00%	10.058.910,57	100,00%	-0,76%	20.194.887,08	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao analisarmos a perspectiva social, reportando-nos à TAB. 5, observa-se, um gasto/investimento no percentual de 67,27% da RCL em 2009 e 62,46% da RCL em 2010. Porém, ao contrário do biênio anterior, houve uma redução, em valores absolutos, na alocação dos recursos nesta perspectiva, da ordem de 7,87%, influenciada, quando analisadas em separado, pela redução das alocações nas dimensões educação (23,81%) e cultura, esporte e lazer (26,20%), contrabalanceadas pelo aumento nas alocações das dimensões saúde (10,85%), vulnerabilidade social

(2,42%) e segurança pública (26,59%). O GRÁF. 7, ilustra as alocações de recursos no biênio na perspectiva social.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

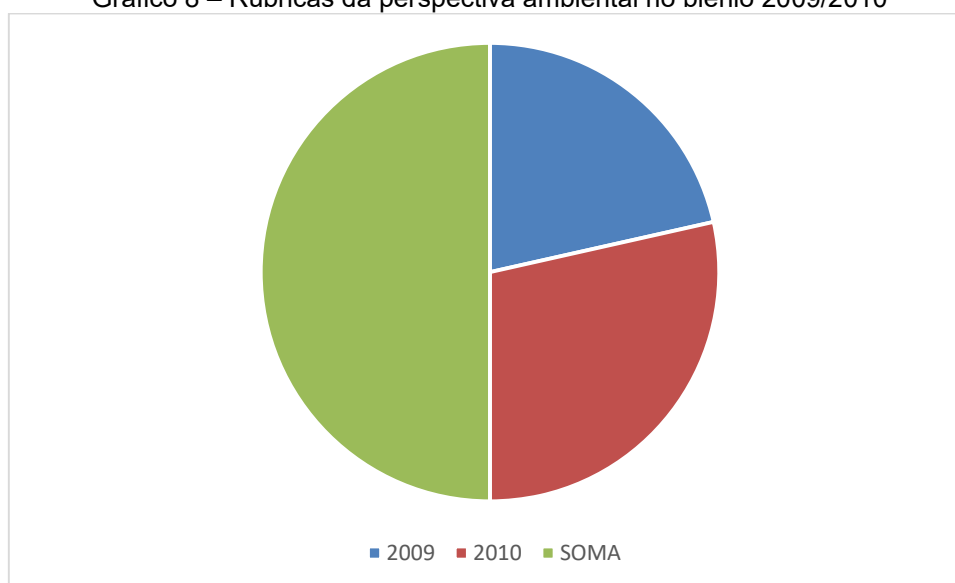
Por meio do GRÁF. 7 é possível visualizar, no somatório dos gastos com a perspectiva social o valor de R\$ 13.101.068,04, que corresponde a um percentual de 64,87% do total da RCL do biênio. Isso demonstra o deslocamento das ações orçamentárias do município de Porto Firme da dimensão educação para a saúde. Fato que pode ser explicado pela redução de alunos no período, de 407 para 373 alunos. Outro fator a ser considerado é a busca da eficiência no sentido de proporcionar a prevenção e a promoção à saúde, como preconizado na Carta Magna.

Cardoso *et al.* (2017) analisaram os recursos públicos destinados à saúde pública empregados pelos gestores no período de 2005 e 2010 nos 853 municípios mineiros. Tais dados foram coletados por meio dos indicadores do IMRS e os resultados apontaram melhoria significativa de eficiência entre 2005 e 2010, o que leva a concluir

que os municípios mineiros têm se preocupado com a eficiência na aplicação dos recursos voltados para a saúde com o passar dos anos.

Quanto à perspectiva ambiental, observa-se na TAB. 5, que as alocações representavam em 2009 3,37% da RCL e em 2010 4,51% da RCL, com acréscimo, em valores absolutos, no percentual de 32,70% em 2010, comparado com 2009. O GRÁF. 8, mostra as alocações de recursos no biênio em questão.

Gráfico 8 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2009/2010



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

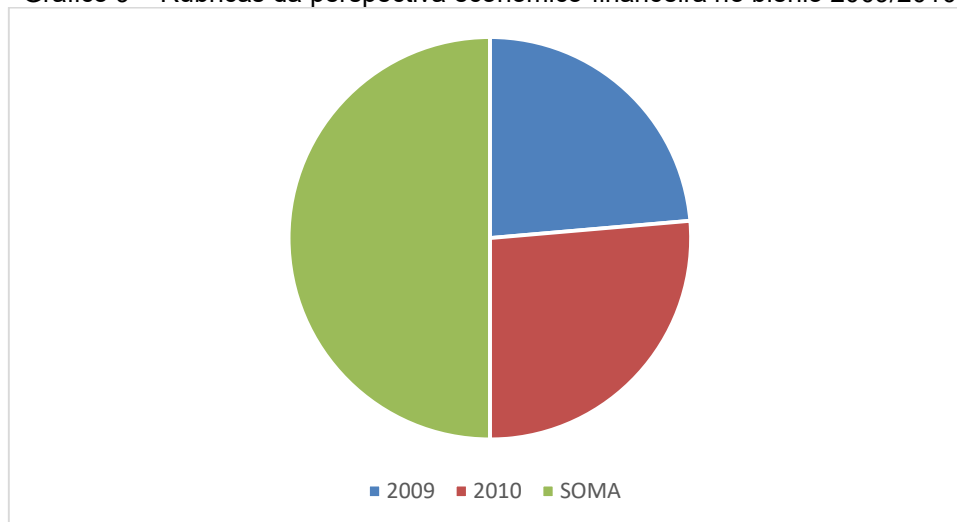
Ao reportarmos ao GRÁF. 8 percebe-se, no somatório dos gastos com a perspectiva ambiental, uma alocação de recursos da ordem de R\$ 795.483,98 correspondendo a um percentual de 3,94% do total da RCL do biênio 2009/2010.

A forma como o município se relaciona com o meio ambiente, com seus recursos naturais é muito importante para as condições de vida presentes e, sobretudo, para um desenvolvimento sustentável (HELLER, 1998). Nesta ótica pode-se considerar também os serviços de saneamento básico como de primeira necessidade para a promoção da saúde pública (SIQUEIRA *et al.*, 2018).

Na perspectiva econômico-financeira, observando a TAB. 5, percebe-se uma alocação de recursos no percentual de 29,35% da RCL em 2009 e 33,03% em 2010

e, em valores absolutos, houve um aumento de 11,68% em 2010, comparando com 2009. O GRÁF. 9 a seguir mostra as alocações de recursos no biênio nesta perspectiva.

Gráfico 9 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2009/2010



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Pelo GRÁF. 9 percebe-se, no somatório das alocações de recursos, o valor de R\$ 6.298.335,06, o que corresponde a um percentual de 31,19% da RCL do biênio.

O desenvolvimento é o aperfeiçoamento de aspectos desejáveis por uma sociedade. Porém, nem sempre há assentimento sobre em quais perspectivas estariam esses desejos, levando-se à conclusão de que tais desejos e necessidades de uma população envolvem certo juízo de valor (COLMAN; NIXSON, 1985), ou seja, o gestor é o responsável por definir quais as prioridades na alocação dos recursos, visando o bem-estar da população.

5.1.1.2.1 Arrecadação municipal e subsídios

A TAB. 6 nos mostra como ficou a arrecadação municipal, os repasses e subsídios concedidos no biênio 2009/2010.

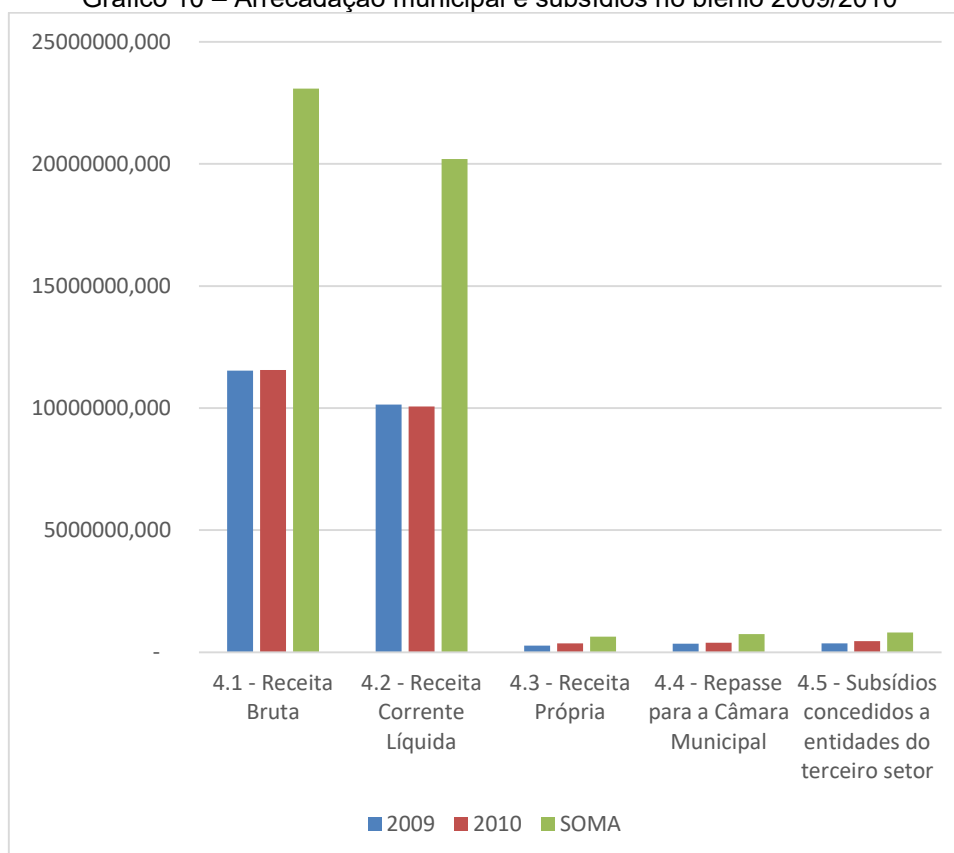
Tabela 6 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2009/2010

4 - DADOS DA ARRECAÇÃO MUNICIPAL E SUBSÍDIOS:	2009	AV	2010	AV	AH	SOMA	AV
4.1 - Receita Bruta - RB	11.528.672,11	100,00%	11.557.358,82	100,00%	0,25%	23.086.030,93	100,00%
4.2 - Receita Corrente Líquida - RCL	10.135.976,51	87,92%	10.058.910,57	87,03%	-0,76%	20.194.887,08	87,48%
4.3 - Receita Própria - RP	270.450,84	2,67%	359.049,28	3,57%	32,76%	629.500,12	3,12%
4.4 - Repasse para a Câmara Municipal	347.638,97	3,43%	387.184,95	3,85%	11,38%	734.823,92	3,64%
4.5 - Subsídios concedidos a entidades do terceiro setor	359.779,89	3,55%	444.561,06	4,42%	23,56%	804.340,95	3,98%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Com a aumento da receita bruta em apenas 0,25% de um ano para o outro, percebe-se que a receita corrente líquida sofreu pequena queda percentual ao comparar 2009 com 87,92% da RB, e 2010 com 87,03% da RB, representando diminuição da RCL, em valores absolutos, de 0,76%. Porém, para contrabalancear, constata-se um acréscimo na receita própria no percentual de 32,76%, em valores absolutos, de um ano para o outro. O repasse para a Câmara Municipal e os subsídios concedidos ao terceiro setor sofreram aumento de 0,42% e 0,87% respectivamente no biênio. O GRÁF. 10 mostra esta evolução.

Gráfico 10 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2009/2010



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se pelo GRÁF. 10 que o município mantém sua dependência das receitas advinda do repasse da União e do Estado, pois a sua receita própria representou 3,12% da RCL, no somatório da arrecadação no biênio 2009/2010. Este percentual arrecadado é menor do que o valor de repasse para a Câmara e os subsídios concedidos.

A Constituição assegurou a capacidade tributária parcial aos entes federativos, em especial aos municípios, uma vez que, além de participação nas receitas tributárias da União e do Estado em que se inserem, existe a alternativa de geração de receitas próprias (CORBARI, 2008; BERNARDI, 2012), porém não garantiu uma melhoria nos níveis de desigualdade entre os Estados e municípios do país (COSTA *et al.*, 2012).

5.1.1.3 Alocação dos recursos no biênio 2011/2012

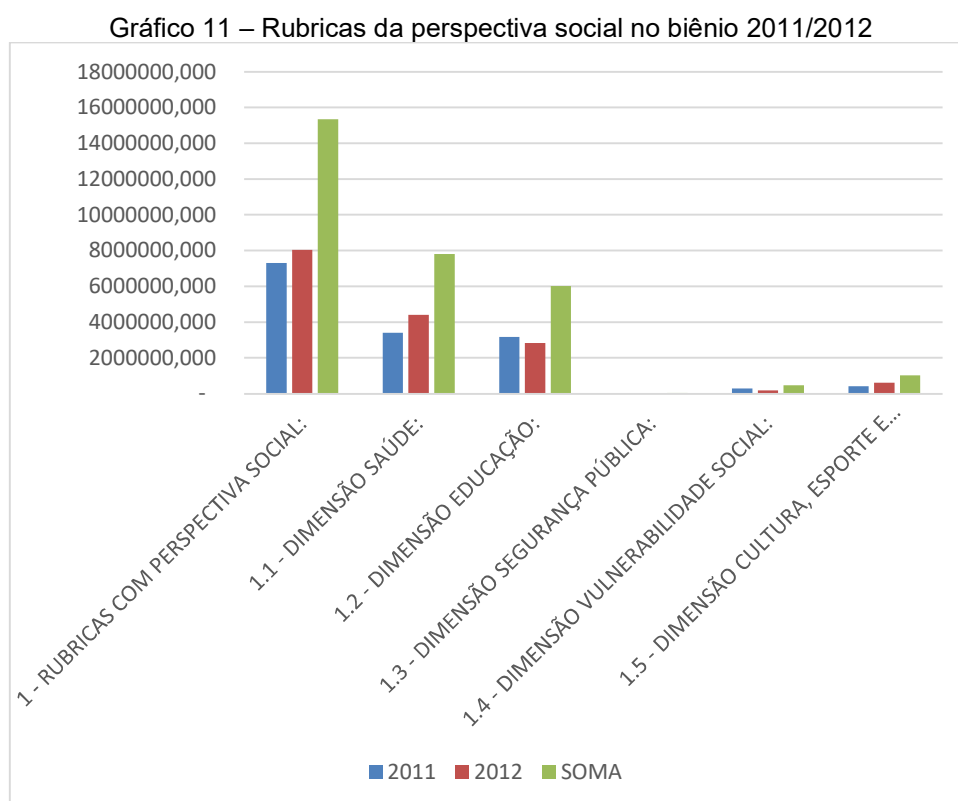
Esta subseção analisa a alocação de recursos no município de Porto Firme compreendida no biênio 2011/2012, conforme correlação estabelecida no Quadro 7, sendo 0,541 o IMRS calculado no período. A TAB. 7 discrimina as alocações dos recursos na suas respectivas dimensões, além de apresentar sua avaliação vertical e horizontal do período.

Tabela 7 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2011/2012

ALOCAÇÃO DE REC. NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS	2011	AV	2012	AV	AH	SOMA	AV
1 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA SOCIAL:	7.300.659,29	54,60%	8.048.087,17	61,47%	10,24%	15.348.746,46	58,00%
1.1 - DIMENSÃO SAÚDE:	3.398.076,38	25,41%	4.407.304,29	33,66%	29,70%	7.805.380,67	29,49%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão saúde	3.398.076,38		4.407.304,29			7.805.380,67	
1.2 - DIMENSÃO EDUCAÇÃO:	3.177.933,84	23,77%	2.838.330,94	21,68%	-10,69%	6.016.264,78	22,73%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão educação	3.177.933,84		2.838.330,94			6.016.264,78	
1.3 - DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA:	19.805,30	0,15%	18.784,32	0,14%	-5,16%	38.589,62	0,15%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão segurança pública	19.805,30		18.784,32			38.589,62	
1.4 - DIMENSÃO VULNERABILIDADE SOCIAL:	291.197,15	2,18%	174.219,33	1,33%	-40,17%	465.416,48	1,76%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão vulnerabilidade social	291.197,15		174.219,33			465.416,48	
1.5 - DIMENSÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER:	413.646,62	3,09%	609.448,29	4,65%	47,34%	1.023.094,91	3,87%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão cultura, esporte e lazer	413.646,62		609.448,29			1.023.094,91	
2 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA AMBIENTAL:	1.094.243,84	8,18%	888.419,05	6,79%	-18,81%	1.982.662,89	7,49%
2.1 - DIMENSÃO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE:	1.094.243,84		888.419,05			1.982.662,89	
Gastos/invest. nas diversas rubricas da dimensão saneamento básico e meio ambiente	1.094.243,84		888.419,05			1.982.662,89	
3 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA:	4.975.688,00	37,21%	4.157.174,78	31,75%	-16,45%	9.132.862,78	34,51%
3.1 - DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	4.975.688,00		4.157.174,78			9.132.862,78	
Gastos/investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras	4.975.688,00		4.157.174,78			9.132.862,78	
TOTAL DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS	13.370.591,13	100,00%	13.093.681,00	100,00%	-2,07%	26.464.272,13	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao analisarmos a perspectiva social, via observação da TAB. 7, percebemos um gasto/investimento no percentual de 54,60% da RCL em 2011 e 61,47% da RCL em 2012. Em valores absolutos, houve um aumento na alocação de recursos no percentual de 10,24% no biênio. Porém percebe-se um deslocamento ou adequação do orçamento, no que se refere às dimensões do IMRS em separado, com queda nas dimensões educação (10,69%), segurança pública (5,16%) e vulnerabilidade social (40,17%). Em contrapartida, houve acréscimo nas dimensões saúde (29,70%) e cultura esporte e lazer (47,34%). A alocação eficiente dos recursos nos sistemas públicos é um dos principais desafios, que instiga a sociedade a buscar resultados que promovam a maximização de resultados sociais (SILVA *et al.*, 2012). Por meio do GRÁF. 11 é possível visualizar o deslocamento das ações orçamentárias do município de Porto Firme nas dimensões da perspectiva social no período.

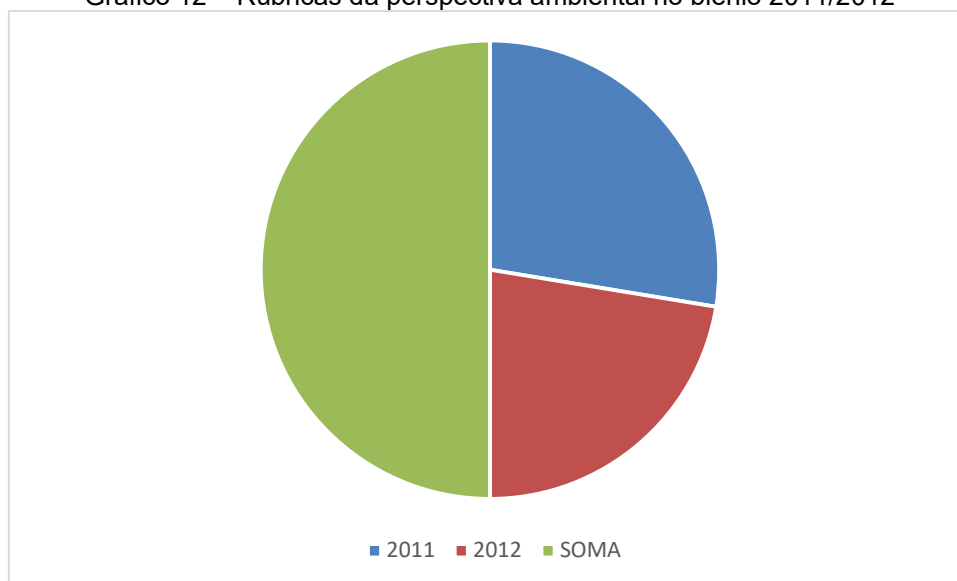


Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

É possível visualizar, no somatório dos gastos com a perspectiva social no biênio 2011/2012, um valor de R\$ 15.348.746,46 o que corresponde a um percentual de 58,00% do total da RCL.

Quanto à perspectiva ambiental, observa-se na TAB. 7, que no ano de 2011 as alocações representaram 8,18% da RCL e em 2012 o percentual foi de 6,79 % da RCL, com diminuição de 1,39% da RCL de um exercício para o outro e, em valores absolutos, queda de 18,81%. O GRÁF. 12, nos mostra as alocações de recursos no biênio na perspectiva ambiental.

Gráfico 12 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2011/2012



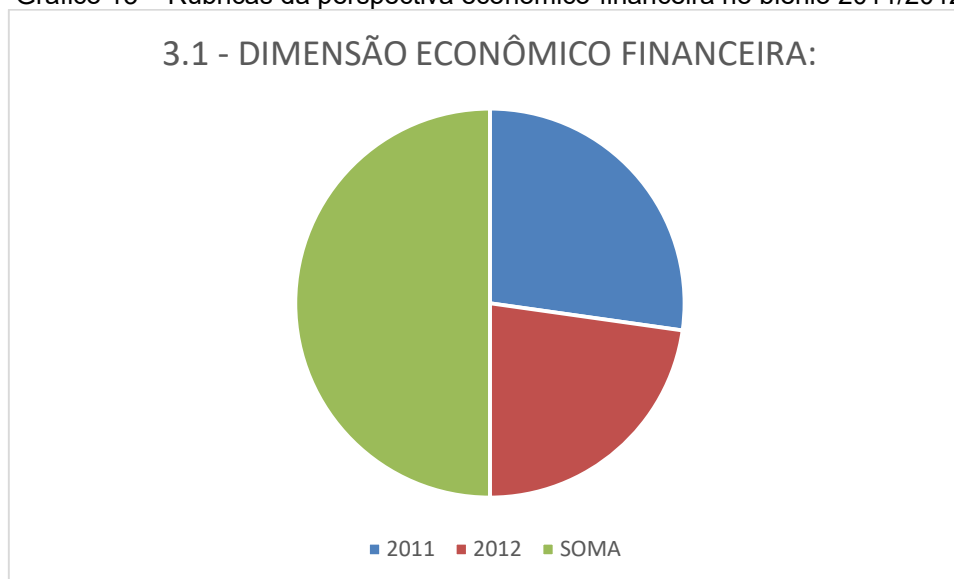
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao visualizar o GRÁF. 12 percebe-se, no somatório das alocações do período, um valor alocado de R\$ 1.982.662,89, o que correspondeu a 7,49% da RCL do biênio.

Um município é considerado sustentável à medida que é capaz de manter ou melhorar as condições de seu sistema ambiental, limitar e mitigar o impacto de ações humanas, além de reduzir desigualdades sociais, prover os habitantes de condições básicas de qualidade de vida e, ainda, de construir pactos e políticas que permitam enfrentar desafios presentes e futuros (BRAGA, 2004).

Na perspectiva econômico-financeira, a TAB. 7 se refere aos gastos e, ou, investimentos nas respectivas rubricas. As alocações em 2011 representaram 37,21% da RCL e em 2012 o percentual foi de 31,75% da RCL, com diminuição de 5,46% da RCL e, em valores absolutos a queda foi de 16,45% de um ano para o outro. O GRÁF. 13, mostra as alocações de recursos no período na perspectiva econômico-financeira.

Gráfico 13 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2011/2012



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao analisarmos o GRÁF. 13 percebe-se, no somatório do período, o valor gasto de R\$ 9.132.862,78, o que corresponde a 34,51% da RCL do biênio.

A alocação dos recursos por parte do governo tem como objetivo principal a oferta de bens e serviços necessários à população e que não são providos pelo sistema privado, devido à sua inviabilidade econômica (SILVA et al., 2012). Assim torna-se necessário promover um equilíbrio orçamentário visando atender as demandas sociais, ambientais, mas também as de infraestruturas do município.

5.1.1.3.1 Arrecadação municipal e subsídios

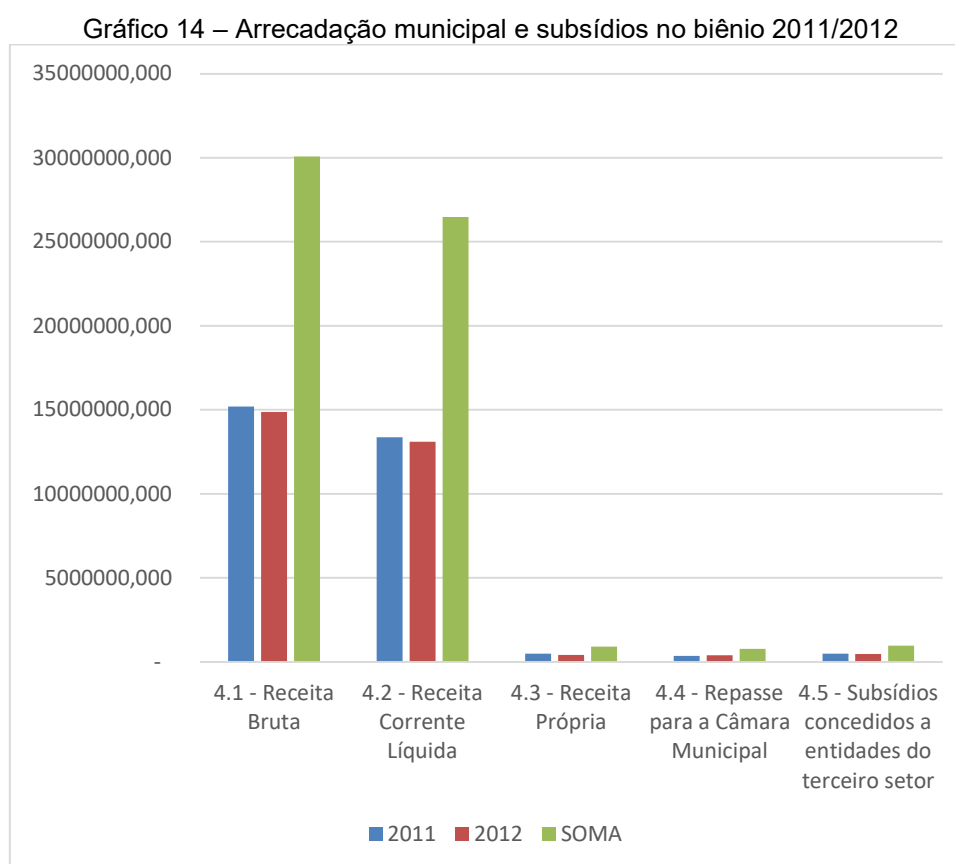
A TAB. 8 nos mostra como ficou a arrecadação municipal, os repasses e subsídios concedidos no biênio 2011/2012.

Tabela 8 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2011/2012

4 - DADOS DA ARRECAÇÃO MUNICIPAL:	2011	AV	2012	AV	AH	SOMA	AV
4.1 - Receita Bruta - RB	15.197.808,48	100,00%	14.868.440,00	100,00%	-2,17%	30.066.248,48	100,00%
4.2 - Receita Corrente Líquida - RCL	13.370.591,13	87,98%	13.093.681,00	88,06%	-2,07%	26.464.272,13	88,02%
4.3 - Receita Própria - RP	498.499,40	3,73%	415.200,34	3,17%	-16,71%	913.699,74	3,45%
4.4 - Repasse para a Câmara Municipal	364.219,38	2,72%	406.370,81	3,10%	11,57%	770.590,19	2,91%
4.5 - Subsídios concedidos a entidades do terceiro setor	495.538,54	3,71%	467.731,04	3,57%	-5,61%	963.269,58	3,64%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Percebe-se que houve uma queda, em valores absolutos, de 2,17% na receita bruta e de 2,07% na receita líquida no ano de 2012 comparado com 2011. Da mesma forma, houve queda, em valores absolutos, no percentual de 16,71% na receita própria do município, o que levou o gestor a destinar menos verbas para subsidiar as entidades do terceiro setor que caíram 5,61%. Entretanto o repasse para a Câmara municipal aumentou em 11,57%, em valores absolutos, no mesmo período. O GRÁF. 14 ilustra a situação da arrecadação no respectivo biênio.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se, pelo GRÁF. 14, a permanência da dependência do município das receitas advindas do repasse federal e estadual, pois sua receita própria representou 3,45% da RCL do biênio. Entretanto, a receita própria superou o percentual de repasse para a Câmara Municipal que ficou em 2,91% da RCL e foi menor que os subsídios concedidos para as entidades do terceiro setor, que representou 3,64% da RCL do período.

Os entes federativos são cobrados cada vez mais pela sociedade por melhoria dos serviços públicos, investimento na economia, e garantia de seus direitos e responsabilidades nos gastos públicos (GARCIA, 2015). O ajuste fiscal é apresentado como uma alternativa, tendo como objetivo conter a expansão do gasto público e incentivar o crescimento econômico. No entanto, percebe-se que o município tem recursos da receita própria limitados. Nesse caso ressalta a importância de priorizar a qualidade do gasto, a fim de que os seus resultados sejam maximizados (BENÍCIO; RODOPOULOS; BARDELLA, 2015).

5.1.1.4 Alocação dos recursos no biênio 2013/2014

Esta subseção analisa a alocação de recursos no município de Porto Firme compreendida no biênio 2013/2014 e serão analisadas as rubricas que contemplam as perspectivas na trilogia social, ambiental e econômico-financeira, conforme correlação estabelecida no Quadro 7, sendo 0,481 o IMRS calculado no período. A TAB. 9 discrimina as alocações dos recursos na suas respectivas dimensões, além de apresentar a sua avaliação vertical e horizontal do período.

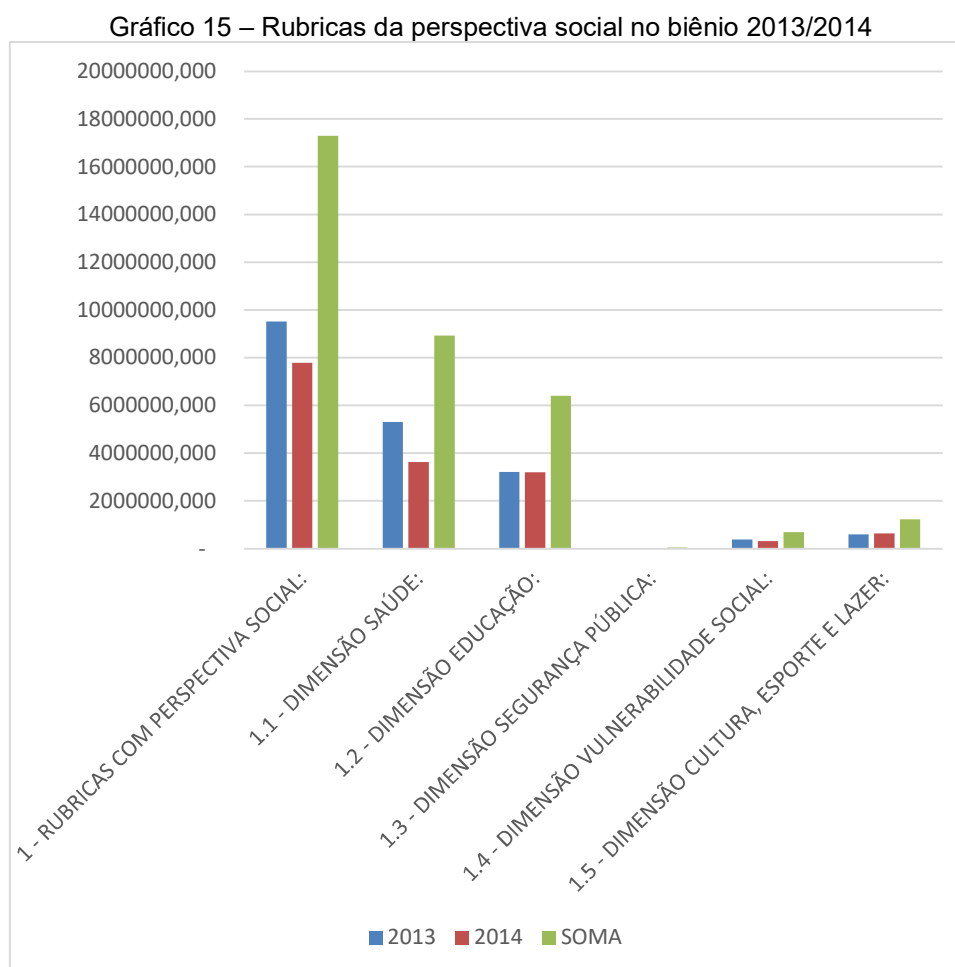
Tabela 9 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2013/2014

ALOCÇÃO DE REC. NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS	2013	AV	2014	AV	AH	SOMA	AV
1 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA SOCIAL:	9.509.073,26	68,65%	7.789.664,94	57,56%	-18,08%	17.298.738,20	63,17%
1.1 - DIMENSÃO SAÚDE:	5.303.945,90	38,29%	3.624.153,22	26,78%	-31,67%	8.928.099,12	32,60%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão saúde	5.303.945,90		3.624.153,22			8.928.099,12	
1.2 - DIMENSÃO EDUCAÇÃO:	3.210.656,96	23,18%	3.197.969,44	23,63%	-0,40%	6.408.626,40	23,40%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão educação	3.210.656,96		3.197.969,44			6.408.626,40	
1.3 - DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA:	21.620,91	0,16%	19.404,70	0,14%	-10,25%	41.025,61	0,15%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão segurança pública	21.620,91		19.404,70			41.025,61	
1.4 - DIMENSÃO VULNERABILIDADE SOCIAL:	376.689,66	2,72%	317.524,87	2,35%	-15,71%	694.214,53	2,54%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão vulnerabilidade social	376.689,66		317.524,87			694.214,53	
1.5 - DIMENSÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER:	596.159,83	4,30%	630.612,71	4,66%	5,78%	1.226.772,54	4,48%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão cultura, esporte e lazer	596.159,83		630.612,71			1.226.772,54	
2 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA AMBIENTAL:	548.147,51	3,96%	411.837,69	3,04%	-24,87%	959.985,20	3,51%
2.1 - DIMENSÃO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE:	548.147,51		411.837,69			959.985,20	
Gastos/invest. nas diversas rubricas da dimensão saneamento básico e meio ambiente	548.147,51		411.837,69			959.985,20	
3 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA:	3.793.789,76	27,39%	5.331.893,67	39,40%	40,54%	9.125.683,43	33,32%
3.1 - DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	3.793.789,76		5.331.893,67			9.125.683,43	
Gastos/investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras	3.793.789,76		5.331.893,67			9.125.683,43	
TOTAL DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS	13.851.010,53	100,00%	13.533.396,30	100,00%	-2,29%	27.384.406,83	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se, na TAB. 9, que o total da receita corrente líquida em 2014 foi menor do que 2013 em 2,29%, em valores absolutos, fato que levou a gestão municipal a diminuir o valor percentual de alocação dos recursos na perspectiva social em 11,09% em relação a RCL, e em 18,08% em relação a valores absolutos. Ao fazermos a comparação de cada dimensão do IMRS da perspectiva social em separado, temos

que: a dimensão saúde, em valores absolutos, foi a mais afetada com redução de (31,67%), seguida da vulnerabilidade social com (15,71%), segurança pública com (10,25%) e a dimensão educação com (0,40%). Houve acréscimo somente na dimensão cultura, esporte e lazer no percentual de (5,78%). O GRÁF. 15 ilustra o montante alocado no biênio.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

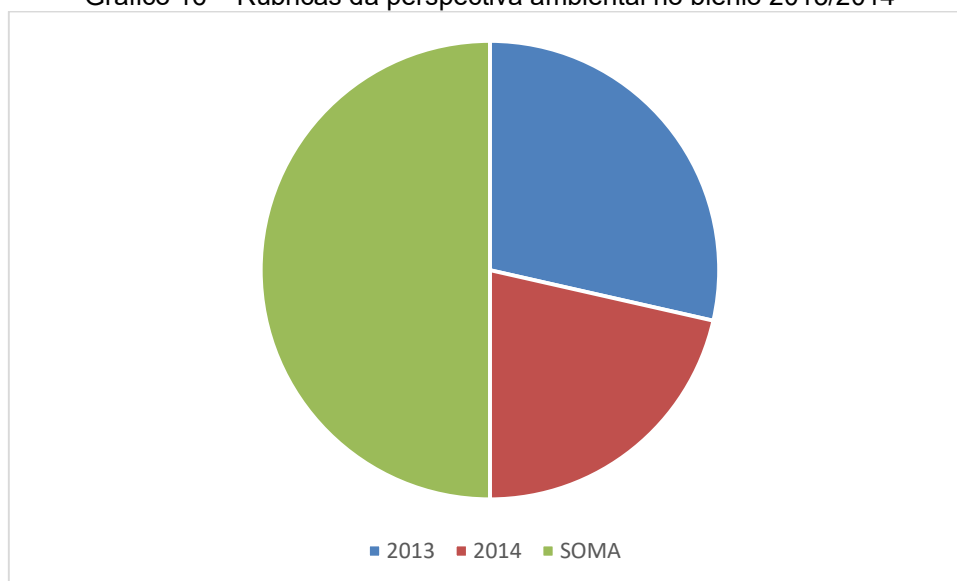
Por meio do GRÁF. 15, é possível visualizar a queda de arrecadação no ano de 2014 com relação a 2013 e o deslocamento das ações orçamentárias do município de Porto Firme nas dimensões do IMRS que contemplam a perspectiva social. Contudo, no somatório do biênio, foi gasto o valor de R\$ 17.298.738,20, o que representou 63,17% da RCL no período.

A importância da avaliação de eficiência para o planejamento e gestão das políticas reside na possibilidade de dar ao gasto público melhor alocação e uso mais racional,

quando necessário. No estreitamento dos recursos é de fundamental importância ser eficiente (ARRETCHE, 2012).

Quanto à perspectiva ambiental, observa-se, na TAB. 9, que a redução de receita líquida de 2014 afetou o percentual de alocação dos recursos também na dimensão ambiental em 0,92% da RCL e 24,87% em valores absolutos. O GRÁF. 16 ilustra as alocações de recursos no biênio.

Gráfico 16 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2013/2014



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

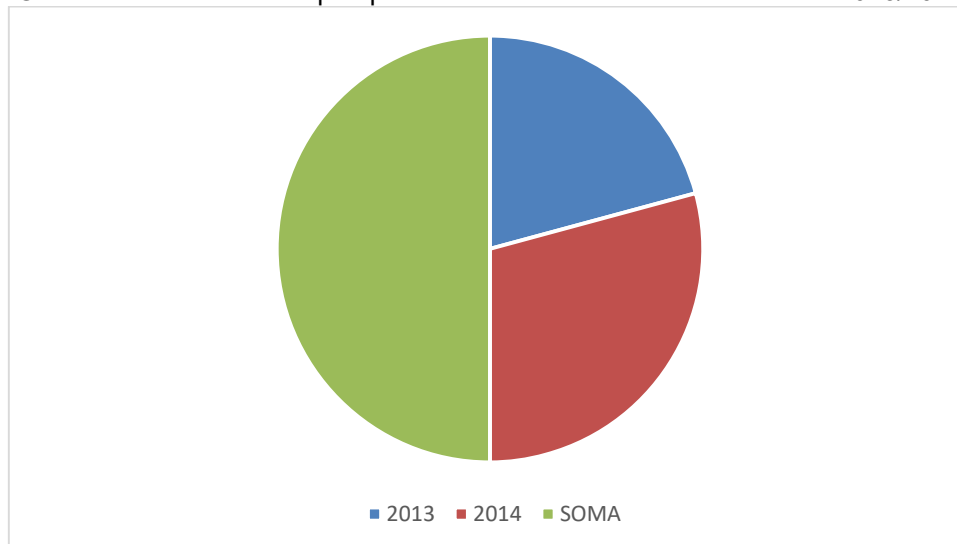
Ao reportarmos ao GRÁF. 16, percebe-se queda de 0,92% da RCL na alocação de recursos em 2014, comparado ao ano de 2013. No somatório, foram gastos R\$ 959.985,20, o que representou 3,51% da RCL do biênio.

Os princípios de alocação eficiente, a distribuição e efetiva aplicação dos recursos públicos são extremamente necessários, no sentido de desenvolver políticas públicas consideradas iniciativas governamentais para suprir a demanda da sociedade dentro do limite orçamentário disponível (FERNANDEZ, 1996).

Na perspectiva econômico-financeira, a TAB. 9 se refere aos gastos e, ou, investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras. Apesar da RCL do município ter apresentado queda de 2,29% em 2014. Comparado com 2013,

paradoxalmente, os gastos na referida perspectiva aumentaram, em valores absolutos, o equivalente em 40,54%. O GRÁF. 17 ilustra essas variações.

Gráfico 17 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2013/2014



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao reportarmos ao GRÁF. 17 percebe-se o aumento na alocação de recursos no comparativo entre os anos e, no somatório, foram gastos R\$ 9.125.683,43, o que representou 33,32% da RCL do período. Assim, permite analisar que houve disparidade e deslocamento nas alocações de recurso neste período, sendo priorizados os gastos na infraestrutura do município e custeio da máquina pública.

5.1.1.4.1 Arrecadação municipal e subsídios

A TAB. 10 nos mostra como ficou a arrecadação municipal, os repasses e subsídios concedidos no biênio 2013/2014.

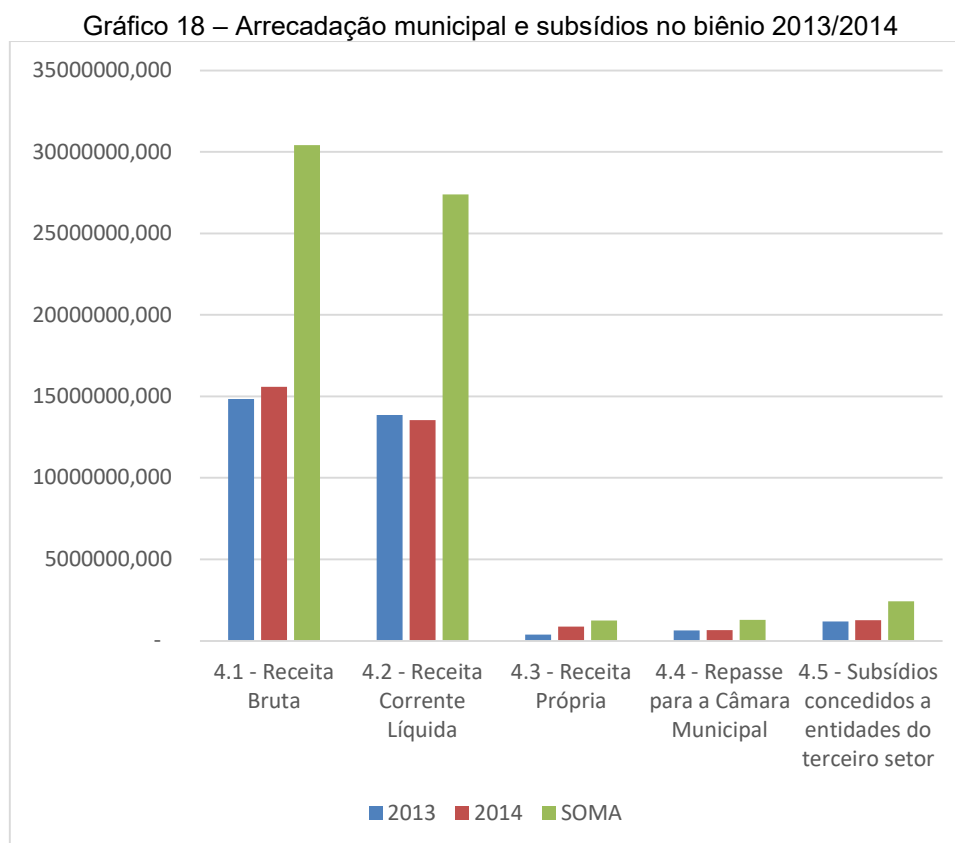
Tabela 10 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2013/2014

4 - DADOS DA ARRECAÇÃO MUNICIPAL E SUBSÍDIO:	2013	AV	2014	AV	AH	SOMA	AV
4.1 - Receita Bruta - RB	14.840.497,38	100,00%	15.576.516,30	100,00%	4,96%	30.417.013,68	100,00%
4.2 - Receita Corrente Líquida - RCL	13.851.010,53	93,33%	13.533.396,30	86,88%	-2,29%	27.384.406,83	90,03%
4.3 - Receita Própria - RP	371.642,47	2,68%	872.222,01	6,44%	134,69%	1.243.864,48	4,54%
4.4 - Repasse para a Câmara Municipal	628.212,81	4,54%	649.242,52	4,80%	3,35%	1.277.455,33	4,66%
4.5 - Subsídios concedidos a entidades do terceiro setor	1.173.153,29	8,47%	1.252.731,50	9,26%	6,78%	2.425.884,79	8,86%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Percebe-se que a receita corrente líquida obteve queda percentual 2,29%, entre os anos 2013 e 2014. Entretanto, houve acréscimo significativo relacionado ao potencial

da receita própria do município com aumento de 134,69% em valores absolutos, o que representou 4,54% da RCL no somatório do período. O acréscimo também é notado no repasse para a câmara Municipal, que ficou com 4,66% da RCL do biênio e 3,35% em valores absolutos. O mesmo aumento se observa nos subsídios concedidos que foram elevados, no somatório do período, em 8,86% da RCL e 6,78% em valores absolutos. O GRÁF. 18 ilustra a análise.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se pelo gráfico 18, que o município permanece dependente dos repasses da União e do Estados, pois a sua receita própria representou 4,54% da RCL do biênio, menor do que o repasse para a Câmara Municipal 4,66% da RCL e os subsídios concedidos para as entidades do terceiro setor 8,86% da RCL. Ressalta-se, porém, um grande avanço em 2014 no aumento das receitas próprias no percentual, em valores absolutos, de 134,69%.

O nível de dependência dos repasses oriundos da União e do Governo do Estado de Minas Gerais, aproximam a realidade tributária e orçamentária vivida na cidade ao conjunto dos municípios brasileiros (MARTINS, 2018).

5.1.1.5 Alocação dos recursos Triênio 2015/2016/2017

Esta subseção analisa a alocação de recursos no município de Porto Firme compreendida no triênio 2015/2016/2017 e serão analisadas as rubricas que contemplam as perspectivas na trilogia social, ambiental e econômico-financeira, conforme correlação estabelecida no Quadro 7, sendo 0,569 o IMRS calculado no período. A TAB. 11 discrimina as alocações dos recursos na suas respectivas dimensões além de apresentar a sua avaliação vertical e horizontal do período.

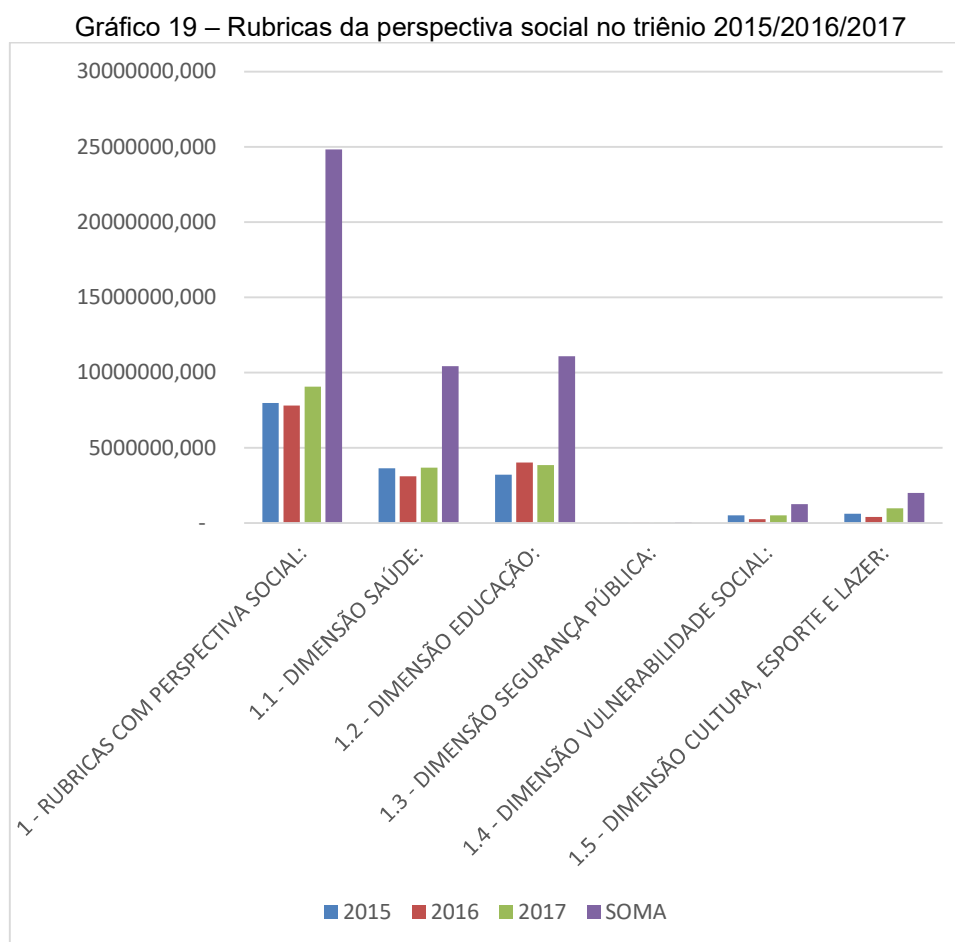
Tabela 11 – Alocação dos recursos municipais no triênio 2015/2016/2017

ALOCAÇÃO DE REC. NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS	2015	AV	2016	AV	AH	2017	AV	AH	SOMA	AV
1 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA SOCIAL:	7.969.837,14	56,53%	7.797.341,15	47,61%	-2,16%	9.049.065,88	57,59%	16,05%	24.816.244,17	53,73%
1.1 - DIMENSÃO SAÚDE:	3.635.134,18	25,78%	3.101.870,13	18,94%	-14,67%	3.684.508,91	23,45%	18,78%	10.421.513,22	22,56%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão saúde	3.635.134,18		3.101.870,13			3.684.508,91			10.421.513,22	
1.2 - DIMENSÃO EDUCAÇÃO:	3.203.036,09	22,72%	4.023.721,01	24,57%	25,62%	3.853.206,90	24,52%	-4,24%	11.079.964,00	23,99%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão educação	3.203.036,09		4.023.721,01			3.853.206,90			11.079.964,00	
1.3 - DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA:	20.306,05	0,14%	21.313,11	0,13%	4,96%	22.886,42	0,15%	7,38%	64.505,58	0,14%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão segurança pública	20.306,05		21.313,11			22.886,42			64.505,58	
1.4 - DIMENSÃO VULNERABILIDADE SOCIAL:	506.170,86	3,59%	241.576,84	1,48%	-52,27%	505.572,88	3,22%	109,28%	1.253.320,58	2,71%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão vulnerabilidade social	506.170,86		241.576,84			505.572,88			1.253.320,58	
1.5 - DIMENSÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER:	605.189,96	4,29%	408.860,06	2,50%	-32,44%	982.890,77	6,26%	140,40%	1.996.940,79	4,32%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão cultura, esporte e lazer	605.189,96		408.860,06			982.890,77			1.996.940,79	
2 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA AMBIENTAL:	457.635,39	3,25%	354.174,95	2,16%	-22,61%	417.886,08	2,66%	17,99%	1.229.696,42	2,66%
2.1 - DIMENSÃO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE:	457.635,39		354.174,95			417.886,08			1.229.696,42	
Gastos/invest. nas diversas rubricas da dimensão saneamento básico e meio ambiente	457.635,39		354.174,95			417.886,08			1.229.696,42	
3 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA:	5.670.992,25	40,22%	8.225.505,73	50,23%	45,05%	6.246.685,27	39,75%	-24,06%	20.143.183,25	43,61%
3.1 - DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	5.670.992,25		8.225.505,73			6.246.685,27			20.143.183,25	
Gastos/investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras	5.670.992,25		8.225.505,73			6.246.685,27			20.143.183,25	
TOTAL DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS	14.098.464,78	100,00%	16.377.021,83	100,00%	16,16%	15.713.637,23	100,00%	-4,05%	46.189.123,84	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Na perspectiva social, conforme pode ser observado na TAB. 11, a alocação de recursos no triênio representou em 2015 o percentual de 56,53% da RCL, em 2016 o percentual foi de 47,61% RCL e 2017 o percentual foi de 57,59% da RCL. Em valores absolutos, houve queda em 2016 de 2,16% com relação a 2015 e aumento de 16,05% em 2017. Analisando as dimensões da perspectiva social em separado, percebe-se que a queda da arrecadação em 2016 provocou uma diminuição de recursos nas dimensões saúde, vulnerabilidade social e cultura esporte e lazer. Por outro lado,

houve acréscimo nas dimensões educação e segurança pública. O GRÁF. 19 mostra as alocações de recursos no triênio na perspectiva social.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

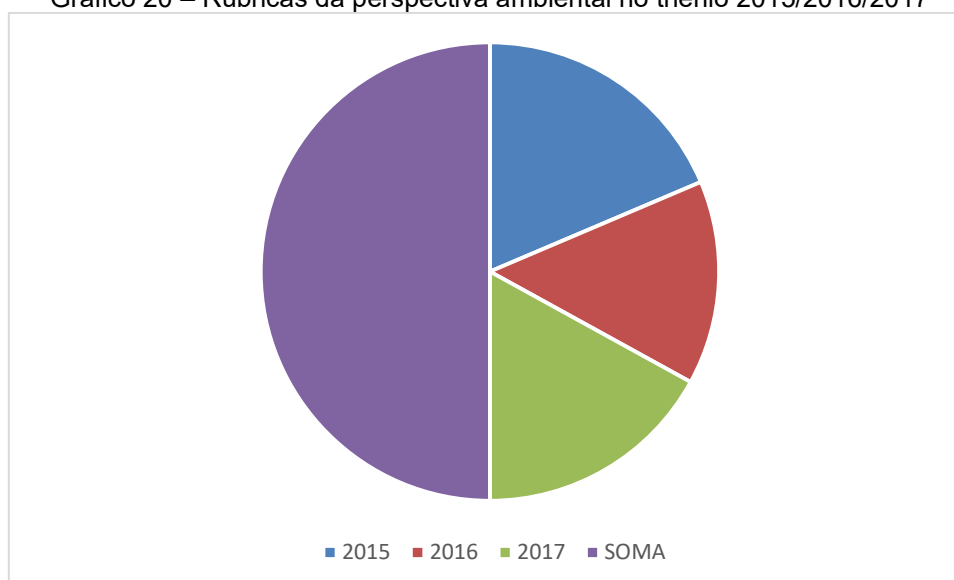
Por meio do GRÁF. 19 é possível visualizar os níveis de alocações de arrecadação e o deslocamento das ações orçamentárias do município de Porto Firme das dimensões na perspectiva social no triênio 2015/2016/2017 representando, no somatório, um gasto de R\$ 24.816.244,17 o que representou um percentual de 53,73% da RCL do período.

O escopo de análise dos mecanismos de adequação, estruturação e fiscalização do *modus operandi* da máquina estatal municipal significa uma gama de possibilidades de arranjos e de aplicabilidade dos meandros político-institucionais presentes nas alocações orçamentárias do município. Visto que são elásticos os espaços de arranjos e rearranjos por parte do Poder Executivo quanto ao remanejamento ou priorização de

verbas públicas para uma determinada área da gestão, dentro da sua estrutura. (MARTINS, 2018).

Quanto à perspectiva ambiental, conforme se observa na TAB. 11, a alocação de recursos no triênio representou em 2015 o percentual de 3,25% da RCL. Em 2016 o percentual foi de 2,16% da RCL e em 2017 o percentual foi de 2,66% da RCL. Em valores absolutos, a queda em 2016 foi de 22,61% com relação a 2015 e houve um aumento de 17,99% em 2017 com relação a 2016. O GRÁF. 20 mostra as alocações de recursos no triênio.

Gráfico 20 – Rubricas da perspectiva ambiental no triênio 2015/2016/2017



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

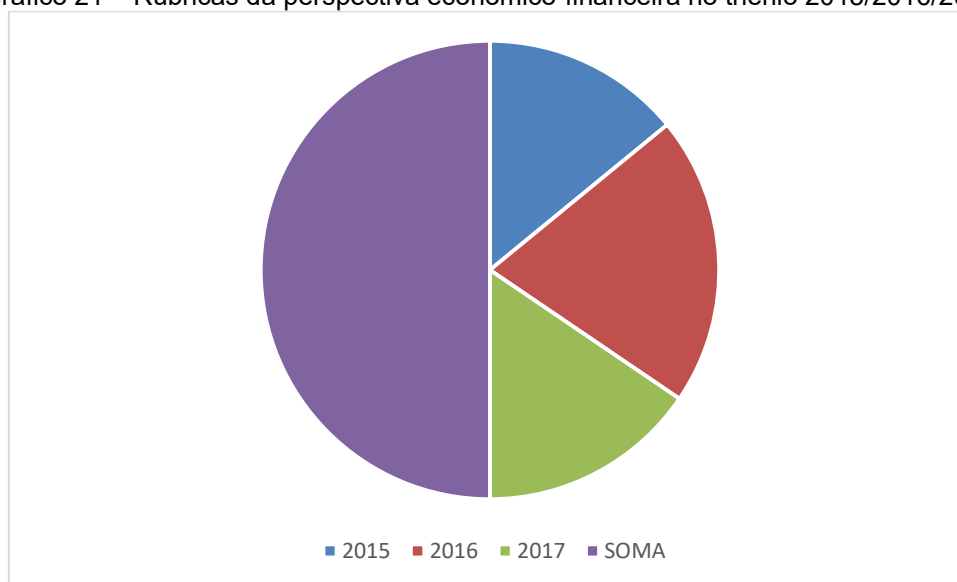
Ao reportarmos ao GRÁF. 20 percebe-se queda na alocação de recursos na perspectiva ambiental no ano de 2016 em comparação a 2015 e aumento em 2017 com relação a 2016. Destaca-se que, apesar deste aumento, o valor gasto em 2017 ainda foi menor que 2015, apontando queda em todo o triênio. No somatório, foi gasto o valor de R\$ 1.229.696,42 o que representou um percentual de 2,66% da RCL do período.

É necessário concentrar esforços para encontrar uma forma de minimizar os problemas ambientais e proporcionar à sociedade melhoria na qualidade de vida. Da mesma forma, em relação ao saneamento básico, que está ligado à promoção da

saúde pública e prevenção de doenças como como esquistossomose, febre amarela, febre paratifoide, amebíase, ancilostomíase, ascaridíase, cisticercose, cólera, estão condicionadas à disponibilidade de água em quantidade e qualidade necessárias (SIQUEIRA *et al.*, 2018; MAGALHÃES; WALKIM; GOMES, 2019).

Na perspectiva econômico-financeira, a TAB. 11 se refere aos gastos e, ou, investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras. Observa-se que em 2015 o percentual representou 40,22% da RCL. Em 2016 o percentual foi de 50,23% da RCL e em 2017 o percentual foi de 39,75%. Já em valores absolutos, percebe-se um aumento de 45,05% em 2016 com relação a 2015 e queda de 24,06% em 2017 com relação a 2016. O GRÁF. 21 ilustra as alocações do triênio.

Gráfico 21 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no triênio 2015/2016/2017



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A partir do GRÁF. 21 fica latente o aumento na alocação de recursos na perspectiva econômico-financeira no ano 2016 e a queda em 2017 devido à queda da arrecadação de receita do município. Assim, o gestor teve que atender ações e programas prioritários, adequando o orçamento e reduzindo investimentos em infraestrutura e custeio da máquina pública do município. No somatório, o valor gasto foi de R\$ 20.143.183,25, representando um percentual de 43,61% da RCL no triênio.

5.1.1.5.1 Arrecadação municipal e subsídios

A TAB. 12 nos mostra como ficaram a arrecadação municipal e os repasses e subsídios concedidos no triênio 2015/2016/2017.

Tabela 12 – Arrecadação municipal e subsídios no triênio 2015/2016/2017

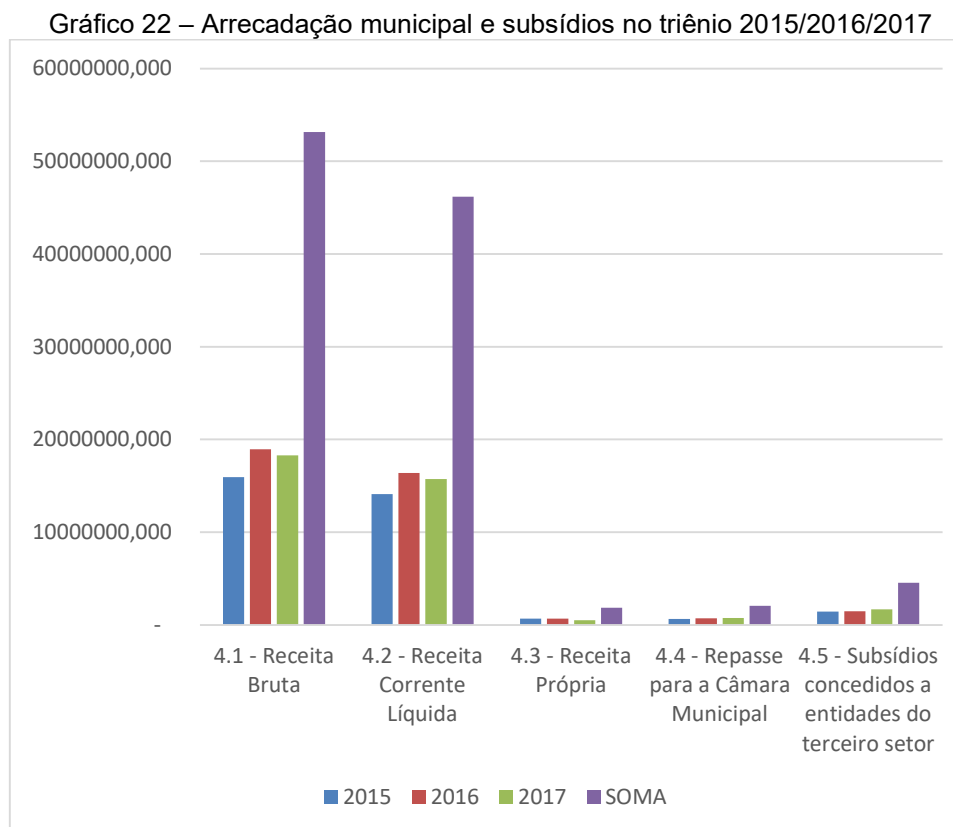
4 - DADOS DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E SUBSÍDIOS:	2015	AV	2016	AV	AH	2017	AV	AH	SOMA	AV
4.1 - Receita Bruta - RB	15.936.417,57	100,00%	18.948.975,08	100,00%	18,90%	18.269.394,11	100,00%	-3,59%	53.154.786,76	100,00%
4.2 - Receita Corrente Líquida - RCL	14.098.464,78	88,47%	16.377.021,83	86,43%	16,16%	15.713.637,23	86,01%	-4,05%	46.189.123,84	86,90%
4.3 - Receita Própria - RP	663.977,86	4,71%	684.719,40	4,18%	3,12%	506.918,07	3,23%	-25,97%	1.855.615,33	4,02%
4.4 - Repasse para a Câmara Municipal	621.354,50	4,41%	693.954,33	4,24%	11,68%	738.956,70	4,70%	6,48%	2.054.265,53	4,45%
4.5 - Subsídios concedidos a entidades do terceiro setor	1.420.042,00	10,07%	1.476.772,00	9,02%	3,99%	1.658.401,00	10,55%	12,30%	4.555.215,00	9,86%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nota-se, analisando a TAB. 12, que houve um acréscimo, em valores absolutos, de 16,16% da receita corrente líquida em 2016, comparando com 2015 e redução de 4,05% em 2017, comparando com 2016. Quanto à receita própria, 2015 obteve o percentual de 4,71% da RCL. 2016 obteve o percentual de 4,18% da RCL e 2017 obteve o percentual de 3,23%. Em valores absolutos, 2016 teve um acréscimo de 3,12% com relação a 2015. Em 2017 houve uma queda de 25,97% com relação a 2016. Em relação ao repasse para a Câmara Municipal em 2015 foi repassado para os gastos com o legislativo o percentual de 4,41% da RCL. Em 2016 o percentual representou 4,24% da RCL e em 2017 o percentual significou 4,70%. Em valores absolutos, em 2016 pode-se observar um aumento de 11,68% com relação a 2015. Em 2017 houve aumento de 6,48% em relação a 2016. No que diz respeito aos repasses às entidades do terceiro setor, observa-se em 2015 o percentual de 10,07% da RCL, em 2016 o percentual de 9,02 e em 2017 o percentual de 10,55%. Em valores absolutos, 2016 foi contemplado com um acréscimo de 3,99% com relação a 2015 e 2017 também foi acrescido de 12,30% com relação a 2016. O GRÁF. 22 ilustra a situação da arrecadação, repasse e subsídios concedidos no triênio.

Notadamente, observando o GRÁF. 22, permanece a constante dependência do município dos repasses da União e do Estado, uma vez que sua receita própria representou 4,02% da RCL que, por sua vez, representou 86,90% da receita bruta. Percebe-se que houve uma queda, em valores absolutos, de arrecadação da receita própria no final do triênio da ordem de 25,97%. Houve acréscimo de recursos no que

tange ao repasse à Câmara Municipal e aos subsídios concedidos às entidades do terceiro setor.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Com a Constituição Federal de 1988 ocorreram as emancipações distritais, resultando em inúmeros pequenos municípios, a maioria deles com poucos recursos, dependendo exclusivamente do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com baixos indicadores e alguns insustentáveis do ponto de vista socioeconômico (GOMES; MAC DOWELL, 2000). Assim, para que o município não se torne insustentável é necessário analisar qual a melhor forma de alocar os recursos, priorizando sempre o bem-estar da população.

5.1.1.6 Alocação dos recursos no biênio 2018/2019

Esta subseção, a exemplo das análises dos biênios anteriores, analisa a alocação de recursos no município de Porto Firme compreendida no biênio 2018/2019, último a ser analisado neste estudo. Serão analisadas as rubricas que contemplam as perspectivas na trilogia social, ambiental e econômico-financeira, conforme correlação

estabelecida no Quadro 7, sendo de 0,574 o IMRS estimado para o período. A TAB. 13 discrimina as alocações dos recursos na suas respectivas dimensões, além de apresentar as avaliações vertical e horizontal do período.

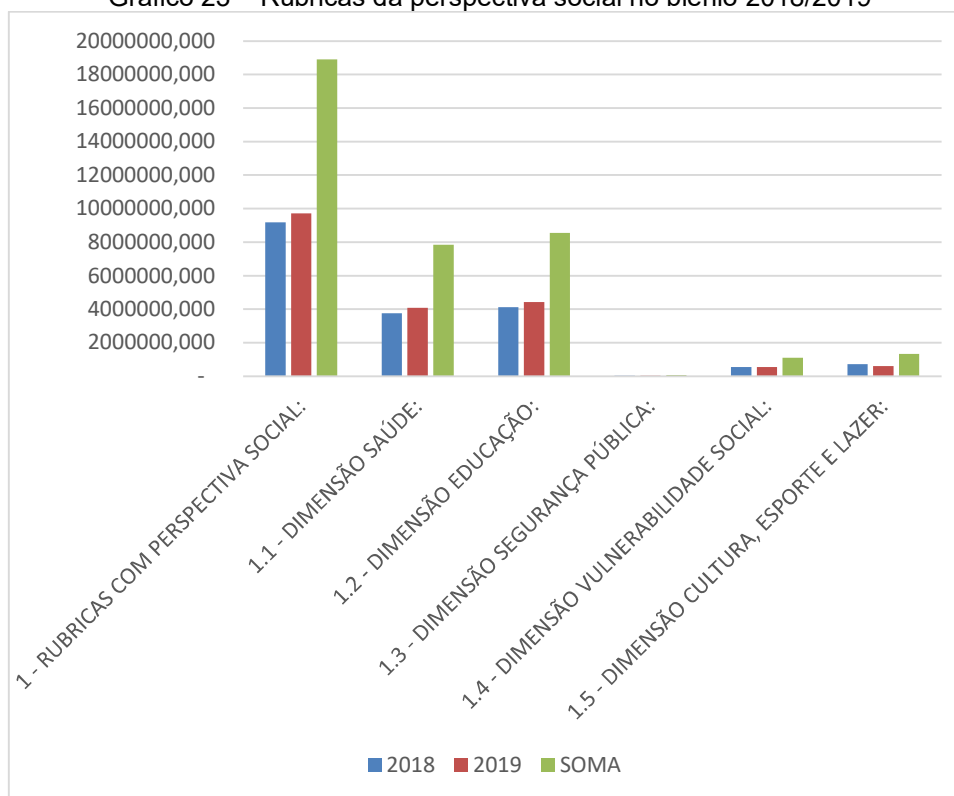
Tabela 13 – Alocação dos recursos municipais no biênio 2018/2019

ALOCAÇÃO DE REC. NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS	2018	AV	2019	AV	AH	SOMA	AV
1 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA SOCIAL:	9.189.042,53	51,61%	9.707.391,40	48,19%	5,64%	18.896.433,93	49,79%
1.1 - DIMENSÃO SAÚDE:	3.764.325,93	21,14%	4.078.190,47	20,24%	8,34%	7.842.516,40	20,67%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão saúde	3.764.325,93		4.078.190,47			7.842.516,40	
1.2 - DIMENSÃO EDUCAÇÃO:	4.115.236,95	23,11%	4.429.662,98	21,99%	7,64%	8.544.899,93	22,52%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão educação	4.115.236,95		4.429.662,98			8.544.899,93	
1.3 - DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA:	32.460,00	0,18%	39.170,33	0,19%	20,67%	71.630,33	0,19%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão segurança pública	32.460,00		39.170,33			71.630,33	
1.4 - DIMENSÃO VULNERABILIDADE SOCIAL:	557.363,50	3,13%	545.080,54	2,71%	-2,20%	1.102.444,04	2,91%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão vulnerabilidade social	557.363,50		545.080,54			1.102.444,04	
1.5 - DIMENSÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER:	719.656,15	4,04%	615.287,08	3,05%	14,50%	1.334.943,23	3,52%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão cultura, esporte e lazer	719.656,15		615.287,08			1.334.943,23	
2 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA AMBIENTAL:	787.857,19	4,43%	424.860,09	2,11%	46,07%	1.212.717,28	3,20%
2.1 - DIMENSÃO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE:	787.857,19		424.860,09			1.212.717,28	
Gastos/invest. nas diversas rubricas da dimensão saneamento básico e meio ambiente	787.857,19		424.860,09			1.212.717,28	
3 - RUBRICAS COM PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA:	7.827.210,97	43,96%	10.013.201,32	49,70%	27,93%	17.840.412,29	47,01%
3.1 - DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	7.827.210,97		10.013.201,32			17.840.412,29	
Gastos/investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras	7.827.210,97		10.013.201,32			17.840.412,29	
TOTAL DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS	17.804.110,69	100,00%	20.145.452,81	100,00%	13,15%	37.949.563,50	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O total de alocações no biênio apresentado na TAB. 13 subiu 13,15% em 2019 comparado com 2018. No que tange à perspectiva social, esta não alcançou a mesma porcentagem, ficando com 5,64%, em valores absolutos. Com relação à RCL do exercício, os valores gastos representaram 51,61% em 2018 e 48,19% em 2019. Analisando as dimensões do IMRS em separado, percebe-se um aumento de gastos/investimentos, em valores absolutos, nas dimensões saúde (8,34%), educação (7,64%) e, mais significativamente, segurança pública (20,67%). Entretanto, visualiza-se queda nas dimensões vulnerabilidade social (2,20%) e dimensão cultura, esporte e lazer (14,50%). O GRÁF. 23 ilustra as alocações de recursos no biênio na perspectiva social.

Gráfico 23 – Rubricas da perspectiva social no biênio 2018/2019



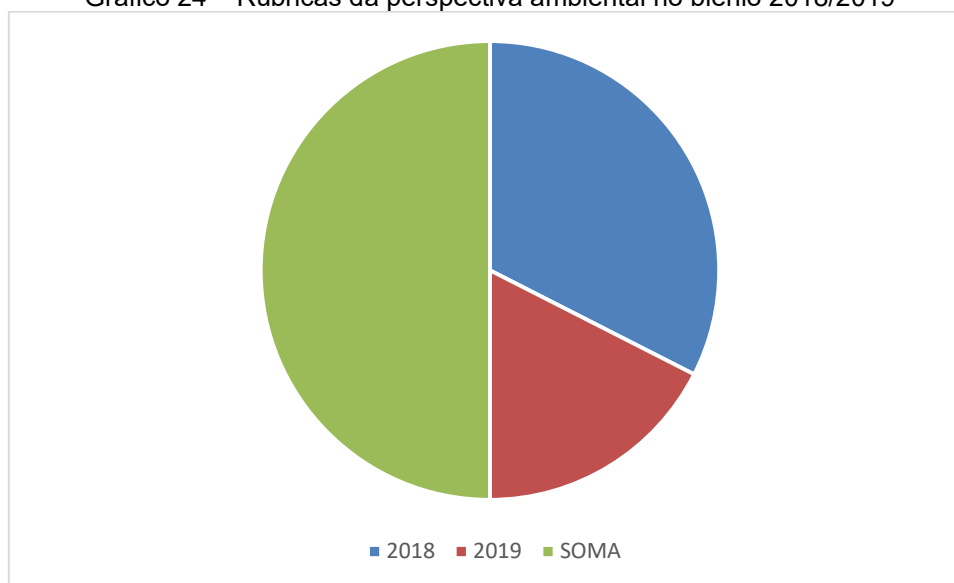
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Por meio do GRÁF. 23 é possível visualizar os níveis de alocações de arrecadação e o deslocamento das ações orçamentárias do município de Porto Firme nas dimensões da perspectiva social no biênio 2018 e 2019. No somatório do período, foi obtido o valor de R\$ 18.896.433,93, representando 49,79% da RCL do biênio.

Em relação aos investimentos na dimensão vulnerabilidade social, Santos e Ferreira (2017) exploraram, de forma comparativa, a realidade socioeconômica dos pequenos municípios de Minas Gerais, sob a perspectiva do desenvolvimento humano local e com base nas informações e nos dados disponíveis dos anos 2000 a 2010. Os resultados apontam para a relativa importância da condição econômica, para o nível de concentração da renda e para a capacidade fiscal do município quanto à taxa de crescimento do desenvolvimento humano dos pequenos municípios. A partir do exposto, reforça-se a necessidade de se buscar um desenvolvimento equilibrado, por meio do fortalecimento das ligações entre crescimento econômico e desenvolvimento humano.

Quanto à perspectiva ambiental, observa-se na TAB. 13, que representou um percentual da RCL de 4,43% em 2018 e 2,11% em 2019, com queda acentuada em 2019 de 46,07%, em valores absolutos, comparado com o ano anterior. O G GRÁF. 24 mostra as alocações de recursos no biênio na perspectiva ambiental.

Gráfico 24 – Rubricas da perspectiva ambiental no biênio 2018/2019

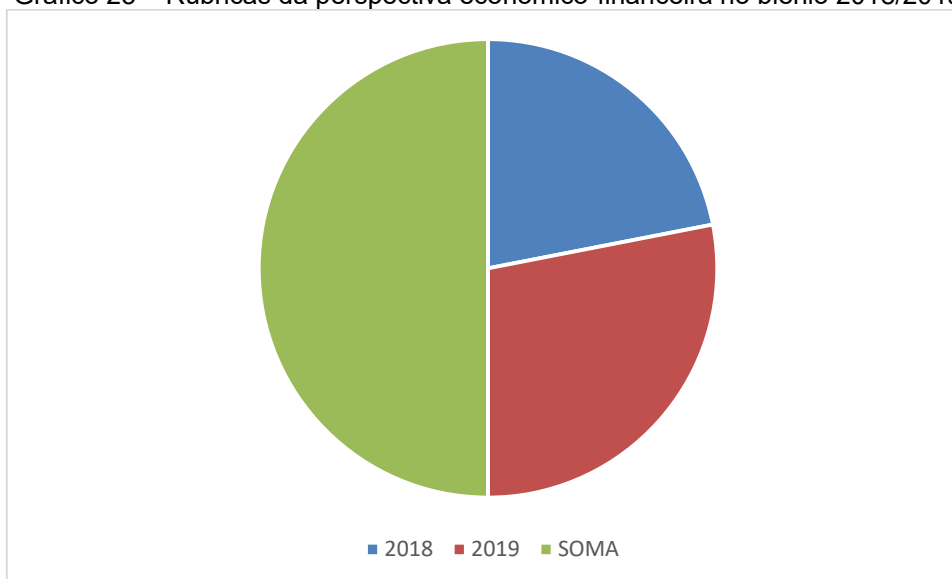


Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao reportarmos ao GRÁF. 24 percebe-se a queda na alocação de recursos na perspectiva ambiental no ano de 2019, impactando a alocação de recursos no biênio 2018 e 2019. Essa queda propiciou diminuição de investimentos na área ambiental e saneamento básico. No somatório do biênio, o valor gasto/investido foi de R\$ 1.212.717,28, representando 3.20% da RCL do período.

Na perspectiva econômico-financeira, a TAB. 13 se refere aos gastos e, ou, investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras. Observa-se que, em 2018, o seu impacto na RCL foi de 43,96% e em 2019 o impacto foi de 49,70%, com acréscimo de 27,93% em valores absolutos. O GRÁF. 25 mostra as alocações de recursos no biênio na perspectiva econômico-financeira.

Gráfico 25 – Rubricas da perspectiva econômico-financeira no biênio 2018/2019



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao reportarmos ao GRÁF. 25 fica latente o aumento na alocação de recursos na perspectiva econômico-financeira no ano 2019. No somatório do biênio foram gastos R\$ 17.840.412,29 representando 47,01% da RCL do período, permitindo dizer que a Prefeitura de Porto Firme priorizou as ações no setor de infraestrutura e custeio da máquina pública, quando comparados às ações sociais e ambientais.

5.1.1.6.1 Arrecadação municipal e subsídios

O TAB.14 mostra como ficaram a arrecadação municipal e os repasses e subsídios concedidos no biênio 2018/2019.

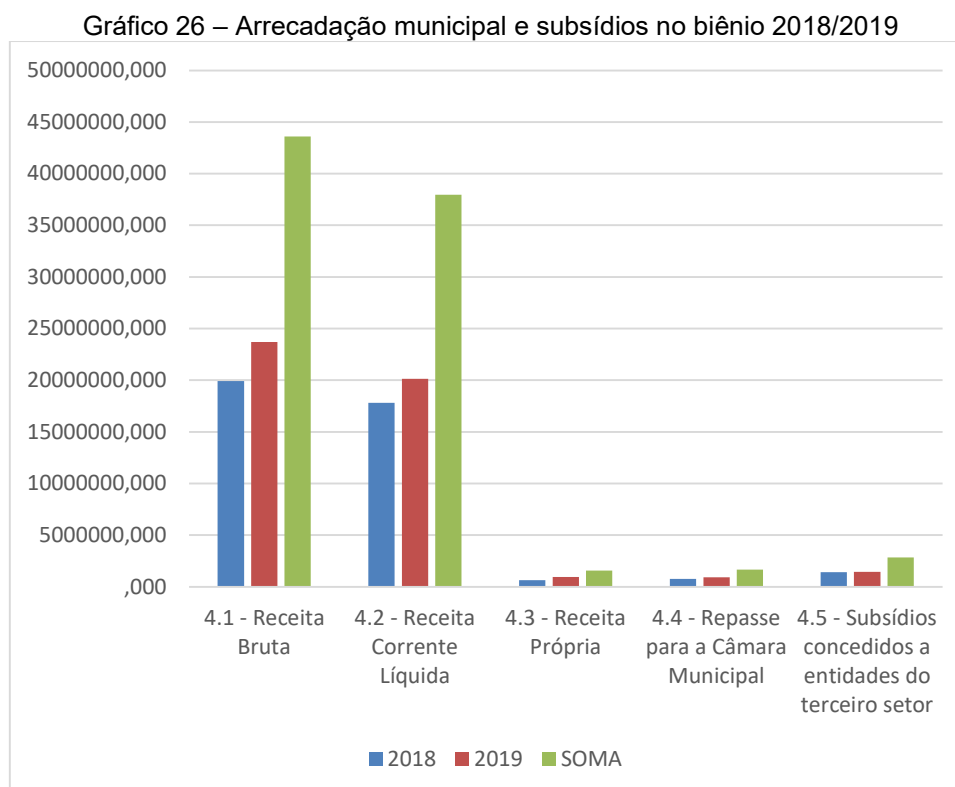
Tabela 14 – Arrecadação municipal e subsídios no biênio 2018/2019

4 - DADOS DA ARRECAÇÃO MUNICIPAL E SUBSÍDIOS:	2018	AV	2019	AV	AH	SOMA	AV
4.1 - Receita Bruta - RB	19.911.443,82	100,00%	23.703.534,82	100,00%	19,04%	43.614.978,64	100,00%
4.2 - Receita Corrente Líquida - RCL	17.804.110,69	89,42%	20.145.452,81	84,99%	13,15%	37.949.563,50	87,01%
4.3 - Receita Própria - RP	620.280,35	3,48%	947.771,98	4,70%	52,80%	1.568.052,33	4,13%
4.4 - Repasse para a Câmara Municipal	752.410,99	4,23%	914.952,20	4,54%	21,60%	1.667.363,19	4,39%
4.5 - Subsídios concedidos a entidades do terceiro setor	1.420.221,00	7,98%	1.425.322,01	7,08%	0,36%	2.845.543,01	7,50%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A receita corrente líquida, como já foi dito, apresentou um acréscimo, em valores absolutos, de 13,5% em 2019, comparando com 2018. Quanto à receita própria, apresentou significativo aumento, em valores absolutos, no ano de 2019 com relação a 2018, da ordem de 52,80%. Com relação à RCL o percentual foi de 3,48% em 2018

e 4,70% em 2019. Quanto ao repasse para a Câmara Municipal em 2018 foi atingido o percentual de 4,23% da RCL e em 2019 o percentual de 4,54%, com acréscimo de 21,60%, em valores absolutos, comparando o exercício de 2019 com o ano anterior. Subsídios concedidos ao terceiro setor representaram 7,98% do orçamento em 2018 e 7,08% em 2019, com acréscimo de 0,36% em valores absolutos. O GRÁF. 26 ilustra a arrecadação municipal, os repasses e os subsídios concedidos no biênio 2018/2019.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se, por meio do GRÁF. 26, que o município é dependente das receitas advindas do repasse da União e do Estado, uma vez que sua receita própria representa 4,13% da RCL do biênio. Mesmo com um aumento significativo em 2019 com relação a 2018, ainda fica atrás dos repasses para a Câmara Municipal e dos subsídios concedidos às entidades do terceiro setor, que, no somatório do período, atingiram o percentual de 4,39% e 7,50% da RCL, respectivamente.

Cardoso e Ribeiro (2015) construíram um Índice Relativo de Qualidade de Vida (IRQV) para os municípios mineiros, utilizando dados para o ano de 2010. Para tanto, hierarquizaram e determinaram o quanto um município é mais ou menos

desenvolvido, segundo o nível de qualidade de vida. Os resultados reforçaram o diagnóstico a respeito da heterogeneidade que permeia o processo de desenvolvimento em Minas Gerais. Os municípios com maior qualidade de vida se encontram, sobretudo, nas regiões do triângulo mineiro e Alto Paranaíba, Metropolitana de Belo Horizonte, Sul e Sudoeste de Minas e Central mineira. Por outro lado, os de piores condições de vida estão no Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Norte de Minas e em parte da Zona da Mata.

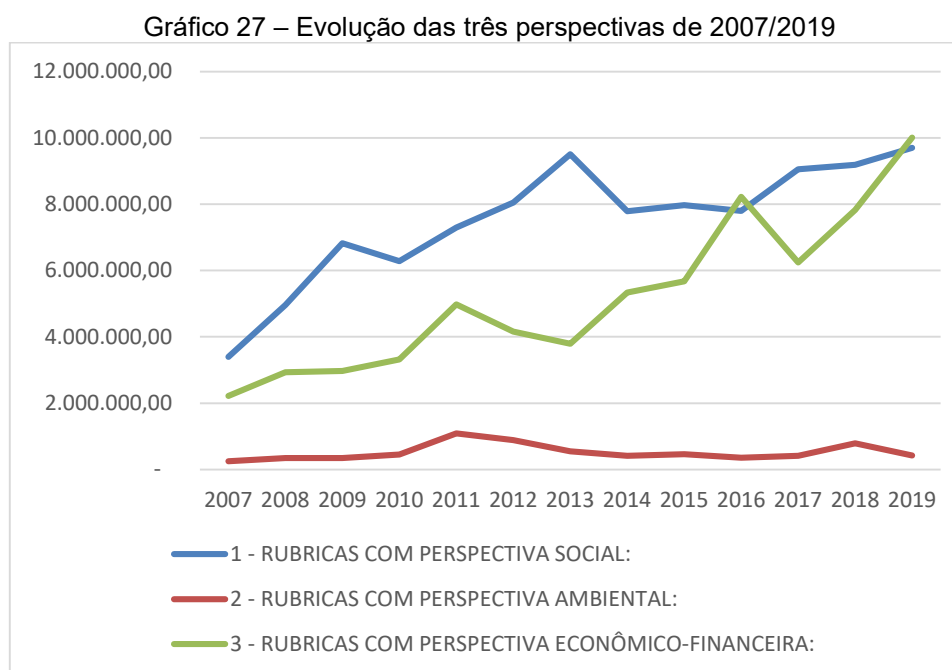
No que diz respeito às variáveis sobre o índice de qualidade de vida mensurado, isto é, sobre o nível de desenvolvimento dos municípios mineiros, foi possível perceber que o nível de vida da população depende fortemente do nível de renda per capita, da qualificação da mão de obra e da formalização do mercado de trabalho. O grande peso dessas variáveis sobre o nível de desenvolvimento indica que as políticas governamentais podem ser mais eficazes se priorizarem esses indicadores (CARDOSO; RIBEIRO; 2015).

5.2 Panorama da evolução das alocações de recursos de 2007 a 2019

Nesta seção será traçado o panorama da evolução das alocações dos recursos do município de Porto Firme – MG, nas perspectivas de sustentabilidade no período de 2007 a 2019 (APÊNDICE C). Após cada perspectiva, serão analisados os pontos fortes e fracos da gestão municipal em consonância com os dados coletados nas fontes secundárias e com os últimos dados do perfil do município de Porto Firme – MG, divulgados pela Fundação João Pinheiro nas bases do IMRS. Também será descrita a percepção dos gestores municipais de Porto Firme sobre a sustentabilidade do município na sua referida área de atuação.

A função alocativa se refere à alocação de recursos por parte da gestão pública, quando não houver eficiência da iniciativa privada, ou quando a natureza da atividade indicar a necessidade da sua presença. Por sua vez, pela função distributiva, cabe à ela, dentro da concepção de desenvolvimento econômico, a melhoria na distribuição da renda. Para isso, são utilizados todos os instrumentos legais disponíveis, como os impostos, subsídios, incentivos, isenções, transferências e outras (BAIÃO; CRUZ; SOUZA, 2017).

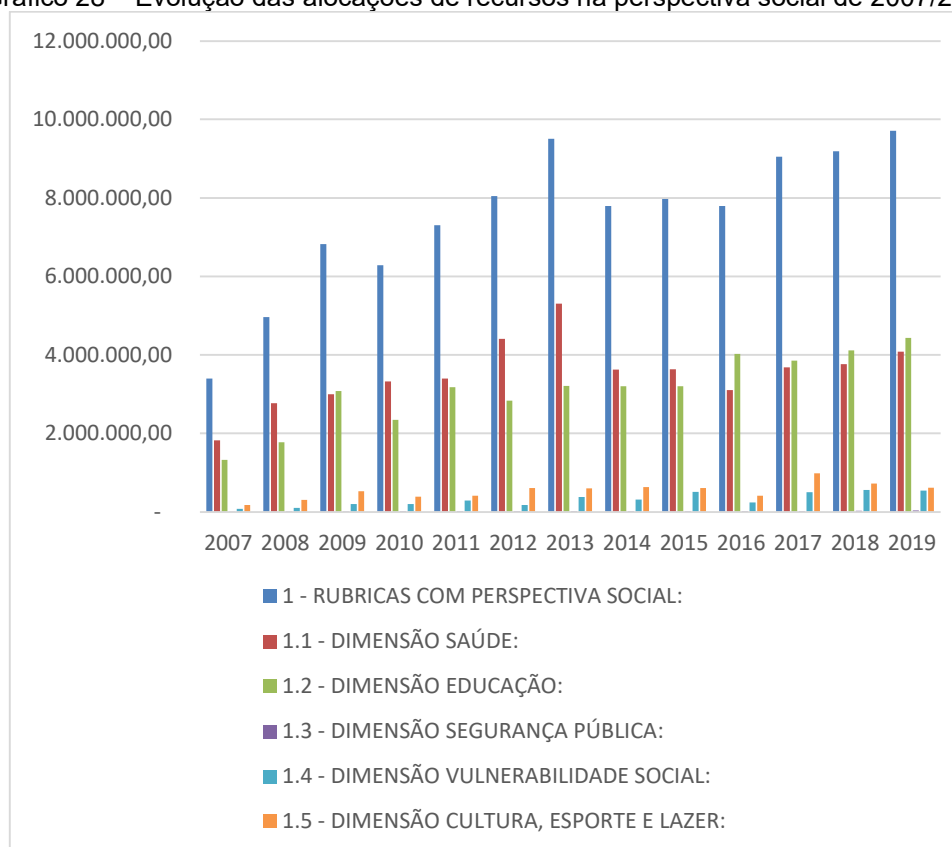
O GRÁF. 27 sintetiza as três perspectivas, social, ambiental e econômico-financeira no período de 2007 a 2019.



5.2.1 Perspectiva social

No período de 2007 a 2019, no somatório de todos os gastos/investimentos nas dimensões do IMRS que se correlacionam com a perspectiva social, houve uma evolução nas alocações de recursos, em valores absolutos (AH), no percentual de 285,43%. Considerando que a RCL, no mesmo período, evoluiu num percentual de 342,53%, nota-se uma desproporção entre as aplicações de recursos nesta perspectiva com relação à RCL. Este dado permite inferir que, ao longo do período, houve deslocamento das alocações dos recursos da perspectiva social para outras ações de governo priorizadas pelos gestores da PMPF. O GRÁF. 28 mostra a evolução das alocações dos recursos do município de Porto Firme, no período de 2007 a 2019, sob a perspectiva social.

Gráfico 28 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva social de 2007/2019

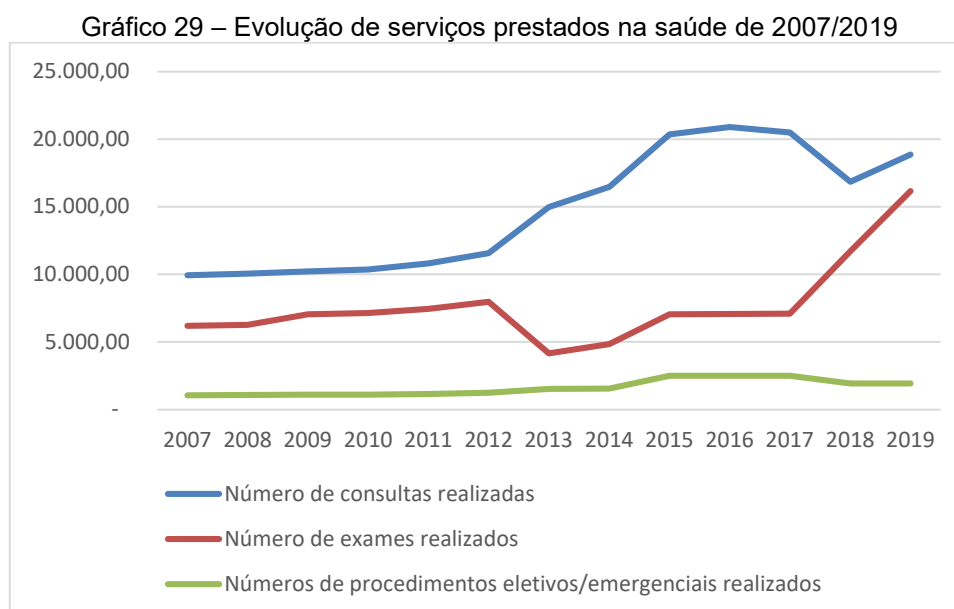


Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A perspectiva social representava 57,83% da RCL no exercício de 2007 e em 2019 representou 48,19% da RCL, sendo possível observar que, na avaliação vertical (AV), também é refletido esse deslocamento de recursos para atendimento à outras prioridades orçamentárias. Analisando as alocações em separado, ao longo do período, nas dimensões do IMRS, com base na RCL, se apurou que: a dimensão saúde representava 30,95% em 2007 e em 2019 representou 20,24%; a dimensão educação representava 22,52% em 2007 e em 2019, 21,99%; a dimensão segurança pública 0,11% em 2007 e em 2019 representou 0,19%; a dimensão vulnerabilidade social 1,28% em 2007 e em 2019 representou 2,71%; a dimensão cultura, esporte e lazer 2,96% em 2007 e em 2019 representou 3,05%.

Observa-se diminuição no percentual da RCL nas alocações das dimensões saúde e educação, com aumento nas dimensões de segurança pública, vulnerabilidade social e cultura, esporte e lazer. Contudo, esse deslocamento de recursos entre as dimensões do IMRS, não inviabilizou o atendimento às necessidades básicas da

população do município, conforme pode ser analisado nos GRÁF. 29, GRÁF. 30, GRÁF. 31 e GRÁF. 32:



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O GRÁF. 29 apresenta a evolução do número de consultas, exames e procedimentos emergenciais, realizados no período. Nota-se que em 2007 foram realizadas 9.936 consultas e em 2019 de 18.863, com aumento de 89,85%. Quanto ao número de exames, foram realizados 6.182 em 2007 e 16.161 em 2019, com aumento de 161,42%. Com relação aos procedimentos eletivos e, ou, emergenciais, em 2007 foram realizados 1.060 e em 2019 o número foi de 1.925, o que representou um aumento de 81,60%.

Assim, ao analisarmos conjuntamente os GRÁF. 28 e GRÁF. 29, observa-se que os gastos com a saúde em 2007 representavam 30,95% da RCL e em 2019 o percentual foi de 20,24%. Com o crescimento da RCL, em termos absolutos, e maior efetividade nas ações de gestão, foi possível atingir aumentos relevantes na prestação dos principais serviços na dimensão saúde.

No que tange à dimensão educação, o GRÁF. 30 apresenta a evolução do número de alunos matriculados no período de 2007 a 2019.

Gráfico 30 – Evolução do número de alunos matriculados de 2007/2019



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

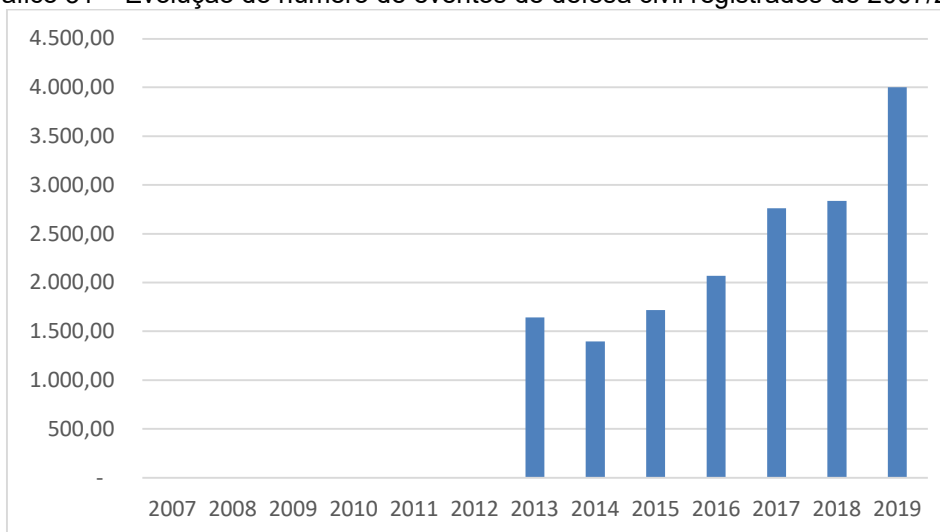
O número de alunos matriculados em 2007 era de 449 alunos e em 2019 o município possuía 342 alunos, com queda de 23,83%. Este cenário de redução do número de alunos ao longo do período é condizente com a pirâmide etária e o envelhecimento populacional no município de Porto Firme, como na maioria das cidades brasileiras, levando os gestores da educação a adotar o sistema de classes multisseriadas ou promover a nucleação de escolas municipais, que consiste na junção de escolas com reduzido número de alunos com a outra mais próxima da localidade ou polo. Ocorreu também a expansão no atendimento em algumas escolas e abertura de educandário, conforme demanda apontada. Em 2014, por exemplo o número de alunos matriculados voltou a crescer, conforme aponta o Gráfico 30, devido ao fato da EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil – Sossego da Mamãe expandir seu atendimento para crianças de 03 anos. E em 2017 ocorreu novo aumento de matrículas devido a criação da EMEI Caminho do Saber.

Cabe ressaltar que as escolas municipais de Porto Firme atuam até o Ensino Fundamental I, ou seja, até o quinto ano. O ensino Fundamental II e o Ensino Médio são responsabilidades do Estado. Porém, além dos dados coletados no município, este estudo recorrerá à base de dados do IMRS Educação (FJP).

Quanto à dimensão segurança pública, cabe destacar que o serviço é prestado pelo Destacamento da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, pertencente ao 3º Pelotão

da Comarca de Piranga – MG, que, por sua vez, subordina-se à 65ª Cia da PMMG de Ouro Branco, jurisdicionada pelo 31º Batalhão da PMMG de Conselheiro Lafaiete. Salienta-se também que o número de eventos registrados ficou disponível no banco de dados a partir do ano 2013, ano em que o município passou a alimentar o Registro de Eventos de Defesa Social – REDS. Neste primeiro ano foram registrados 1.643 atendimentos e em 2019 foram registrados 4.001 eventos, com aumento de 143,52%, o GRÁF. 31 mostra a evolução dos registros no período.

Gráfico 31 – Evolução do número de eventos de defesa civil registrados de 2007/2019



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observando o GRÁF. 31, fica latente o aumento do número de registros ocorridos. Importante mencionar que os dados desta dimensão estão agrupados no REDS em 04 categorias a saber:

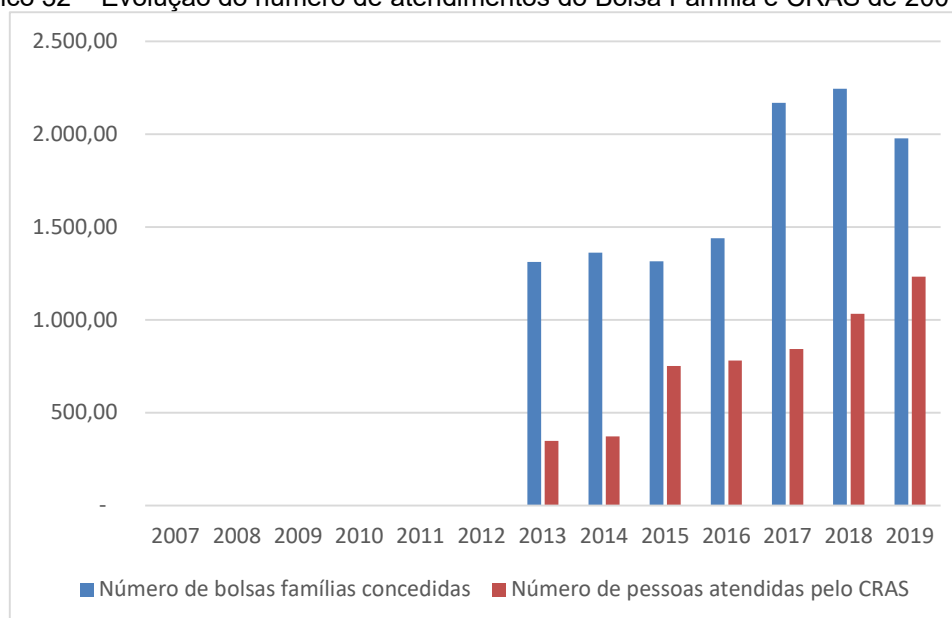
- a) Boletim de Ocorrência – BO – Registra o crime, o delito ou a tentativa, de acordo com a vontade da vítima de prosseguir com os procedimentos cabíveis;
- b) Boletim de Ocorrência Simplificado – BOS – Registra a ação policial de atendimento a ocorrência, independentemente da vontade da vítima;
- c) Relatórios de Atividades Técnicas – RAT – Registra as operações realizadas pela PMMG, independentemente de chamadas da sociedade. Trata-se do próprio Destacamento registrar as atividades desenvolvidas, tais como blitz de trânsito, operações de combate ao tráfico, diligências, patrulhamento ostensivo e abordagens diversas;

- d) Acidentes de Trânsito – É um tipo de registro, feito em separado, para as ocorrências de acidentes de trânsito que não constituem crime.

Assim, ao iniciar a utilização do sistema REDS, o município passa a conhecer melhor os dados da dimensão segurança pública, o que possibilita um melhor planejamento de suas ações futuras nesta dimensão.

Quanto à dimensão vulnerabilidade social, a Prefeitura de Porto Firme realiza o atendimento às pessoas em condições de vulnerabilidade através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), criado no município em 2013. Assim, os dados foram disponibilizados a partir deste ano e se inicia com o número de 1.312 beneficiários do Bolsa Família, passando para 1.977 em 2019, representando um acréscimo 50,69% na concessão do benefício. O número de vulneráveis atendidos passou de 348 em 2013 para 1.233 em 2019, representando um aumento de 254,31%. O GRÁF. 32 ilustra os números apresentados.

Gráfico 32 – Evolução do número de atendimentos do Bolsa Família e CRAS de 2007/2019



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se o aumento do atendimento às famílias que se encontram na situação de vulnerabilidade social, tanto no atendimento do Programa Bolsa Família como no atendimento aos demais casos de vulnerabilidade social. Os números corroboram o

aumento no percentual da RCL do município alocado nesta dimensão que em 2007 era de 1,28%, passando para 2,71% em 2019.

A Política de Assistência Social engloba os conceitos de vulnerabilidade vinculados à estrutura social e os direitos da cidadania. Tal política tem por propósito responder a demandas de prevenção e proteção de indivíduos, grupos e, ou, famílias, quanto aos agravos, riscos ou danos relacionados às condições ou situações específicas, à sobrevivência e, ou, à cidadania. Desta forma, este estudo procura colaborar com a literatura na dimensão vulnerabilidade social e utilizando IMRS como parte da análise (SANTOS, 2015; MATTA *et al.*, 2016; CRUZ, 2016; SANTOS; FERREIRA, 2017; GOMES, 2018; FJP, 2019).

5.2.1.1 Pontos fortes e fracos da gestão municipal na perspectiva social

Esta subseção tem a finalidade de descrever os pontos fortes e fracos da gestão do município de Porto Firme – MG no que tange aos processos administrativos e sua alocação de recursos nas diferentes dimensões e perspectivas do Governo Municipal para a provisão de bens e serviços públicos à população.

Conjuntamente aos dados coletados no município, será analisado o último boletim fornecido pela Fundação João Pinheiro referente ao triênio 2015/2016/2017. A partir dos dados dos indicadores do IMRS constantes do boletim, como reflexos das alocações de recursos nas respectivas dimensões e perspectivas, é possível verificar os pontos fortes e fracos na perspectiva social, por meio de grupos de indicadores que fornecem elementos para diferenciar as capacidades do gestor em produzir e entregar bens públicos aos cidadãos.

1) Dimensão saúde

Ao reportarmos o perfil de Porto Firme divulgado pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 2019, a dimensão saúde buscou captar o estado de saúde da população e o acesso às ações e aos serviços de saúde no município por meio de indicadores tais como: Taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis na população de 30 a 69 anos; Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina;

Cobertura vacinal de Penta valente em menores de um ano; Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram, no mínimo, sete consultas de pré-natal; Estimativa da proporção da população atendida pela Estratégia de Saúde da Família (ESF); Proporção de óbitos por causas mal definidas; Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária; Proporção de internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra microrregião.

Taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis na população de 30 a 69 anos. Baseado nos dados das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tais como: doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias crônicas e diabetes.

A taxa de mortalidade por DCNT na população de 30 a 69 anos em Porto Firme, passou de 191,28 por 100 mil habitantes para 128,26 por 100 mil habitantes. Os dados mostram queda de 32,95% nas mortes e implica que o município tem investido nesta área da saúde buscando corroborar com as ações do Ministério da Saúde, que em 2011 lançou seu Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das DCNTs, enfatizando ações populacionais para o controle do fumo, da inatividade física, da alimentação inadequada e do uso prejudicial do álcool (MALTA; MORAIS NETO; SILVA JUNIOR, 2011).

Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina. As ações têm o objetivo de reduzir a mortalidade por esse tipo de câncer, sendo um dos objetivos do SUS que tem buscado ampliar as ações de prevenção e de detecção precoce.

A taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina em Porto Firme passou de 20,12 por 100 mil habitantes para 0,00 por 100 mil habitantes. Esses resultados mostram a efetividade das ações no município, que conseguiu acabar com as mortes do câncer de colo de útero com a realização de ações de promoção e prevenção a saúde da mulher.

Cobertura vacinal de Penta valente em menores de um ano. A imunização oferece os maiores benefícios para a saúde, o bem-estar e a sobrevivência na infância. A

vacina penta valente imuniza contra difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções causadas pelo *Haemophilus influenzae* tipo b e, ainda, a hepatite B.

A proporção de crianças menores de 1 ano vacinadas com a terceira dose de Pentavalente em Porto Firme passou de 100,00% para 83,64%. Fenômeno este que está acontecendo em todo o país, necessitando ações mais efetivas do município para melhorar esta realidade.

Cabe ressaltar que o Programa Nacional de Imunização (PNI) é referência mundial. O Brasil foi pioneiro na incorporação de diversas vacinas no calendário do Sistema Único do Saúde (SUS) sendo um dos poucos países no mundo que ofertam de maneira universal um rol extenso e abrangente de imunobiológicos. Porém, a alta taxa de cobertura, que sempre foi sua principal característica, vem caindo nos últimos anos, colocando em alerta especialistas e profissionais da área (CRUZ, 2017).

Diante dessa realidade, para os especialistas existem vários fatores que justificam a diminuição da cobertura vacinal no país, mas não se pode ignorar que ainda há falta de integração entre eles nas ações de vigilância, prevenção e promoção. Assim, existe a necessidade de organizar ações dos serviços de imunização que privilegia a continuidade do cuidado (CRUZ, 2017).

Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram, no mínimo, sete consultas de pré-natal. Este indicador constitui uma medida de cobertura da consulta de pré-natal, pactuada pelos municípios com a esfera estadual, com vistas à redução da mortalidade materno-infantil.

A proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram, no mínimo, sete consultas de pré-natal em Porto Firme passou de 68,05% para 83,50%. Esse resultado mostra que o município tem realizado ações que garantem, a cada gestante, o acesso a, no mínimo, sete consultas de pré-natal.

Estimativa da proporção da população atendida pela Estratégia de Saúde da Família (ESF). A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) tem na Saúde da Família, que vem sendo desenvolvida desde 1994, sua estratégia prioritária para a expansão e

consolidação da Atenção Básica, que é a principal porta de entrada e ordenadora das ações e serviços do SUS.

A estimativa da proporção da população atendida pela ESF em Porto Firme permaneceu em 2017 em 100,00%, igual ao verificado em 2007. Assim, pode verificar que o município aderiu as ações concebidas pelo Ministério da Saúde desde 2007 e manteve continuidade nas ações de Atenção Básica junto à população.

De acordo com a PNAB, a Atenção Básica pode ser compreendida como um conjunto de ações, de caráter individual, familiar e coletivo. Envolve promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido. Assim, uma atenção primária de qualidade tem um potencial de resolução de até 85% dos problemas de saúde (MENDES, 2012).

Proporção de óbitos por causas mal definidas. Ou seja, são óbitos classificados na subscrição “sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte”, assim representa a fração das mortes para as quais não houve definição da causa básica de óbito. Este indicador permite aferir a qualidade da informação sobre mortalidade que não recebeu assistência médica ou assistência de boa qualidade.

A proporção de óbitos por causas mal definidas em Porto Firme no período de 2007 a 2017 passou de 4,10% para 2,40%. Esses dados representam uma queda de mortes de 41,46% no período e mostra que o município tem desempenhado ações que mitigam os óbitos, melhorando a qualidade da assistência à população portofirmense.

Cabe ressaltar que o declínio da proporção de óbitos por causas mal definidas representa melhoria da qualidade de informação. Na medida que os óbitos estão com suas causas melhor definidas, os demais indicadores que analisam causas de morte passam a ser mais consistentes (PRESTES *et al.*, 2018).

Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária. A existência dessas internações sugere problemas de acesso ou de efetividade da atenção primária. Nesse sentido, esse indicador tem sido utilizado como medida indireta da qualidade da atenção primária.

A proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária em Porto Firme passou de 50,13% para 14,69%. Esse resultado demonstra a efetividade do cuidado na atenção básica, com redução significativa de 70,70%, implicando o desenvolvimento de ações de regulação do acesso às internações hospitalares no município por meio da eficácia do atendimento da atenção primária.

Proporção de internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra microrregião. Os encaminhamentos são utilizados para realizar procedimentos de média complexidade. Neste caso, sinalizam para problemas de resolubilidade, ou seja, para a existência de “vazios assistenciais”. Este indicador permite mensurar o nível alcançado pela regionalização da assistência à saúde, estratégia adotada pelo SUS para garantir a universalidade e integralidade do cuidado.

A proporção de internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra microrregião em Porto Firme passou de 15,31% para 11,48%. Ressalta-se que o município teve uma redução de 25,02% dos encaminhamentos de média complexidade para outra microrregião. Cabe destacar que Porto Firme é um pequeno município e depende de outros municípios (polos) para o atendimento de média e alta complexidade na saúde.

A resolubilidade é definida como sendo a capacidade de atendimento ambulatorial e, ou hospitalar da população residente em sua própria região (micro ou macro), considerada como referência ideal para o nível de regionalização/atenção à saúde. As normas são definidas pelo Plano Diretor de Regionalização (PDR), na assistência em geral e, ou, na assistência a um grupo, programa, ou clínica de especialidade médica.

Visando aumentar o nível de sustentabilidade da saúde em Porto Firme, o Gestor da Saúde (GS) mencionou os principais fatores que podem contribuir:

Principalmente recursos, temos muitas demandas atendidas, mas poderíamos atender mais, se houvesse mais recursos. Recursos que devem ser utilizados de forma menos burocrática, facilitando dessa forma uma melhor utilização desse recurso e consequentemente uma melhor assistência prestada à população. (GS)

Observa-se pelo relato que o principal fator mencionado é o aumento de recursos e a desburocratização para a sua utilização. Além do aumento de recursos disponíveis, o Gestor salienta o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento na saúde:

Treinamento dos profissionais envolvidos, como médicos, enfermeiros, agentes de saúde e demais funcionários relacionados à saúde. Além de recursos, é preciso que tenha maior envolvimento dos profissionais de saúde e com isso conseguimos melhorar os índices pré-estabelecidos pelo Ministério da Saúde, cumprindo todas as metas por ele estabelecidas, não tendo neste caso diminuição de recursos, o que pode e muito, caso haja diminuição do recurso prejudicar a assistência prestada à população. (GS)

Percebe-se na visão do gestor que os profissionais de saúde necessitam de programas de treinamento para aumentar a motivação e o envolvimento para assim, melhorar o atendimento à população.

2) Dimensão educação

O perfil municipal na dimensão Educação possui um conjunto de indicadores a fim de fornecer um panorama da educação do município, considerando que um sistema educacional bom é aquele em que os indivíduos possuem acesso, aprendem e passam de ano. Os indicadores utilizados para esta análise foram: Acesso ao sistema de ensino; Fluxo no sistema escolar; Formação docente; Qualidade do ensino ofertado; e, Escolaridade.

Acesso ao sistema de ensino: O acesso das crianças e jovens à educação básica é captado pela taxa de atendimento da educação básica. Esse indicador mostra a proporção de pessoas nesta faixa etária que estão cursando algum estabelecimento de ensino em qualquer nível de ensino. Cabe ressaltar que a taxa de atendimento na educação básica é a razão entre o número de matrículas de crianças e jovens de

4 a 17 anos de idade e o número total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100.

Em 2017, 68,91%, das crianças e jovens de 4 a 17 anos em Porto Firme, estavam cursando a educação básica, ou seja, tinham acesso ao sistema de ensino, independente se estavam ou não cursando a série adequada à sua idade. Este percentual é maior que o verificado em 2013 que foi 68,55%. Esse resultado mostra que houve um pequeno acréscimo 0,52% comparado a 2013.

Fluxo no sistema escolar: Um sistema educacional considerado eficiente deve garantir, não apenas o acesso das crianças e jovens, mas que esses terminem seus estudos na idade correta. Assim, o indicador utilizado foi a taxa de distorção idade-série para os anos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e para o ensino médio, séries consideradas mais problemáticas, seja por reprovação ou abandono.

A taxa de distorção é calculada pela razão entre o total de matrículas de pessoas que estão cursando determinada série em idade superior à considerada ideal e o total de matrículas na série em questão. Este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Em Porto Firme, a taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental apresentou queda entre 2013 e 2017, passando de 26,70% para 20,60%. Este percentual indica que em 2017 havia 20,60% de alunos matriculados nesse nível de ensino que possuíam idade superior à adequada, enquanto que 2013 havia 26,70% com distorção no fluxo do sistema escolar.

Por sua vez, no ensino médio, o percentual de alunos matriculados com idade superior à adequada foi de 26,40 em 2013 e 31,40% em 2017. Observa-se que entre 2013 e 2017, a taxa de distorção idade-série nesse nível de ensino apresentou aumento. Assim, o gestor municipal precisa ficar atento e ter um olhar crítico sobre esta disparidade em relação idade série e propiciar ações públicas para a melhor relação idade-série no município.

Formação docente: Este indicador analisa a qualidade do ensino associada à capacitação dos professores destacando seu impacto no rendimento da

aprendizagem dos alunos. Assim, quanto maior a proporção de docentes com formação inadequada, menor é a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Em Porto Firme, o percentual de docentes com curso superior no ensino infantil apresentou uma queda entre 2013 e 2017, passando de 100,00% para 72,70%. Cabe destacar, que no caso da educação Infantil, a LDB permite a formação de nível médio na modalidade Normal.

No ensino fundamental, o percentual de docentes com curso superior foi de 87,80% em 2013 e de 94,40% em 2017. Se considerarmos apenas os anos iniciais desse nível de ensino, a proporção de professores com ensino superior passou de 94,70% para 100,00%. Já nos anos finais, apresentou aumento passando de 85,50% para 92,00%. No ensino médio, o percentual de docentes com curso superior foi de 96,40% em 2013 e de 92,90%, em 2017.

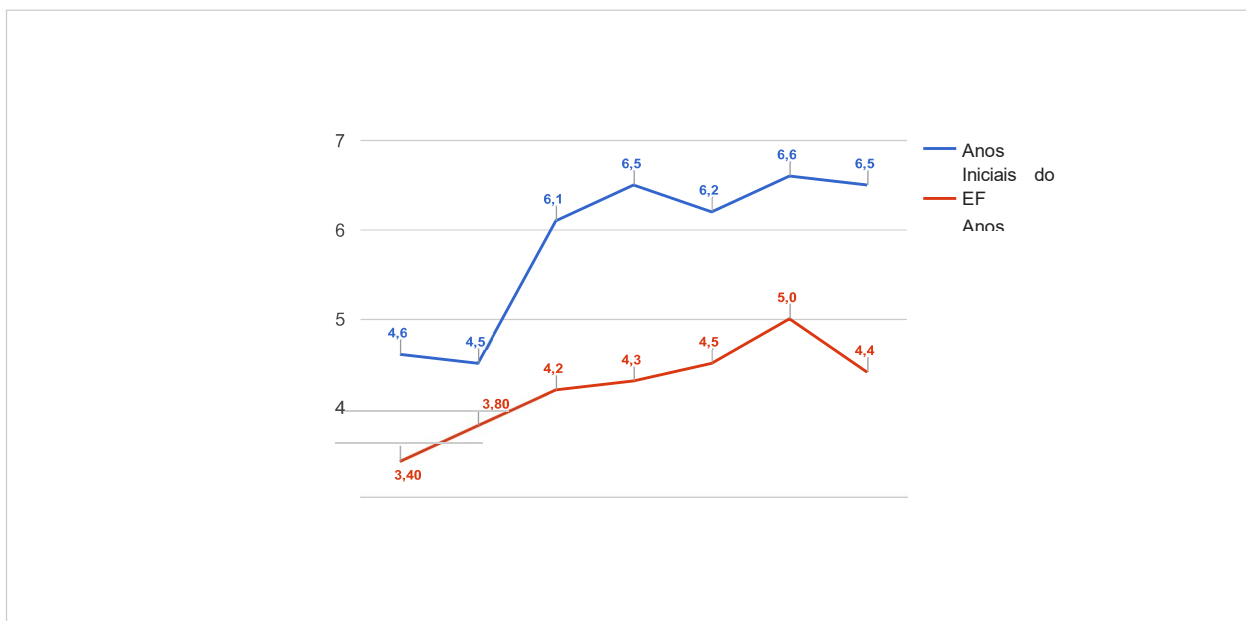
Qualidade do ensino ofertado. A qualidade do sistema de ensino foi medida pelo Ideb dos anos iniciais e finais do fundamental, da rede pública, fornecidos pelo INEP/MEC. Também foi utilizado um índice de qualidade calculado pela FJP com os dados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica de Minas Gerais (Proeb), quais sejam: Índice de Qualidade Geral da Educação (IQE), Índice de Qualidade da Educação para o 9º ano do ensino fundamental e para a 3ª série do médio.

A melhora nos indicadores de qualidade educacional é importante, não apenas porque garante que os alunos estão aprendendo, mas porque possui impacto positivo na redução da reprovação e abandono escolar. Assim, entre 2015 e 2017, o IDEB – índice de Desenvolvimento da Educação Básica- de Porto Firme passou de 6,60 para 6,50, no caso dos anos iniciais do fundamental, e de 5,00 para 4,40, no caso dos anos finais desse nível de ensino.

O Ideb é um indicador de qualidade calculado pelo Governo Federal que combina as notas das avaliações externas (Prova Brasil) com as taxas de aprovação. O

seu cálculo é bianual e se iniciou em 2005. Com variação de 0 a 10, quanto mais próximo de 10, melhor a qualidade da educação, conforme GRÁF. 33.

Gráfico 33 – IDEB no ensino fundamental de Porto Firme de 2005/2017



Fonte: FJP/IMRS, 2019.

O GRÁF. 33 mostra a evolução do Ideb desde a sua criação (2005) até o último ano disponível (2017). Neste período, Porto Firme apresentou uma variação de 41.30% nos anos iniciais do ensino fundamental e 29.41% nos anos finais. Em 2017 apresentou queda nos índices do Ideb tanto nos anos iniciais como finais, ou seja, refletindo queda na qualidade do ensino.

No Índice de Qualidade da Educação – IQE, calculado pela FJP, Porto Firme obteve, em 2016, os índices de 0,33 no último ano do ensino fundamental e 0,29 na 3ª série do ensino médio. O IQE avalia conjuntamente a qualidade do ensino fundamental e médio. Em Porto Firme, entre os anos de 2006 e 2016, ele passou de 0,30 para 0,43. Apesar do aumento no período, destaca-se que o índice de qualidade é medido de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior a qualidade. Assim, é imprescindível que a gestão municipal adote políticas públicas para melhoria da qualidade de ensino no município.

Escolaridade: A escolaridade de uma população é resultante tanto dos avanços recentes dos investimentos em educação (maior acesso no sistema de ensino e melhor fluxo entre as séries) quanto dos déficits passados (maior restrição ao sistema de ensino de parte da população). Para captar esta dimensão será utilizada a proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

Em Porto Firme, em 2010 (conforme último censo do IBGE) o percentual foi de 34,02% da população de 15 anos ou mais que possuía o ensino fundamental completo. Esse percentual é maior ao verificado em 2000, que foi de 20,00%.

Considerando os dados sobre a educação no município de Porto Firme, o Gestor da Educação (GE) mencionou os fatores que poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade da educação na sua percepção:

Eu acredito que a melhoria da sustentabilidade da educação em Porto Firme está ligada aos recursos, a motivação dos professores e demais profissionais da educação, bem como incentivar o interesse dos alunos, melhorando assim, o ensino-aprendizagem dos mesmos. (GE)

Constata-se que, na percepção do gestor, a melhoria da sustentabilidade na educação está ligada ao aumento de recursos e na motivação dos professores e alunos. Além do aumento dos recursos disponíveis o gestor também foi questionado sobre o que mais poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento na educação, conforme relato:

Eu acredito que para melhorar ainda mais, treinamento para os profissionais, uma melhor orientação para esses profissionais também, motivação que é muito importante para o funcionário e de forma geral estaria melhorando muito o índice da educação. (GE)

Identifica-se a necessidade de capacitação para os profissionais da educação, visando treinamento e motivação para a melhoria dos índices educacionais.

3) Dimensão segurança pública

A dimensão da segurança pública apresenta as características do município em

termos de criminalidade, recursos institucionais disponíveis para a gestão do problema e informações sobre a participação dos gastos nesta função no orçamento local. Deste modo, por meio de indicadores, descreve-se a situação da criminalidade na localidade, a partir da análise da variação percentual das taxas de homicídio intencional e crimes violentos contra o patrimônio (roubo, em especial), que indicam, proporcionalmente, quantas pessoas foram vitimadas por esses delitos em cada ano (FJP, 2019).

Serão expostos os dados referentes ao aparato policial existente para a administração do problema, preconizado pela Carta Magna. Este é o recurso institucional mais importante para a operacionalização da política e, muitas vezes, é o único que se faz presente em todos os municípios. Ademais será detalhado o investimento realizado pelas prefeituras em termos de percentual do orçamento gasto com a segurança pública, o que demonstra a preocupação deste ente federado em prevenir e reprimir os ilícitos que acontecem em seu território.

- a) Taxa de homicídios intencionais: É o principal indicador de criminalidade. Este indicador pode diferir do calculado a partir das mortes computadas pelo sistema de saúde, uma vez que se trata da classificação jurídica dada ao evento, a qual procura apurar se houve ou não a intenção de matar (homicídio doloso), em detrimento de considerar apenas a existência ou não da morte por agressões externas.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) taxas acima de 10 homicídios intencionais por 100.000 habitantes configuram situação de epidemia. No caso de Minas Gerais, alguns municípios chegam a ter taxas bem acima desse patamar, apontando para a premência de políticas de segurança para o setor.

Quanto maior o indicador, menor o grau de segurança que o município oferta à sua população e, conseqüentemente, maior a necessidade de investimento em programas de redução da violência. Analisando o período de 2015 a 2017, a taxa média de homicídios intencionais de Porto Firme foi de 15,03 homicídios por 100.000 habitantes, ou seja, 50,30 % de homicídios acima do percentual apontado pela OMS como epidemia, demonstrando a necessidade urgente de ações efetivas de políticas

públicas na área de segurança pública.

- b) Taxa de crimes violentos contra o patrimônio: A taxa de crimes violentos contra o patrimônio auxilia no entendimento dos padrões de vitimização por crimes patrimoniais graves, ou seja, aqueles que envolvem algum tipo de violência (como agressões físicas) ou grave ameaça (como uso de arma de fogo) para a subtração de determinado bem.

A partir dos dados da primeira pesquisa nacional de vitimização, estima-se que apenas 15% do total dos roubos são comunicados às autoridades policiais, o que introduz certos vieses neste indicador. No entanto, sua análise é relevante para viabilizar políticas públicas e mostrar a ausência da segurança pública contra o patrimônio.

Assim, no período de 2015 e 2017, a taxa média de crimes violentos contra o patrimônio de Porto Firme foi de 186,68 crimes para cada 100.000 habitantes.

- c) Número de habitantes por policial militar: Este item trata da quantidade de recursos humanos disponíveis para atuar diretamente no enfrentamento do fenômeno da criminalidade.

Devido às características regionais da comarca a qual está jurisdicionada a cidade de Porto Firme é apresentada a evolução da quantidade de habitantes por policiais militares entre 2015 e 2017 desenhando o quadro do policiamento na localidade. Assim, em 2015 a quantidade de habitantes por policial militar de Porto Firme era 1.569,98. Essa taxa passou para 1.113,28 em 2017, ou seja, aumentou o número de policiais em relação ao número de habitantes no município, melhorando a segurança pública.

- d) Percentual do orçamento municipal destinado à segurança pública: O indicador reflete a opção da prefeitura em investir na segurança pública, o que pode significar desde a contribuição financeira feita a alguma ação das polícias até a constituição de uma Guarda Municipal.

Entretanto, o município não detalha no orçamento a natureza do gasto com segurança pública, e, sim, o montante destinado a este tipo de despesa. O indicador oferece apenas uma medida de qual é o envolvimento do poder público local com a segurança pública.

De maneira geral, quanto maior o coeficiente, maior a importância que o município atribui à segurança pública. Assim, no período de 2015 a 2017, o percentual do gasto com segurança pública em relação ao total do orçamento de Porto Firme não alterou, permaneceu em 0,14% no orçamento municipal.

Em relação aos dados referentes à segurança pública de Porto Firme, o Gestor da Segurança Pública (GSP) foi indagado sobre quais os fatores poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade da segurança no município. Aqui fica registrada sua percepção:

A Polícia Militar do destacamento de Porto Firme, ela trabalha através de um convênio firmado com a Prefeitura. Convênio esse do gasto mensal, através do gasto anual para que a viatura possa se deslocar com combustível com fluxo de rodagem, então a Polícia Militar ela tem x combustível para gastar por semana, que eleva para mensal, anual. Esses gastos não podem ultrapassar o convênio e a Polícia Militar. Para ter outro investimento teria que ser firmado com os comerciantes de Porto Firme, através do Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria da Segurança Pública para que esse gasto aumentasse. Muitas das vezes, a Polícia é prejudicada porque o convênio tem um índice muito baixo. (GSP)

O gestor explicou que existe um convênio firmado entre a Prefeitura e o Estado para cobrir os gastos decorrentes da atuação da Polícia Militar no município, porém este recurso não é o suficiente. Além do aumento de recursos disponíveis, o gestor foi questionado sobre o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento da segurança pública. Na sua percepção:

Ações diversas. Através de *blitzen* educativas, patrulhas rurais, uma parceria para instalação do "Olho Vivo" com os comerciantes, através de trabalhos escolares, através do PROERD (Programa Educacional de Resistências as Drogas), que seriam aulas administradas nas escolas públicas. (GSP)

Observa-se que, na visão do gestor, existem várias ações que podem ser implantadas no município visando a melhoria da segurança pública no município, além do projeto PROERD que poderia ser implantado nas escolas.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) teve sua implantação em 1993 no Rio de Janeiro. Consiste num esforço cooperativo da Polícia Militar, Escola e Família, visando preparar crianças e adolescentes para fazer escolhas no auto condução de suas vidas, a partir de um modelo de tomada de decisão de maneira segura e saudável. Por meio de atividades educacionais em sala de aula, o policial militar devidamente capacitado, fornece aos jovens as estratégias adequadas para se tornarem bons cidadãos, resistir à oferta de drogas e ao apelo da violência e, assim, promover os fatores de proteção. As ações do Proerd são direcionadas à toda comunidade escolar e aos pais e, ou, responsáveis e promovem a inclusão da família no processo educacional e de prevenção (PMMG, 2020)

4) Dimensão vulnerabilidade social

Nesta dimensão apresentam-se as principais evidências da situação de vulnerabilidade a que estão sujeitos os grupos sociais, bem como as respostas específicas da Política de Assistência Social frente à situação. Para tanto, serão apresentados os resultados dos indicadores referentes ao Percentual da População no Cadastro Único; Percentual da população pobre e extremamente pobre; Percentual de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família; Proporção de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação; Percentual de pessoas que não sabem ler e escrever; Percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade pelas condições de saneamento básico no Cadastro Único; Percentual de empregados no setor formal e na população de 18 a 64 anos; Indicador de Desenvolvimento de Centros de Referência na Assistência Social (IDCRAS) médio normalizado (FJP, 2019).

Entretanto, para realizar análise dos resultados desses indicadores, há necessidade de entender o nível de renda emprego e renda dos habitantes de Porto Firme descrita no item 4.1.1. A seguir, serão expostos os indicadores que reflete a situação do município quanto à dimensão de vulnerabilidade social, iniciando com o percentual da população cadastrada no sistema do Cadastro Único.

- a) Percentual da população no Cadastro Único: Este indicador se refere à proporção de pessoas inscritas no Cadastro Único do Ministério da Cidadania

na população total do município, atualizada conforme as Projeções Populacionais anuais.

O Cadastro Único é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, de acordo com dois critérios: aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos. Assim, entre 2014 e 2017, o percentual da população no Cadastro Único de Porto Firme, passou de 7,31% para 7,55%.

Este aumento no percentual da população que entrou para o Cadastro Único em Porto Firme, não evidencia a possibilidade de se considerar como um ponto forte ou fraco. Se mais famílias entraram neste cadastramento, por um lado, pode representar núcleos familiares que estavam fora do radar das ações assistências e que conseguiram entrar no programa, o que seria ponto positivo. Por outro, pode ser analisado como diminuição de renda per capita das famílias, fazendo com que se tornassem vulneráveis ao ponto de entrarem no programa, o que seria considerado como ponto negativo.

- b) Percentual da população pobre e extremamente pobre: Este indicador identifica a proporção da população pobre e extremamente pobre inscrita no Cadastro Único em relação à população total do município.
- c) Para Ministério da Cidadania a proporção da população pobre e extremamente pobre inscrita no Cadastro Único pressupõe a existência no território de um grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, o que amplia a exposição à outras dimensões de vulnerabilidade e situações de risco, comprometendo a sobrevivência e a qualidade de vida. Assim, o Ministério estabelece valores para definir o que seria um grupo familiar pobre ou extremamente pobre. O Banco Mundial define pobreza extrema como viver com menos de US\$ 1,00 (um dólar) por dia. O IBGE a define como renda de menos de US\$ 1,90 por dia.

O percentual da população pobre e extremamente pobre de Porto Firme, inscrita no

Cadastro Único, passou de 6,59% para 6,88%.

- d) Percentual de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família: Este indicador se refere à proporção de pessoas pobres e extremamente pobres pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família, na população total do município.

Os critérios de oferta do benefício consideram condicionalidades socioeconômicas das famílias e limites orçamentários estabelecidos pelo Ministério da Cidadania. O Programa Bolsa Família se fundamenta em ações intersetoriais no campo das políticas de renda, saúde e educação. A sua operacionalização é dependente do compromisso dos gestores na oferta de serviços públicos e do exercício da cidadania.

O percentual de pessoas pobres pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família de Porto Firme, passou de 5,24% para 6,59%.

- e) Proporção de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação: Este indicador refere-se às pessoas pobres e extremamente pobres na faixa etária de 18 a 64 anos, inscritas no Cadastro Único, e sem ocupação, dentre a população total, na mesma faixa etária, do município.

A identificação de pessoas em uma faixa etária produtiva, 18 a 64 anos, em condições de pobreza ou extrema pobreza e sem ocupação, aponta a importância de ações das políticas voltadas à geração de emprego e renda em um território, articuladas às da Assistência Social, enquanto forma de promoção da cidadania plena.

Entre 2014 e 2017, a proporção de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação de Porto Firme, inscritas no Cadastro Único, permaneceu em 7,15% no período.

- f) Percentual de pessoas que não sabem ler e escrever: Este indicador se refere

à proporção de pessoas pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único que não sabem ler e escrever, dentre a população total no Cadastro Único do município.

Esse indicador indica a existência no território de um grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, socioeducacional e de sujeição a estigmas e preconceitos, comprometendo sua sobrevivência, cidadania e qualidade de vida. Ao reportarmos o período de 2014 a 2017, o percentual de pessoas pobres que não sabem ler e escrever em Porto Firme inscritas no Cadastro Único, passou de 0,92% para 1,04%.

- g) Percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade pelas condições de saneamento básico no Cadastro Único. Este indicador reflete a situação proporcional de pessoas pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único que não têm a cobertura de serviços de saneamento básico, dentre o total da população cadastrada no Cadastro Único do município.

O percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade pelas condições de saneamento básico no Cadastro Único em Porto Firme passou de 2,13% para 1,82%. Ou seja, pressupõe diminuição de pessoas em situação de vulnerabilidade financeira e sanitária, exposta a riscos à saúde individual e coletiva.

- h) Percentual de empregados no setor formal e na população de 18 a 64 anos. Este indicador se relaciona com a garantia de direitos trabalhistas e sociais, favorecendo autonomia, dignidade e melhoria das condições de vida..

Entre 2014 e 2017, o percentual de empregados no setor formal na população de 18 a 64 anos em Porto Firme passou de 8,90% para 8,10%.

- i) Indicador de Desenvolvimento de Centros de Referência na Assistência Social (IDCRAS) médio normalizado. Este indicador considera as dimensões estrutura física, recursos humanos, serviços e benefícios da proteção básica ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), para a classificação do seu desenvolvimento no âmbito do território municipal.

Entre 2012 e 2017, o Indicador de Desenvolvimento de Centros de Referência na Assistência Social (IDCRAS) médio normalizado em Porto Firme, passou de 0,00% para 0,25%. O Município possui o CRAS, cuja finalidade é a promoção e prevenção com ações no âmbito da proteção social básica no município.

Considerando o perfil do município em relação à vulnerabilidade social, o Gestor da área de Vulnerabilidade Social (GVS) de Porto Firme foi indagado sobre quais fatores poderiam colaborar para maior nível de sustentabilidade da igualdade social no município. Na sua opinião:

Eu acho que poderia colaborar para aumentar e melhorar o nível de sustentabilidade social seria na geração de emprego e renda para as pessoas mais vulneráveis. (GVS)

Na percepção do gestor, o aumento do nível de sustentabilidade está ligado diretamente à geração de emprego e renda. Diante desta resposta, o gestor foi perguntado sobre o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento da igualdade social no município. Na visão do gestor:

Para melhorar este nível, seria oferecer mais cursos profissionalizantes para uma melhor economia alternativa e cursos de economia doméstica, bem como orientações e palestras para orientação do público. (GVS)

Para o gestor, um dos caminhos a serem percorridos seria proporcionar cursos profissionalizantes, orientações, palestras, cuja finalidade é proporcionar o empreendedorismo e fomentar a economia local.

5) Dimensão cultura, esporte e lazer

Esta dimensão pertence a área da cultura, esporte e lazer, entretando, será analisado em separado. Primeiramente os resultados sobre a cultura desenvolvidos pelo município, posteriormente serão expostos os resultados sobre esporte e lazer.

A cultura é definida como toda e qualquer produção humana, simbólica e material. Neste sentido, ressalta a importância de se reconhecer a diversidade como a principal característica da cultura, constituída a partir de interações sociais e manifestações em áreas distintas, tais como: a música, a dança, o patrimônio, o artesanato, as artes

visuais, a audiovisual, entre outras. Dessa forma, a política pública de cultura deve pautar pela valorização da diversidade cultural (FJP, 2019).

Neste sentido, os indicadores selecionados para analisar a situação da dimensão cultural no município de Porto Firme são: 1) existência de um órgão gestor de cultura; 2) existência de legislação de proteção do patrimônio cultural; 3) existência de biblioteca; 4) pluralidade de equipamentos culturais, exceto biblioteca; 5) existência de arquivos públicos municipais; 6) pluralidade de grupos artísticos; 7) disponibilidade de meios de comunicação; 8) esforço orçamentário em difusão cultural e patrimônio.

Existência de órgão gestor de cultura: O indicador refere-se à existência no município de um órgão gestor de cultura.

A existência ou não de um órgão gestor (secretaria ou subsecretaria) da cultura é um indicador que mede o grau de relevância do setor cultural dado pela administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural. Em Porto Firme, não existe uma estrutura específica para a gestão da cultura, sendo tratada em conjunto com o esporte, lazer e turismo.

Existência de legislação de proteção do patrimônio cultural: O indicador se refere à existência, em âmbito municipal, de uma legislação de proteção do patrimônio cultural.

A existência, ou não, de lei de proteção do patrimônio material e imaterial para a implementação de uma política pública de proteção ao patrimônio cultural é considerada como indicador de relevância e diferencial na gestão cultural dos municípios. Porém, assim como Porto Firme, 14,7% dos municípios mineiros não possuem uma legislação de proteção do patrimônio cultural.

Existência de Biblioteca: O indicador se refere à existência de biblioteca pública em âmbito municipal, sendo considerado como um equipamento cultural básico em âmbito local que pode, ou não, estar associado a outros espaços culturais como museus, centros culturais arquivos entre outros.

As bibliotecas públicas configuram uma rede caracterizada por grande capilaridade no Estado de Minas Gerais. Em 2017, Porto Firme, assim como 87,5% dos municípios mineiros, possuía biblioteca municipal.

Pluralidade de equipamentos culturais: Esse indicador se refere à existência, ou não, de pelo menos dois equipamentos de cultura, exceto biblioteca, em âmbito municipal. Os equipamentos culturais considerados estão representados por museus, teatros, centros culturais, cinemas e arquivos públicos.

A existência de equipamentos culturais no município revela a infraestrutura cultural para a difusão e a fruição cultural. No município em estudo, assim como em 68,1% dos municípios mineiros não há uma pluralidade de equipamentos culturais.

Pluralidade de grupos artísticos e culturais: Este indicador se refere à pluralidade de grupos artísticos e culturais existentes em âmbito municipal tais como: grupos artísticos, cineclubes, grupos de dança, de capoeira, musical, coral, associação literária, circo, escola de samba, desenho e pintura e artes visuais.

Como parâmetro, considera-se como pluralidade alta municípios com 10 ou mais grupos artísticos diferentes, média com 5 a 9 grupos diferentes e baixa, de 1 a 4 grupos diferentes. Neste contexto, em 2017, Porto Firme, juntamente com 38,9% dos municípios do estado, apresentava média pluralidade de grupos artísticos, ou seja, possuía de 4 a 9 grupos artísticos no município.

Disponibilidade de meios de comunicação: O indicador reflete a existência ou não de meios de comunicação tais como: TV aberta, rádio local, TV comunitária, geradora de TV e provedor de internet. Isto possibilita a divulgação das atividades, expressões e conteúdos culturais, estimulando a dinâmica cultural nos municípios.

O parâmetro utilizado foi de alta disponibilidade (pelo menos 4 tipos de meios de comunicação), média disponibilidade (2 a 3 tipos de meios de comunicação) e baixa disponibilidade municípios que apresentam apenas 1 meio de comunicação. No caso de Porto Firme, em 2017 apresentava média disponibilidade de meios de comunicação igual a 40,9% do municípios mineiros.

Existência de Arquivo Público municipal: O indicador expressa a existência de Arquivo Público em âmbito municipal, que por sua vez, indica que a administração municipal se preocupa com a preservação da identidade histórica e cultural da comunidade local, bem como para a implementação de programas de gestão documental e informacional no âmbito da administração municipal, favorecendo sua transparência.

Entretanto, em 2017, Porto Firme, assim como 74,2% dos municípios do estado, não possuía arquivo público municipal.

Esforço orçamentário em difusão cultural e patrimônio: Esse indicador expressa a participação percentual dos gastos orçamentários do município em difusão cultural e em preservação do patrimônio cultural no total de gastos orçamentários municipais declarados nas prestações de contas anuais.

Em 2007, o esforço orçamentário em relação ao total das despesas de Porto Firme foi de 2,49%, em 2017 de 3,95%. Dessa forma, observa-se um acréscimo de 59% no orçamento ao longo deste período.

A área do esporte e lazer é expressa por indicadores no setor, constantes da base de dados do IMRS como a Participação em Programas Governamentais de Esporte e Percentual de alunos em escolas com quadra de esporte.

O esporte é considerado pela Carta Magna no seu artigo 217: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais”, reconhecendo tanto o esporte como o lazer como direito de todos. A partir de 1988 houve ampliação de recursos para a promoção de práticas esportivas, principalmente aquelas ligadas ao desporto educacional.

Participação em Programas Governamentais de Esporte: O indicador que mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e, ou, programas relacionados com o esporte e o lazer em Porto Firme, estava entre os 484 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer.

Em 2009, quando o critério “Esporte” foi inserido no rol de critérios da Lei Nº 18.030/2009, Porto Firme não estava entre os 94 municípios de Minas com participação em programas governamentais de esporte.

Percentual de alunos em escolas com quadra de esporte: Esse indicador reflete a disponibilidade de estruturas físicas para o exercício de atividades físicas e esportivas por alunos do ensino regular em escolas da educação básica dos municípios.

Entre 2009 e 2017, o percentual de alunos em escolas com quadra de esporte em Porto Firme passou de 52,01% para 11,16%, ou seja houve queda de 78,54% de estrutura física de quadra para os alunos nas escolas do município.

No que tange sobre a cultura no município de Porto Firme, na opinião do Gestor de Cultura, Esporte e Lazer (GCEL), os fatores que poderiam colaborar para o desenvolvimento cultural não município são:

Acredito que os fatores que podem aumentar os fatores culturais seria a valorização da cultura local, com exposição dos trabalhos dos artistas da cidade, eventos culturais, valorização dos cantores locais, manutenção de um acervo cultural bem como muitas outras atividades poderiam aumentar a memória do nosso povo. (GCEL)

O gestor identifica várias atividades que poderiam fomentar o desenvolvimento cultural e a valorização da cultura local no município de Porto Firme. Dessa forma, além do aumento de recursos disponíveis para melhorar o nível de desenvolvimento cultural, na visão do gestor:

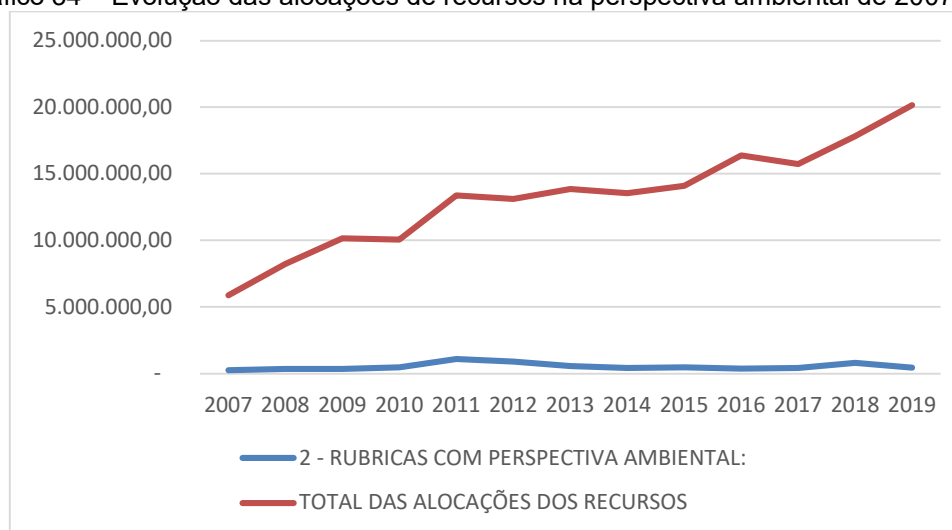
Acredito para auxiliar o aumento desses recursos disponíveis, o ideal seria incentivar esses eventos, como exposições, gincanas, partidas esportivas relacionadas ao desempenho escolar. Criar um calendário fixo talvez seria o ideal. Com relação a todos os eventos culturais e esportivos de melhor organização para chegar nesse objetivo de aumento. (GCEL)

Na percepção do gestor falta incentivo e melhor organização para o desenvolvimento de ações e atividades culturais e esportivas no município.

5.2.2 Perspectiva ambiental

Na perspectiva ambiental, no período de 2007 a 2019, houve evolução nas alocações de recursos, em valores absolutos, no percentual de 65,30%. Considerando que a RCL, no mesmo período, evoluiu num percentual de 342,53%, nota-se uma desproporção entre as aplicações de recursos nesta perspectiva e a RCL. Este dado permite inferir que, ao longo do período, houve deslocamento das alocações dos recursos da perspectiva ambiental para outras ações de governo priorizadas pelos gestores da PMPF, assim como ocorreu na perspectiva social. O GRÁF. 34 mostra a evolução das alocações dos recursos na perspectiva ambiental em relação á RCL no período de 2007 a 2019.

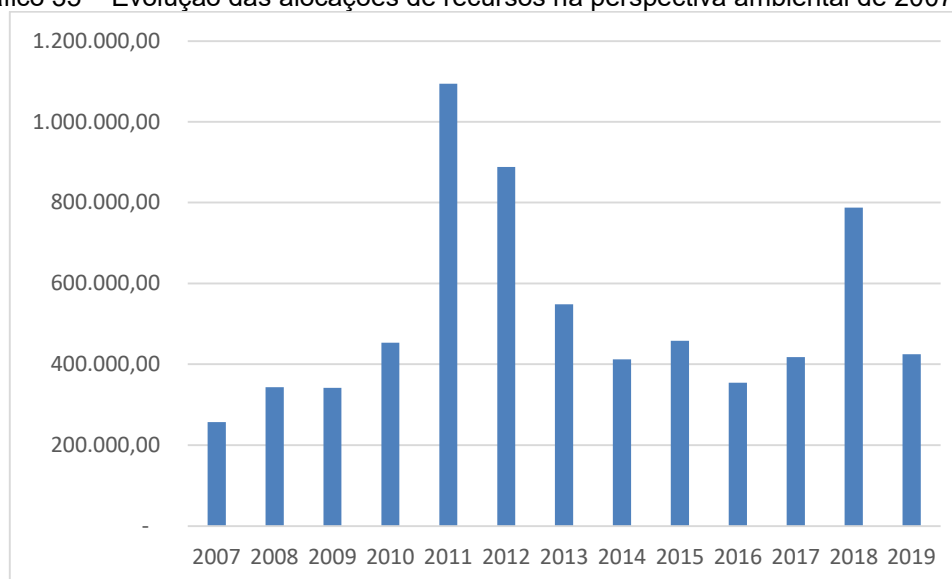
Gráfico 34 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva ambiental de 2007/2019



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A perspectiva ambiental, representava 4,37% da RCL no exercício de 2007 e em 2019 representou 2,11% da RCL, sendo possível observar que, não só em valores absolutos, mas também na avaliação vertical, também é refletido esse deslocamento de recursos para atendimento a outras prioridades orçamentárias. O GRÁF. 35 mostra a evolução em outra visão.

Gráfico 35 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva ambiental de 2007/2019



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Percebe-se que houve um maior pico de investimento em 2011, 2012 e 2018, representando, respectivamente, 8,18%, 6,79% e 4,43% da RCL municipal. No entanto, quando analisamos conjuntamente com o GRÁF. 34, nota-se que o município dá menos prioridade para a perspectiva ambiental.

5.2.2.1 Pontos fortes e fracos da gestão municipal na perspectiva ambiental

A perspectiva ambiental neste estudo se relaciona às áreas de meio ambiente e saneamento básico e habitação, porém analisada separadamente nesta subseção. Assim como na perspectiva anterior, será analisado o último boletim fornecido pela Fundação João Pinheiro referente ao triênio 2015/2016/2017, conjuntamente aos dados coletados nesta pesquisa. A partir dos dados dos indicadores do IMRS do triênio, como reflexo das alocações realizadas, é possível verificar os pontos fortes e fracos na perspectiva ambiental.

Os indicadores ligados ao meio ambiente são quanto ao uso e a cobertura do solo do município, dividindo-o entre as classes: cobertura vegetal por flora nativa, cobertura por floresta plantada (eucalipto e pinus), cobertura por agropecuária e cobertura por infraestrutura urbana.

Cobertura vegetal por flora nativa: Este indicador revela ser de extrema importância para preservação da biodiversidade, equilíbrio dos ecossistemas, proteção do solo contra erosão, conservação os recursos hídricos, manutenção do ciclo hidrológico e melhoria do conforto térmico.

Em 2017, a proporção da área de Porto Firme com cobertura vegetal por flora nativa era de 35,95%.

Cobertura vegetal por floresta plantada: A plantação de eucalipto e pinus também é conhecida como reflorestamento. Trata-se de uma atividade exclusivamente comercial. O ponto positivo do plantio é atender às demandas comerciais, fornecendo matéria-prima, diminuindo a pressão no desmatamento da vegetação nativa. Por outro lado, o seu plantio não preserva os recursos hídricos e interfere no abastecimento do lençol freático.

Em 2017, a proporção da área total de Porto Firme com cobertura vegetal por floresta plantada (eucalipto e pinus) era de 0,67%.

Cobertura por agropecuária: Refere-se às áreas ocupadas por diferentes tipos de agricultura (culturas anuais, perenes e semi-perenes) e pastagem. A agropecuária na atualidade é considerada responsável pelo aumento da emissão dos gases de efeito estufa, pelo desmatamento e uso excessivo de água. A sustentabilidade ambiental é o novo paradigma da produção agrícola e da pecuária.

Nesse contexto, em 2017, a proporção da área do município com cobertura por agropecuária representava 62,63% da área ocupada.

Cobertura por infraestrutura urbana: Infraestrutura urbana se refere às áreas urbanizadas com predomínio de superfícies não vegetadas, incluindo estradas, vias e construções.

No mesmo período, a proporção da área do município com cobertura por infraestrutura urbana era de 0,38%.

No que tange à área de saneamento básico, o IMRS se refere às condições gerais de saneamento básico da população, pois estão intimamente relacionadas à preservação das condições do meio ambiente, à saúde pública, à qualidade de vida, à produtividade individual e ao desenvolvimento econômico dos municípios.

Proporção da população atendida com serviço de abastecimento de água (rede): Este indicador permite o monitoramento da evolução da cobertura do serviço de abastecimento de água no município.

A Lei 11.445/2007 estabeleceu as diretrizes para o setor de saneamento básico, sendo uma das diretrizes o acesso da população a água de boa qualidade e em quantidade adequada. Assim, Porto Firme em 2010 a 2017 teve o percentual da população com abastecimento de água de 100,00% em todo o período, ou seja, todos os cidadãos do município têm acesso ao sistema de abastecimento de água.

Proporção da população atendida com serviço de esgotamento sanitário (rede): Este indicador mostra a evolução da proporção da população residente em domicílios ligados à rede de esgoto.

Cabe ressaltar que a utilização da rede de esgoto, por si só, não é condição suficiente para um meio ambiente equilibrado, mas é o primeiro passo. O serviço de esgotamento sanitário tem a finalidade de afastar os efluentes dos locais de geração e a destinação de forma adequada, com controle dos impactos ambientais.

Em relação ao período de 2010 a 2017, em Porto Firme, a proporção da população residente em domicílios particulares permanentes que dispunha de serviço de esgotamento sanitário por rede coletora passou de 100,00% para 66,93%, ou seja, houve queda no serviço prestado de 33,07% de 2010 a 2017.

Destinação adequada do lixo coletado: Este indicador permite o monitoramento da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos municipais.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece a ordem de prioridade no manejo

dos resíduos sólidos como a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. O Quadro 8 mostra situação de Porto Firme em relação à disposição e destinação do lixo no estado.

Quadro 8 – Existência de disposição e destinação adequada do lixo

Categoria	Porto Firme	Municípios de Minas Gerais
Destinação e disposição final adequada*	Não	Sim: 45,1%
Outro tipo de disposição final do lixo**	Sim	Sim: 51,9%

Fonte: Secretaria Estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável – SEMAD

Nota: * Abrange as categorias Aterros Sanitários regularizado e não regularizados, Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), UTC regularizada e Fora do Estado.

** Abrange as categorias aterro controlado e lixão como unidades de disposição final. As categorias Unidades de Triagem e Compostagem quando não regularizadas.

Os aterros sanitários são considerados as únicas instalações adequadas de destinação final dos resíduos sólidos. Neles o solo é impermeabilizado e existem sistemas de coleta e tratamento para chorume e gases, conforme a Lei 12.305/2010 Art. 3º Inciso VII (BRASIL, 2010). Já os lixões e aterros controlados são formas inferiores de tratamento de resíduos sólidos, ainda sim reutilizam e tratam parte dos resíduos, minimizando os danos à saúde pública e ou ao meio ambiente.

Quanto ao perfil do município na abordagem déficit habitacional, O IMRS procurou dimensionar a necessidade de construção de novas moradias para a população que vive no município, apoiando-se em quatro vertentes:

- a) Domicílios precários: são aqueles domicílios improvisados e rústicos, sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada.
- b) Coabitação familiar: mais de uma família residente no domicílio ou em cômodo.
- c) Ônus excessivo com aluguel, ou seja, famílias com renda até três salários mínimos e que gastam mais de 30% de sua renda familiar com aluguel.
- d) Adensamento excessivo em domicílios alugados: os domicílios contêm três ou mais moradores por dormitório.

Neste sentido, e de acordo com o censo de 2010, em Porto Firme havia um déficit

habitacional da ordem de 7,70% em relação ao total de domicílios particulares permanentes e improvisados existentes no município.

Considerando o perfil do município de Porto Firme, foi questionado ao Gestor Ambiental (GA), que por sua vez, também é Gestor da Agricultura, pois as duas pastas são conjugadas, quais fatores poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade ambiental. Na visão do gestor:

Para mim seria o aumento de recursos na pasta do meio ambiente, poderia também estar fazendo uma separação das secretarias (Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente) ou na mesma pasta com dois programas. (GA)

Complementando a pergunta anterior, o gestor foi indagado além do aumento de recursos disponíveis, o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento ambiental no município. O trecho a seguir retrata a opinião do gestor:

Teria de fazer realizações de ações ambientais, assim como já foi realizado, como a compra do caminhão para fazer a coleta do lixo, então poderia implantar coleta seletiva, implantação da usina de reciclagem, tudo junto também com ações educativas. (GA)

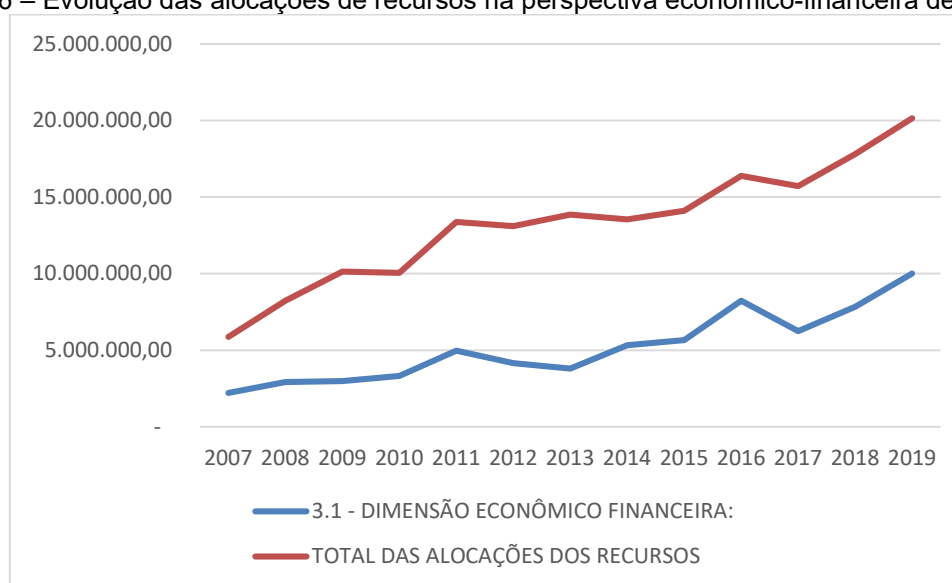
Percebe-se pelo relato do Gestor que, além de aumentar os recursos e separar a pasta ambiental da agricultura, poderia haver algumas ações para aumentar o nível de sustentabilidade como a coleta seletiva de lixo, usina de reciclagem e ações educativas junto à população.

5.2.3 Perspectiva econômico-financeira

No que diz respeito à perspectiva econômico-financeira, no período de 2007 a 2019, houve uma evolução nas alocações de recursos, em valores absolutos, no percentual de 350,35%. Considerando que a RCL, no mesmo período, evoluiu num percentual de 342,53%, nota-se que, ao contrário das perspectivas anteriores (social e ambiental), não é percebida a disparidade na proporção das alocações de recurso nesta perspectiva. Pelo contrário, os gastos/investimentos nela ocorridos superou, em termos percentuais, o próprio aumento da RCL do município. Este dado permite inferir que houve deslocamento das alocações dos recursos das outras perspectivas para a econômico-financeira. Lembrando que este estudo considerou, nesta dimensão, as

pastas do Gabinete/Assessoria, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Administração, Secretaria de Obras e Câmara Municipal. Cabe destacar que a função alocativa é elástica, devendo os gestores primar por uma distribuição de recursos justa e equitativa. Investimentos em infraestrutura, obras e manutenção da máquina pública também são importantes e trazem benefícios para a população. Contudo, os dados demonstram tendência em priorizar a dotação destas pastas. O GRÁF. 36 ilustra a evolução das alocações dos recursos na perspectiva econômico-financeira em relação à RCL no período de 2007 a 2019.

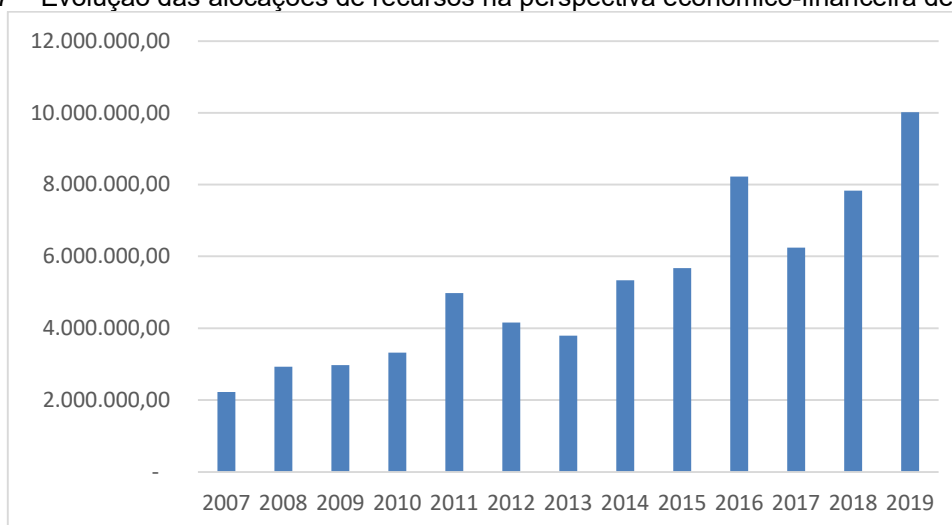
Gráfico 36 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva econômico-financeira de 2007/2019



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se no GRÁF. 36 que, nesta perspectiva, ocorreu a evolução das alocações de forma a superar, proporcionalmente, a evolução da RCL no período. Em 2007 representava 37,80% da RCL no exercício e em 2019 representou 49,70% da RCL, sendo possível observar que, na avaliação vertical (AV), também é refletido o deslocamento favorável. O GRÁF. 37 mostra a evolução em outra ótica.

Gráfico 37 – Evolução das alocações de recursos na perspectiva econômico-financeira de 2007/2019



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Pelo GRÁF. 37 é possível perceber a evolução de gastos nesta dimensão, com queda observada nos exercícios 2012, 2013 e 2017.

Diante dos dados do perfil de Porto Firme, o Gestor Econômico-Financeiro (GEF) do município foi instigado a responder quais fatores poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade econômico-financeira em Porto Firme, na sua opinião:

Como fator que colabora com maior índice de sustentabilidade posso citar aumento na arrecadação, tanto própria quanto às transferências e da boa distribuição de recursos nas rubricas orçamentárias. (GEF)

Além do aumento de recursos disponíveis por meio da arrecadação e das transferências estaduais e federais, menciona-se a boa gestão na distribuição dos recursos. No ponto de vista do Gestor o que poderia ser realizado para uma maior sustentabilidade no futuro seria, a saber:

Poderia ser realizado ações educativas direcionadas ao contribuinte, parcerias e convênios. (GE)

Para o Gestor, é importante realizar ações educativas junto aos contribuintes como a emissão da Nota Fiscal dos serviços prestados, ações voltadas ao incentivo da não sonegação fiscal, dentre outras, além de estabelecer novas parcerias e convênios.

5.2.3.1 Pontos fortes e fracos da gestão municipal na perspectiva econômico-financeira

Nesta subseção, optou-se por analisar conjuntamente a perspectiva econômico-financeira e arrecadação municipal, baseando-se nos indicadores do IMRS e dados coletados nesta pesquisa. A partir dos dados dos indicadores do IMRS do triênio, como reflexo das alocações realizadas, é possível verificar os pontos fortes e fracos na perspectiva econômico-financeira.

1) Finanças

A finança pública busca refletir sobre a prioridade dos gastos públicos, bem como a busca pela eficiência e responsabilidade dos gestores públicos e o comprometimento dos orçamentos. Os indicadores selecionados foram: Índice de Desenvolvimento Tributário e Econômico (IDTE); Receita Corrente Líquida per capita – RCLpc; Despesa com pessoal; Custeio da máquina; Esforço em investimento; Gastos com saúde; Gastos com educação; Equilíbrio Fiscal e Endividamento do município.

Índice de Desenvolvimento Tributário e Econômico (IDTE). O IDTE demonstra o desempenho econômico da administração municipal frente a composição de suas receitas tributárias e transferências do ICMS, do IPVA e do FPM.

Esse indicador permite identificar as áreas mais carentes de ações proativas, por parte do poder público, e propiciar o desenvolvimento de políticas públicas visando melhores condições para o seu desenvolvimento (GUIMARÃES NETO; CUNHA, 2018). O IDTE de Porto Firme no período de 2014 a 2017, passou de 11,86 para 10,22, com queda de 13,82% no desempenho econômico do município.

Receita Corrente Líquida per capita – RCLpc: Diz respeito à soma das receitas advindas de impostos, taxas, contribuições, receitas próprias de atividades econômicas e transferências constitucionais e legais, além de outras receitas correntes. São deduzidas desse valor as contribuições dos servidores municipais para o custeio do sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira.

Entre 2014 e 2017, a RCLpc de Porto Firme passou de R\$1.523,35 para R\$1.411,48 (a preços de dezembro de 2017), o que representou uma variação de -7,34% no período.

Gasto com pessoal: O indicador de percentual de gasto com pessoal expressa o montante de gastos que a administração pública realiza com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL) que arrecada anualmente.

A LRF (arts. 19 e 20) estabelece os limites máximos de gastos com pessoal pela administração pública municipal de 60% da RCL, sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Legislativo. No caso do Poder Executivo, o montante do gasto correspondente ao percentual fixado inclui as despesas ocorridas com a administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Entre 2014 e 2017, o gasto com pessoal em relação ao município de Porto Firme passou de 47,68% para 52,13%, indicando aumento de 9,33% com gastos com pessoal no período.

Custeio da máquina: O indicador adotado expressa os gastos da administração pública com outras despesas relacionadas ao custeio da máquina pública em relação à receita corrente líquida.

É denominado também de despesas de custeio, sendo relevante para avaliar a eficiência da gestão. É dividido em quatro conjuntos de atividades tais como: (i) custeio auxílio, vinculado à despesas com pessoal (salário família, auxílio alimentação, auxílio transporte, etc.); (ii) custeio de terceiros, também decorrentes de gastos com pessoal (contratação por prazo determinado, serviços de consultoria, outros serviços de terceiros (pessoas físicas e jurídicas), locomoção de mão-de-obra, etc.); (iii) outras despesas de diversas naturezas, que não decorrem necessariamente do funcionamento da máquina (obrigações tributárias e contributivas, subvenções sociais, sentenças judiciais, indenizações e restituições, etc.; e (iv) custeio propriamente dito da máquina pública (diárias, material de distribuição gratuita,

passagens e despesas com locomoção, material de consumo, despesas de custeio da máquina).

Entre 2014 e 2017, o gasto com custeio da máquina em relação à RCL em Porto Firme aumentou de 41,51% para 43,31%, ou seja, o município comprometeu 4,35% a mais dos seus recursos para custeio da máquina pública no período.

Esforço em investimento: O indicador reflete a prioridade e a capacidade da administração na realização de investimentos e expansão dos equipamentos urbanos e o capital social básico da comunidade, aumentando, conseqüentemente, sua capacidade de oferta de políticas públicas.

Entre 2014 e 2017, o esforço em investimento em relação ao total das despesas de Porto Firme passou de 16,12% para 7,16%. Esse resultado demonstra que o município teve menor economia nas despesas correntes da administração, afetando a oferta de políticas públicas para a população local.

Gasto com saúde: o indicador de gastos com saúde revela o grau de comprometimento das receitas próprias municipais com as ações relacionadas à política de saúde.

A Lei Complementar 141 de 2012 define que os municípios devem alocar no mínimo 15% de suas receitas de impostos e transferências de impostos nas ações de saúde. Assim, os municípios são responsáveis por garantir uma assistência pública de saúde com qualidade, capaz de atender às necessidades básicas dos seus munícipes.

As despesas na saúde no período de 2014 e 2017 em relação ao total das receitas de impostos e transferências de impostos de Porto Firme passou de 22,60% para 27,80%, ou seja, acima do mínimo estipulado pela Lei complementar 141.

Gasto com educação: O indicador de gasto com educação expressa a parcela obrigatória de aplicação por parte dos entes municipais

O indicador de gasto com educação expressa a parcela obrigatória de aplicação por

parte dos entes municipais, preconizado pela Carta Magna no seu artigo 212. Os municípios devem aplicar, anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de impostos e de transferências de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Desta maneira, o gestor municipal tem a incumbência de propiciar uma política pública capaz de amenizar as disparidades socioeconômicas e promover o desenvolvimento do capital humano. Os municípios são responsáveis pela educação básica: creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil; 4 e 5 anos) e, no caso de Porto Firme, o ensino fundamental I.

Entre 2000 e 2017, a despesa com educação em relação ao total das receitas de impostos e transferências de impostos de Porto Firme passou de 18,99% para 27,20%, demonstrando o cumprimento do preconizado pela legislação acima do mínimo constitucional de 25%.

Equilíbrio Fiscal: O indicador de equilíbrio fiscal expressa o resultado fiscal entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas para um determinado ano.

O indicador de equilíbrio fiscal deve ser analisado com parcimônia e nunca de maneira isolada, uma vez que eventuais déficits podem ocorrer em um ano, por motivos de força maior, e no ano seguinte ocorrer a recuperação das finanças públicas municipais. Além disso, uma gestão planejada e transparente requer a observância aos limites, condições e regras estabelecidos na LRF.

Entre 2014 e 2017, o equilíbrio fiscal em relação à receita corrente líquida de Porto Firme passou de -3,24% para 9,07%. Este resultado mostra que o município está conseguindo permanecer dentro das suas possibilidades financeiras, mantendo a provisão dos serviços públicos indispensáveis para a sociedade, sem gerar déficits orçamentários.

Endividamento: O nível de endividamento municipal é medido pela participação da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida e reflete o estoque da dívida. Por meio do indicador é possível estabelecer a relação entre o montante da dívida da

administração (variável estoque) e as receitas líquidas arrecadadas no ano (variável fluxo) e a destinação para o pagamento do serviço dessa dívida (juros e amortizações).

A LRF impôs o limite de 1,2 da RCL para o endividamento dos municípios. Esse limite poderia ser atingido somente até o ano de 2016, sendo que todos que se encontram acima desse patamar, ou seja, com dívida superior ao previsto na Resolução nº 40/2001, deverão se ajustar ao modelo à razão de 1/15 avos por ano, a contar de 2002.

No entanto, ao analisarmos o período de 2014 a 2017, o estoque da dívida em relação à RCL de Porto Firme passou de 5,38% para 0,00%. Neste caso, o município não se encontra endividado e totalmente em consonância com a LRF.

2) Gestão

Quanto à gestão municipal, serão abordados os processos, procedimentos e métodos empregados pelos governos para implementar suas políticas. Os indicadores monitoram as instituições, suas práticas e procedimentos orçamentários, a gestão de recursos humanos, a governança regulatória, as contratações públicas, o governo aberto, as inovações do setor público, incluindo o governo digital e a gestão e comunicação.

Instituições: Neste item são analisadas as estratégias, parcerias em instâncias regionais, cuja finalidade é colaborar no alcance de objetivos compartilhados, por meio de mecanismos de cooperação intergovernamental.

As políticas setoriais: são consideradas como um mecanismo eficiente no que se refere à maior agilidade financeira, sendo algo positivo para o desenvolvimento da política pública a sua existência. O município de Porto Firme possui fundos na área da saúde e assistência social em 2017.

Outro mecanismo utilizado, principalmente por pequenos municípios são os consórcios intermunicipais, que são parcerias entre municípios para a realização

de ações conjuntas, com vistas a otimizar custos e aprimorar a eficiência e qualidade dos serviços públicos. Neste contexto, Porto Firme possui consórcio ou convênio no setor da saúde e de assistência e desenvolvimento social.

Práticas e procedimentos orçamentários: O orçamento público é o instrumento básico de planejamento e gestão, conforme receitas previstas e despesas fixadas, para um determinado período. A utilização de boas práticas no orçamento pela administração pública é essencial para alcançar bons resultados.

As políticas públicas adotadas pelos governos devem ser operacionalizadas nos orçamentos por meio dos programas e seus detalhamentos: projetos, atividades ou operações, de acordo com o diagnóstico que retrate a situação atual, identificando principalmente problemas e demandas da sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2007).

Entretando, Porto Firme não usa a ferramenta de diagnósticos prévios para elaborar o planejamento das peças orçamentárias. Elabora seu orçamento com base na projeção de suas receitas e despesas de anos anteriores, definindo seus programas, indicadores, metas e ações, segundo as técnicas do orçamento-programa.

Quanto à execução orçamentária, a alteração orçamento só pode ser realizada mediante autorização do Poder Legislativo, sob a rubrica de créditos suplementares. Quanto maior o percentual autorizado na LOA, maior a liberdade do Poder Executivo para redefinir a alocação dos recursos orçamentários-financeiros ao longo da sua execução.

Porto Firme possui entre 10 a 20% de crédito suplementar autorizado previamente no orçamento. Esses percentuais, quando elevados, sugerem baixa capacidade do gestor em planejar e implementar ações, necessitando, portanto, alterar o orçamento ao longo da sua execução.

Gestão Recursos Humanos: A gestão de pessoas é um conjunto de práticas e técnicas responsável pelo desenvolvimento de políticas que visem iniciativas que valorizem, motivem e retenham os servidores públicos. Contempla a existência de plano de

cargos e salários, avaliação de desempenho, saúde do servidor, jornada de trabalho e treinamento e capacitação.

O município possui Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) para os servidores municipais. Com relação à treinamento e capacitação em 2017, Porto Firme realiza capacitação e treinamento para servidores da área de planejamento, professores e demais servidores.

Governança Regulatória: É compreendida como a busca por instrumentos que possam dar maior legitimidade, eficiência e controle social nas ações, na definição de metas e formas de alcançar as políticas públicas.

A governança regulatória é regida por meio dos planos de políticas públicas e legislações setoriais no município de Porto Firme, em 2017. Constatou-se que existem planos: Plano Municipal de Assistência Social, Plano Municipal de Educação; Plano Municipal de Saúde, Plano municipal de Saneamento Básico, e o Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos, este último em fase de elaboração. Não existe Plano municipal de Segurança Pública. Quanto ao Plano Diretor, o município é dispensado de elaborá-lo.

Governo Aberto: São práticas governamentais que promovem a transparência, o acesso à informação e a participação social.

No que se refere à transparência, Porto Firme possui abertura dos dados orçamentários-financeiros, cujos dados foram fornecidos para elaboração deste estudo. Quanto aos relatórios exigidos pelo art. 48 da LRF, Porto Firme publica: planos, orçamentos, LDO, prestação de contas e respectivos pareceres prévios. Porém, não existia ouvidoria em 2017.

O município de Porto Firme possui os seguintes conselhos: Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Segurança Alimentar; Conselho de Defesa dos Direitos de Crianças e adolescentes; Conselho do Idoso; Conselho da Pessoa com Deficiência; Conselho de Segurança Pública; Conselho Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Educação.

Entretanto o município de Porto Firme não possui os seguintes conselhos: Conselho dos direitos da Mulher; Conselho Gestor do programa Bolsa Família; Conselho Municipal da Habitação; Conselho Municipal de Saneamento; Conselho Municipal de Meio Ambiente; Conselho Municipal de Esportes; Conselho Municipal de Cultura; Conselho Municipal de Patrimônio Cultural; Conselho Municipal de Política Urbana ou de Desenvolvimento Urbano. O Conselho Municipal de Transporte não se aplica pelo tamanho do município.

Inovação do poder público e governo digital: O uso de tecnologias digitais é assumido como parte integrante das estratégias de modernização e inovação dos governos, como forma de fornecer atendimento mais rápido e efetivo à população.

Neste sentido, em Porto Firme, a Prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes são administrados por empresas terceirizadas para a arrecadação do Impostos sobre Serviços (ISS). Quanto ao Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano (IPTU) os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e gerenciados pelo município.

No que se refere à prestação de serviços para a sociedade, Porto Firme possui agendamento de consultas médicas nas Unidade Básica de Saúde (UBSs) por telefone, VOIP, internet, Token, etc.

Contratação pública e logística: Refere-se a processos licitatórios para aquisição de bens e serviços e realização de obras públicas.

O processo licitatório permite ao governo selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, a que melhor atenda os objetivos inerentes ao interesse público, pautado nos princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade e publicidade, conforme a Lei de licitações Lei 8.666 de 1993 e a Lei 14.167 de 2002 referente ao pregão eletrônico.

Em Porto Firme dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios, às atas da comissão de licitação, dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios estão disponíveis na Internet e os processos licitatórios ocorrem, tanto na

forma presencial, como por pregão eletrônico.

Gestão de riscos e comunicação: A gestão e a comunicação de risco constituem uma estratégia fundamental para a redução de perdas e danos causados por desastres.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) emitiu, em 2014, uma recomendação sobre a Governança dos Riscos Críticos, com vistas à defesa da integridade territorial e dos cidadãos. Neste sentido, Porto Firme possui uma coordenadoria municipal de proteção e defesa civil estruturada e um plano de contingência, nos termos propostos pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

A seguir, como forma de melhor visualizar os pontos fortes e fracos da gestão municipal, no período de 2007 a 2019 (Quadro 9), apresenta-se um quadro geral, sintetizando os aspectos negativos e positivos em todas as perspectivas de sustentabilidade, bem como uma síntese das entrevistas no quesito principais fatores que podem colaborar para um maior nível de sustentabilidade.

Quadro 9 – Pontos fortes e fracos do município de Porto Firme – MG

(continua)

Perspectiva	Dimensão	Ponto Forte	Ponto Fraco
Social	Saúde	Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina, caiu de 20,12 para 0,00 por 100 mil habitantes.	Os atendimentos realizados na cidade pelas ESF e Unidade de Pronto Atendimento são de baixa para média complexidade. Demais atendimentos dependem de deslocamentos para polos maiores.
		Proporção de nascidos vivos, cujas mães fizeram, no mínimo, sete consultas de pré-natal, de passou de 68,05% para 83,50%.	
		Estimativa da proporção da população atendida pela ESF de permaneceu em 100,00%.	Exames de diagnóstico por imagem dependem de deslocamentos para polos maiores.
		A proporção de óbitos por causas mal definidas, no período analisado, caiu de 4,10% para 2,40%.	
		Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária foi reduzida de 50,13% para 14,69%.	

Quadro 9 – Pontos fortes e fracos do município de Porto Firme – MG

(continuação)

Perspectiva	Dimensão	Ponto Forte	Ponto Fraco
Social		Proporção de internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra microrregião teve redução de 15,31% para 11,48%.	
	Educação	Acesso ao sistema de ensino, no período analisado, evoluiu de 68,55% para 68,91%.	A taxa de distorção idade-série no ensino médio apresentou aumento de 26,40% em 2013 para 31,40% em 2017.
		Redução da taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental de 2013 a 2017, passando de 26,70% para 20,60%.	O percentual de docentes com curso superior no ensino infantil apresentou queda entre 2013 e 2017, passando de 100,00% para 72,70%.
		No ensino fundamental, o percentual de docentes com curso superior foi de 87,80% em 2013 e de 94,40% em 2017.	No ensino médio, o percentual de docentes com curso superior caiu de 96,40% em 2013 para 92,90%, em 2017.
		Escolaridade: em 2010, 34,02% da população de 15 anos ou mais possuía o ensino fundamental completo. Este percentual foi maior do que em 2000, quando apresentava o percentual de 20,00%.	Qualidade do ensino ofertado, entre 2015 e 2017 pelo Ideb passou de 6,60 para 6,50, para os anos iniciais do fundamental, e de 5,00 para 4,40, para os anos finais.
Social	Segurança Pública	Em 2015 a quantidade de habitantes por policial milita era de 1.569,98, passando para 1.113,28 em 2017.	A taxa média de homicídios intencionais de Porto Firme foi de 15,03 homicídios por 100.000 habitantes. Acima de 10 é considerado epidemia pela OMS.
Social	Vulnerabilidade social	*	Entre 2014 e 2017 o percentual de empregados no setor formal, na população de 18 a 64 anos, foi reduzido de 8,90% para 8,10%.
Social	Cultura, esporte e lazer	Em 2017, verifica-se a existência de Biblioteca Municipal.	Em 2017, verificou-se não haver estrutura específica para a gestão da cultura.
		Em 2017, a pluralidade de grupos artísticos estava entre 4 a 9 grupos.	Em 2017, constatou-se não possuir legislação de proteção do patrimônio cultural.
		Em 2017 a disponibilidade de meios de comunicação estava entre 2 a 3 tipos de veículos.	Em 2017, não havia pluralidade de equipamentos culturais.
		O esforço orçamentário em relação ao total das despesas nesta dimensão evoluiu de 2,49%, em 2007 para 3,95% em 2019.	Não possui, no período analisado, arquivo público municipal.

Quadro 9 – Pontos fortes e fracos do município de Porto Firme – MG

(continuação)

Perspectiva	Dimensão	Ponto Forte	Ponto Fraco
Social	Cultura, esporte e lazer		No período analisado, Porto Firme não figurava entre os municípios de Minas com participação em programas governamentais de esporte.
			Entre 2009 e 2017, o percentual de alunos em escolas com quadra de esporte sofreu queda de 52,01% para 11,16%.
Ambiental	Meio ambiente**, saneamento básico e habitação***	De 2010 a 2017 o percentual da população residente com abastecimento de água alcançou 100,00%.	Proporção da população atendida com serviço de esgotamento sanitário (rede), em 2010 era 100% e em 2017 66,93%.
			Em 2017, Porto Firme não possuía destinação e disposição final adequada do lixo.
Econômico financeira	Econômico financeira (Finanças)	O gasto com a saúde, no período analisado, evoluiu de 22,60% para 27,80% ficando acima do mínimo estipulado (FJP).	O IDTE, no período de 2014 a 2017, reduziu de 11,86 para 10,22 referente ao desempenho econômico do município.
		Gastos com a educação entre 2000 e 2017, cresceram de 18,99% para 27,20%, ficando acima do mínimo estipulado (FJP).	A RCLpc, entre 2014 e 2017, reduziu de R\$1.523,35 para R\$1.411,48 (a preços de dezembro de 2017), com queda de -7,34% no período.
		O Equilíbrio Fiscal entre 2014 e 2017, passou de -3,24% para 9,07%.	Gasto com pessoal entre 2014 e 2017 se elevou de 47,68% para 52,13%.
		Endividamento de 2014 a 2017, mostra que o estoque da dívida decresceu de 5,38% para 0,00%.	Custeio da máquina entre 2014 e 2017 aumentou de 41,51% para 43,31%.
			Esforço em investimento entre 2014 e 2017 em relação ao total das despesas experimentou queda de 16,12% para 7,16%.
Econômico financeira	Econômico financeira (Gestão)	Constatou-se, no período analisado, que o município conta com políticas setoriais com fundos na área da saúde e assistência social. Possui também consórcios e parcerias no setor da saúde, e, de assistência e desenvolvimento social.	Quanto às práticas e procedimentos orçamentários, não usa diagnósticos para elaborar o planejamento, o faz mediante projeções, definindo assim seus programas, indicadores, metas e ações e possui entre 10 a 20% de crédito suplementar autorizado previamente no orçamento.

Quadro 9 – Pontos fortes e fracos do município de Porto Firme – MG

(conclusão)

Perspectiva	Dimensão	Ponto Forte	Ponto Fraco
		Gestão Recursos Humanos, possui em 2017 o PCCV e realiza capacitação e treinamento para seus servidores.	Governança Regulatória: em 2017 não existia Plano municipal de Segurança Pública.
		Governança Regulatória: em 2017, constatou-se a existência dos seguintes planos: Plano Municipal de Assistência Social, de Educação; de Saúde, de Saneamento Básico, e o de Gestão integrada de Resíduos Sólidos, que se encontra em fase de elaboração.	Governo Aberto: não existia ouvidoria em 2017. Não possui os conselhos: dos direitos da Mulher; Gestor do programa Bolsa Família; da Habitação; de Saneamento; de Meio Ambiente; de Esportes; de Cultura; de Patrimônio Cultural; de Política Urbana ou de Desenvolvimento Urbano.
		Governo Aberto possui abertura dos dados orçamentários-financeiros. Possui os seguintes conselhos: Tutelar; de Segurança Alimentar; de Defesa dos Direitos de Crianças e adolescentes; do Idoso; da Pessoa com Deficiência; de Segurança Pública; de Saúde; de Educação.	
		Inovação do poder público e governo digital: em 2017 possui NFE e agendamento de consultas médicas nas Unidade Básica de Saúde (UBSs) por telefone, VOIP, internet, Token, etc.	
		Contratação pública e logística: em 2017 divulga o processo licitatório via internet e possui pregão na forma presencial e eletrônico.	
		Gestão de riscos e comunicação: possui uma coordenadoria municipal de proteção e defesa civil estruturada e um plano de contingência, nos termos propostos pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.	

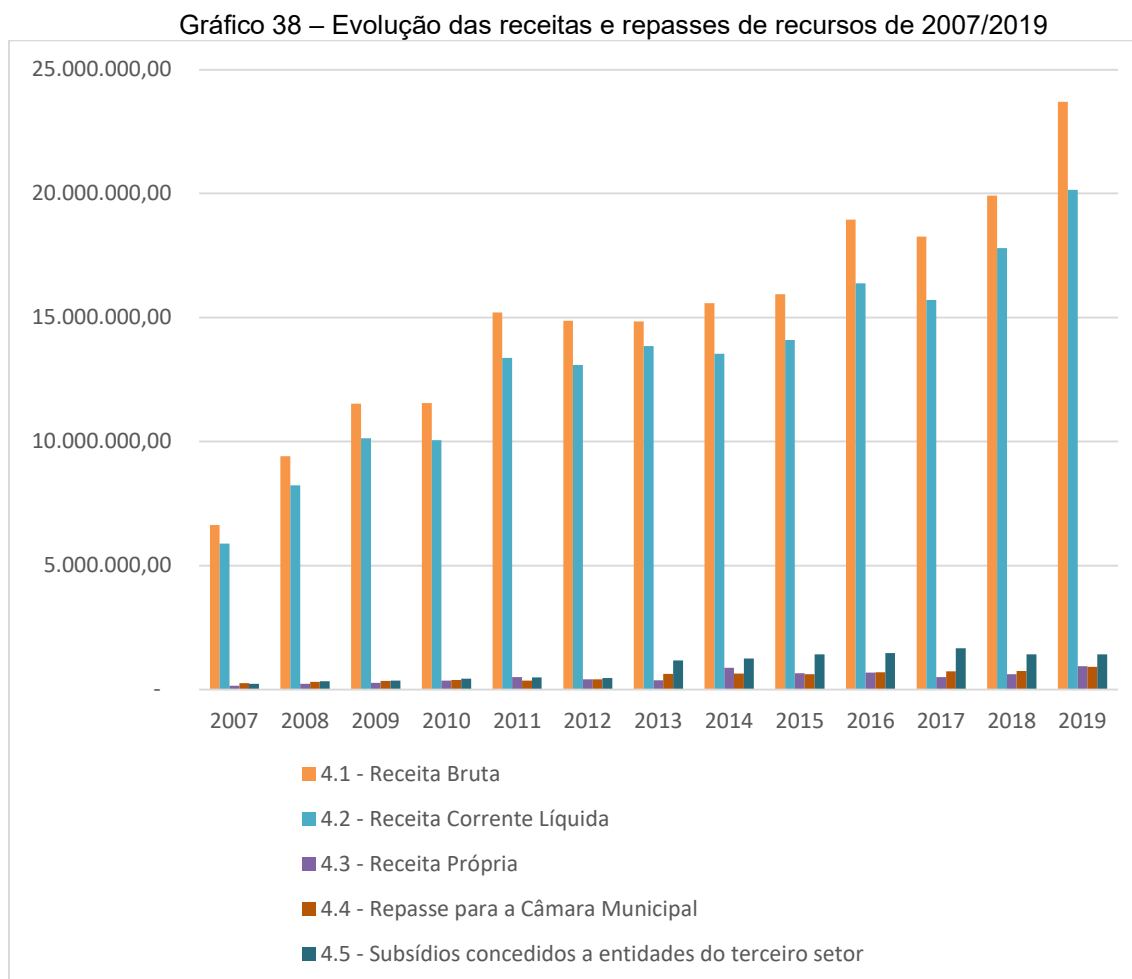
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

OBS: * ** *** Não tem parâmetros para dizer se é ponto forte ou fraco.

5.3 Panorama da Arrecadação municipal e subsídios de 2007 a 2019

A arrecadação do município de Porto Firme, ao longo do período analisado, obteve um acréscimo na sua receita bruta (RB), em valores absolutos (AH), no percentual de

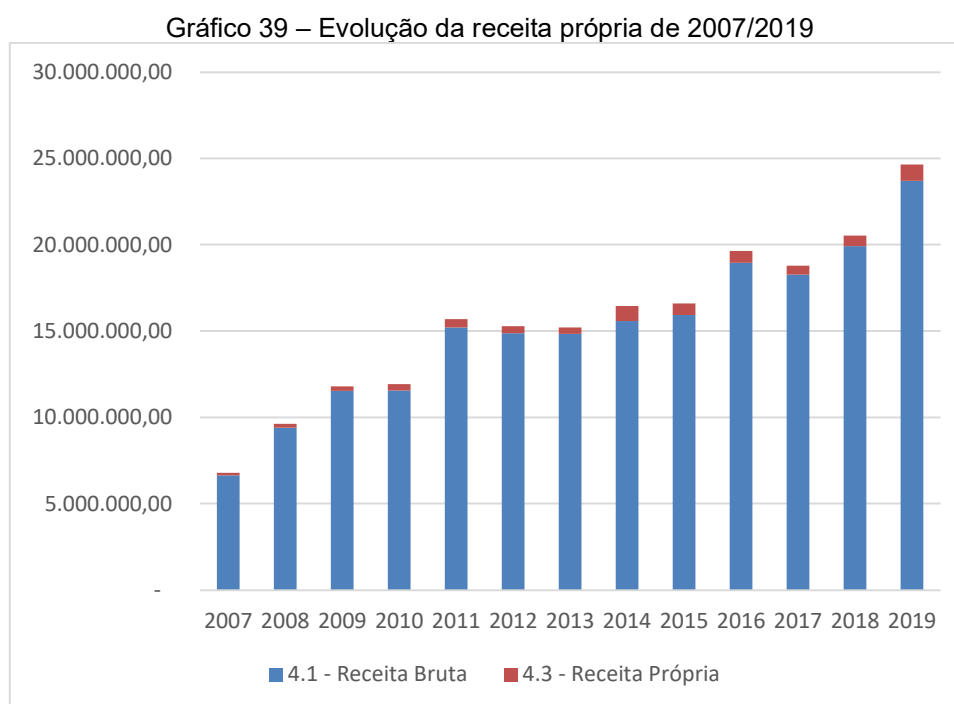
257,43%. A receita corrente líquida (RCL), que é obtida subtraindo-se da RB as deduções do FUNDEB, PASEP e outras, conforme o caso, obteve um acréscimo no percentual de 342,53%, evidenciando um ganho na proporção da RCL em relação à RB. Observa-se, no entanto, na avaliação vertical (AV), que, em 2007, a RCL representava 88,69% da RB e em 2019 este percentual desceu para 84,99%, demonstrando que as deduções legais oscilam entre os exercícios, aproximando ou distanciando a RCL da RB. Esta intercorrência interfere no planejamento e na padronização das alocações em todas as dotações orçamentárias. Conseqüentemente as dimensões do IMRS e as perspectivas de sustentabilidade também se sujeitam às mesmas oscilações. O GRÁF. 38 ilustra a situação da arrecadação, repasses e subsídios no período estudado.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

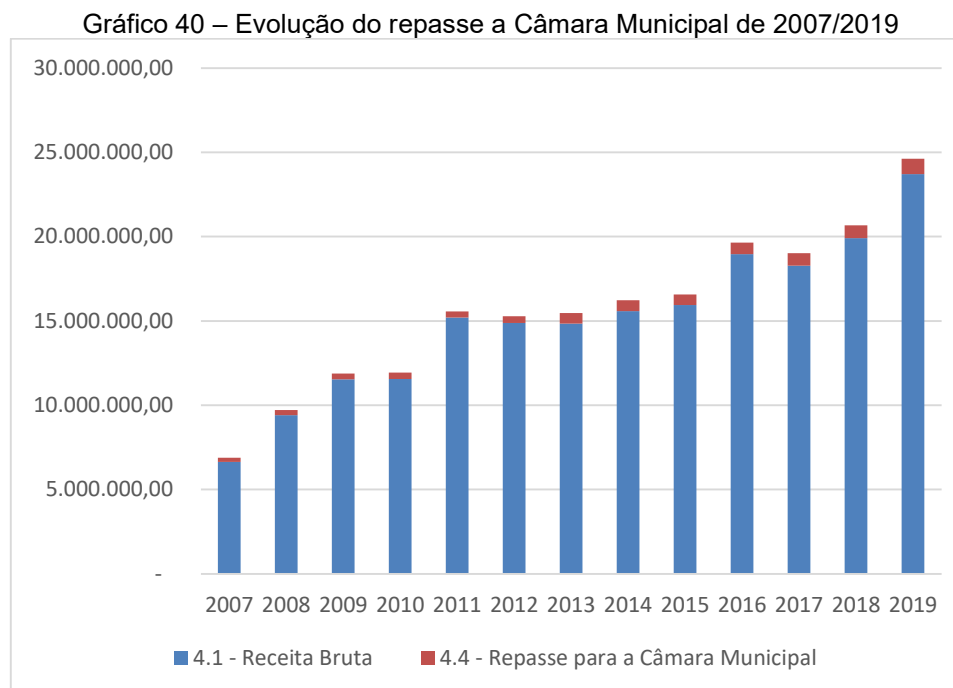
Observa-se no GRÁF. 38 a evolução, de maneira geral, da arrecadação e transferências de valores ocorridas no município de Porto Firme. Com relação a

receita própria do município, repasses para a Câmara Municipal e subvenções sociais concedidas ao terceiro setor serão ilustradas nos GRÁF. 39, GRÁF. 40 e GRÁF. 41.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Pelo GRÁF. 39 é possível perceber a evolução da arrecadação da receita própria (RP) do município, que em valores absolutos, apresentou um avanço de 317,05% no lapso temporal analisado. Em 2007 o município arrecadou de RP o valor de R\$ 227.252,48 e em 2019 o valor arrecado foi de R\$ 947.771,98. Na relação com a RCL, os percentuais foram de 2,76% e 4,70%, respectivamente, em 2007 e 2019. Apesar de verificarmos um acréscimo significativo na arrecadação das receitas municipais, nota-se um percentual ainda pequeno de RP com relação a RCL. Percebe-se também que o total arrecadado em 2019, a título de RP, foi maior do que os valores repassados para a Câmara Municipal, 4,54% e 4,70%, respectivamente. Essa situação não ocorria em 2007, quando os percentuais eram de 4,46 e 2,68%, respectivamente. No entanto, na comparação com os subsídios concedidos ao terceiro setor, nota-se que a RP se manteve menor que os valores concedidos a título de subvenções sociais. Em 2007 os percentuais eram de 2,68% e 4,04% da RCL e em 2019 o percentual foi de 4,70% e 7,08% da RCL, respectivamente. Observa-se, ainda, a grande dependência do município em relação aos repasses do governo Federal e Estadual, como ocorre na maioria dos municípios de pequeno porte no país. O GRÁF. 40 se refere aos repasses do município para a Câmara Municipal.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

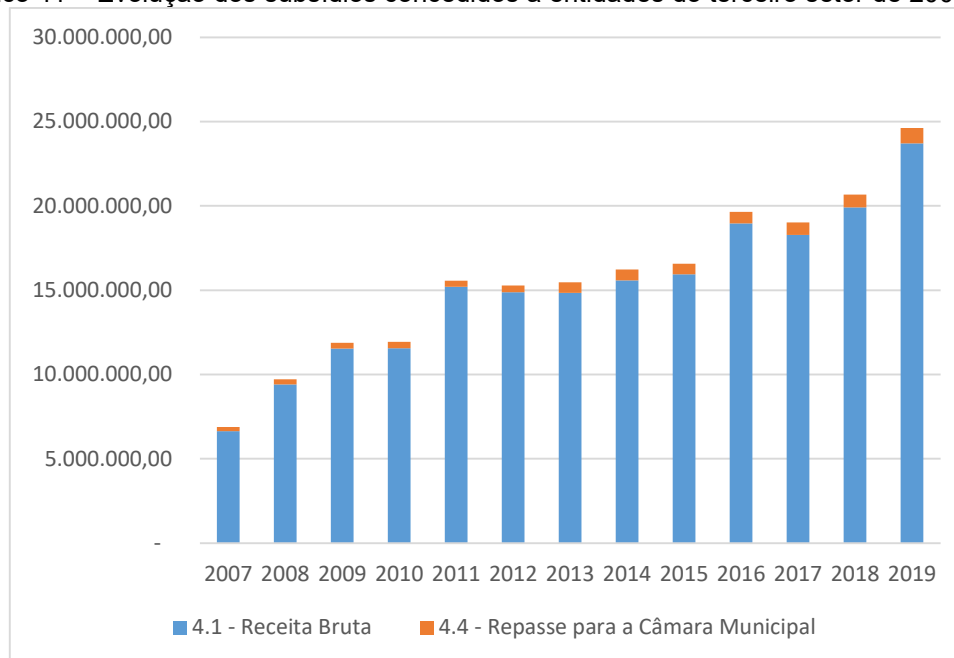
Quanto ao repasse da Câmara Municipal, vê-se um acréscimo constante, uma vez que o repasse é obrigatório para garantir as atividades do Poder Legislativo do município. Em valores absolutos houve um acréscimo de 248,73% nos valores repassados. Com relação à RCL, em 2007 representava 4,46% e em 2019 representou 4,54%, demonstrando que o legislativo municipal vem consumindo uma fatia maior da RCL do município ao longo do período.

Cabe ressaltar que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos artigos 19 e 20, os limites máximos de gastos com pessoal que podem ser realizados pela administração pública municipal é 60% da RCL do município, distribuídos da seguinte forma entre os poderes: 54% para o Poder Executivo e 6% para o Legislativo, sendo que, para cobertura de outras despesas com a Câmara Municipal, o limite máximo é estabelecido em 7% da RCL municipal.

A Câmara Municipal de Porto Firme possui nove vereadores, conforme disposto na Constituição Federal no seu artigo 29, para municípios com até 15.000 habitantes. Destaca-se que no período de 2007 a 2019, os valores de repasses para a Câmara Municipal foram inferiores a 7%, portanto abaixo do limite máximo da LRF.

O GRÁF. 41 se refere aos subsídios ou subvenções sociais concedidas às entidades do terceiro setor.

Gráfico 41 – Evolução dos subsídios concedidos a entidades do terceiro setor de 2007/2019



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O denominado Terceiro Setor é composto pelas instituições privadas não governamentais sem fins lucrativos. É uma modalidade de organização societária que tem como propósito a promoção do desenvolvimento social na região na qual desempenha suas ações, realizadas à custa de recursos adquiridos por meio de fontes públicas e, ou, privadas (DINIZ; GONÇALVES, 2018). Neste sentido, as prefeituras procuram subsidiar as entidades na manutenção de serviços considerados essenciais para a sociedade.

Assim, os subsídios concedidos a entidades do terceiro setor, em valores absolutos, apresentaram um acréscimo de 500,50% nos valores repassados e com relação à RCL, também pode ser evidenciado este aumento. Em 2007 os subsídios representavam 4,04% e em 2019 o percentual foi de 7,08%, apontando que o município, tem acreditado nas entidades do terceiro setor, como forma de alcançar parte dos seus objetivos na prestação de serviços públicos à população.

Ao analisar o GRÁF. 39, as receitas próprias do município aumentaram nos últimos 10 anos. Neste sentido, os gestores do município de Porto Firme foram questionados se este fato refletiu na melhoria da qualidade de atendimento à população e desenvolvimento municipal. A seguir são apresentadas as percepções dos gestores de cada dimensão da perspectiva social:

Não acompanhamos aqui as variações da arrecadação, mas pelos aumentos nos atendimentos certamente refletiu na qualidade dos nossos atendimentos. Conseguimos com isso, uma melhor assistência prestada à população e conseqüentemente ajudando na melhoria da qualidade de vida dos portofirmenses. (GS)

As receitas dos recursos da educação estão diretamente ligadas às melhorias, às infraestruturas das escolas, melhoria da merenda escolar, com apoio de nutricionistas. Hoje a gente atende o Ensino Fundamental em 100% em nosso município. Também houve uma ampliação no atendimento da educação infantil nos últimos anos. Esse aumento de recurso também foi de grande valia, por que melhorou muito a infraestrutura dos prédios escolares, muito na questão de material pedagógico e capacitação dos professores. (GE)

Se o convênio anual com esse aumento do recurso do município tivesse uma nova validade e fizesse um novo valor para os gastos da Polícia Militar, podendo assim aumentar os recursos da Segurança Pública, aumentaria, mas isto não acontece. (GSP)

A gente não trabalha diretamente com a arrecadação de recursos, mas eu percebo um aumento nas demandas sociais. Teve aumento muito nos benefícios eventuais na área do aluguel social, devido ao aumento das chuvas no começo do ano. Aí aumentou essa demanda de aluguel social e muitas pessoas também solicitam ajuda na parte do pagamento da conta de água, luz, e auxílio funerário também, que é muito solicitado. Eu entendo que com o aumento dos atendimentos a receita irá aumentar. Poderemos ter mais atendimentos, ajudar mais pessoas, e liberar mais auxílios de benefícios eventuais. Por outro lado, se a receita diminuir, vamos atender menos as pessoas de situações vulneráveis. (GVS)

Não. Este fato não refletiu, porque não houve recebimento do ICMS cultural e esportivo. Então se não vai para essas pastas, não há esse aumento. (GCEL)

Observa-se pelos relatos acima, que o aumento da arrecadação própria nos últimos 10 anos refletiu na melhoria do atendimento nos setores da saúde, da educação, da vulnerabilidade social. As ações executadas foram: melhoria na qualidade da saúde com ampliação dos atendimentos. Na educação houve melhoria na infraestrutura das escolas, na merenda escolar, na capacitação dos professores, ampliação no atendimento à educação infantil e na vulnerabilidade social houve aumento dos

benefícios eventuais como o aluguel social, pagamento de conta de luz, água, auxílio funeral.

Porém, esse aumento da arrecadação não refletiu na melhoria da qualidade da segurança pública, pois não houve acréscimo de valor no convênio firmado da Prefeitura com a Segurança Pública do Estado. Por sua vez, também não refletiu na área da cultura, esporte e lazer, pois não houve recebimento do ICMS cultural.

Da mesma forma, os gestores foram questionados, por que às vezes o investimento maior na sua área de atuação não reflete nos índices socioeconômicos. Na percepção dos gestores da perspectiva social:

Creio que se houvesse maior investimento na saúde e este investimento for gasto de forma correta haverá um reflexo positivo dos índices socioeconômicos. (GS)

Bom, o aumento da arrecadação não vai direto para a pasta educação, não reflete no índice socioeconômico, mas aumentar o investimento na educação certamente melhoraria este índice. (GE)

Porque esse índice deveria ser canalizado em um setor absoluto, mas isto não acontece. Então, o que acontece, por este índice não ser canalizado nesse setor é que nós temos vários setores em prosseguimento na segurança pública, isto não faz que os resultados sejam objetivos. (GSP)

Acredito que se a arrecadação aumentar e não se investir na área social, a desigualdade irá aumentar. Uma vez que, aumentando a arrecadação e o investimento na área social, certamente os índices socioeconômicos irão aumentar. (GVS)

Eu acredito que o recurso não foi direcionado para a cultura e o esporte, por isto não refletiu no índice socioeconômico. (GCEL)

Percebe-se que na visão dos gestores, para que haja reflexos nos indicadores sociais nas suas áreas de atuação, há necessidade de ter um maior investimento, gasto mais eficiente, melhor canalização dos recursos e que os recursos cheguem nas suas pastas de atuação.

Quanto à perspectiva ambiental, o Gestor Ambiental foi questionado se o aumento da receita própria evidenciado nos últimos 10 anos refletiu na sua área de atuação. Na sua percepção declara que “Não, não houve reflexo. Acredito que para isto acontecer, o recurso teria que aumentar e que venha direcionado a pasta ambiental” (GA). Baseado nesta resposta, o gestor foi questionado por que às vezes o investimento

maior no meio ambiente não reflete positivamente nos índices socioeconômicos. Segundo o gestor:

Para ver esses reflexos, os investimentos teriam de ser alocados na pasta ambiental, seria focado direto na pasta ambiental, caso o contrário, para mim não teria reflexo. (GA)

Este depoimento do Gestor reforça a necessidade de o setor ambiental ter uma pasta e recursos próprios e, conseqüentemente, investimentos próprios para que haja reflexos nos indicadores sociais.

No ponto de vista do Gestor responsável pelo setor econômico-financeiro do município, em relação ao aumento das receitas próprias dos últimos 10 anos, se este fato concedeu maior sustentabilidade financeira para o município, na sua opinião assim se expressa: “Sim, com certeza. Por que o nível de sustentabilidade está ligado diretamente ao aumento da arrecadação, desde que é alocado nos programas certos” (GEF). Questionado por que às vezes a maior disponibilidade de recursos não reflete nos índices socioeconômicos, eis sua percepção:

Difícilmente o aumento da disponibilidade de recursos deixaria de refletir nos índices socioeconômicos, a não ser se houver um descontrole de gastos e uma má alocação de recursos. (GEF)

Observa-se pelo depoimento do gestor que atua na área econômico-financeira do município de Porto Firme, que ele atribui não haver reflexo nos indicadores sociais com o aumento de recursos, somente se houver uma má qualidade nos gastos ou má alocação de recursos.

5.4 Comparativo dos indicadores de sustentabilidade entre os municípios limítrofes

Esta seção busca explorar de forma comparativa, por meio de indicadores, a realidade socioeconômica dos municípios limítrofes de Porto Firme sob a perspectiva do desenvolvimento humano local e com base nas informações e nos dados disponíveis do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) e pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no período de 2007 a 2019.

O município de Porto Firme limita-se geograficamente com as cidades de Viçosa, Piranga, Guaraciaba, Paula Cândido e Presidente Bernardes. Neste sentido, os indicadores municipais permitem melhoria da informação por meio do incremento da base de conhecimentos, melhores investimentos para a política pública e integração com políticas de outras áreas. Assim, se evidencia a relevância do uso de indicadores como instrumentos do planejamento e gestão, tanto pela sua capacidade de transmissão de informações, sendo um importante instrumento para o planejamento da gestão municipal, quanto pelo seu poder de influência em políticas públicas (GAVIRA; MORAES; DADARIO, 2017; SARUBBI; MORAES, 2018).

A seguir será apresentada a comparação dos índices IMRS, IEGM e IDHM entre os municípios e o posicionamento deles em nível estadual e, no caso do IDHM, nacional.

5.4.1 Comparativo do IMRS entre os municípios limítrofes

O IMRS se apresenta como uma importante ferramenta de avaliação do desenvolvimento dos municípios mineiros. Os dados proporcionam a obtenção de informações com maior facilidade e transparência para os municípios e os cidadãos frente as ações administrativas, culturais, gastos públicos e políticas públicas. O IMRS pode ser utilizado como ponto de partida para identificar as características socioeconômicas, avaliar a perspectiva de desenvolvimento da região e auxiliar na tomada de decisões por agentes diversos (SGARBI *et al.*, 2018).

O IMRS é calculado por meio de indicadores selecionados de cada dimensão e transformados em índices que variam entre 0 e 1, por meio da seguinte fórmula: $(\text{Valor observado} - \text{valor pior}) / (\text{valor melhor} - \text{valor pior})$. Na definição dos valores “melhor” e “pior” foram considerados padrões existentes, metas governamentais e, ou, a distribuição dos valores observados. O índice de cada dimensão é obtido pela média ponderada dos indicadores selecionados de cada tema e varia entre 0 e 1. O IMRS geral é uma média ponderada dos índices de cada dimensão, conforme TAB. 15.

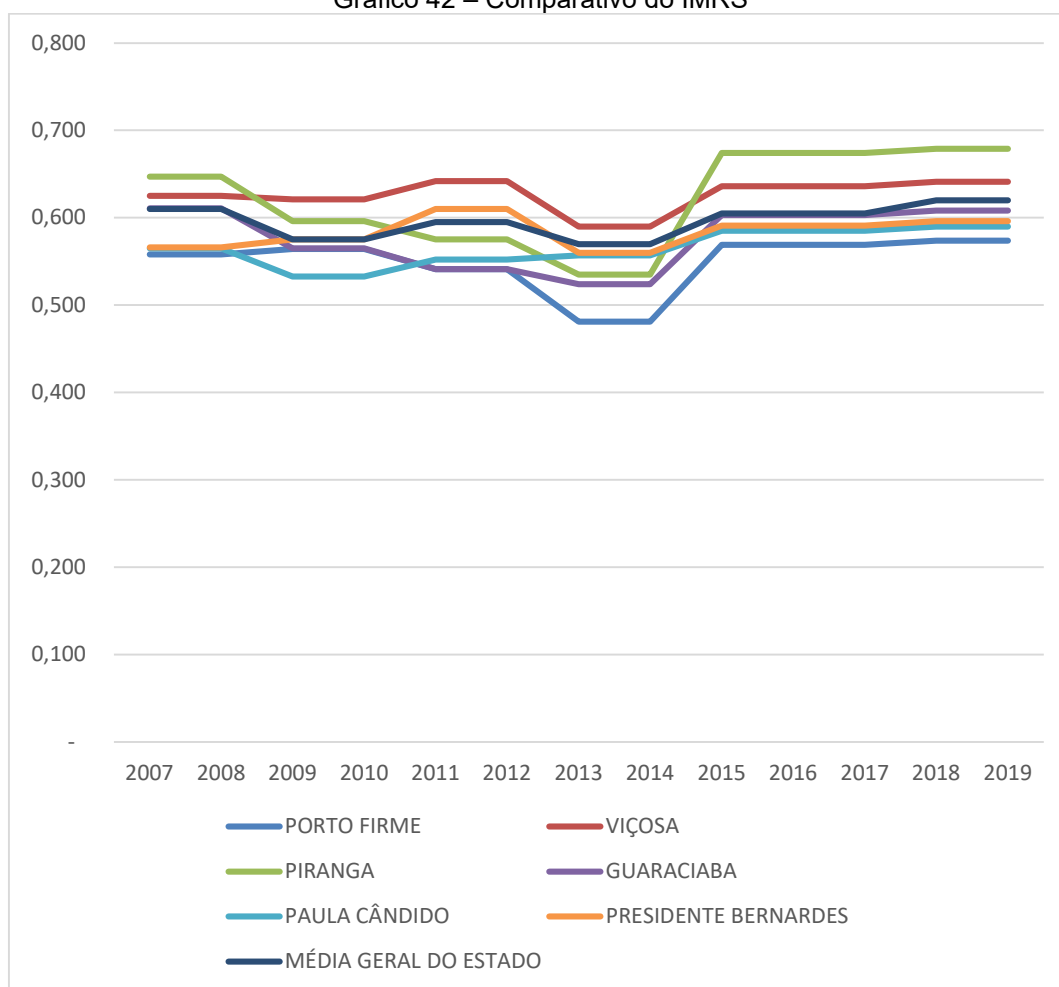
Tabela 15 – Comparativo do IMRS

MUNICÍPIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PORTO FIRME	0,558	0,558	0,564	0,564	0,541	0,541	0,481	0,481	0,569	0,569	0,569	0,574	0,574
VIÇOSA	0,625	0,625	0,621	0,621	0,642	0,642	0,590	0,590	0,636	0,636	0,636	0,641	0,641
PIRANGA	0,647	0,647	0,596	0,596	0,575	0,575	0,535	0,535	0,674	0,674	0,674	0,679	0,679
GUARACIABA	0,611	0,611	0,565	0,565	0,541	0,541	0,524	0,524	0,603	0,603	0,603	0,608	0,608
PAULA CÂNDIDO	0,565	0,565	0,533	0,533	0,552	0,552	0,557	0,557	0,585	0,585	0,585	0,590	0,590
PRESIDENTE BERNARDES	0,566	0,566	0,575	0,575	0,610	0,610	0,560	0,560	0,591	0,591	0,591	0,596	0,596
MÉDIA GERAL DO ESTADO	0,610	0,610	0,575	0,575	0,595	0,595	0,570	0,570	0,605	0,605	0,605	0,620	0,620

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A partir da TAB. 15, observa-se, no comparativo, que Porto Firme tem o menor IMRS comparado com os demais municípios limítrofes. Ao realizar uma média ao longo do período de 2007 a 2019, dos seis municípios do melhor para o pior índice destaca-se: Viçosa (0,627), Piranga (0,620), Presidente Bernardes (0,584), Guaraciaba (0,577), Paula Cândido (0,565), Porto Firme (0,549). Cabe destacar aqui, que o último IMRS divulgado se refere ao triênio 2015/2016/2017. Para os anos de 2018/2019 este estudo realizou uma estimativa com base nos índices históricos a partir de 2007. O GRÁF. 42 mostra a evolução e a comparação do IMRS dos municípios limítrofes a nível estadual.

Gráfico 42 – Comparativo do IMRS



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Analisando o GRÁF. 42, conjuntamente com a TAB. 15, nota-se, ainda, ao verificar a média estadual do IMRS, que o município de Porto Firme ficou abaixo da média do estado em todo o período analisado, aproximando-se dela de forma mais evidente no biênio de 2009/2010, mantendo muita proximidade com as cidades de Guaraciaba, Paula Cândido e Presidente Bernardes. A cidade de Piranga alternou seu posicionamento, com relação à média estadual e com relação a cidade de Viçosa, fixando-se acima de ambas a partir do triênio 2015/2016/2017. As cidades de Guaraciaba, Paula Cândido e Presidente Bernardes alternaram os posicionamentos com relação à média estadual e terminaram o período também abaixo dela. Somente a cidade de Viçosa permaneceu acima da média estadual durante todo o período analisado. Assim, a aglutinação de informações numa única base favorece sua utilização pelo setor público e pela sociedade. Sua utilização promove melhorias, ajuda a consolidar as séries temporais e a torná-las mais tempestivas e como, em sua

maioria, representam registros de ações e programas, favorecem o monitoramento e a avaliação dessas ações. Toma-se o município, enquanto um espaço privilegiado para se investigar políticas públicas, compreendendo-o enquanto território vivo, delimitado e socialmente construído, onde a atual descentralização administrativa e tributária demanda e disponibiliza constantes informações pertinentes a indicadores sociodemográficos, como demonstra a composição do IMRS (JUNQUEIRA, 2004).

Diante da avaliação do IMRS de Porto firme em relação às cidades vizinhas, os sete gestores das áreas da (saúde; educação; segurança pública; vulnerabilidade social; cultura, esporte e lazer; ambiental; econômico-financeira) foram questionados sobre o IMRS baseado na TAB. 15. O Quadro mostra que Porto Firme tem menor média comparado com os outros municípios limítrofes, na sua opinião o que você atribui esta avaliação do IMRS. Os gestores mencionaram a sua percepção:

Eu não conhecia o índice IMRS e também não sabia da nossa posição nesse índice. Trabalhamos tanto que não imaginava que éramos o último, não tinha esta percepção. Aí eu vejo duas cidades maiores com melhor índice, imagino que elas recebam mais recursos que meu município. Com relação às outras do nosso porte, observo pouca diferença, mas podemos melhorar se for o caso. (GS)

Na verdade, eu não conhecia o IMRS, meu posicionamento em relação às outras cidades comparando com Porto Firme, eu acredito que estas duas cidades que estão com índice maior elas recebem mais recursos para a educação. Eu acredito que seja isto, a cidade é maior, o número de habitantes é bem maior do que Porto Firme, por isto é que dá esta diferença, mas as outras cidades estão com o índice bem próximo de Porto Firme. (GE)

Ao analisar o quadro, confesso que eu não conhecia o índice, porém na visão da segurança pública, não fico surpreso, mas surpreende ser o menor índice da região, vejo duas cidades maiores, sendo Piranga e Viçosa, porém Viçosa é composta por uma Companhia Especial, a cidade de Piranga pelo Pelotão, e Porto Firme tem destaque como as demais cidades vizinhas. (GSP)

Eu não conhecia o IMRS, eu fico surpresa porque eu não sabia que o nosso município é o mais baixo nesta tabela, então, eu percebo, por exemplo, Viçosa é uma cidade maior, universitária, tem muita geração de emprego e renda e contribui mais para o desenvolvimento da cidade. Então, o recurso vai ser sempre maior. Agora o nosso município e alguns da vizinhança são cidades pequenas e com certeza os recursos serão menores. Por ser menor, o recurso não dá condição de muito desenvolvimento em projetos sociais, emprego, geração de renda. (GVS)

Eu não conhecia o IMRS, mas eu já tinha esta percepção comparando a cultura com as cidades próximas, essa defasagem de nossa cidade em relação ao investimento na parte cultural. Em relação às outras cidades que

o índice está maior, por exemplo Piranga, é uma cidade de séculos, é a cidade mais antiga da região e desenvolve bem a questão cultural. Também tem Presidente Bernardes que já trabalha a questão cultural muitos anos, com certeza estas cidades estarão com índices na frente de Porto Firme. Mas eu acredito que nós poderemos melhorar este índice no futuro, valorizando ainda mais o esporte e a cultura local. (GCEL)

Então, eu não tinha conhecimento do índice IMRS do município, confesso surpreso ao saber que nós estamos atrás das cidades vizinhas. A minha percepção não era esta, as duas cidades maiores como Viçosa e Piranga já poderia imaginar, para mim não foi surpresa. Mas tem cidades até menores que Porto Firme e está com índice maior, entendeu, mas, o índice que seria maior, pode-se imaginar o índice que seria maior, as demais as diferenças são mínimas, as diferenças não muito grandes de Porto Firme. (GA)

Interessante, mas eu não sabia que o nosso índice era menor, mas o IMRS não considera a gestão como um todo. Sei que a dimensão econômico-financeira é contemplada pelo IEG, não pelo IMRS. Com relação às outras cidades nós não acompanhamos, mas vejo que dois municípios são bem maiores que a nossa cidade e as demais estão equiparadas com as pequenas diferenças. (GEF)

Constata-se pelos relatos que os gestores, exceto o da área econômico-financeira, não conheciam os indicadores do IMRS e todos, sem exceção, manifestaram surpresa com a avaliação do município estar em último lugar, sendo que o GEF contrapõe o desempenho do IMRS com o IEGM. Eles fazem a comparação com os demais municípios, como Viçosa e Piranga que são municípios com uma população maior, então recebem mais recursos e têm como investir mais no desenvolvimento e bem-estar da população. Quanto às outras cidades do mesmo porte ou menores, sob o ponto de vista deles, apesar de estar abaixo, estão bem próximos uns dos outros.

5.4.2 Comparativo do IEGM entre os municípios limítrofes

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é um indicador de processo que mensura o grau de aderência da gestão municipal a determinados processos. O grau de aderência é mensurado a partir da pontuação atribuída às questões pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os processos e controles são inquiridos a partir de questionários respondidos pelos municípios, cuja finalidade é orientar os gestores municipais a implantar os processos e controles que são levantados nos questionários.

O IEGM surgiu em 2014 e está na quinta edição. A ferramenta permite aos gestores conhecer a situação de seus municípios e comparar a evolução das políticas públicas. Sua mensuração possibilita a verificação de resultados, a correção de rumos, a reavaliação de prioridades e a consolidação do planejamento dos municípios. A partir do exercício de 2018, a análise do IEGM faz parte do escopo do processo de Prestação de Contas anuais dos municípios mineiros (TCE-MG, 2019)

Quanto ao IEGM referente ao exercício de 2018 das cidades mineiras, 811 municípios responderam ao questionário, a partir dos sete eixos da administração pública analisados: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção das Cidades e Governança em Tecnologia da Informação. A nota média dos municípios mineiros foi de 0,6, numa escala de zero a um ponto e sua classificação foi B.

Os resultados gerais do IEGM são apresentados por notas, que variam entre as letras A: Altamente Efetiva (90% ou mais); nota B+: Muito Efetiva (entre 75% e 89,99%); nota B: Efetiva (entre 60% e 74,99%); nota C+: Em Fase de Adequação (entre 50% e 59,99%); nota C: Baixo Nível de Adequação (abaixo de 49,99%). De acordo com O TCE-MG (2019), 355 municípios mineiros atingiram a classificação B; uma cidade atingiu o nível B+; 320 estão no nível C+; 135 no nível C e 42 cidades não responderam ao questionário.

Assim, com o IEGM, a sociedade, as administrações municipais e os Tribunais de Contas têm uma ferramenta para avaliar o esforço do gestor municipal em implantar os processos que são necessários para fornecer mais e melhores serviços públicos. O Quadro 10 apresenta os índices do IEGM de Porto Firme, das cidades limítrofes e a média do estado.

Quadro 10 – Comparativo do IEGM

MUNICÍPIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PORTO FIRME	-	-	-	-	-	-	-	C+	C+	B	B	B	-
VIÇOSA	-	-	-	-	-	-	-	C+	C	B	B	B	-
PIRANGA	-	-	-	-	-	-	-	C+	C	C	C+	C+	-
PAULA CÂNDIDO	-	-	-	-	-	-	-	B	C+	B	C+	B	-
PRESIDENTE BERNARDES	-	-	-	-	-	-	-	C+	C	C+	C+	B	-
MÉDIA ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-	B	B	B	B	B	-

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se no Quadro 10, que o município de Porto Firme se destaca entre as demais cidades, com a constante melhora do seu índice IEGM no período, figurando em 2014 e 2015 com a nota C+ e 2016 a 2018 com a nota B, correspondendo e acompanhando a média estadual dos municípios mineiros que responderam ao questionário. Percebe-se que, ao longo deste período, somente o município de Piranga terminou o período posicionado abaixo da média estadual. A diferença de posicionamento entre as cidades é fruto da composição da base do índice. Enquanto o IMRS tem a atenção concentrada nas aplicações de recursos e nos resultados em suas dimensões, o IEGM inclui a gestão como um todo, ou seja, a dimensão econômico-financeira passa a ser avaliada juntamente com as demais dimensões das perspectivas de sustentabilidade.

O IEGM é um indicador que visa orientar os gestores municipais a implantar os processos e controles. Em virtude da quantidade e qualidade dos insumos aplicados (recursos financeiros, físicos e humanos), ajudam a gestão a melhorar os resultados de suas políticas públicas (mais e melhores produtos e serviços públicos), com impacto no desenvolvimento socioeconômico da sua população. Os processos inquiridos pelo IEGM estão diretamente subordinados à ação (esforço) do gestor, independentemente do contexto socioeconômico em que está inserido (TCE-MG, 2019).

5.4.3 Comparativo do IDHM entre os municípios limítrofes

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), a partir dos trabalhos de dois economistas, o paquistanês Mahbub UI Haq e o indiano Amartya Sen, e é apresentado desde 1990 para os países aliados à ONU. O IDHM foi construído em parceria com a Fundação João Pinheiro, com o PNUD e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O IDHM é uma adaptação, para o nível municipal do IDH calculado para países pelo PNUD, no Brasil é calculado com base em dados censitários a cada dez anos. O índice é formado pela média geométrica dos índices específicos das três dimensões que o compõem: educação, expectativa de vida e renda. A educação é medida considerando-se indicadores que representam a escolaridade da população adulta

(medida pelo indicador 18 anos e mais com fundamental completo) e o esforço educacional para com a população em idade escolar (medido pelos indicadores % da população de 4 e 5 anos na escola, % de 11 a 13 nos últimos anos do fundamental, % de 15 a 17 com fundamental completo e % de 18 a 20 com médio completo) (FJP, 2019).

Quanto a dimensão longevidade, ou seja, vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência.

Quanto à dimensão renda, mede o padrão de vida por meio da renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município, inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE.

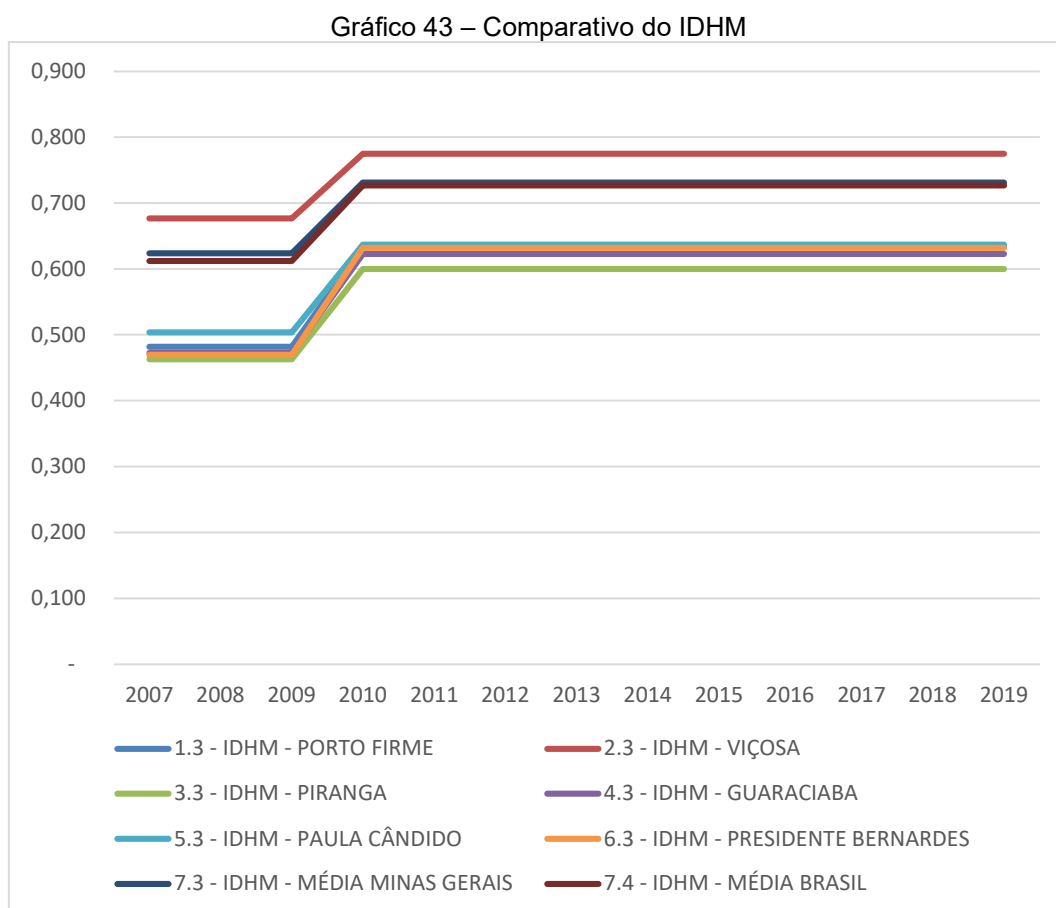
O IDHM varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Os três componentes são agrupados por meio da média geométrica, resultando no IDHM, o seu detalhamento está disponível na seção Metodologia, no Atlas do Desenvolvimento Humano (ATLAS, 2019). A seguir, apresenta-se na TAB. 16 o IDHM de Porto Firme, de suas cidades vizinhas, assim como a média estadual e nacional e a sua evolução de 2007 a 2019.

Tabela 16 – Comparativo do IDHM

MUNICÍPIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PORTO FIRME	0,482	0,482	0,482	0,634	0,634	0,634	0,634	0,634	0,634	0,634	0,634	0,634	0,634
VIÇOSA	0,677	0,677	0,677	0,775	0,775	0,775	0,775	0,775	0,775	0,775	0,775	0,775	0,775
PIRANGA	0,463	0,463	0,463	0,600	0,600	0,600	0,600	0,600	0,600	0,600	0,600	0,600	0,600
GUARACIABA	0,473	0,473	0,473	0,623	0,623	0,623	0,623	0,623	0,623	0,623	0,623	0,623	0,623
PAULA CÂNDIDO	0,504	0,504	0,504	0,637	0,637	0,637	0,637	0,637	0,637	0,637	0,637	0,637	0,637
PRESIDENTE BERNARDES	0,470	0,470	0,470	0,632	0,632	0,632	0,632	0,632	0,632	0,632	0,632	0,632	0,632
MÉDIA MINAS GERAIS	0,624	0,624	0,624	0,731	0,731	0,731	0,731	0,731	0,731	0,731	0,731	0,731	0,731
IDHM - MÉDIA BRASIL	0,612	0,612	0,612	0,727	0,727	0,727	0,727	0,727	0,727	0,727	0,727	0,727	0,727

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Observa-se na TAB. 16 a evolução do IDHM no período de 2007 a 2019. O município de Porto Firme obteve média no índice de 0,482 no período de 2007 a 2009 e a partir de 2010 elevou sua média para 0,634, apresentando significativa melhora no seu IDHM. O GRÁF. 43 ilustra a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município em estudo, comparando-o com as cidades limítrofes.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao analisar o GRÁF. 43, concomitantemente à TAB. 16, percebe-se que apenas a cidade de Viçosa se mantém acima das médias estadual e nacional, que, por vez, caminham paralelas, praticamente sobrepostas. As demais cidades mantêm-se abaixo das médias (nacional e estadual), em total simetria entre si, com exceção da cidade de Piranga que se mantém um pouco abaixo deste grupo. Para reforçar ainda mais este entendimento, será feita a classificação das cidades envolvidas pela média simples do IDHM de cada uma delas no período analisado. Viçosa (0,752), Paula Cândido (0,606), Porto Firme (0,599), Presidente Bernardes (0,595), Guaraciaba (0,588) e a cidade de Piranga (0,569). A média estadual foi de 0,706 e a nacional foi

de 0,700. Nota-se, ainda, que na edição de 2010 todos os municípios comparados tiveram significativa melhora em seus índices.

Assim, Porto Firme ficou com a terceira melhor média de IDHM dentre as cidades limítrofes. Novamente percebe-se uma diferença de posicionamento entre as cidades que também é fruto da composição da base do índice. O IDHM tem a longevidade e a renda como diferenciais em sua base, aproximando-se mais do IMRS do que do IEGM.

A análise do bem-estar do indivíduo se tornou uma medida comparável entre os países com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e também pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para a compreensão da realidade dos municípios. O IDHM retrata o reconhecimento da heterogeneidade do país e a necessidade de fazer a distinção das especificidades locais para subsidiar a formulação de políticas públicas, como critério de local, o município, menor unidade político administrativa do país (SANTOS; FERREIRA, 2017).

Esta seção mostrou a avaliação dos indicadores do município de Porto Firme em relação as cidades vizinhas. Identifica a existência de vários desafios a serem enfrentados pelos gestores das dimensões analisadas. Nesse sentido, os gestores foram questionados sobre quais seriam os principais desafios para obter melhores índices de desenvolvimento na sua área de atuação. Os relatos a seguir mostram a visão dos gestores:

São vários os desafios, crescer, ampliar os atendimentos, os exames, os tratamentos, para isto tem que aumentar a arrecadação e os investimentos na saúde, sendo o principal desafio a qualificação da mão-de-obra. Principalmente pelas modificações exigidas pelo Ministério da Saúde na alimentação dos sistemas por ele estabelecidos. (GS)
Os principais desafios é materializar os recursos, a motivação e o treinamento de pessoal. (GE)

São muitos os desafios, primeiramente, o treinamento. Segundo a corporação, o número de efetivo para que esses programas de ações diversas sejam realizados, o recurso humano. Temos também os gastos com o destacamento, que precisa passar por uma reforma, gastos de materiais internos para ocorrência, como internet, computador, tudo isto gera um gasto muito grande para a segurança pública. E isto foi sempre no destacamento de Porto Firme, recursos que a gente teve que lutar até com ajudas de

particulares para que pudéssemos fazer a segurança pública em nosso município. (GSP)

Os principais desafios para melhorar o índice seria crescimento e desenvolvimento do município, para ter mais indústrias, que a gente está precisando, gerando assim mais empregos, e as rendas das pessoas mais vulneráveis poderiam aumentar. (GVS)

Acredito que os desafios para melhorar estes índices são constantes e muitos. Acredito que tentar trazer mais recursos, procurar mais apoio de instituições parceiras, pessoal para treinamento dos funcionários e das pessoas desenvolvidas. Buscar apoio com instituições especializadas e que apoiam tanto a cultura como o esporte. (GCEL)

Aí é colocando em prática, né, tem as questões da arrecadação, das ações ambientais realizadas no município e dar uma fortalecida no Conselho Municipal do Meio Ambiente. (GA)

Os desafios são constantes e diários. Ter um bom relacionamento com o governo estadual, federal, contribuintes, ambientes regulatórios e poder legislativo. (GEF)

Nota-se pela exposição dos gestores que existem muitos desafios a serem enfrentados e que são constantes e diários. O primeiro desafio é aumentar a verba nas suas pastas, investir na qualificação e treinamento dos servidores, geração de emprego e renda, realizar mais parcerias e convênios, fortalecimento dos conselhos municipais e ter um bom relacionamento com o governo estadual, federal, contribuintes, ambientes regulatórios e poder legislativo. Destaca-se nas falas em geral a capacitação e qualificação profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração de um orçamento público as receitas são estimadas (Regime de Caixa) porque os tributos arrecadados, bem como as outras fontes de receitas, podem sofrer variações ano a ano e até mesmo ao longo do próprio exercício, enquanto as despesas são fixadas (Regime de Competência) para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada.

Esta regra, somada ao fato de que a descentralização da administração pública transferiu deveres e obrigações do nível mais alto de governo (Federal) para níveis mais baixos (Estados e Municípios), exige que toda a atenção dos gestores públicos esteja voltada para a capacidade de prever e planejar visando a otimização do aproveitamento dos recursos públicos destinados à municipalidade.

Na perspectiva social, no período analisado, percebe-se uma variação significativa nas alocações dos recursos, porém menor do que a variação da RCL, 285,43% e 342,53% respectivamente. Dentro das dimensões do IMRS que contemplam esta perspectiva, há uma concentração maior de recursos na saúde e educação, tanto pela existência de maior demanda de serviços, quanto por existirem limites mínimos constitucionais para dotação orçamentária em ambas, de 15% e 25% da RCL respectivamente.

Nas outras dimensões as variações foram positivas, porém ainda tímidas: segurança pública variou de 0,11% em 2007 para 0,19% em 2019; vulnerabilidade social variou de 1,28% para 2,71% e cultura, esporte e lazer passou de 2,96% para 3,05%, ou seja, as oscilações nos percentuais de gastos/investimentos ocorrem, mesmo quando não há oscilação da Receita Corrente Líquida – RCL do município. Ainda nesta perspectiva, segundo o gestor entrevistado, os atendimentos à população apresentaram importantes avanços e melhorias, mas não contempla toda a demanda da população.

Na perspectiva ambiental, na dimensão do IMRS meio ambiente, saneamento e habitação, a variação de alocação de recursos decresceu de 4,37% da RCL em 2007

para 2,11% da RCL em 2019. Esta intercorrência aponta queda de prioridade nas alocações de recursos nos programas ambientais. Segundo o gestor entrevistado, coleta seletiva de lixo e outras ações ambientais são necessárias, bem como desvinculação da pasta do meio ambiente da agricultura. Nesta perspectiva o município prioriza o saneamento básico e habitação. A legislação e a atuação no que se refere ao meio ambiente ficam a cargo dos órgãos Estadual e Federal.

Quanto à perspectiva econômico-financeira, ao contrário das perspectivas anteriores, percebe-se uma variação nas alocações maior do que a variação da RCL, 350,35% e 342,53% respectivamente. A dimensão econômico-financeira, mesmo atualmente não fazendo parte das dimensões do IMRS, constitui um importante contraponto deste estudo. As análises comparativas realizadas permitiram inferir que houve, ao longo do período analisado, deslocamento das alocações dos recursos das outras perspectivas para a econômico-financeira. Considerando que esta dimensão contemplou, as pastas Gabinete/Assessoria, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Administração, Secretaria de Obras e Câmara Municipal, temos que, as obras, infraestrutura e manutenção da máquina pública municipal são importantes, mas quanto mais se direciona recurso para esta perspectiva, menos recursos são alocados nas outras.

O Esforço Fiscal do município para alavancar sua receita própria resultou numa variação positiva, passando de 2,76% da RCL em 2007 para 4,70% da RCL em 2019. Tal evolução se apresenta com muita significância, mas ainda evidencia total dependência do município das transferências constitucionais. A transferência de recursos do governo central para o governo local é fundamental para suprir a lacuna entre a capacidade arrecadatória do município e a necessidade de prover serviços públicos à população.

Sintetizando as entrevistas realizadas com os gestores em cada área de atuação que contempla as dimensões do IMRS, os principais fatores que poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade no município de Porto Firme são: aumento de recursos com menos burocracia na sua utilização; capacitação e treinamento visando a motivação aos servidores; geração de emprego e renda; valorização da cultura local;

separação da secretaria da agricultura e do meio ambiente; melhor distribuição das rubricas orçamentárias entre as secretarias.

Além do aumento de recursos disponíveis, na percepção dos gestores, existem várias ações que poderiam ser realizadas para melhorar o nível de desenvolvimento sustentável, tais como: treinamento e capacitação dos servidores municipais; blitzes educativas, patrulhas rurais, instalação do “Olho Vivo” em parceria com os comerciantes, implantação do Proerd; cursos profissionalizantes e de economia doméstica; incentivar eventos culturais, como exposições, gincanas, partidas esportivas; implantação da coleta seletiva do lixo e da usina de reciclagem, concomitantemente com ações educativas ligadas ao meio ambiente e ao contribuinte, visando aumento da arrecadação, dentre outras.

Para haver sustentabilidade é necessário que as despesas e receitas do município possuam uma relação constante de equilíbrio, caracterizando um equilíbrio orçamentário e uma sustentabilidade fiscal na busca de seu desenvolvimento. O município evidencia um equilíbrio fiscal, uma vez que entre seus pontos fortes (Quadro 09) estão o equilíbrio de suas contas e o baixo nível de endividamento.

Contudo, com base nas análises e descrições realizadas por este estudo, de acordo com a metodologia utilizada, segundo o conceito econômico *Triple Bottom Line*, Porto Firme – MG não possui todas as configurações de um município sustentável. No entanto, com foco no aumento de suas receitas próprias, na qualidade do gasto público, no aperfeiçoamento de suas alocações de recursos e mantendo seu equilíbrio fiscal, inicia-se o processo de construção de seus alicerces para o desenvolvimento sustentável.

Os resultados deste estudo apontam, ainda, para a necessidade de melhoria no planejamento das dotações orçamentárias, no sentido de buscar uma alocação de recursos mais equitativa nas rubricas e perspectivas que compõem o Tripé da Sustentabilidade, visando atacar os pontos fracos demonstrados.

Quanto ao IMRS, demonstrou ser um índice eficiente e alinhado aos objetivos desta pesquisa. Sua base e seus indicadores constituem um instrumento de gestão e

medição que auxilia gestores na tomada de decisão, com finalidade de aperfeiçoar melhor alocação de recursos públicos. Trata-se de um índice de resultados, ou seja, cada dimensão procura captar a situação da população frente aos serviços correspondentes. É dinâmico, buscando melhorar cada vez mais suas dimensões para bem conceituar aquilo que busca mensurar.

Quanto à relevância, este estudo procurou contribuir com a administração pública municipal, analisando e descrevendo a configuração da sustentabilidade do município de Porto Firme na trilogia social, ambiental e econômico-financeira. Tem como destinatário final o bem-estar social, uma vez que a sociedade, sendo simultaneamente contribuinte e beneficiária, ela assume esse duplo papel de financiar e ao mesmo tempo receber os benefícios da Administração Pública.

O estudo, pioneiro no município, possui suas limitações. A abordagem da pesquisa foi relacionada ao IMRS. Os demais indicadores foram usados somente como comparativos entre cidades limítrofes. Porém, estudos podem ser desenvolvidos no sentido de trabalhar o IMRS conjuntamente com o IEGM, IDHM, dentre outros indicadores, elaborando uma escala que possa pontuar e classificar os municípios em níveis de sustentabilidade na mesma trilogia. Estudos também podem se desenvolver para medir o nível de percepção da população com relação às alocações de recursos nas dimensões dos indicadores e nas perspectivas de sustentabilidade, sempre trazendo contribuições para a sociedade e para os estudiosos da Administração Pública.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, M. Custos no serviço público. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n. 1, p. 37-63, 2014.
- ALBUQUERQUE, A. C. M.; KARRUZ, A. P. Transferências voluntárias para ações em segurança pública: o caso do governo mineiro, seus municípios e entidades. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 108-132, fev./mar. 2018.
- ALVES, E. J.; GONÇALVES, C. A. Análise Comparativa Qualitativa como Método de Pesquisa em Administração: uma Revisão Sistemática de Literatura. **Métodos e Pesquisa em Administração**, v. 2, n. 2, p. 4-18, 2017.
- ANJOS, D. A.; VIEIRA, M. A.; ALMEIDA, F. M. Análise dos fatores determinantes da segurança pública nos municípios de MG. **REBESP**, v. 10, n. 2, p. 14-28, 2017.
- ANJOS, D. A.; VIEIRA, M. A.; ALMEIDA, F. M.; FERREIRA, M. A. M. Influência das armas de fogo na incidência dos homicídios em Minas Gerais. **REBESP**, v. 12, n. 1, p. 59-75, 2019.
- ARRETCHE, M. T. S. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012. 232 p.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p.17-26, 2004.
- ASSIS, L. N. **A implantação do Projeto Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde em Municípios de Minas Gerais**: análise da sua contribuição para o processo de integralidade da atenção. 2017. 125f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (ATLAS-BR). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2019. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2020.
- ÁZARA, L. N.; PESSANHA, G. R. G.; BARBOSA NETO, J. E. Eficiência dos municípios com relação aos gastos públicos em educação e cultura na microrregião de Varginha – MG. **Revista Capital Científico**, v. 15, n. 4, out./dez. 2017.
- BAIÃO, A.; CUNHA, A.; SOUZA, F. Papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. **Revista Do Serviço Público**, v. 68, n. 3, p. 583-610, 2017.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BENÍCIO, A. P.; RODOPOULOS, F. M. A.; BARDELLA, F. P. Um retrato do gasto público no Brasil: por que se buscar a eficiência. In: BOUERI, R.; ROCHA, F.;

RODOPOULOS, F. (Org.). **Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência**. Brasília: Tesouro Nacional, 2015. p. 19-51.

BERNARDI, J. **A organização municipal e a política urbana**. Curitiba: Intersaberes: 2012.

BERNARDO, J. S.; ALMEIDA, F. M.; COELHO, M. A.; REIS, A. O. A Influência dos Recursos Aplicados na Educação dos Níveis Fundamental e Médio nos Municípios da Zona da Mata, Mesorregião Mineira. **Anais...** VI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade – AdCont 2015, Rio de Janeiro, RJ.

BRAGA, T. M. Índices de Sustentabilidade Municipal: o desafio de mensurar. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.14, n.3, p.11-13, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/>. Acesso em: 25 set., 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Política Nacional de resíduos Sólidos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 02 out. 2020.

BROLLO, F.; NANNICINI, T.; PEROTTI, R.; TABELLINI, G. The political resource Curse. **American Economic Review**, v. 103, n. 5, p. 1759-96, 2013.

CAMAGNI, R.; CAPELLO, R.; NIJKAMP, P. Towards sustainable city policy: an economy-environment technology nexus. **Ecological Economics**, v. 24, p. 103–118, 1998.

CARDOSO, A. A. B.; REIS, A. O.; CASTRO, E. L.; REIS, V. O. Eficiência na alocação dos recursos públicos na área de saúde: análise dos municípios de Minas Gerais. **Revista Cereus**, v.9, n. 1, p. 18-36, 2017.

CARDOSO, A. L. Indicadores sociais e políticas públicas: algumas notas críticas. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n. 77, jun./ago. 1998.

CARDOSO, D. F.; RIBEIRO, L. C. S. Índice Relativo de Qualidade de Vida para os municípios de Minas Gerais. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.45, p.347-375, 2015.

CARVALHO, A. M. Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais no Brasil. **Economía Sociedad y Territorio**, v. 3, n. 12, jul./dic, 2002.

CATAPAN, A.; BERNARDONI, D. L.; CRUZ, J. A. W. **Planejamento e orçamento na administração pública**. Curitiba: Intersaberes: 2013.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e Comparando os Enforques de Avaliação e de análise de Políticas Públicas**: uma contribuição para a área

Educacional. 2007. 301 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 2004.

CLEMENTE, A. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. São Paulo: Bookman, 2005. 349 p.

COLMAN, D.; NIXSON, F. **Desenvolvimento econômico**: uma perspectiva moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland): FGV, 1991.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Lições Práticas para Atender às Mudanças na Contabilidade Municipal**, Brasília: CNM, 2017.

Disponível em:

<Manualdacontabilidade%20p%C3%BAlica%20Licoes_PraticasContabilidade.pdf.>.

Acesso em: 11 set. 2020.

CONRADO, V. N. **Estudo de caso sobre relações de uma empresa florestal brasileira com a comunidade**: diagnóstico, e proposta de aperfeiçoamento do processo. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, 2015.

CORBARI, E. C. **Grandes municípios brasileiros**: estrutura do endividamento e impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CORBI, R.; PAPAIOANNOU, E.; SURICO, P. **Regional transfers**. NBER Working Papers 20751, National Bureau of Economic Research, Inc., 2014.

CORREIO, J. S. B.; CORREIO, F. M. A. Gastos públicos e potencial da qualidade da educação em Minas Gerais: uma análise de 2006 a 2010. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v.11, n. 3, 2019.

COSTA, A. T. M. LIMA, R. S. Segurança pública. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, C. C. M. Disparidades inter-regionais e características dos municípios de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 20, p. 52-88, 2012.

COSTA, J. F. Reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros. **Anais...** In: XVIII Congresso Brasileiro de Contabilidade. Gramado – RS, 2008.

COSTA, R. A.; ERVILHA, G. T.; VIANA, D. W.; GOMES, A. P. A eficiência dos gastos públicos com difusão cultural como determinante da redução da criminalidade e elevação do nível educacional nos municípios mineiros. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2015, Curitiba, PR. **Anais...** do XIII ENABER, 2015.

COSTA, R. A.; ERVILHA, G. T.; VIANA, D. W.; GOMES, A. P. A eficiência dos gastos culturais em reduzir a criminalidade e elevar a escolaridade em Minas Gerais. **Revista Gestão e Regionalidade**, v. 35, n. 104, p. 26-45, 2019.

CRUZ, A. **A queda da imunização no Brasil**. Saúde em foco. Consensus, p. 20 – 29, quarto trimestre 2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/revistaconsensus_25_a_queda_da_imunizacao.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

CRUZ, E. C. **A Lei Robin Hood e o desenvolvimento dos municípios do Vale do Jequitinhonha**. 2016. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia. 2016.

DALL'OLIO, L. L.S. Indicadores de Efetividade no Contexto das Auditorias dos Tribunais de Contas. **Cadernos**, v. 1, n. 2, p. 70-83, 2018.

DINIZ, L. M.; GONÇALVES, E. M. Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor e sua relação com o desenvolvimento municipal: um estudo nos municípios do Norte Pioneiro do Paraná. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Custos – Vitória, ES, Brasil**, 12 a 14 de nov. 2018.

DONABEDIAN, A. **Seminar on quality assessment and assurance**. PROAHSA, São Paulo, 1993, Vol. I e II.

DRAIBE, S. M. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. **Anais...** In: 30 Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2006.

DUARTE, F. **Planejamento urbano**. Curitiba: Ibpex: 2011.

ERVILHA, G. T.; BOHN, L.; DALBERTO, C. R.; GOMES, A. P. Eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios mineiros. **Revista de Economia**, NE, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 9-25, jan./mar., 2015.

ESCÓSSIA, C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**., v. 18, 2009. Disponível em <<http://www.carloescossia.com/2009/09/o-que-e-crescimentoe-desenvolvimento.html>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**. Editora Atlas S.A., São Paulo, 2013.

FERNANDEZ, A. **Las Políticas Púlicas**. In: BADIA, M. C. (Org.) Manual de ciência política. 1. ed. Madrid: Tecnos, 1996. cap. 4.

FENKER, E.; FERREIRA, E. Sustentabilidade: economia e ecologia sustentáveis? In ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35., 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2011.

FERREIRA, G. L. L. **A mineração no Quadrilátero Ferrífero – MG: análise espacial da atividade na região nos anos 2000 e 2010**. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontífice Universidade Católica de Minas gerais, 2015.

FERREIRA, J. F. C. Avaliação da Sustentabilidade: Limites e Possibilidades no Alto Douro Vinhateiro, Portugal. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 4, n. 2 p. 168-193, jul/dez, 2013.

FISHER, F.; FORESTIER, J. **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning** Durham: Duke University Press, 1993.

FLORISSI, E. **Desenvolvimento urbano sustentável: um estudo sobre sistemas de indicadores de sustentabilidade urbana**. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

FONSECA, C. A. G. M. **Índice de sustentabilidade municipal: um instrumento de avaliação da qualidade de vida nos municípios brasileiros**. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2010.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n. 21, junho. 2000.

FRONZA, C. S.; NOGUEIRA, V. M. R. **A avaliação e a análise de políticas públicas: uma distinção necessária**. Argumentum, [s.l.], v. 7, n. 2, p.103-115, 21 dez. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Finanças dos municípios mineiros: diversidade e indicadores**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Econômicos e Sociais/Fundação João Pinheiro, 2019. 120 p. disponível em: <<http://bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=53290&codUsuario=0>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FURTADO, F. O processo de Monitoramento, Avaliação e Controle de Projetos. In ZANCHETTI, Silvio Mendes (Org) **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

GADENNE, L. Tax me, but spend wisely? Sources of public finance and government accountability." **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 9, n. 1, p. 274-314, 2012.

GARCIA, R. C. Despesas correntes da União: visões, omissões e opções. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.; CUNHA, A. S. (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2015, p. 145-180.

GAVIRA., M. O.; MORAES, C. S. B.; DADARIO, A. M. V. **Administração e Gestão Sustentável: Contexto e Ferramentas**. São Carlos – SP: Rima, 2017. v. 1. 128p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, G. M.; MAC DOWELL, M. C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios**: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão n. 706)

GOMES, C. A. B. **Desenvolvimento dos municípios mineiros**: uma análise da Lei Robin Hood. 2018. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

GONZÁLEZ-GARCIA, S.; ROCIO, M.; MOREIRA; M. FEIJOO, G. Embedding environmental, economic and social indicators in the evaluation of the sustainability of the municipalities of Galicia (northwest of Spain). **Journal of Cleaner Production**, v. 234, p. 27-42, 2019.

GRAU, E. R. **A ordem econômica na Constituição de 1988**: 11. Ed. 2003.

GUIMARÃES NETO, L. F. **Sustentabilidade municipal**: análise de desenvolvimento socioeconômico de municípios mineradores do estado de Minas Gerais. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Universitário Unihorizontes, 2018.

GUIMARÃES NETO, L. F.; CUNHA, G. R. Sustentabilidade municipal: análise de desenvolvimento socioeconômico de municípios mineradores do Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.9, n.2, p.90-117, 2018.

HAMMOND, A.; ADRIAANSE, A.; RODENBURG, E.; BRYANT, D.; WOODWARD, R. **Environmental indicators**: a systematic approach to the measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. Washington: WRI, 53 p., 1995.

HELLER, L. Relação entre Saúde e Saneamento na Perspectiva do desenvolvimento. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998.

HEINKE, G. W. The challenge of urban growth and sustainable development for Asian cities in the 21st century. **Environmental Monitoring and Assessment**, v.44, n. 3, p. 155-171, 1997.

- HOLDEN, M. Urban indicators and the integrative ideals of cities. *Cities*. Elsevier, v. 23, n. 3, p. 170-183, 2006.
- HONG, S.; KWEON, I.; LEE, B.; KIM, H. Indicators and assessment system for sustainability of municipalities: A case study of south Korea's assessment of sustainability of cities (ASC)," *Sustainability, MDPI*, v. 11, n. 23, p. 1-21, nov., 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades*. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/porto-firme/panorama>>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- JANN, W.; WEGRICH, K. The theories of the policy cycle. In: FISHER, Frank; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. **Handbook of policy analysis: theory, and methods**. Boca Raton; Londres; Nova York: CRC Press, 2007.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. 4. ed. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- JOAQUIM QUINTÃO DE OLIVEIRA, Cônego, **Historiografia de Porto Firme**, Viçosa, Aprenda Fácil, 2001.
- JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, abr. 2004.
- KERBAUY, M.T. M. **Organização Partidária e Elites Partidárias Municipais**. BRASA XII (Brazilian Studies Association). Sessão: Política Local no Brasil, Padrões de Votação, Elites Políticas e Organização Partidária. 20 a 23 de ago. King' College Londres, 2014.
- KERK, G.; MANUEL, A. R. A comprehensive index for a sustainable society: The SSI – the Sustainable Society Index. **Ecological Economics**, v. 66, p. 228-242, 2008.
- KIRST, E.; LANG, D. J. Perspectives on comprehensive sustainability-orientation in municipalities: structuring existing approaches. **Sustainability**, v. 11, n. 1040, p. 1-21, 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LASSWELL, H. D. **The decision process**: seven categories of functional analysis. University of Maryland, 1956.
- LEAL, L. L. **Gestão de pessoas na saúde pública com foco nas unidades da estratégia saúde da família: análise de eficiência dos municípios de Minas Gerais**. 2017, 91 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2017.

LEROY, R. S. D.; ABRANTES, L. A.; ALMEIDA, F. M.; FERREIRA, M. A. M.; VIEIRA, M. A. Estrutura Arrecadatória e Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Mineiros. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 164-201, 2017.

LOPES, A. F. A. **O programa cidade sustentável, seus indicadores e metas: instrumentos metodológicos para a avaliação da sustentabilidade no município de Prata – MG**. 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

LOURENÇO, R. L.; ANGOTTI, M.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; SAUERBRONN, F. F. Eficiência do gasto público com ensino fundamental: uma análise dos 250 maiores municípios brasileiros. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, v. 28, n. 1, jan/abr. 2017.

LÚCIA DA SILVA, E.; MENEZES, E. M. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**, 4. ed. Florianópolis, UFSC, 2005.

LÜTZKENDORF, T.; BALOUKTSI, M. Assessing a sustainable urban development: typology of indicators and sources of information. **Procedia Environmental Sciences**, v. 38, p. 546–553, 2017.

MAGALHÃES, D. L. **Estudo da relação entre as variáveis sócio-econômicas e demográficas com o padrão da distribuição espaço-temporal dos casos de AIDS por município de Minas Gerais – período entre 2000 e 2010**. 2015. 101 f. Dissertação (mestrado em Infectologia e Medicina tropical) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015.

MAGALHÃES, E. A.; WAKIM, V. R.; GOMES, A. P. Eficiência dos municípios mineiros: uma análise relacionada às áreas de meio ambiente, habitação e urbanismo. **RMC – Revista Mineira de Contabilidade**, Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, art. 7, p. 83-96, 2019.

MALHEIROS, T.F.; PHILIPPI JR, A.; COUTINHO, S.M.V. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo. v.17, n.1, p.7-20, 2008.

MALTA, Deborah Carvalho; MORAIS NETO, Otaliba Libânio de; SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da. Apresentação do plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil, 2011 a 2022. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 20, n. 4, p. 425-438, dez. 2011.

MARTINS, A. M. **Análise quantitativo-qualitativa dos gastos públicos com cultura no município de Taquaritinga (SP), entre 2005 e 2016**. 2018, 112f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista, 2018.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. [S.l.], Atlas. 1. Ed., 2007.

MATTA, I. B.; FERREIRA, M. A. M.; COTTA, R. M. M.; BATISTA, R. S. Gestão da

saúde pública: análise sobre os fatores condicionantes do desenvolvimento humano. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde – RGSS**, v.5, n. 1, p. 15-28, 2016.

MENDES E. V. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família**. Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

MENY, I.; THOENIG, J. C. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.

MIGATTA, C. S.; MORAES, C. S. B. O Uso de indicadores para avaliação do desempenho ambiental municipal visando à sustentabilidade. In: 27 Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2013, Goiânia/ GO. **Anais...** do 27 Congresso Brasileiro de Eng. Sanitária e Ambiental. São Paulo/ SP.: ABES, 2013.

MONTEIRO, J. Gasto público em educação e desempenho escolar. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 4, oct/dec.,2015.

MORAIS, R. C. **Eficiência do gasto público em educação fundamental nas prefeituras mineiras**: Uma abordagem via análise envoltória de dados. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009.

NASCIMENTO, L. M.; COSTA, I. S.; OLHER, B. S. Gastos públicos com educação: a análise da eficiência dos municípios da Zona da Mata mineira. **Revista de Ciências da Educação**, UNISAL, Americana, SP, ano XVII n. 32, p. 119-143, jan./jun. 2015.

NERY, M. B.; SOUZA, A. A. L; PERES, M. F. T.; CARDIA, N.; ADORNO, S. Homicídios dolosos na cidade de São Paulo: Fatores associados à queda entre 2000 e 2010. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v. 8, n. 2, p. 32-47, 2014.

NEUHAUS, L. **Indicadores de desenvolvimento para o meio rural**: uma proposta para o sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável dos municípios de Santa Catarina (SIDEMS da FECAM). Dissertação de Mestrado Profissional em Administração, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó. 2016.

NUNES, M.A.; GARCIA, R. A.; FERREIRA, R. N. Mensuração do grau de sustentabilidade dos municípios brasileiros: a condição dos municípios recém-criados frente aos municípios progenitores. 2018. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), **Anais...**, 2018.

NUNES, M. A.; OLIVEIRA, G. L. N. Municípios recém-criados no Vale do Jequitinhonha e promoção da cidadania: uma análise comparativa dos indicadores de bem-estar social. **Revista Espinhaço**, v. 4, n. 1, p. 14-24, 2015.

OLHER, B. S. **Família e Educação**: Um Estudo do desenvolvimento local da zona da mata mineira. 2018. 247f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, 2018.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, I. C. E. **Estatuto da Cidade**: para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, L. L. S. **Idese e indicadores sociais: origens e evolução**. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Textos para Discussão, n.116, 2013. Disponível em < <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/20140730idese.pdf>> Acesso em 09 jan. 2020.

PAIVA, L. H. A qualidade do gasto público e a avaliação das políticas sociais: o orçamento do Ministério do Trabalho no período 2000-2006. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 57, n. 3, p. 339-362, jul./set. 2006.

PAULA, P. F.; GOMES, M. C. V; SOARES, M. B.; ROCHA, W. TRIVELATO, P. V.; FARIA, E. R. Fatores determinantes para a qualidade da educação nos municípios mineiros. **Anais... XXII Congresso Brasileiro de Custos** – Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2015.

PEREIRA, J. M. **Curso de administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA SILVA, A. A. *et al.* Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v.15, n. 1, p. 96-114, 2012

PRESTES, C.; COSTA, M. C. N.; LIMA, R. C.; BARRETO, F. R.; TEIXEIRA, M; G. Tendência da mortalidade por causas mal definidas no estado do Tocantins e na sua capital Palmas, 1998-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 27, n. 3, e2017471, out. 2018.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS – PMMG – **Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd)**. 2020. Disponível em: < <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/proerd/conteudo.action?conteudo=1561&tipoConteudo=itemMenu>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 1-5, jul/dec. 1999.

RESENDE, A. A. M. **Eficiência do gasto público com educação**: um estudo sobre os municípios da microrregião de Juiz de Fora. 2019. 100f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alfenas, 2019.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

RIBEIRO, L. M. L.; BASTOS, L. M. O que determina a ocorrência e/ou o registro de um crime em Minas Gerais? **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 61-74, jan./jun. 2016.

RODRIGUES, A. C.; MOREIRA, M. A.; COLARES, A. C. V. Avaliação da eficiência da aplicação dos royalties da mineração no desenvolvimento social dos municípios mineiros. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 2, p. 173-189, abr. 2016.

ROSA, F.S.; LUNKES, R.J.; SAVIATTO, K. Effect of using public resources and training for the sustainable development of Brazilian municipalities. **Environ Monit Assess**, 191:623, 2019.

ROSADO, P. L.; ROSSATO, M. V; LIMA, J. E. Análise do desenvolvimento socioeconômico das microrregiões de Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.40, n.2, p.297-310, abr/jun. 2009.

ROZA, D. L.; PINA, M. F. R. P.; OLIVEIRA, C. M. T.; MARTINEZ, E. Z. Associação entre gravidez adolescente e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social no Estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-48, abr./jun. 2018.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. In: Maria das Graças Rua. 2. ed. reimp. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração. UFSC. 2014.

SÁ-SILVA, J. R. *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Ribeirão Preto, ano 1, n. 1, jul. 2009.

SANTANA, M. S. **Endividamento público em municípios de Minas Gerais: uma análise de dados em painel**. 2017. 49 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa. 2017.

SANTOS, A. C.; GOMES, A. P.; ERVILHA, G. T. Eficiência e desigualdade em educação no estado de Minas Gerais: uma análise da primeira etapa do PMDI. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, PPP, n. 45, jul./dez. 2015.

SANTOS, C. M. et al. Identificação de disparidades regionais nos serviços de saúde em Minas Gerais. **Anais...** In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 8., 2008, Diamantina. Sessão Temática: Demografia e políticas públicas. Diamantina: CEDEPLAR, 2008.

SANTOS, V. J. C. F. **Desenvolvimento humano local: uma análise multivariada para os pequenos municípios em Minas Gerais**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, H. B. **Expansão do programa de concessões de rodovias e as receitas inesperadas: efeitos sobre a qualidade do gasto público**. 2019. 43 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, 2019.

SANTOS, V. J. C. F.; FERREIRA, F. P. M. Desenvolvimento humano local: uma análise multivariada para os pequenos municípios em Minas Gerais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 22, n. 71, P. 37-56, jan./abr. 2017.

SARUBBI, M. P. MORAES, C. S. B. Avaliação comparativa de metodologias de indicadores para a sustentabilidade urbana. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 8, n. 18, p. 211-231, 2018.

SCOTTA, K. C. P. **Análise da política pública municipal de fomento ao cooperativismo no município de Gurupi-TO na perspectiva da gestão social**. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SGARBI, L. A. **Análise da relação espacial entre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros e a compensação financeira do ICMS ecológico**. 2016. 70 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP) – Universidade Federal de Viçosa, 2016.

SGARBI, L. A.; GONÇALVES, R. M. L.; ABRANTES, L. A.; BRUNOZI JÚNIOR, A. C. Análise espacial do ICMS ecológico e suas relações com o desenvolvimento dos municípios mineiros. **REUNA**, Belo Horizonte – MG, Brasil, v. 23, n. 4, p.15-41, out./dez., 2018.

SIQUEIRA, E. B.; NUNES, R. S. V.; JACOB, G. J. Diagnóstico dos homicídios em Viçosa – MG. In: 29º ENANGRAD – Encontro Nacional de Cursos de Graduação em Administração, 2018, São Paulo. **Anais... 29º ENANGRAD – Encontro Nacional de Cursos de Graduação em Administração realizado na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP**, 2018.

SIQUEIRA, I. M.; REIS, A. O.; FRAGA, M. S.; FERREIRA, E. P.; AMARAL, N. L. Eficiência na alocação de recursos em saneamento básico: correlações com saúde, educação, renda e urbanização nos municípios mineiros. **CONTABILOMETRIA – Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 5, n. 1, p. 1-16, jan/jun., 2018.

SIQUEIRA, L. F. **O desafio da universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em Minas Gerais: considerações a partir da política estadual de saneamento (2004 – 2014)**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho – Fundação João Pinheiro, 2016.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p.65-86.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006. p. 20-45.

SOUZA, N. **Um olhar geográfico sobre a cidade**. Caminhos da Geografia, Uberlândia, v. 9, n.º 27, p. 164-174, set/2008.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA et al. Desenvolvimento de indicadores síntese para o desempenho ambiental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo. v.18, n.3, p.500-514, 2009.

STONE, D. A. **Policy, Paradox and Political Reason**. Glenview: Scott Foresman. 1988.

TEMPONI, A. O. D. **Análise epidemiológica dos casos humanos de Leishmaniose Tegumentar Americana, Minas Gerais, 2007 a 2013**. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. 2015.

TEMPONI, A. O. D.; BRITO, M. G.; FERRAZ, M. L.; DINIZ, S. A.; CUNHA, T. N.; SILVA, M. X. Ocorrência de casos de leishmaniose tegumentar americana: uma análise multivariada dos circuitos espaciais de produção, Minas Gerais, Brasil, 2007 a 2011. **Caderno Saúde Pública**, v. 32, n. 2, p. 1-15, 2018.

TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. **Estatística básica**. 2.ed. São Paulo: Atlas 1983

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TCE-MG). **Fiscalizando com o TCE**. Minas transparente. 2019. Disponível em: <https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio>. Acesso em: 01 out. 2020.

TRISTÃO, A. M. A **Administração tributária dos municípios brasileiros**: uma avaliação do desempenho da arrecadação. Tese apresentada ao curso de pós-graduação da FGV/EAESP, São Paulo, 172p., 2003.

UNITED NATIONS. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, Brasil: United Nations Conference on Environment & Development, 1992. 338 p. Disponível em: http://www.sidsnet.org/docshare/other/Agenda21_UNCED.pdf . Acesso em: 12 jan. 2020.

VALENTIN, A.; SPANGENBERG, J.H. A guide to community sustainability indicators. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 20, n. 3, p. 381-392, June, 2000.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 96 p.

VINHA, V. G. **A convenção do desenvolvimento sustentável e as empresas eco-comprometidas**. 2003. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)	195
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	196
APÊNDICE C – ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS – 2007 A 2019	198

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

Eu, _____,
nacionalidade _____, idade _____, estado civil _____,
_____, profissão, _____, endereço _____,
_____, bairro _____,
_____, RG _____, estou sendo convidado(a) a participar de um estudo denominado. **SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL: uma análise da alocação dos recursos públicos do município de Porto Firme – MG, nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)**. Sendo que a minha participação no referido estudo será no sentido de ser entrevistado (a) pelo acadêmico Júlio César Paes Silva, mestrando, fornecendo dados referentes ao dia a dia de trabalho e rotinas profissionais.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado (a) de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, caso em que não sofrerei qualquer prejuízo acadêmico ou profissional. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que é ser entrevistada fora do meu local de trabalho.

Assim, tendo sido orientado quanto ao teor de tudo que foi aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Porto Firme, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERSPECTIVA SOCIAL	Perguntas
Saúde Entrevistado:	<p>1 – Quais fatores poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade da saúde em PF?</p> <p>2 – As receitas próprias do município aumentaram nos últimos 10 anos (Graf 37) e este fato refletiu na qualidade da saúde no município? Por que?</p> <p>3 – Além do aumento de recursos disponíveis, o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento na saúde?</p> <p>4 – Quais os principais desafios para obter melhores índices de desenvolvimento na saúde?</p> <p>5 – Por que às vezes o investimento maior na saúde não refletiria nos índices socioeconômicos?</p> <p>6 – Comparando o IMRS de Porto Firme, o quadro mostra que Porto Firme tem menor média comparado com os outros municípios limítrofes. O que você atribui esta avaliação do IMRS?</p>
Educação Entrevistado:	<p>1 – Quais fatores poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade da educação em PF?</p> <p>2 – As receitas próprias do município aumentaram nos últimos 10 anos (Graf 37) e este fato refletiu na qualidade da educação no município? Por que?</p> <p>3 – Além do aumento de recursos disponíveis, o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento na educação?</p> <p>4 – Quais os principais desafios para obter melhores índices de desenvolvimento na educação?</p> <p>5 – Por que às vezes o investimento maior na educação não refletiria nos índices socioeconômicos?</p> <p>6 – Comparando o IMRS de Porto Firme, o quadro mostra que Porto Firme tem menor média comparado com os outros municípios limítrofes. O que você atribui esta avaliação do IMRS?</p>
Segurança Pública Entrevistado:	<p>1 – Quais fatores poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade da segurança em PF?</p> <p>2 – As receitas próprias do município aumentaram nos últimos 10 anos (Graf 37) e este fato refletiu na qualidade da segurança no município? Por que?</p> <p>3 – Além do aumento de recursos disponíveis, o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento da segurança pública?</p> <p>4 – Quais os principais desafios para obter melhores índices de desenvolvimento na segurança?</p> <p>5 – Por que às vezes o investimento maior na segurança pública não refletiria nos índices socioeconômicos?</p> <p>6 – Comparando o IMRS de Porto Firme, o quadro mostra que Porto Firme tem menor média comparado com os outros municípios limítrofes. O que você atribui esta avaliação do IMRS?</p>
Vulnerabilidade Social Entrevistado:	<p>1 – Quais fatores poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade da igualdade social em PF?</p> <p>2 – As receitas próprias do município aumentaram nos últimos 10 anos (Graf 37) e este fato refletiu na melhora da proteção aos mais vulneráveis no município? Por que?</p> <p>3 – Além do aumento de recursos disponíveis, o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento da igualdade social?</p> <p>4 – Quais os principais desafios para obter melhores índices de desenvolvimento na igualdade social?</p> <p>5 – Por que às vezes o investimento maior na igualdade social não refletiria nos índices socioeconômicos?</p> <p>6 – Comparando o IMRS de Porto Firme, o quadro mostra que Porto Firme tem menor média comparado com os outros municípios limítrofes. O que você atribui esta avaliação do IMRS?</p>
Cultura, Esporte e Lazer	<p>1 – Quais fatores poderiam colaborar para o desenvolvimento cultural em PF?</p>

Entrevistado:	<p>2 – As receitas próprias do município aumentaram nos últimos 10 anos (Graf 37) e este fato refletiu no oferecimento de atividades culturais no município? Por que?</p> <p>3 – Além do aumento de recursos disponíveis, o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento cultural?</p> <p>4 – Quais os principais desafios para obter melhores índices de desenvolvimento cultural?</p> <p>5 – Por que às vezes o investimento maior na cultura não refletiria nos índices socioeconômicos?</p> <p>6 – Comparando o IMRS de Porto Firme, o quadro mostra que Porto Firme tem menor média comparado com os outros municípios limítrofes. O que você atribui esta avaliação do IMRS?</p>
PERSPECTIVA AMBIENTAL	1 – Quais fatores poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade ambiental em PF?
Entrevistado:	<p>2 – As receitas próprias do município aumentaram nos últimos 10 anos (Graf 37) e este fato refletiu na gestão ambiental no município? Por que?</p> <p>3 – Além do aumento de recursos disponíveis, o que poderia ser realizado para melhorar o nível de desenvolvimento ambiental?</p> <p>4 – Quais os principais desafios para obter melhores índices de desenvolvimento ambiental?</p> <p>5 – Por que às vezes o investimento maior no meio ambiente não refletiria nos índices socioeconômicos?</p> <p>6 – Comparando o IMRS de Porto Firme, o quadro mostra que Porto Firme tem menor média comparado com os outros municípios limítrofes. O que você atribui esta avaliação do IMRS?</p>
PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRO	1 – Quais fatores poderiam colaborar para um maior nível de sustentabilidade econômico-financeira em PF?
Entrevistado:	<p>2 – As receitas próprias do município aumentaram nos últimos 10 anos (Graf 37) e este fato concedeu maior sustentabilidade financeira para o município? Por que?</p> <p>3 – Além do aumento de recursos disponíveis, o que poderia ser realizado para uma maior sustentabilidade no futuro?</p> <p>4 – Quais os principais desafios para obter melhores índices de desenvolvimento econômico-financeiro?</p> <p>5 – Por que às vezes a maior disponibilidade de recursos não refletiria nos índices socioeconômicos?</p> <p>6 – Comparando o IMRS de Porto Firme, o quadro mostra que Porto Firme tem menor média comparado com os outros municípios limítrofes. O que você atribui esta avaliação do IMRS?</p>

APÊNDICE C – ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS – 2007 A 2019

(continua)

ALOCAÇÃO DE REC. NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS	2007	AV	2008	AV	AH	2009	AV	AH	2010	AV	AH
1 – RUBRICAS COM PERSPECTIVA SOCIAL:	3.400.948,72	57,83%	4.959.376,74	60,24%	45,82%	6.818.720,21	67,27%	37,49%	6.282.347,83	62,46%	-7,87%
1.1 – DIMENSÃO SAÚDE:	1.820.271,26	30,95%	2.766.450,59	33,60%	51,98%	3.000.530,93	29,60%	8,46%	3.326.214,42	33,07%	10,85%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão saúde	1.820.271,26		2.766.450,59			3.000.530,93			3.326.214,42		
1.2 – DIMENSÃO EDUCAÇÃO:	1.324.524,57	22,52%	1.776.714,84	21,58%	34,14%	3.081.925,41	30,41%	73,46%	2.348.041,41	23,34%	-23,81%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão educação	1.324.524,57		1.776.714,84			3.081.925,41			2.348.041,41		
1.3 – DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA:	6.646,94	0,11%	12.662,70	0,15%	90,50%	15.623,14	0,15%	23,38%	19.776,80	0,20%	26,59%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão segurança pública	6.646,94		12.662,70			15.623,14			19.776,80		
1.4 – DIMENSÃO VULNERABILIDADE SOCIAL:	75.188,93	1,28%	99.057,94	1,20%	31,75%	198.496,73	1,96%	100,38%	203.291,62	2,02%	2,42%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão vulnerabilidade social	75.188,93		99.057,94			198.496,73			203.291,62		
1.5 – DIMENSÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER:	174.317,02	2,96%	304.490,67	3,70%	74,68%	522.144,00	5,15%	71,48%	385.023,58	3,83%	-26,26%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão cultura, esporte e lazer	174.317,02		304.490,67			522.144,00			385.023,58		
2 – RUBRICAS COM PERSPECTIVA AMBIENTAL:	257.023,17	4,37%	343.114,91	4,17%	33,50%	341.845,50	3,37%	-0,37%	453.638,48	4,51%	32,70%
2.1 – DIMENSÃO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE:	257.023,17		343.114,91			341.845,50			453.638,48		
Gastos/invest. nas diversas rubricas da dimensão saneamento básico e meio ambiente	257.023,17		343.114,91			341.845,50			453.638,48		
3 – RUBRICAS COM PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA:	2.223.438,90	37,80%	2.930.365,87	35,59%	31,79%	2.975.410,80	29,35%	1,54%	3.322.924,26	33,03%	11,68%
3.1 – DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	2.223.438,90		2.930.365,87			2.975.410,80			3.322.924,26		
Gastos/investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras	2.223.438,90		2.930.365,87			2.975.410,80			3.322.924,26		
TOTAL DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS	5.881.410,79	100,00%	8.232.857,52	100,00%	39,98%	10.135.976,51	100,00%	23,12%	10.058.910,57	100,00%	-0,76%
4 – DADOS DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E SUBSÍDIOS:											
4.1 – Receita Bruta – RB	6.631.791,96	100,00%	9.404.598,96	100,00%	41,81%	11.528.672,11	100,00%	22,59%	11.557.358,82	100,00%	0,25%
4.2 – Receita Corrente Líquida – RCL	5.881.410,79	88,69%	8.232.857,52	87,54%	39,98%	10.135.976,51	87,92%	23,12%	10.058.910,57	87,03%	-0,76%
4.3 – Receita Própria – RP	157.472,70	2,68%	227.252,48	2,76%	44,31%	270.450,84	2,67%	19,01%	359.049,28	3,57%	32,76%
4.4 – Repasse para a Câmara Municipal	262.366,28	4,46%	314.865,58	3,82%	20,01%	347.638,97	3,43%	10,41%	387.184,95	3,85%	11,38%
4.5 – Subsídios concedidos a entidades do terceiro setor	237.355,53	4,04%	331.888,00	4,03%	39,83%	359.779,89	3,55%	8,40%	444.561,06	4,42%	23,56%
5 – OUTROS DADOS DA SAÚDE:											
Número de consultas realizadas	9.936,00		10.044,00		1,09%	10.206,00		1,61%	10.368,00		1,59%
Número de exames realizados	6.182,00		6.249,00		1,08%	7.031,00		12,51%	7.143,00		1,59%
Números de procedimentos eletivos/emergenciais realizados	1.060,00		1.071,00		1,04%	1.089,00		1,68%	1.106,00		1,56%
6 – OUTROS DADOS DA EDUCAÇÃO:											
Número de alunos matriculados na rede municipal	449,00		415,00		-7,57%	407,00		-1,93%	373,00		-8,35%
7 – OUTROS DADOS DA SEGURANÇA PÚBLICA											
Número de eventos de defesa social registrados	-		-			-			-		
Número de assassinatos	-		-			-			-		
8 – OUTROS DADOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL:											
Número de bolsas famílias concedidas	-		-			-			-		
Número de pessoas atendidas pelo CRAS	-		-			-			-		
9 – INDICES											
9.1 – IMRS – DO MUNICÍPIO	0,558		0,558			0,564			0,564		1,08%
9.2 – IMRS – MÉDIA GERAL DO ESTADO	0,610		0,610			0,575			0,575		-5,74%
9.3 – IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DE GESTÃO MUNICIPAL	-		-			-			-		
9.4 – IEGM – MÉDIA ESTADUAL	-		-			-			-		
9.5 – IDHM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	0,482		0,482			0,482			0,634		31,54%
9.6 – IDHM – MÉDIA MINAS GERAIS	0,624		0,624			0,624			0,731		17,15%
9.7 – IDHM – MÉDIA BRASIL	0,612		0,612			0,612			0,727		18,79%

APÊNDICE C – ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS – 2007 A 2019

(continuação)

ALOCAÇÃO DE REC. NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS	2011	AV	AH	2012	AV	AH	2013	AV	AH	2014	AV	AH
1 – RUBRICAS COM PERSPECTIVA SOCIAL:	7.300.659,29	54,60%	16,21%	8.048.087,17	61,47%	10,24%	9.509.073,26	68,65%	18,15%	7.789.664,94	57,56%	-18,08%
1.1 – DIMENSÃO SAÚDE:	3.398.076,38	25,41%	2,16%	4.407.304,29	33,66%	29,70%	5.303.945,90	38,29%	20,34%	3.624.153,22	26,78%	-31,67%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão saúde	3.398.076,38			4.407.304,29			5.303.945,90			3.624.153,22		
1.2 – DIMENSÃO EDUCAÇÃO:	3.177.933,84	23,77%	35,34%	2.838.330,94	21,68%	-10,69%	3.210.656,96	23,18%	13,12%	3.197.969,44	23,63%	-0,40%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão educação	3.177.933,84			2.838.330,94			3.210.656,96			3.197.969,44		
1.3 – DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA:	19.805,30	0,15%	0,14%	18.784,32	0,14%	-5,16%	21.620,91	0,16%	15,10%	19.404,70	0,14%	-10,25%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão segurança pública	19.805,30			18.784,32			21.620,91			19.404,70		
1.4 – DIMENSÃO VULNERABILIDADE SOCIAL:	291.197,15	2,18%	43,24%	174.219,33	1,33%	-40,17%	376.689,66	2,72%	116,22%	317.524,87	2,35%	-15,71%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão vulnerabilidade social	291.197,15			174.219,33			376.689,66			317.524,87		
1.5 – DIMENSÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER:	413.646,62	3,09%	7,43%	609.448,29	4,65%	47,34%	596.159,83	4,30%	-2,18%	630.612,71	4,66%	5,78%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão cultura, esporte e lazer	413.646,62			609.448,29			596.159,83			630.612,71		
2 – RUBRICAS COM PERSPECTIVA AMBIENTAL:	1.094.243,84	8,18%	141,21%	888.419,05	6,79%	-18,81%	548.147,51	3,96%	-38,30%	411.837,69	3,04%	-24,87%
2.1 – DIMENSÃO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE:	1.094.243,84			888.419,05			548.147,51			411.837,69		
Gastos/invest. nas diversas rubricas da dimensão saneamento básico e meio ambiente	1.094.243,84			888.419,05			548.147,51			411.837,69		
3 – RUBRICAS COM PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA:	4.975.688,00	37,21%	49,74%	4.157.174,78	31,75%	-16,45%	3.793.789,76	27,39%	-8,74%	5.331.893,67	39,40%	40,54%
3.1 – DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	4.975.688,00			4.157.174,78			3.793.789,76			5.331.893,67		
Gastos/investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras	4.975.688,00			4.157.174,78			3.793.789,76			5.331.893,67		
TOTAL DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS	13.370.591,13	100,00%	32,92%	13.093.681,00	100,00%	-2,07%	13.851.010,53	100,00%	5,78%	13.533.396,30	100,00%	-2,29%
4 – DADOS DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E SUBSÍDIOS:												
4.1 – Receita Bruta – RB	15.197.808,48	100,00%	31,50%	14.868.440,00	100,00%	-2,17%	14.840.497,38	100,00%	-0,19%	15.576.516,30	100,00%	4,96%
4.2 – Receita Corrente Líquida – RCL	13.370.591,13	87,98%	32,92%	13.093.681,00	88,06%	-2,07%	13.851.010,53	93,33%	5,78%	13.533.396,30	86,88%	-2,29%
4.3 – Receita Própria – RP	498.499,40	3,73%	38,84%	415.200,34	3,17%	-16,71%	371.642,47	2,68%	-10,49%	872.222,01	6,44%	134,69%
4.4 – Repasse para a Câmara Municipal	364.219,38	2,72%	-5,93%	406.370,81	3,10%	11,57%	628.212,81	4,54%	54,59%	649.242,52	4,80%	3,35%
4.5 – Subsídios concedidos a entidades do terceiro setor	495.538,54	3,71%	11,47%	467.731,04	3,57%	-5,61%	1.173.153,29	8,47%	150,82%	1.252.731,50	9,26%	6,78%
5 – OUTROS DADOS DA SAÚDE:												
Número de consultas realizadas	10.800,00		4,17%	11.556,00		7,00%	14.965,00		29,50%	16.472,00		10,07%
Número de exames realizados	7.440,00		4,16%	7.960,00		6,99%	4.165,00		-47,68%	4.850,00		16,45%
Números de procedimentos eletivos/emergenciais realizados	1.152,00		4,16%	1.232,00		6,94%	1.532,00		24,35%	1.540,00		0,52%
6 – OUTROS DADOS DA EDUCAÇÃO:												
Número de alunos matriculados na rede municipal	320,00		-14,21%	297,00		-7,19%	299,00		0,67%	357,00		19,40%
7 – OUTROS DADOS DA SEGURANÇA PÚBLICA												
Número de eventos de defesa social registrados	-			-			1.643,00			1.396,00		-15,03%
Número de assassinatos	-			-			-			-		
8 – OUTROS DADOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL:												
Número de bolsas famílias concedidas	-			-			1.312,00			1.361,00		3,73%
Número de pessoas atendidas pelo CRAS	-			-			348,00			372,00		6,90%
9 – INDICES												
9.1 – IMRS – DO MUNICÍPIO	0,541			0,541		-4,08%	0,481			0,481		-11%
9.2 – IMRS – MÉDIA GERAL DO ESTADO	0,595			0,595		3,48%	0,570			0,570		-4%
9.3 – IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DE GESTÃO MUNICIPAL	-			-			-			C+		
9.4 – IEGM – MÉDIA ESTADUAL	-			-			-			B		
9.5 – IDHM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	0,634			0,634			0,634			0,634		
9.6 – IDHM – MÉDIA MINAS GERAIS	0,731			0,731			0,731			0,731		
9.7 – IDHM – MÉDIA BRASIL	0,727			0,727			0,727			0,727		

APÊNDICE C – ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS – 2007 A 2019

(conclusão)

ALOCAÇÃO DE REC. NAS DIMENSÕES DO IMRS E DADOS RELACIONADOS	2015	AV	AH	2016	AV	AH	2017	AV	AH	2018	AV	AH	2019	AV	AH
1 – RUBRICAS COM PERSPECTIVA SOCIAL:	7.969.837,14	56,53%	2,31%	7.797.341,15	47,61%	-2,16%	9.049.065,88	57,59%	16,05%	9.189.042,53	51,61%	1,55%	9.707.391,40	48,19%	5,64%
1.1 – DIMENSÃO SAÚDE:	3.635.134,18	25,78%	0,30%	3.101.870,13	18,94%	-14,67%	3.684.508,91	23,45%	18,78%	3.764.325,93	21,14%	2,17%	4.078.190,47	20,24%	8,34%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão saúde	3.635.134,18			3.101.870,13			3.684.508,91			3.764.325,93			4.078.190,47		
1.2 – DIMENSÃO EDUCAÇÃO:	3.203.036,09	22,72%	0,16%	4.023.721,01	24,57%	25,62%	3.853.206,90	24,52%	-4,24%	4.115.236,95	23,11%	6,80%	4.429.662,98	21,99%	7,64%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão educação	3.203.036,09			4.023.721,01			3.853.206,90			4.115.236,95			4.429.662,98		
1.3 – DIMENSÃO SEGURANÇA PÚBLICA:	20.306,05	0,14%	4,65%	21.313,11	0,13%	4,96%	22.886,42	0,15%	7,38%	32.460,00	0,18%	41,83%	39.170,33	0,19%	20,67%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão segurança pública	20.306,05			21.313,11			22.886,42			32.460,00			39.170,33		
1.4 – DIMENSÃO VULNERABILIDADE SOCIAL:	506.170,86	3,59%	59,41%	241.576,84	1,48%	-52,27%	505.572,88	3,22%	109,28%	557.363,50	3,13%	10,24%	545.080,54	2,71%	-2,20%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão vulnerabilidade social	506.170,86			241.576,84			505.572,88			557.363,50			545.080,54		
1.5 – DIMENSÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER:	605.189,96	4,29%	-4,03%	408.860,06	2,50%	-32,44%	982.890,77	6,26%	140,40%	719.656,15	4,04%	-26,78%	615.287,08	3,05%	-14,50%
Gastos/investimentos nas diversas rubricas da dimensão cultura, esporte e lazer	605.189,96			408.860,06			982.890,77			719.656,15			615.287,08		
2 – RUBRICAS COM PERSPECTIVA AMBIENTAL:	457.635,39	3,25%	11,12%	354.174,95	2,16%	-22,61%	417.886,08	2,66%	17,99%	787.857,19	4,43%	88,53%	424.860,09	2,11%	-46,07%
2.1 – DIMENSÃO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE:	457.635,39			354.174,95			417.886,08			787.857,19			424.860,09		
Gastos/invest. nas diversas rubricas da dimensão saneamento básico e meio ambiente	457.635,39			354.174,95			417.886,08			787.857,19			424.860,09		
3 – RUBRICAS COM PERSPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA:	5.670.992,25	40,22%	6,36%	8.225.505,73	50,23%	45,05%	6.246.685,27	39,75%	-24,06%	7.827.210,97	43,96%	25,30%	10.013.201,32	49,70%	27,93%
3.1 – DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	5.670.992,25			8.225.505,73			6.246.685,27			7.827.210,97			10.013.201,32		
Gastos/investimentos nas diversas rubricas econômico-financeiras	5.670.992,25			8.225.505,73			6.246.685,27			7.827.210,97			10.013.201,32		
TOTAL DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS	14.098.464,78	100,00%	4,18%	16.377.021,83	100,00%	16,16%	15.713.637,23	100,00%	-4,05%	17.804.110,69	100,00%	13,30%	20.145.452,81	100,00%	13,15%
4 – DADOS DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E SUBSÍDIOS:															
4.1 – Receita Bruta – RB	15.936.417,57	100,00%	2,31%	18.948.975,08	100,00%	18,90%	18.269.394,11	100,00%	-3,59%	19.911.443,82	100,00%	8,99%	23.703.534,82	100,00%	19,04%
4.2 – Receita Corrente Líquida – RCL	14.098.464,78	88,47%	4,18%	16.377.021,83	86,43%	16,16%	15.713.637,23	86,01%	-4,05%	17.804.110,69	89,42%	13,30%	20.145.452,81	84,99%	13,15%
4.3 – Receita Própria – RP	663.977,86	4,71%	-23,88%	684.719,40	4,18%	3,12%	506.918,07	3,23%	-25,97%	620.280,35	3,48%	22,36%	947.771,98	4,70%	52,80%
4.4 – Repasse para a Câmara Municipal	621.354,50	4,41%	-4,30%	693.954,33	4,24%	11,68%	738.956,70	4,70%	6,48%	752.410,99	4,23%	1,82%	914.952,20	4,54%	21,60%
4.5 – Subsídios concedidos a entidades do terceiro setor	1.420.042,00	10,07%	13,36%	1.476.772,00	9,02%	3,99%	1.658.401,00	10,55%	12,30%	1.420.221,00	7,98%	-14,36%	1.425.322,01	7,08%	0,36%
5 – OUTROS DADOS DA SAÚDE:															
Número de consultas realizadas	20.345,00		23,51%	20.905,00		2,75%	20.502,00		-1,93%	16.853,00		-17,80%	18.863,00		11,93%
Número de exames realizados	7.038,00		45,11%	7.066,00		0,40%	7.089,00		0,33%	11.711,00		65,20%	16.161,00		38,00%
Números de procedimentos eletivos/emergenciais realizados	2.493,00		61,88%	2.499,00		0,24%	2.496,00		-0,12%	1.915,00		-23,28%	1.925,00		0,52%
6 – OUTROS DADOS DA EDUCAÇÃO:															
Número de alunos matriculados na rede municipal	357,00		0,00%	348,00		-2,52%	371,00		6,61%	369,00		-0,54%	342,00		-7,32%
7 – OUTROS DADOS DA SEGURANÇA PÚBLICA															
Número de eventos de defesa social registrados	1.717,00		22,99%	2.069,00		20,50%	2.761,00		33,45%	2.838,00		2,79%	4.001,00		40,98%
Número de assassinatos	-			-			-			-			-		
8 – OUTROS DADOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL:															
Número de bolsas famílias concedidas	1.315,00		-3,38%	1.439,00		9,43%	2.168,00		50,66%	2.244,00		3,51%	1.977,00		-11,90%
Número de pessoas atendidas pelo CRAS	751,00		101,88%	780,00		3,86%	843,00		8,08%	1.032,00		22,42%	1.233,00		19,48%
9 – INDICES															
9.1 – IMRS – DO MUNICÍPIO	0,569			0,569			0,569		18%	0,574			0,574		1%
9.2 – IMRS – MÉDIA GERAL DO ESTADO	0,605			0,605			0,605		6%	-			-		
9.3 – IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DE GESTÃO MUNICIPAL	C+			B			B			B			B		
9.4 – IEGM – MÉDIA ESTADUAL	B			B			B			B			B		
9.5 – IDHM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	0,634			0,634			0,634			0,634			0,634		
9.6 – IDHM – MÉDIA MINAS GERAIS	0,731			0,731			0,731			0,731			0,731		
9.7 – IDHM – MÉDIA BRASIL	0,727			0,727			0,727			0,727			0,727		

ANEXOS

ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS RUBRICAS DOS GRANDES GRUPOS.....202

ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS RUBRICAS DOS GRANDES GRUPOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME

5º – Quadro das Dotações Por Órgãos de Governo e Administração

Artigo 2º Parágrafo 1º – Item IV da Lei 4.320/64 – (Detalhamento do Programa de Trabalho) – Exercício: 2020

Órgão: 1 – CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FIRME

Unidade 1 – Corpo Legislativo

Sub-Unidade: 0 – Corpo Legislativo

Código	Especificação
01	LEGISLATIVA
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA
01.031.001	AÇÃO LEGISLATIVA
01.031.001.1.0001	AQUISIÇÃO MÓVEIS E EQUIP. P/ CORPO LEGISLATIVO
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01.031.001.2.0001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO LEGISLATIVO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL
01.031.001.2.0002	MANUT. DESPESAS DE VIAGENS DOS AGENTES POLÍTICOS
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Órgão: 1 – CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FIRME

Unidade 2 – Gabinete e Secretaria

Sub-Unidade: 0 – Gabinete e Secretaria

Código	Especificação
01	LEGISLATIVA
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA
01.031.001	AÇÃO LEGISLATIVA
01.031.001.1.0002	AQUISIÇÃO MOVEIS E EQUIPAMENTOS P/CAMARA MUNICIPAL
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01.031.001.1.0003	AMPLIAÇÃO E REFORMA PRÉDIO CÂMARA MUNICIPAL
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
01.031.001.2.0003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL
3.3.50.41	CONTRIBUIÇÕES
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.34	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO
3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERV. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-PJ
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
01.031.001.2.0004	MANUTENÇÃO DA DIVULGAÇÃO OFICIAL E PUBLICIDADE
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
01.031.001.2.0005	MANUT. DAS HOMENAGENS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME

Unidade 1 – Gabinete

Sub-Unidade: 0 – Gabinete

Código	Especificação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.002.1.0004	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA GABINETE DO PREFEITO
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

04.122.002.2.0006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 2 – Assessoria	
Sub-Unidade: 1 – Assessoria Jurídica	
Código	Especificação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.002.2.0007	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA
3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 3 – Secretaria de Administração	
Sub-Unidade: 0 – Secretaria de Administração	
Código	Especificação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.002.2.0009	CONTRATO RATEIO CIMVALPI
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
04.122.002.2.0010	MANUTENÇÃO DA DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL E OFICIAL
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
04.122.002.2.0011	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SIAT
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
04.122.002.2.0012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERV. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-PJ
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
04.122.002.2.0013	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM O CORREIO
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
04.122.002.2.0014	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
04.122.002.9.0001	PRECATÓRIOS JUDICIAIS
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
04.181	POLICIAMENTO
04.181.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.181.002.2.0015	CUMPRIR CONVÊNIO COM A POLÍCIA CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
04.181.002.2.0016	CUMPRIR O CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 3 – Secretaria de Administração	
Sub-Unidade: 1 – Serviços de Recursos Humanos	
Código	Especificação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.002.9.0002	MANUTENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES AO PASEP
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
09.272.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
09.272.002.2.0017	MANUTENÇÃO C/ PROVENTOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS
3.1.90.01	POSENTADORIAS DO RPPS, RES REMUNERADA E REF MIL
09.272.002.2.0018	MANUT. DAS ATIV. DA PREV. BÁSICA E REG. ESTATUTÁRIO
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 3 – Secretaria de Administração	
Sub-Unidade: 2 – Serviço de Patrimônio	
Código	Especificação

04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.002.1.0005	AQUIS. EQUIP. E MAT. PERM. P/ ADMINISTRAÇÃO GERAL
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24	COMUNICAÇÕES
24.722	TELECOMUNICAÇÕES
24.722.008	INFORMAÇÃO E ENTRETENIMENTO AO ALCANCE DE TODAS
24.722.008.2.0019	MANUTENÇÃO DA TORRE REPETIDORA DE TV
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 4 – Secretaria de Finanças	
Sub-Unidade: 1 – Serviço de Contabilidade	
Código	Especificação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.002.2.0020	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 4 – Secretaria de Finanças	
Sub-Unidade: 2 – Serviço de Tributação	
Código	Especificação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.123.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.123.002.2.0021	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE TESOUREARIA
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
28	ENCARGOS ESPECIAIS
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA
28.843.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
28.843.002.9.0003	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 5 – Secretaria de Educação	
Sub-Unidade: 0 – Serviço de Educação	
Código	Especificação
12	ADMINISTRAÇÃO
12.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
12.122.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
12.122.002.2.0022	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO O.M.E.
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.122.002.9.0004	MANUTENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES AO PASEP – EDUCAÇÃO
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 5 – Secretaria de Educação	
Sub-Unidade: 1 – Serviço de Educação	
Código	Especificação
12	EDUCAÇÃO
12.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
12.272.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
12.272.002.2.0023	PROVENTOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS
3.1.90.01	APOSENTADORIAS DO RPPS, RES REMUNERADA E REF MIL.
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
12.306.003	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – CONQUISTA DE TODOS
12.306.003.2.0024	MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
12.306.003.2.0025	FORNECER MERENDA ESCOLAR PARA O ENS. INFANTIL

3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
12.306.003.2.0026	MERENDA ESCOLAR DO E.J.A.
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.003	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – CONQUISTA DE TODOS
12.361.003.1.0006	AQUIS. DE EQUIP E MAT. PERM. P/ ENSINO FUNDAMENTAL
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.361.003.1.0007	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.361.003.2.0027	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
12.361.003.2.0028	DESENVOLVER AS AÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
12.361.003.2.0029	APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA EDUCAÇÃO
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
12.362	ENSINO MÉDIO
12.362.004	ACESSO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE
12.362.004.2.0030	OFERECER TRANSP. ESCOLAR P/ CURSO DO ENSINO MÉDIO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
12.364	ENSINO SUPERIOR
12.364.004	ACESSO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE
12.364.004.2.0031	OFERECER TRANSPORTE ESCOLAR P/ CURSO DE GRADUAÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.003	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – CONQUISTA DE TODOS
12.365.003.2.0032	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERV. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-PJ
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
12.366.003	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – CONQUISTA DE TODOS
12.366.003.2.0033	MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 5 – Secretaria de Educação	
Sub-Unidade: 3 – FUNDEB	
Código	Especificação
12	EDUCAÇÃO
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.003	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – CONQUISTA DE TODOS
12.361.003.2.0034	REMUNERAÇÃO PROFISS. ENS. FUNDAMENTAL – FUNDEB 60%
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
12.361.003.2.0036	DESENVOLVER AÇÕES ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 40%
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.003	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – CONQUISTA DE TODOS
12.365.003.2.0037	REMUNERAÇÃO DE PROFISS. ENS. INFANTIL – FUNDEB 60%
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 6 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	

Sub-Unidade: 0 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	
Código	Especificação
13	CULTURA
13.392	DIFUSÃO CULTURAL
13.392.006	DEMOCRATIZANDO A CULTURA
13.392.006.2.0039	SUBVENÇÃO A ENTIDADES CULTURAIS
3.3.50.43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
13.392.006.2.0040	REALIZAR EVENTOS TRADIC.,FOLCLO.CIVIC. E POPULARES
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
13.392.006.2.0041	MANUTENÇÃO CENTRO CULTURAL E BIBLIOTECA PUBLICA
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
27	DESPORTO E LAZER
27.812	DESPORTO COMUNITARIO
27.812.005	PRATICANDO ESPORTE, CIDADANIA E SAÚDE
27.812.005.1.0012	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
27.812.005.1.0013	CONST. E REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL ZONA RURAL
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
27.812.005.2.0042	MANUTENÇÃO DOS GINÁSIOS POLIESPORTIVO
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
27.812.005.2.0043	SUBVENÇÃO A ENTIDADES ESPORTIVAS
3.3.50.43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
27.812.005.2.0044	MANUTENÇÃO DO ESTADIO DE FUTEBOL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.812.005.2.0045	MANTER AS ATIVID. DE EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DE
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
27.813	LAZER
27.813.005	PRATICANDO ESPORTE, CIDADANIA E SAÚDE
27.813.005.1.0014	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ÁREAS DE LAZER
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 7 – Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	
Sub-Unidade: 0 – Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	
Código	Especificação
15	URBANISMO
15.452	SERVIÇOS URBANOS
15.452.010	CIDADE ATRAENTE E MEIO AMBIENTE PRESERVADO
15.452.010.1.0015	CONSTRUIR USINA DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
18	GESTAO AMBIENTAL
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
18.541.010	CIDADE ATRAENTE E MEIO AMBIENTE PRESERVADO
18.541.010.2.0046	MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DE SOLO
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
18.541.010.2.0047	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE REFLORESTAMENTO
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
18.541.010.2.0048	MANUT. DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO À FAUNA E FLORA
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
20	AGRICULTURA
20.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
20.122.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
20.122.002.2.0049	GESTÃO ADMIN. DA SECRET.DE MEIO AMB.E AGRICULTURA
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
20.605	ABASTECIMENTO
20.605.009	AGRICULTURA FORTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
20.605.009.2.0050	DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS AOS PRODUTORES

3.3.90.32	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
20.606	EXTENSAO RURAL
20.606.009	AGRICULTURA FORTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
20.606.009.1.0017	AQUISIÇÃO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
20.606.009.2.0051	APOIAR À EXTENSÃO RURAL E EMATER
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
20.606.009.2.0052	CONTRIBUIÇÕES PARA À EMATER
3.3.30.41	CONTRIBUIÇÕES
20.606.009.2.0053	SUBVENÇÃO A ENTIDADES AGRÍCOLAS
3.3.50.43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
20.606.009.2.0054	DISTRIBUIR MUDAS E SEMENTES PARA PRODUTORES
3.3.90.32	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
20.606.009.2.0055	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
20.609	DEFESA AGROPECUÁRIA
20.609.009	AGRICULTURA FORTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
20.609.009.2.0056	MANUT. DAS ATIVIDADES DA DEFESA SANITÁRIA ANIMAL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 8 – Secretaria Municipal de Saúde	
Sub-Unidade: 0 – Secretaria de Saúde	
Código	Especificação
10	SAÚDE
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
10.122.012	SAÚDE DE QUALIDADE ESTA É A NOSSA META
10.122.012.2.0057	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 9 – Secretaria de Obras	
Sub-Unidade: 0 – Secretaria de Obras	
Código	Especificação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.002.2.0058	MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
15	URBANISMO
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
15.451.010	CIDADE ATRAENTE E MEIO AMBIENTE PRESERVADO
15.451.010.1.0018	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE MONITORAMENTO DE VIAS
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
15.452	SERVIÇOS URBANOS
15.452.010	CIDADE ATRAENTE E MEIO AMBIENTE PRESERVADO
15.452.010.1.0019	AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍC. EQUIP. P/ SERVIÇOS URBANOS
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
15.452.010.1.0020	EXTENSÃO E MODERNIZ. DE REDE DE ILUM. PÚBL. URBANA
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
15.452.010.1.0021	CONSTR. E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
15.452.010.1.0022	CONST.AMP.CALÇ.PAV.ASF.RUAS, AV. PONTES E M. ARRIMO
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
15.452.010.2.0059	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRAÇAS E JARDINS
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
15.452.010.2.0060	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS

3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
15.452.010.2.0061	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
15.452.010.2.0063	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
15.452.010.2.0064	MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA SERVIÇOS FUNERÁRIOS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
15.452.011	DESENVOLVENDO PORTO FIRME
15.452.011.1.0023	AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL
4.4.90.61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
15.452.011.9.0006	AMORTIZAÇÃO OP. CRÉDITO – BDMG MAQ
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO
17	SANEAMENTO
17.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL
17.511.013	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS
17.511.013.2.0065	MANTER OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO RURAL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO
17.512.013	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS
17.512.013.1.0025	AQUIS. DE EQUIP. E MAT. PERM. P/ SERVIÇO DE ESGOTOS
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
17.512.013.1.0026	CANALIZ. E DRENAGEM DE CÓRREGOS, RIOS E LAGOS
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
17.512.013.1.0027	CONSTRUÇÃO/DRENAGEM DO ESGOTO SANITÁRIO E PLUVIAL
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
17.512.013.2.0066	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTOS NA ZONA URBANA
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
26	TRANSPORTE
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO
26.782.010	CIDADE ATRAENTE E MEIO AMBIENTE PRESERVADO
26.782.010.1.0028	AQUIS. DE MÁQUINAS, VEÍC. E EQTOS. SERV. ESTRADAS
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
26.782.010.2.0067	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESTRADAS VICINAIS
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
28	ENCARGOS ESPECIAIS
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA
28.843.011	DESENVOLVENDO PORTO FIRME
28.843.011.9.0008	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA – BDMG MAQ
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
28.843.011.9.0009	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA – BDMG URBANIZA
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 9 – Secretaria de Obras	
Sub-Unidade: 1 – Serviços de Obras	
Código	Especificação
15	URBANISMO
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
15.451.010	CIDADE ATRAENTE E MEIO AMBIENTE PRESERVADO
15.451.010.1.0118	CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES

15.451.010.2.0068	MANUT. DAS ATIVIDADES DE MONITORAMENTO URBANO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
15.452	SERVIÇOS URBANOS
15.452.010	CIDADE ATRAENTE E MEIO AMBIENTE PRESERVADO
15.452.010.1.0029	CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS E REFORMAS EM PONTES
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
15.452.010.1.0037	CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
15.452.011	DESENVOLVENDO PORTO FIRME
15.452.011.9.0005	AMORTIZAÇÃO OP.CREDITO – BDMG URBANIZA
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 10 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Sub-Unidade: 0 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Código	Especificação
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
08.243.007	SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA
08.243.007.2.0069	MANTER O CONSELHOR TUTELAR
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
08.244.007	SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA
08.244.007.2.0070	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ASS. SOCIAL
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 11 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Sub-Unidade: 0 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Código	Especificação
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO
08.241.007	SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA
08.241.007.2.0071	SERVIÇOS DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO VINCULOS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
08.243.007	SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA
08.243.007.2.0072	MANUTENÇÃO DO PROJETO PROJovem
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
08.244.007	SERVIÇO SOCIAL E CIDADANIA
08.244.007.1.0030	CONSTRUÇÃO CENTRO REF.ASSIST.SOCIAL CRAS/PAIF
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
08.244.007.2.0073	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
08.244.007.2.0074	ASSISTÊNCIA A RESIDÊNCIA DE PESSOAS CARENTES
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
08.244.007.2.0075	SUBVENÇÃO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS
3.3.50.43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
08.244.007.2.0076	MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS E EMERGENCIAIS
3.3.90.32	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
08.244.007.2.0077	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO CRAS/PAIF
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERV. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-PJ
08.244.007.2.0078	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME**Unidade 12 – Fundo Municipal de Saúde****Sub-Unidade: 1 – Bloco de Atenção Básica**

Código	Especificação
10	SAÚDE
10.301	ATENÇÃO BÁSICA
10.301.012	SAÚDE DE QUALIDADE ESTA É A NOSSA META
10.301.012.1.0031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SAÚDE
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.301.012.1.0032	CONSTRUÇÃO/REFOR/APARELHAMENTO UNIDADE PONTO APOIO
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.301.012.1.0033	APARELH.DE CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.301.012.2.0079	PROGR. SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE BUCAL – PSF E PSO
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.301.012.2.0080	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAL
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.14	DIARIAS CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERV. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-PJ
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
10.301.012.2.0081	SUBVENÇÃO A ENTIDADES DE SAUDE
3.3.50.43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
10.301.012.2.0082	PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA

Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME**Unidade 12 – Fundo Municipal de Saúde****Sub-Unidade: 2 – Bloco Vigilância em Saúde**

Código	Especificação
10	SAÚDE
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
10.304.012	SAÚDE DE QUALIDADE ESTA É A NOSSA META
10.304.012.2.0083	DESENVOLVER ÀS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
10.305.012	SAÚDE DE QUALIDADE ESTA É A NOSSA META
10.305.012.2.0084	FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME**Unidade 12 – Fundo Municipal de Saúde****Sub-Unidade: 3 – Bloco Assistência Farmacêutica**

Código	Especificação
10	SAÚDE

10.301	ATENÇÃO BÁSICA
10.301.012	SAÚDE DE QUALIDADE ESTA É A NOSSA META
10.301.012.2.0085	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA DE MINAS
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.303	SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO
10.303.012	SAÚDE DE QUALIDADE ESTA É A NOSSA META
10.303.012.2.0086	PARTICIPAR DO PROGRAMA DE FARMACIA BASICA
3.3.30.41	CONTRIBUIÇÕES
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 12 – Fundo Municipal de Saúde	
Sub-Unidade: 4 – Bloco Atenção Média e Alta Complexidade	
Código	Especificação
10	SAÚDE
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
10.302.012	SAÚDE DE QUALIDADE ESTA É A NOSSA META
10.302.012.2.0087	ASSISTÊNCIA MÉDICA ESPECIALIZADA
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
10.302.012.2.0088	PREVINIR DOENÇAS PROM. SAÚDE P/ QUALIDADE DE VIDA
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.302.012.2.0089	GESTÃO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CISMIV
3.1.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
4.4.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 12 – Fundo Municipal de Saúde	
Sub-Unidade: 5 – Bloco Gestão do SUS	
Código	Especificação
10	SAÚDE
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
10.122.012	SAÚDE DE QUALIDADE ESTA É A NOSSA META
10.122.012.2.0090	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Órgão: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME	
Unidade 99 – Reserva de Contingência	
Sub-Unidade: 0 – Reserva de Contingência	
Código	Especificação
99	RESERVA DE CONTINGENCIA/RPPS
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA/RPPS
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA
99.999.9999.9.0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9.9.99.99	A CLASSIFICAR

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Firme, 2020.